



**UNIVERSIDADE
DO BRASIL**
UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em
Educação

ELIONEIDE CARDOSO CRUZ

**EDUCAÇÃO E TRAVESTILIDADES, NO FOCO: TRAJETÓRIAS ESCOLARES
DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CIDADE DE MACAPÁ.**

Rio de Janeiro

2016

ELIONEIDE CARDOSO CRUZ

**EDUCAÇÃO E TRAVESTILIDADES, NO FOCO: TRAJETÓRIAS ESCOLARES
DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CIDADE DE MACAPÁ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof.º Dr.º. José Jairo Vieira

Rio de Janeiro

2016

ELIONEIDE CARDOSO CRUZ

**EDUCAÇÃO E TRAVESTILIDADES, NO FOCO: TRAJETÓRIAS ESCOLARES
DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CIDADE DE MACAPÁ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Professor. Dr^o. José Jairo Vieira (UFRJ)
Orientador

Professora Dr^a. Andréa Lopes da Costa Vieira (UNIRIO)

Professor Dr^o. Rodrigo da Costa Rosistolato (UFRJ)

CRUZ, Elioneide Cardoso.

Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares das travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá. Elioneide Cardoso Cruz. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 209 f.

Dissertação (Mestrado em educação) –
**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro,
2016.**

Orientador: Prof^o Dr^o José Jairo Vieira.

1. Políticas Públicas. 2. Educação. 3. Travestis. 4. Corpo 5. Movimento Social. 6. Violência – Dissertação.

I. Vieira, José Jairo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

DECICATÓRIA

A Deus, pela proteção e por me permitir serenidade e equilíbrio.

À minha amada mãe, Maria Cardoso Cruz.

Ao meu pai, Raimundo Cruz (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado do Amapá por assumir o compromisso com a minha formação continuada.

À minha companheira de tantos anos, Maria do Socorro Queiroz Alcântara que sempre acreditou e me apoiou irrestritamente em todos os meus desafios ao longo de duas décadas. A ela o meu agradecimento pelo amor e pelo carinho. Sou grata pelo apoio espiritual e psicológico em toda a minha caminhada.

À minha grande amiga e parceira de tantos desafios na cidade do Rio de Janeiro, Leyse Monick França Nascimento, a quem eu tenho profunda gratidão. Sem ela os meus dias longe de casa seriam infinitamente mais difíceis. Obrigada por segurar tantas vezes as minhas mãos, enxugar as minhas lágrimas e compartilhar vida comigo.

À minha amiga e parceira de trabalho, Patrícia Nascimento, que não poupou esforços para viabilizar a minha liberação para mais esse desafio. A ela minha infinita gratidão.

A Cláudia Camargo e Camilo Capiberibe pelo apoio irrestrito à minha liberação para a cidade do Rio de Janeiro, aos quais eu retribuo com profunda gratidão.

Às famílias Queiroz Alcântara, França Nascimento, Nobre, Duarte e Nascimento por todo apoio e incentivo ao meu projeto de me formar mestra. A cada uma a minha infinita gratidão.

Às queridas amigas/irmãs Laurineia Alcântara, Lourdes Rodrigues, Cristina Morais, Nara Luz, Ceixa, Adriana Oliveira e Inny Accioly, pelo acolhimento, carinho e amizade nas horas difíceis longe da minha família.

Aos amigos Jander e Jander Filho, Miranda e Moacir por todo carinho e por me acolherem tão fraternalmente nas suas residências.

Às minhas irmãs Eliana, Eunice, Edileusa e Elisiane por cuidarem da nossa mãe enquanto eu estudava.

Aos meus irmãos Edilson, Everaldo e Edésio por apoiarem nossas irmãs nos cuidados com a nossa matriarca.

Minha gratidão às minhas sobrinhas e sobrinhos Natália, Ana Paula, Ana Clara, Ana Maurila, Maria Eduarda, Raica, Daniel, Gabriel, Marco Antônio, João Antônio, Vitor e Luiz Carlos, pelo apoio e cuidados dispensados a sua avó Maria, na minha ausência.

Ao meu sobrinho Patrick Melo, pelo apoio e disponibilidade ao meu trabalho de campo.

À parceria de Hérica Nogueira, pelas orientações no projeto de pesquisa. A ela a minha gratidão pela disponibilidades e apoio.

Ao apoio incondicional das amigas Marcélia Cristina Lobato, Felícia Araújo e Nazaré Duarte. Sou grata pelo empenho dispensado ao ato de aprovação dessa pesquisa pela Secretaria de Educação.

A Luciana Velasco por formar comigo e com Monick França o nosso primeiro e eficiente grupo de estudos preparatório para o Mestrado.

À Eliane Rodrigues pela amizade, pelos saberes compartilhados e pela companhia nos desafios da vida de estudante longe de casa.

Ao LaPEADE, pela oportunidade única de participar da convivência com todas/os as/os suas/seus pesquisadoras/es.

Às coordenadoras Mônica Pereira dos Santos, Mylene Santiago e Sandra Melo pela brilhante troca de experiências acadêmicas e de vida. Minha eterna e profunda gratidão pelo acolhimento e por tantos aprendizados compartilhados.

À todas/os as/os Lapeadeanas/os que cordialmente me receberam como membro do laboratório de pesquisa. Às que transpuseram os limites institucionais para tornarem-se grandes amigas o meu especial carinho e gratidão: Emília Bouzada, Mayara Oliveira, Daliana Marques, Angela Venturini, Ranah, Manzenco, Michele Rodrigues, Ana Carolina e Natalia Netto.

Meu especial agradecimento ao professor amigo/irmão José Guilherme Freitas, por acreditar em mim e me confiar a importante experiência de trabalhar ao seu lado no curso de extensão universitária. Minha eterna gratidão pela deferência.

Ao GESEI por me acolher e oportunizar confrontar meus conhecimentos como pesquisadora e compartilhar as minhas experiências como ativista.

Ao amigo e parceiro Alex Clayr, pelo apoio fraterno, tecnológico e pela linda amizade a mim dispensada.

À grande parceira Solange Rosa, pelo exemplo de profissionalismo, acolhimento e apoio a minha formação acadêmica.

Às professoras Vânia Motta, Andréa Lopes e ao professor Rodrigo Rosistolato pelas importantes contribuições no exame de qualificação e pela honrosa composição da banca de avaliação desta pesquisa. A todas (o) o meu especial agradecimento e gratidão.

Ao meu orientador Dr^o. José Jairo Vieira, o meu especial e respeitoso agradecimento, por conduzir com especial serenidade todo o processo ao longo de dois anos e meio. Por acreditar na minha proposta de pesquisa e abraçar com humanidade e profissionalismo o desafio de me orientar.

Agradeço por nossa convivência ter sido especialmente fraterna como foi todo o processo de construção do nosso trabalho. Obrigada por me conduzir tão serenamente na travessia mais importante da minha vida de estudante. Muito brigada por não desistir de mim.

RESUMO

CRUZ, Elioneide Cardoso. **Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares das travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.** Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta dissertação tem por objetivo geral conhecer os debates existentes acerca das sexualidades na educação, tangenciados pelo movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e vivenciados pelos sistemas educacionais brasileiros. Como objetivos específicos: buscamos estabelecer interfaces entre os debates existentes acerca dos processos de travestilidades e suas implicações nas trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá no estado do Amapá. Apontamos aproximações e distanciamentos entre as narrativas dessas Travestis e os discursos da Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação e movimento LGBT acerca de suas demandas educacionais, e por fim propõe-se a analisar, como esses processos se relacionam com suas vivências familiares, religiosas, com o poder público e com o movimento LGBT amapaense. Metodologicamente, tomou-se por base para a construção dessa proposta, mapear as produções acadêmicas construídas a partir do ano de 2004 a 2014 que problematizaram os debates acerca das sexualidades e travestilidades desses sujeitos e seus reflexos nas pautas e na organização do movimento LGBT. Partimos da seguinte hipótese: O cotidiano das escolas é hostil à permanência das travestis, o que vem causando suas expulsões desses ambientes e não são percebidas por elas, ações sistemáticas de combate a todas as expressões de violência. A pesquisa desenvolveu-se de forma qualitativa, nela realizou-se trabalho de campo durante seis meses na cidade de Macapá. Foram entrevistados 21 sujeitos, sendo 08 na Secretaria de Educação, 01 no Conselho Estadual de Educação, 04 ativistas do movimento LGBT amapaense, 04 Travestis e 03 Transexuais. Os dados demonstram que o sistema educacional do Amapá não está politicamente comprometido com as demandas escolares das Travestis. Decorre desse não comprometimento sistemático um agravamento das violências que comprometem as trajetórias escolares desses sujeitos, impulsionando – as para a atividade de prostituição nas “pistas”, ou seja, nas ruas da cidade de Macapá. Esta dissertação foi desenvolvida no Laboratório de Pesquisa, Estudos e apoio a Participação e a Diversidade em Educação (LaPEADE).

Palavras chave: Políticas Públicas; Educação; Travestis; Movimento Social; Corpo; Violência.

ABSTRACT

CRUZ, Elioneide Cardoso. **Education and travestilities, in focus: school trajectories of transvestites in a position of "market" in the city Macapá.** Rio de Janeiro, 2015. Dissertation (Master of Education). College/School/Faculty of Education, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This dissertation has the objective to know the existing debates on sexuality education, connected by the LGBT movement and experienced by the Brazilian educational system. As specific objectives: we attempt to establish interfaces between existing debates about the Travestilities processes and its implications in school trajectories of Transvestites in a position of "**market**" in the state of Amapá. We point out similarities and differences between the narratives of these Transvestites and the speeches of the Secretary of Education, state board of education and movement LGBT of Amapá about their educational demands, and finally proposes to analyze how these processes relate to their family experiences, religious, with the government and with the LGBT movement of Amapá. Methodologically, it was taken as a basis for the construction of this proposal, map the academic productions built from the year 2004 to 2014 that problematized the debates about the sexualities and travestilities of these subjects and their reflections on the agenda and on the LGBT movement organization. We start from the following hypothesis: The daily life of schools is hostile to the permanence of transvestites, which has been causing their expulsions of these environments and are not perceived by them, systematic actions to combat all expressions of violence. The research was developed in a qualitative form, where was held field work during six months, in the city of Macapá, where were interviewed 21 subjects, being 08 in the Secretary of Education, 01 in the State Board of Education, 04 activists of the LGBT movement of Amapá, 04 Transvestites and 03 Transsexuals. The data demonstrate that the educational system of Amapá state is not politically committed to the educational demands of transvestites. It follows from that lack of commitment an aggravation of the violence that compromises the school trajectories of these subjects, boosting them for the prostitution activities on the "market", meaning, in the streets of the capital Macapá. This dissertation was developed in the Research Laboratory, studies and support to participation and Diversity in Education (LaPEADE).

Keywords: Public Politics; Education; Transvestites; Social Movement; Body; Violence.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALAP	Assembleia Legislativa do estado do Amapá
ALBA	Articulação de Lésbicas e Bissexuais do Amapá
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CADS	Coordenadoria da diversidade Sexual
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
COMED	Conferência Municipal de Educação
CONED	Conferência Estadual de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
COPIS	Coordenação de População e indicadores Sociais
DF	Distrito Federal
DPE	Diretoria de Pesquisas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAB	Força Aérea Brasileira
FALGBT	Federação Amapaense LGBT
FPA	Fundação Perseu Abramo
FRL	Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung
GESEI	Grupo de estudos sobre sexualidades, Identidades, Diversidades e Inclusão
GGB	Grupo Gay da Bahia
GHATA	Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GT	Grupo de Trabalho
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria de Comércio de Minério
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá
LAPEADE	Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NEAB	Núcleo de Educação Afro Brasileira
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação do Município de Macapá
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
RENATA	Rede Nacional de Travestis
RJLGBTAI	Rede da Juventude LGBT Alexandre Ivo
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SECAD	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Amapá
SEJUSP	Secretaria da Justiça e Segurança Pública
SEMAST	Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Macapá
SIMES	Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização social
SINSEPEAP	Sindicato dos Servidores Públicos da Educação do Amapá
SP	São Paulo
STJ	Supremo Tribunal de Justiça

TFD	Tratamento Fora de Domicílio
TLGB	Travestis, Lésbicas, Gays, Bissexuais
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
UNESCO	Organização Mundial das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 01 NÚMERO DE PESQUISA POR REGIÃO BRASILEIRA-CAPES - (2004-2014)	23
QUADRO 02 PESQUISA POR ÁREA DE CONHECIMENTO	25
QUADRO 03 PESQUISA POR ÁREA DO CONHECIMENTO.....	26
QUADRO 04 PESQUISA POR ÁREA DO CONHECIMENTO	26
QUADRO 05 PESQUISA POR ÁREA DO CONHECIMENTO	27
QUADRO 06 PESQUISA POR PALAVRAS-CHAVE	38

LISTA DE ANEXOS

	Pág.
ANEXO 1 RESOLUÇÃO Nº. 055/14 – CEE/AP - INCLUSÃO DO NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS REGISTROS ESCOLARES	194
ANEXO 2 RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.....	195

LISTA DE APÊNDICES

	Pág.
APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTAS 1 – TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA”	198

APÊNDICE B	ROTEIRO DE ENTREVISTAS 2 – FAMÍLIA	200
APÊNDICE C	ROTEIRO DE ENTREVISTAS 3 - GESTORA DA SEED	202
APÊNDICE D	ROTEIRO DE ENTREVISTAS 4 - COORDENADORAS/ES E TÉCNICAS/OS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SEED.....	204
APÊNDICE E	ROTEIRO DE ENTREVISTAS 5 - ATIVISTAS DO MOVIMENTO SOCIAL LGBT DO AMAPÁ	206
APÊNDICE F	ROTEIRO DE ENTREVISTAS 6 – GESTORA DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ ..	208

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. TRAJETÓRIA PESSOAL DA AUTORA	17
1.2. ESTADO DA ARTE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS TRAVESTIS NO PERÍODO DE 2004 A 2014: TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	22
1.3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DE UM BRASIL RECONHECIDAMENTE DIVERSO E CONTROVERSO	38
1.4. CONHECENDO UM POUCO O ESTADO DO AMAPÁ E SUA CAPITAL MACAPÁ: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CULTURA, GEOPOLÍTICA, POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E PROCESSOS MIGRATÓRIOS	42
1.5. AVENIDA FAB COM A RUA LEOPOLDO MACHADO: O PRIMEIRO “LUGAR” DE SURGIMENTO DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CAPITAL MACAPÁ.....	55
1.6. OS CAMINHOS DA PESQUISA E O AMBIENTE POLÍTICO LOCAL NA SEED, NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, COM MILITANTES DO MOVIMENTO LGBT AMAPAENSE, NA “PISTA” COM AS TRAVESTIS E A (IM)POSSIBILIDADE DE CONTATO COM AS FAMÍLIAS.....	58
1.7. METODOLOGIA	64
2. SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: OS DEBATES EXISTENTES E INTERFACES COMO MOVIMENTO LGBT E OS SISTEMAS NACIONAIS BRASILEIROS	69
2.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT INTERNACIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONCEPÇÃO E NA GÊNESE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: COMO EDUCAR UMA POPULAÇÃO APÓS O ESTIGMA DO HIV/AIDS E SEM UMA CONCEPÇÃO PRÓPRIA DE HOMOCULTURA?.....	69
2.2. SEXUALIDADES – CORPO, PODER E VIOLÊNCIA: DAS FRONTEIRAS DO DESCONHECIMENTO ÀS FORMAS DE ASSUJEITAMENTO.....	98
2.3. TRAJETÓRIAS ESCOLARES DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NO AMAPÁ: A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SUPERIOR.....	109
3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: AS EXPECTATIVAS EDUCACIONAIS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” EM MACAPÁ E OS DISCURSOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E MOVIMENTO LGBT.....	124
3.1. TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CAPITAL MACAPÁ: NARRATIVAS PESSOAIS E DISCURSOS INSTITUCIONAIS ACERCA DAS DEMANDAS EDUCACIONAIS	124

3.2. APROXIMAÇÕES DISCURSIVAS, SUBJETIVIDADES E EXPECTATIVAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS	137
3.3. DISTANCIAMENTOS E VISÕES DO SUJEITO: O “CONHECIMENTO” E O “REAL”	144
4. AS CONCEPÇÕES FAMILIARES E RELIGIOSAS NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E SEUS IMPACTOS NAS HISTÓRIAS EDUCACIONAIS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CIDADE DE MACAPÁ	150
4.1. O PODER PÚBLICO E O MOVIMENTO LGBT AMAPAENSE: CONTRADIÇÕES E SUBALTERNIDADES NAS FRONTEIRAS DOS GÊNEROS E NAS RELAÇÕES DE PODER	158
4.2. ESCOLA, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA: DEPOIMENTOS DE TRANSEXUAIS FORA DA SITUAÇÃO DE “PISTA” E OUTROS PROTAGONISMOS SOCIAIS NA CIDADE DE MACAPÁ	171
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
6. REFERÊNCIAS	188
ANEXOS.....	192
APÊNDICES.....	197

1. INTRODUÇÃO

1.1. TRAJETÓRIA PESSOAL DA AUTORA

A temática acerca das sexualidades, das Travestilidades¹, corpo e expressões de violência, antes de ser uma proposta desta pesquisa de mestrado, já eram uma preocupação latente de minhas observações como munícipe, como estudante do ensino médio, como aluna da graduação, como conselheira dos direitos da mulher, como conselheira suplente do Conselho estadual de saúde, como professora da rede pública de ensino do estado do Amapá e como ativista do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Minha chegada ao estado do Amapá em fevereiro de 1990 com dezessete anos de idade, vinda de minha cidade natal Santarém do Pará, trazia comigo a convicção de que seria necessário mudar do curso de contabilidade para outro que me aproximasse das minhas realizações pessoais e profissionais. Neste mesmo ano, pude vivenciar a experiência de estar matriculada numa escola técnica estadual, no curso de Nutrição e Dietética, onde a turma composta por quarenta e nove (49) pessoas do sexo feminino e dois (02) do sexo masculino, me fez imediatamente observar e questionar aquele universo escolar no qual eu estava inserida. A escola era visivelmente dividida em cursos pensados curricularmente para “mulheres” e para “homens”. Naquele contexto, como em todos os outros anteriores, foi perceptível a ausência das Travestis.

Minha memória mais remota de uma Travesti remonta a década de 80. Por ocasião do falecimento do meu pai, em abril de 1982, as mudanças decorrentes desse fato reorganizariam a minha vida de estudante, o que me obrigou a deixar a minha cidade natal e para morar, trabalhar e estudar em Belém do Pará, no ano de 1984. Naquela ocasião, com 13 anos de idade, a música, minha companheira desde a infância, tinha lugar reservado nos momentos de folga da escola e do trabalho de babá, do qual me ocupava todos os dias da semana. Este trabalho me permitia observar diversos ambientes familiares e “comportamentos/manifestações” da infância, da adolescência de pessoas sob meus cuidados. Nesta ocupação, tive o privilégio e a oportunidade de observar inúmeras formas de existir e de estar no mundo.

¹ Entendemos este conceito como o processo de adequação físico-psíquica de pessoas transgênero. Processo este que se inicia em algum momento de suas vidas sendo interrompido apenas em caso de morte.

Contudo, foi por meio da música e da leitura de uma revista que o meu imaginário foi invadido pela primeira vez pela concepção de uma pessoa Travesti. A letra da música de Erasmo e Roberto Carlos, complementava as informações das fotos daquela modelo que a toda semana ganhava a capa de várias revistas. Os comentários sobre aquelas matérias, marcaram curiosamente o meu imaginário sobre aquela possibilidade de existir.

Recordo-me nitidamente do sucesso e da repercussão daquela música nas rádios e nos programas de televisão. A imagem daquela bela mulher associada a muitos rumores que davam conta de que “ela” havia nascido “ele”. Na época, a canção de Erasmo e Roberto Carlos trazia por refrão a frase imperativa “Dá um Close nela”. A frase que sugeria uma direção, chamava a minha atenção e aguçava ainda mais a minha curiosidade e de muitas/os brasileiras/os por todo o país. Os episódios semanais que tomavam conta dos noticiários, tornaram-se fatores de euforia e de especulações de jornalistas nacionais e internacionais em torno daquela modelo.

Eu acabava de constatar que aquela existência era, para mim, fator de muito incômodo, visto que contrariava tudo o que eu havia aprendido sobre ser “homem” ou ser “mulher”. Os ensinamentos da minha mãe e da religião na qual fui batizada (católica) ruíam a partir desse fato. A doutrina católica deixava de ser uma referências de “verdades” incontestáveis para tornar-se motivo de muitos questionamentos que me fizeram chegar até aqui.

Outras possibilidades de ser (existir) estavam materializadas naquela modelo brasileira que ganhara reconhecimento internacional conhecida por todas/os como Roberta Close. A situação que intrigava a todas/os, era que o seu registro de nascimento trazia a contraditória informação de que “ela” era “ele”, Luiz Roberto Gambine Moreira.

Aquele fenômeno de beleza, indagações e que ganhava a simpatia de inúmeras celebridades no mundo da moda, da música, do futebol e em especial, das revistas mais famosas do mundo, escondia por trás de toda sua fama uma trajetória familiar e escolar que só seria revelada há mais de uma década após a publicação de um livro intitulado “Muito prazer, Roberta Close”. Essa obra que se encontra hoje com sua edição esgotada, foi escrita pela jornalista brasileira Lúcia Rito e publicado em 1998.

O livro trouxe inúmeras revelações sobre a vida dessa mulher que intrigou o Brasil e o mundo naquela década. Essa obra que encontra-se com sua edição esgotada, curiosamente ainda vem sendo citada em inúmeros trabalhos científicos que abordam questões sobre Travestilidades.

Após décadas desaparecida da mídia nacional e internacional e de vinte anos de batalhas judiciais fora do Brasil, Roberta Close assina hoje seu nome como Roberta Gambine Moreira e volta a aparecer em maio de 2015 numa extensa entrevista ao apresentador Augusto Liberato em Zúric na Suíça e disponível para acesso no site YouTube.

Roberta Gambine Moreira nos revela a outra face de seu processo de Travestilidade e fala da escola e de seu assujeitamento. Hoje com cinquenta e um anos de idade, Roberta declara que está concretizado, a adequação de seu gênero, correspondente a identidade que tanto buscou.

Desafiando a todas as possibilidades de negação do gênero estanque, desde então, aquela representação e aquela possibilidade de ser “mulher”, além de fazer parte das minhas indagações pessoais, passou a fazer parte de minha vida acadêmica.

Na década de 90, com a minha chegada a Macapá no estado Amapá, trazia comigo uma expectativa de estudos e trabalhos, os mais distantes possíveis dos números e dos cálculos do rejeitado curso de contabilidade, desejo pessoal da minha mãe, sob a justificativa de eu ter acesso mais rápido a um emprego, logo também a uma remuneração para ajudar no sustento da nossa família. Não era essa a “escolha” profissional que me seduzia em absoluto.

Ao ingressar no serviço público do estado do Amapá no ano de 1996, como professora de geografia do ensino fundamental e posteriormente na graduação no curso de geografia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 1999, concluído em 2003, passei a ler, a estudar e a me inserir em discussões referentes à temática, conhecida na época, como GLBT, e que hoje, por uma questão resultante dos debates de gênero, modificada para LGBT.

Meu interesse nesse debate era com intuito de desvendar aquele universo negligenciado pela sociedade e pelo poder público, por se tratar de pessoas LGBTs, que na minha concepção eram tão dignas dos direitos constitucionais de frequentarem uma escola ou a universidade, como qualquer uma/um.

Busquei introduzir esse debate gradativamente no ambiente da primeira escola, onde trabalhei por quinze (15) anos. Fato que resultou na minha expulsão e devolução para a Secretaria de Educação, sob a justificativa de “agitação política”, o que me rendeu a abertura de um equivocado processo administrativo que fora arquivado por falta de argumentos e provas. Decorreu dessa mobilização de professoras (es), equipe gestora e

Secretaria de Educação, a minha saída/expulsão definitiva daquela escola, sendo posteriormente alocada numa outra, há um quilômetro e meio dali.

Foi por observar que na minha formação acadêmica não ter vivenciado nenhuma experiência que abordasse essa temática e tão pouco encontrei as Travestis nos espaços da academia, na condição de alunas, que cada vez mais surgiam dúvidas e curiosidades sobre a não permissão de falar e questionar os porquês daquela ausência. Observei também, que ninguém, durante quinze anos, nem naquela escola e nem na Secretaria de Educação o fazia.

De repente me recordei de uma professora que viera de Belém do Pará para ministrar aulas de técnicas de redação na capital Macapá, em um cursinho pré-vestibular onde eu havia recebido uma vaga para estudar em 1998.

Era a primeira vez que eu via uma Travesti como professora. A agitação causada por aquela “mulher” ao adentrar na sala de aula causou murmurinhos de toda a turma. Ao anunciar seu currículo e ao declarar que falava cinco idiomas, para uma turma com mais de cem (100) pessoas, fez com que um silêncio tomasse conta da sala e os risinhos que se ouvia cessaram imediatamente, dando lugar a cada orientação dada por ela sob os olhos atentos aos exercícios práticos, que era o desafio de cada uma e cada um naquelas preciosas e tão interessantes, sete horas de aula.

Era uma única aula, criada e oferecida num estilo “Corujão”, ou seja, que iniciava às 00h e 00min e terminava às 7h da manhã, pois a professora deveria pegar um voo e retornar a capital paraense para outro compromisso com suas/seus alunas (os) de um outro curso Pré-vestibular onde a aguardavam, ainda naquela mesma manhã.

Esse registro de experiência com uma Travesti no campo da educação me marcou profundamente. Era sim possível que uma Travesti pudesse estar entre nós, na condição de professora e numa situação de igual respeito e de total competência para desempenhar tão importante papel em nossas vidas.

Sentia-me imensamente grata por, exatamente naquele ano ter conseguido os pontos necessários na redação e ter sido aprovada com uma pontuação que não conseguira a exatos sete anos de tentativas ininterruptas de ingressar na mesma universidade. Esse processo seletivo, me oportunizou o quadragésimo lugar, numa lista de cinquenta vagas em 1999. Ano este, que certamente eu desconhecia o conceito de meritocracia.

Meu ato de filiação no ano 2000 numa Organização não Governamental - (ONG) denominada Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá – (GHATA), que têm por

bandeira de luta os Direitos e a Cidadania de LGBTs, foi, definitivamente a porta de entrada para a minha participação em cursos, congressos, seminários e conferências por todo o Brasil. Destaco aqui, algumas de minhas atuações como: multiplicadora no seminário de formação do Projeto “Escola sem Homofobia”, para professoras (es), realizado em Belém do Pará em parcerias da SECAD/MEC/Panthfinder do Brasil/Ecos e Reprolatina e apoiado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Somam-se a estas experiências, a minha participação, como delegada eleita nas etapas municipal, estadual e nacional para a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010), ocupando a vaga destinada ao movimento social LGBT e novamente eleita para a mesma representação nas três etapas para a CONAE/2014.

Reconhecendo a necessidade de buscar outras formas de reivindicar direitos constitucionais e que me dessem maiores suportes argumentativos como agente político na área da educação, foi determinante a busca pela oportunidade de cursar um mestrado, o que por alguns anos parecia uma realidade muito distante, visto que no estado do Amapá, até o presente ano de 2016, ainda não temos este nível de pós-graduação na área da educação.

Diante dessa realidade local, meu empenho por três anos, buscando uma aprovação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e indiscutivelmente na linha de pesquisa de Política e Instituições Educacionais, cursar um mestrado em educação, tornou-se uma prioridade incontestável e inadiável para a realização de um projeto de vida.

No ano 2013, já no universo da academia, como aluna do Mestrado em Educação e como membro do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE), pude vivenciar inúmeras experiências e em especial a de participar de um curso cuja temática tinha a homossexualidade como destaque. Nesta oportunidade, eu me encontrava diante da possibilidade de juntar-me à professoras e professores da rede estadual e municipal de ensino do estado do Rio de Janeiro, onde pude conhecer um pouco das realidades dos cursistas.

O curso tratava-se de uma das etapas de um pós-doutorado em educação e tinha como parte da metodologia a realização de grupos focais, nos quais pude me inserir e participar, tendo sido este evento acadêmico, associado as minhas experiências e contribuições como ativista do movimento LGBT brasileiro, a me abrirem as portas para fazer parte da criação de um novo Grupo de Estudos sobre Sexualidades, Identidades, Diversidades e Inclusão (GESEI), onde encerrei minhas atividades em março de 2016.

Atribuo a estas e a outras experiências a minha habilitação para escrever e publicar e aprovar o meu primeiro artigo científico intitulado: “Qual o lugar das travestis nas políticas públicas de educação do estado do Amapá?”. Foi neste lugar de estudos e produções científicas que é a academia, que encontrei o caminho que se diferenciava de todas as demais experiências por mim vivenciadas e que me desafiava cotidianamente a pensar numa proposta para olhar cientificamente o universo e as trajetórias escolares das Travestis da cidade de Macapá.

Como pesquisadora e tomada pela prática do pensamento científico, me propus a dedicar todo meu empenho e responsabilidade social em elaborar, realizar e concluir esta pesquisa de mestrado.

1.2. ESTADO DA ARTE: PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS TRAVESTIS NO PERÍODO DE 2004 A 2014: TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS CIENTÍFICOS

Sabe-se que a multiplicidade de discursos que marcaram e ainda marcam negativamente a vida das Travestis, nas literaturas não científicas, nos meios de comunicação escritos e televisivos, nas ruas, nas famílias, nas igrejas, vem sendo reproduzidos por outras instituições sociais, em especial pelas escolas.

As décadas de ausência de interesses políticos em pautar o debate e construir Políticas Públicas para o segmento LGBT no Brasil, passou por transformações a partir da década de 80. O advento do HIV/AIDS, ao mesmo tempo que ganhou repercussão através destes canais de comunicação, passou também a despertar o interesse das pesquisas nas universidades brasileiras, que adotaram, *a priori*, (gays, lésbicas, travestis e transexuais) como mero objeto de estudos em virtude do alardeamento da doença. Passada uma década, outros olhares à luz da ciência, trouxeram novas perspectivas e olhares para esses atores sociais que, desafiaram e continuam desafiando a tantas (os) pesquisadoras/es em vários países e, mais especialmente no Brasil, há mais de três décadas.

Diante dos avanços desses estudos acadêmicos, em eleger esses atores como objeto de suas pesquisas, constatou-se no levantamento de pesquisas realizadas no Brasil no intervalo de dez anos que, a proposta de conhecer as trajetórias escolares desses sujeitos na cidade de Macapá, surge no intuito de questionar suas ausências tanto nos discursos das/dos agentes públicos como nos espaços educacionais.

Diante disso, buscou-se compreender como estes discursos vêm sendo reverberados na gestão pública, nas escolas, nas famílias, nas religiões e no Movimento Social LGBT internacional, brasileiro, e em especial o amapaense.

Esses sujeitos (as Travestis de “pista”) têm sido nomeados como tema de dissertações, teses e artigos científicos das quais selecionamos quarenta e oito (48) dissertações e teses, entre os anos de 2004 a 2014, sendo que dentre os quarenta e oito (48) trabalhos levantados, treze (13) encontram-se na área da educação.

Optou-se por este recorte temporal e por este objeto, quando observou-se que as pesquisas ainda não se encontravam distribuídas numericamente e de maneira representativa em todas as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul), o que constituiu-se como proposta por propor-se a contribuir com os dados levantados e com os debates que retratam a vida das Travestis de norte a sul do país, por propor-se conhecer os contextos acerca da população de Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá nas interfaces com os sistemas educacionais e o Movimento Social LGBT. O termo “pista” utilizado no texto refere-se as ruas nas quais se encontram as Travesti, com a finalidade de exercer a atividade de prostituição.

Buscou-se no banco de teses da Capes as contribuições acerca dessa temática e optou-se por representar esses levantamentos em quadros, no intuito de ilustrar quando e onde essas pesquisas foram realizadas no Brasil.

Utilizou-se a combinação das palavras – chave: Políticas públicas, Educação, Travestis, corpo e violência, localizadas em alguma parte dos textos. Optou-se por não cruzar a palavra chave Movimento Social com as demais, por uma questão de recorte.

Noutro momento, utilizou-se das mesmas combinações de palavras – chave no site da SciELO. Buscou-se por artigos científicos publicados no mesmo período (2004-2014). Encontrou-se várias outras produções de grande relevância, visto que num total de 28 trabalhos encontrados, 17 estão na área das ciências humanas, os quais também se apresentarão num outro quadro, mais à frente.

Quadro da Coleta Capes: dissertações e teses entre 2004 a 2014 por região brasileira:

Quadro 01: Número de Pesquisa por região brasileira- Capes - (2004-2014)

Regiões	Teses	Dissertações
Norte	0	2

Nordeste	1	5
Centro-oeste	0	4
Sudeste	4	17
Sul	1	6
Total	6	34

Fonte: Gráfico da autora- Coleta Capes

Tornou-se mais consistente e fundamentada a incursão nesta pesquisa que, tem por foco principal, as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá, quando decidiu-se por um recorte temporal de 10 (dez) anos. Buscou-se levantar e conhecer as dissertações, teses e artigos científicos que elucidou e justificou a importância deste tema, deste recorte, bem como de seus caminhos e contornos.

Isto posto, buscou-se por pesquisas a partir do ano de 2004. Tomou-se- por desafio, perceber e considerar quais contribuições investigativas poderiam nos auxiliar, haja vista que já teríamos passado mais de trinta anos do surgimento do HIV/AIDS no Brasil e por este ano ter sido o ano de criação do programa “Brasil sem Homofobia”, e por ser também, a década da segunda edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), lançado em 2002 e por considerada, pelas/os pesquisadoras/es de grande importância, pois foi nela que a sociedade brasileira pode participar de um amplo debate sobre as questões da diversidade sexual. Década da realização da I e da II Conferência Nacional LGBT. Fato político que se tornou um marco nas conquistas e reivindicações do Movimento LGBT nacional.

Ainda em se tratando do combate ao HAIV/AIDS e por ter-se atribuído equivocadamente os homens gays, pela disseminação do vírus. Por décadas e até os dias de hoje, vive-se o estigma de “grupo de risco”. Intuímos que, após 30 anos desse debate, já existem outras perspectivas de pesquisa, para além das questões de saúde, que trariam novas propostas de investigação onde, pesquisadoras (es), empenhados no campo científico, dariam novas contribuições como colabora com essa expectativa, Mello, Brito & Maroja (2012):

O universo empírico da pesquisa mostra, em primeiro plano, o caráter recente do processo de institucionalização de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, iniciado apenas em 2004, com a publicação do Programa Brasil sem Homofobia, num contexto em que as propostas apresentadas não mais se restringiam ao universo do combate à epidemia de aids, como ocorria até então (p. 417- 418).

Neste intento, elucidar a realidade das trajetórias escolares desses sujeitos “amapaenses”, representados na última letra da tão conhecida sigla LGBT, buscou-se compreender seus processos de Travestilidades. Essa busca trouxe-nos o desafio de adentrar e conhecer o universo das Travestis em situação de “pista” e tão somente estas, por saber que deve-se reconhecer que neste universo, existem também outros construtos indenitários que se estendem para além dos limites do foco principal.

Aqui, tratou-se das Travestis em situação de “pista”. Suas vivências mais íntimas e ainda pouco conhecida da comunidade científica. Esse levantamento, realizou-se tanto no sentido de conhecer o estado da arte como de delimitar o tema, realizar a pesquisa e preencher a lacuna encontrada especificamente no Amapá, região Norte do Brasil.

Na primeira busca, combinou-se as palavras-chave *Políticas Públicas* e *Travestis*. O resultado foram 18 trabalhos, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 02: Pesquisa por área de conhecimento

Área do conhecimento	Trabalhos
Educação	03
Psicologia	03
Saúde coletiva	02
Sociais e Humanidades	02
Sociologia	02
Antropologia	01
Direito	01
Ensino de Ciências e Matemática	01
Psicologia Social	01
Serviço Social	01

Fonte: Gráfico da autora- Coleta Capes

O quadro acima trouxe o resultado da combinação das palavras-chave *Políticas Públicas* e *Travestis*, separadas por área do conhecimento. Percebe-se que, no período de dez anos, os resultados para a área da educação apontam o reflexo de um período em que as primeiras pesquisas acompanham os avanços das conquistas do movimento LGBT no campo político e científico. O quadro demonstra também o interesse de outras áreas, mas ganha destaque por apontar a educação como área de interesse em crescimento.

Ao combinar as palavras-chave *Travestis* e *Educação*, foram encontradas 17 dissertações e 03 teses, resultando um total de 20 trabalhos.

Quadro 03: Pesquisa por área do conhecimento

Área do conhecimento	Total
Educação	08
Psicologia	03
Enfermagem	02
Sociais e Humanidades	02
Ensino de Ciências e Matemática	01
História	01
Serviço social	01
Teologia	01

Fonte: Gráfico da autora- Coleta Capes

Com o advento do HIV/AIDS nas décadas de 80 e 90 as produções acadêmicas estavam direcionadas para a área da saúde. Sabe-se que, só nos anos 2000 esse quadro expandiu-se para a área da educação. A partir de 2004 com a eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a população LGBT passa a ter mais abertura na pauta política nacional. Vieram as primeiras Políticas Públicas na área educacional com o programa federal "Brasil sem Homofobia". Neste contexto, as pesquisas começam a ganhar outras abordagens e entre elas a educação também aparece com as suas primeiras produções. O quadro acima traduz bem o início desse período. Na área da educação quando as pesquisas são iniciadas a tônica era, falar de homofobia.

Ao combinar as palavras-chave *Travestis* e *Corpo* foram encontradas 08 dissertações e 01 teses, resultando um total de 09 trabalhos.

Quadro 04: Pesquisa por área do conhecimento

Área do conhecimento	Total
Antropologia	01
Artes	01
Comunicação	01
Educação	01
Ensino de Ciências e Matemática	01
Letras	01
Sociais e Humanidades	01

Sociologia	01
Tratamento e Prevenção psicológica	01

Fonte: Gráfico da autora-Coleta Capes

Observa-se que no quadro acima que as pesquisas por área do conhecimento ilustram, um período de dez anos e que temos, em média, menos de uma produção por ano. A área da educação como já explicado anteriormente, vem gradualmente ganhando destaque à medida que a pressão do Movimento Social LGBT alcança as pautas nacionais e as Políticas Públicas para essa população, passam de reivindicações para propostas de projetos de Lei. As produções acadêmicas acompanham esse cenário.

Ao combinar as palavras-chave *Travestis* e *Violência* foram encontradas 08 dissertações e 03 teses, resultando um total de 11 trabalhos.

Quadro 05: Pesquisa por área do conhecimento

Área do conhecimento	Total
Psicologia	02
Serviço Social	02
Comunicação	01
Educação	01
Enfermagem	01
História	01
Saúde Coletiva	01
Sociais e Humanidades	01
Sociologia	01

Fonte: Gráfico da autora-Coleta Capes

Observa-se com a ilustração do quadro acima que resultou em apenas uma produção na área da educação. O fato é que, as violências contra as Travestis ainda não recebiam a atenção que se tem hoje com o reconhecimento da palavra Transfobia ou violência Transfóbica. Só depois que, por força das constantes denúncias das mortes das Travestis no Brasil aos organismos internacionais é que a violência contra esse grupo, passa a ser vista como uma possibilidade investigativa na área da educação.

Localizadas as áreas do conhecimento, passou-se a etapa de mapeamento de onde (regiões) e quais os recortes que têm despertado interesse das/os pesquisadoras (es) quando se trata das Travestis. Considerou-se importante esse apanhado, para justificar esta

pesquisa direcionada para a área da educação e mais, especificamente, para Macapá, capital do estado do Amapá.

As produções encontradas foram, sem exceções, bastante interessantes, *a priori* por se tratar das Travestis e em segundo lugar, por este ser considerado um tema “polêmico”, de um certo “Tabu” , rechaço e de pouco interesse político em todas as esferas governamentais, o que imediatamente abraçou-se o desafio de trazer para a luz da cientificidade, uma parte obscura da cidade de Macapá, ocultada dos discursos oficiais, no qual apostou-se investigar pois supôs-se interferir direta e negativamente nas suas trajetórias escolares, como sugeriam as observações fora da situação de pesquisa e as outras pesquisas já concluídas por outras regiões do país.

O Brasil por ser um país constitucionalmente laico mas com a maioria da sua população cristã, acumula um grande histórico de conflitos por intolerâncias religiosas, étnicas, de gênero e principalmente ao que se refere às questões das sexualidades transgênero². Essa é uma característica marcante de países ocidentais que tiveram seus traços culturais fortemente marcados por discursos religiosos reprodutores de ideologias excludente como retrata Foucault (2014):

Até o final do século XVII, três grandes códigos explícitos – além das regularidades devidas aos costumes e das pressões de opinião – regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eles fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito (p. 41).

No que se refere às áreas do conhecimento, a busca no banco de teses da coleta Capes em particular, obteve-se um total de 13 treze trabalhos de pesquisa entre teses e dissertações na área educacional, o que contribuiu enormemente para a primeira etapa desta pesquisa. Embora as outras 21(vinte e uma) pesquisas restantes tenham suas pontuais contribuições, o que é inegável, nos forneceu informações complementares, porém, não menos importantes, pois retratam particularidades interessantíssimas a respeito das Travestis.

Esse levantamento nos permitiu conhecer, algumas realidades sobre: expectativa de vida, trabalho, subjetividades, aportes midiáticos sobre fatos policiais envolvendo

² Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcendem as definições convencionais de sexualidade (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT – p, 17).

Travestis, discursos da militância, Políticas Públicas na perspectiva dos Direitos Humanos, este último, para essa pesquisa, revela-se um parâmetro bastante consistente, se considerarmos que na maioria, e porque não dizer, quase na sua totalidade, as Travestis aparecem retratadas cientificamente em condições (des) humanas.

Considerou-se que após esse levantamento e do aporte de outras leituras e vivências complementares, em particular as acumuladas no movimento LGBT, o passo seguinte na direção do recorte e do campo foram consolidados: Investigar as Trajetórias escolares das travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá, trouxe um diferencial para o campo científico e para o estado do Amapá em especial, porque, até o presente momento, não estava contemplado com nenhuma das pesquisas levantadas.

Com a crescente visibilidade da população das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá, que supúnhamos não possuírem, na sua maioria, concluído o ensino fundamental e médio, foi definitivamente a aposta que ousou-se investigar. A cidade de Macapá, no estado do Amapá tornou-se aqui o lugar da primeira pesquisa científica que reuniu dados sobre as Travestis de “pista”.

Notou-se que a comunidade científica já vinha demonstrando certo empenho, sobretudo em pesquisas que abordam políticas públicas para a comunidade LGBT como afirmam Mello, Brito & Maroja (2012):

Considerando a relevância política e teórica da compreensão dos significados da agenda do movimento LGBT, nota-se que, concomitantemente aos avanços dos estudos sobre direitos sexuais, sexualidade e gênero no Brasil (Citeli, 2005), a pesquisa acadêmica sobre políticas públicas também se encontra em crescimento, conforme atestam autores como Frey (2000), Arretche (2003), Faria (2003), Souza (2003a, 2003b, 2006) e Trevisan e Bellen (2008). Tal fenômeno iniciou-se com a transição democrática dos anos 1980 que trouxe novas atrizes sociais à cena política e, ao mesmo tempo, produziu um desencantamento em relação ao Estado, já que o fim da ditadura militar não significou a superação dos obstáculos à implementação de políticas públicas compromissadas com a transformação social (p. 415 - 416).

Neste contexto, sustenta-se que é inegavelmente importante apostar em pesquisas que busquem investigar como os sistemas de educação vêm tornando possível o acesso e a permanência da população de Travestis nas escolas das redes públicas de ensino no Brasil. Buscar tais dados incorreu num levantamento e estudo das políticas, programas e projetos que o Brasil já disponibilizou para a população LGBT e que ainda poderá não ter surtido um efeito maior com o grupo das Travestis, por inúmeras razões, a saber:

Os modelos de normatização e regulação têm na escola papel fundamental para excluir ou “moldar” aqueles que não fazem parte do que é correto, verdadeiro e saudável, bem como legitimam o exercício do poder sobre os que não se encaixam no perfil dito como correto. Os corpos são, então, transformados em sujeitos (FOUCAULT, 1988 apud SHIMURA, 2012, p.11).

Diante deste desafio, decidiu-se por contemplar a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED), o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Movimento de Lésbicas, gays, bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), as Travestis em situação de “pista”. Considerou-se de enorme valia, transformar em ação concreta o ato de entrevistar também, as suas respectivas famílias, adentrando nas também nas concepções religiosas de todas/os as/os entrevistadas/os, como variáveis importantes para esta pesquisa. Todos os sujeitos são valiosos pontos de centralidade para o levantamento das informações que buscou-se investigar a partir das hipóteses.

Concorda-se que o ponto de partida seriam a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação como os lugares de onde devem ou deveriam ser pensadas inicialmente as ações de políticas educacionais para contemplar toda a população de estudantes e aqui neste caso específico, também, as Travestis.

Verificou-se que as Travestis, segundo as pesquisas, figuram como sujeitos, quase sempre, não “aceitas” (permitidas), na maioria dos muitos ambientes sociais e dentre estes, as escolas. Os motivos, geralmente, são pautados nas concepções de natureza religiosa, por ainda se encontrarem impregnadas, na maioria das instituições educacionais. Sobre isso Shimura (2012) ainda destaca:

Conforme o fundamento heteronormativo, a homossexualidade, bem como às travestis e às transexuais, cabe apenas ao submundo ou às relações em ambientes privados, ou seja, são oprimidos pela história e considerados anomalias (MISKOLCI, PELÚCIO, 2007; LOURO, 2008) (p. 12 - 13).

Com base nesses levantamentos e com o aporte de outras pesquisas já realizadas no Brasil, a exemplo da pesquisa etnográfica feita com as travestis do centro histórico de Salvador na Bahia nos anos de 1996 e 1997, pelo antropólogo irlandês Don Kulick (2008), foi possível acrescentar que os discursos ideológicos, têm seu caráter negativo, excludente, baseados no apartamento das Travestis. Os discursos estigmatizados, estereotipados,

torpes, carregados de um poder de negar, alimenta-se e repercute na ignorância da grande maioria da população a respeito desse grupo.

Percebeu-se também que, tais desconhecimentos, alimentados na e pela cultura religiosa conservadora, produzem (re) ações e “olhares” que refletem a capacidade social de produzir desigualdades de oportunidades e violências simbólicas, bem como o fato de relegar à maioria das Travestis aos mais improváveis dos submundos no Brasil, a “pista”. Lugar de barreiras, muitas vezes, intransponíveis e de raríssimas condições de sobrevivência, longe de refletir qualquer sinônimo de humanidade.

As ações e (Re) ações de violências oriundas de sujeitos das mais diferentes classes sociais, fazem da existência das Travestis uma verdadeira “batalha” cotidiana. Primeiramente pela manutenção da vida, pela sobrevivência alimentar, de trabalho, de saúde, de moradia, de lazer e de educação. Tudo ao mesmo tempo e sem necessariamente compreender a uma ordem, o que não significa que todas as travestis indistintamente, no Brasil, necessitem igualmente de tais assistências e recursos, pois temos relatos e exemplos de travestis, embora muito insipiente, que encontraram na vida, alguma forma e estratégias pessoais de garantir renda. Esses exemplos, que são pouquíssimos, continuam buscando no mercado formal como informal de trabalho, formas dignas de sobreviver, mas na sua maioria, dificilmente conseguem conciliar trabalho e vida escolar.

Sabe-se também, pelas pesquisas levantadas, que as Travestis com pouca ou nenhuma etapa de escolarização concluída, trabalham como ambulantes, vendedoras de roupas em domicílio, manicures, desempenhando a função de diaristas, muito embora sem carteira assinada. Além disso, elas vêm demarcando muito timidamente, seus espaços no mercado formal, atuando como empregadas domésticas, cabeleireiras, chefes de cozinha, recepcionistas, vendedora em lojas de artigos femininos, microempreendedoras em salões de beleza, mas ainda com pouca baixíssima aparição no campo educacional, tanto como alunas como profissionais da educação.

Sabe-se também que aquelas que encontraram na formação política no e pelo movimento LGBT, são convidadas a realizar palestras em ambientes de formação como as faculdades particulares, encontros acadêmicos, seminários, mesas redondas e colóquios. Essas, trazem grande contribuição para o debate sobre as questões de gênero, sexualidades, corpo e Travestilidades, a exemplo do IV Seminário Enlaçando Sexualidades, realizado em Salvador na Bahia em maio de 2015.

Outro exemplo bastante representativo são as conferências de LGBTs. Nas demais conferências como da educação, da mulher, da saúde, da segurança pública, das cidades e da igualdade racial, suas representatividades ainda são de pouquíssima expressão.

Constatou-se num dado das pesquisas que a situação social para a maioria das Travestis brasileiras que buscam a “pista” como meio de trabalho e sobrevivência, são bastante expressivas no que se refere ao desprovimento dos benefícios e direitos constitucionais, o que as obriga a viverem em grupos para se auto protegerem, como encontramos em Kulick (2008).

Neste contexto, as ameaças são de toda ordem. Despejos, pequenos furtos e espancamentos, que chegam à subtração de suas vidas, estão fortemente associados ao fato de serem travestis.

Outra forte revelação das pesquisas levantadas aponta para a intolerância religiosa, a negação das diferenças, em razão do que a sociedade julga entender por homem e mulher. Tem-se o entendimento a esse respeito como algo pré-estabelecido, como natural e que considera um pecado qualquer mudança na estrutura biológica também sob outras justificativas, são alguns dos principais motivos que segregam as travestis há décadas no Brasil. A convivência e a negligência do Estado brasileiro têm sido denunciadas em organismos internacionais por apenas se empenhar em construção de políticas públicas universalistas que desconsideram as diferenças e as especificidades.

Segundo as reflexões de Melo, Brito & Maroja (2012), contudo:

[...] é necessário reconhecer que políticas universalistas são fundamentais, mas não suficientes para evitar que a homofobia institucional exclua a população LGBT dos serviços de assistência oferecidos pelos diferentes órgãos governamentais, nas esferas municipal, estadual e federal, particularmente quando essas pessoas não correspondem aos fenótipos de gênero convencionais, a exemplo de travestis, transexuais, homens afeminados e mulheres masculinizadas, o que muitas vezes gera situações de vulnerabilidade social no âmbito de instâncias fundamentais da vida social, como família, trabalho e serviços de educação, saúde e segurança, como destacaram várias ativistas entrevistadas. (p.421)

Ainda segundo os autores:

No começo de 1995, duas casas da rua São Francisco eram habitadas exclusivamente por travestis. Havia outras duas casas, onde travestis ocupavam apenas o primeiro pavimento. Os outros eram ocupados por

famílias ou pessoas sozinhas. Foi em uma dessas duas casas que eu residi durante parte da pesquisa. Tudo somado, havia sempre em torno de 35 travestis vivendo na rua São Francisco. O que significava que a rua era o local de maior concentração [de residências] de travestis na cidade. [...] apesar das condições de vida quase insalubres, os preços do aluguel dessa casa, assim como de outros imóveis, no entorno da rua São Francisco eram altos[...] (idem, p. 41).

Trilhou-se um caminho pouco explorado cientificamente, o mundo escolar das Travestis, certamente não incorreu em algo muito fácil de se pesquisar, visto que pesquisadoras/es narram que aproximar-se desse grupo em qualquer cidade não é algo corriqueiro, em especial para alguém que pretende explorar um universo ainda não explorado, neste caso, as trajetórias escolares desses sujeitos.

Buscou-se primeiramente, encontrar alguém que pudesse tanto abrir as possibilidades de aproximação no ambiente da “pista”, bem como prestar outras informações sobre a dinâmica do local. Alguma informação capaz de “facilitar” a inserção num ambiente nunca antes pesquisado em Macapá. Tomou-se como exemplo nesta etapa do estudo, baseado nas pesquisas de outros estados, que as Travestis, iniciam seus processos de Travestilidades, na sua maioria, quando ainda convivem nos ambientes familiares e conseqüentemente, quando ainda estão ou deveriam estar matriculadas na educação básica, no ensino fundamental.

Sabe-se que nessa idade, ainda bastante prematura, é importante considerar que adolescentes a partir de 12, 13 e 14 anos de idade, se encontram ainda, envoltos de grandes conflitos com seus processos de construção das identidades sexuais, estejam elas ou eles em qualquer classe social ou se reconhecendo em qualquer que seja a orientação sexual.

Mas passemos ao que tomou-se por conceito, para definir a Travesti. Primeiramente buscou-se a definição do Manual de Comunicação LGBT elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) brasileiro, que entre outras contribuições diz que, Travesti é:

Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta o seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormônio-terapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia da redesignação sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos e formas femininas). É incorreto usar o artigo

masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p.18).

Nessa pesquisa, trabalhou-se com as trajetórias escolares das Travestis, logo, baseou-se em um conceito elaborado pelo movimento LGBT, por considerar que há legitimidade nessa elaboração e que é anterior a outras, que viessemos a acrescentar a posteriori, ao longo do texto.

Constatou-se que para a maioria das Travestis a ruptura/separação na vida social, inicia-se nas suas famílias. O que não é uma regra. Essa ruptura acontece na maioria das vezes, pela expulsão das Travestis pelos pais. São menores os registros de expulsão por parte das mães. Em alguns casos, a decisão de sair parte da própria Travesti, por não suportar as constantes cobranças que as leva a decisão forçada de abandonar seus lares. No último caso, a motivadas pela ideia de que seus pais “jamais” compreenderiam suas identidades sociais, saem de casa para evitar constrangimentos a sua família, pois isso levaria a envergonha-las diante de vizinhos e parentes.

Essa separação das travestis de suas famílias, além de provocar dor, desespero e saudades do lar, levam-nas prematuramente a uma enorme e incontestável vulnerabilidade social. Todos esses e outros fatores que se apresentam são de ordem estrutural, visto como uma situação ainda mais preocupante, no que se refere ao futuro de uma população que não se estabelece em qualquer lugar das sociedades como outras pessoas que não são Travestis.

Outra preocupação são as doenças sexualmente transmissíveis, as condições de existência precária em todos os sentidos, em especial, o “abandono” escolar. As travestis quando possuem alguma escolaridade esbarram numa outra forma de exclusão, aquela baseada nos critérios da sexualidade. Esse critério que segue a norma heteronormativa, tem sido utilizada para não admitir as Travestis no mercado formal de trabalho.

Ainda nos aportes de Shimura (2012), pesquisa científica a qual nos trouxe inúmeras contribuições ao investigar Travestis no estado do Paraná, pode-se dizer, que:

[...] objetivou com sua pesquisa compreender como travestis vivenciaram o período escolar, seus anseios, preferências, sonhos e fragilidades, a família, as amizades, o trabalho e experiências. Embora o Período escolar e a comunidade escolar seja parte essencial desta pesquisa, no processo de resgatar as memórias desse período da vida se misturam com o tempo presente, ou seja, as entrevistadas ao rememorem o passado, tornaram-no próximo do presente, pois suas identidades sociais, de gênero e a orientação sexual estavam em construção. Assim, as narrativas tratam do passado e se misturam com o presente (p.13).

Pesquisas sobre as realidades da vida escolar e de trabalho das Travestis vêm crescendo gradativamente em várias as regiões do Brasil. Embora ainda necessitando de outros levantamentos mais específicos, o que já se produziu de pesquisas, já é possível ter uma mostra importante de que suas condições socioeconômicas não diferem muito de uma região para outra, visto que o mercado formal de trabalho, na maioria das vezes, apresenta-se como uma negação baseada na discriminação dos sujeitos Travestis.

Vivian está “poderosa” no tubinho preto. Ao encontrar com Tiago Duque, se mostra contente, pois não se viam desde que ele havia encerrado seu campo anterior ali no “Sucão”. “E aí, mona?”. Ela conta que largou a escola, não conseguiu conciliar com o trabalho; neste, segue firme, “de carteira assinada”. Por isso só tem “se montado” nos finais de semana, e aproveita para perambular pela Praça antes de ir para a Avenida Aquidaban, ponto tradicional de prostituição travesti em Campinas. “É uma adrenalina que coloquei na minha vida”, comenta referindo-se ao fato de “fazer pista” eventualmente (PELÚCIO; DUQUE, 2013, p. 24)

Percebeu-se também que as suas organizações em movimentos sociais são importantes para efetuar formação e executar as constantes denúncias de crimes de ódio³ contra as Travestis que assumem a atividade de prostituição no Brasil. Essas pesquisas vêm ganhando visibilidade por todo o país, mas com menor expressão na região norte.

Contudo ainda são alarmantes os números de assassinatos denunciados pelas Organizações não Governamentais (ONG's) e pela própria Associação Brasileira de Gays Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁴ (ABGLT), às delegacias e instituições de defesa dos Direitos Humanos, o que na sua maioria não resultaram em inquéritos, punições ao agressor o que faz do Brasil um dos países mais violentos no que se referem as motivações para justificar crimes de ódio. Ancorados na não aceitação da diversidade sexual, na homofobia, e na Transfobia, neste caso com maior ênfase são violências direcionadas ao grupo das travestis (JUNIOR, 2011). Sobre a ABGLT, ainda destaca que:

³ Crime de ódio: No contexto LGBT, expressão usada para descrever crimes motivados por sentimentos homofóbicos. (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 22)

⁴ ABGLT foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores. Trata - se de uma rede nacional formada por 220 organizações. É a maior rede LGBT da América Latina (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 42)

A ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – não afilia organizações que defendem a pedofilia e requer que organizações candidatas à filiação declarem por escrito serem contrárias à exploração sexual comercial, ao turismo sexual e à pornografia envolvendo crianças e adolescentes. Também inclui o respeito à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p.23).

Pesquisas envolvendo a população LGBT, reforçam a afirmativa de que as Travestis sofrem todo tipo de violência, principalmente simbólica como as do campo psicológico que culmina na violência física, tendo por consequência uma “estranha” separação, associada ao que se construiu histórica e socialmente por homem e mulher, por gênero, e por tudo aquilo que foge as normas. Neste caso, sugere. Louro (1997):

Um outro modo de compreender as identidades sexuais e de gênero implica mudanças extremamente significativas. Não é tarefa fácil e trivial. Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita – sempre – a partir de um dado lugar que se toma como norma ou como centro. É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural. Mas, não há como negar que a disposição de questionar nosso próprio comportamento e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizadora: para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar ideias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como ‘outros’ (LOURO, 1997, contracapa).

Antigos estudos que retratam as Travestis como sendo esse corpo excêntrico, que nem é “homem” e nem é “mulher”, mas tidas como as causadoras do tamanho desconforto que as suas presenças provocam em ambientes públicos. Há que se desconfiar, que numa idade tão precoce, a chamada “idade das descobertas e transformações do corpo”, ou seja, no início da adolescência onde as sexualidades afloram mais intensamente que as experimentações e dúvidas, sejam bastante presentes nessa fase da vida, onde sabe-se que iniciam a maioria dos processos de transformação de seus corpos. Sabe-se também, que essa é um momento das suas existências que as violências as cometem das mais diferentes formas.

Esse é o momento em que algumas travestis, ainda em seus processos de descobertas, ocultam, outras escancaram, outras apenas narram, que passaram a conhecer as consequências de suas emblemáticas existências e resistências, em casa, nas ruas, nas igrejas, nos ambientes escolares e nas “pistas”.

Em vários casos narrados em pesquisas, o corpo passa a ser produzido como um corpo abjeto. Objeto de negação, escárnio, maus tratos pelos pais, transeuntes e colegas da escola. São nesses momentos que passamos a nos utilizar das contribuições dos teóricos *Queer* para questionar as instituições, os discursos, problematizar o debate e as Políticas que não contemplam as Travestis.

Sabe-se que a educação oferecida cerca a realidade das travestis de abandono e conivência com as violências simbólicas. Importou-nos saber, como as instituições vêm (des) constituindo e/ou reforçando as imagens estereotipadas que as destitui de seus direitos inalienáveis.

Após a conclusão do mapeamento das pesquisas já concluídas, depreende-se que tais discursos que reverberam nas diferentes regiões brasileiras, não diferente na Amazônia. Por isso nossa incursão pautou-se, em particular, na capital Macapá cidade considerada “Pérola da Amazônia”.

Diante disso, ao vislumbrarmos pesquisar instituições, Travestis e conseqüentemente seus corpos viu-se ainda, nos aportes de Shimura (2012), que:

Uma das indicações de que corpo e sexo não são produtos da natureza é a existência de transexuais e travestis que, constantemente, constroem e fabricam seus corpos por meio da tecnociência (HARAWAY, 2009). Além de contrariarem o discurso da “verdade do sexo”, ainda são “impedidas” de circularem pelas instituições sociais, como a escola. Transexuais e travestis são existências que por meio da expressão do corpo acabam sendo riscadas da memória de uma história do corpo, de uma história da sexualidade ou do sexo, de uma história de vida (p.24 - 25).

Após todas as contribuições das pesquisas aqui elencadas, passou-se ao mapeamento dos artigos científicos que, por possuírem outra dinâmica de construção, nos ajudaram a mensurar a extensão do debate, pois, elaborados e pensados com características mais pontuais, tem-se assim, uma maior possibilidade de circulação e acesso por tratar de temas que interessam aos investigadores e ao mesmo tempo, chegar com uma certa facilidade aos estudantes de um modo geral.

Ao buscou-se por artigos científicos no site da SciELO-Sientífico, produzidos no mesmo período (2004 a 2014). Encontrou-se resultados também, bastante interessantes. Utilizou-se das mesmas combinações de palavras-chave no escopo do resumo. Encontrou-se 1.280 artigos relacionados à *Políticas Públicas/Travestis*, 1.340 relacionados à *Educação/Travestis*, 1.480 relacionados à *Travestis/Corpo* e 1.560 relacionados à

Travestis/Violência. Optou-se por não fazer o cruzamento da palavra-chave, Movimento Social por uma questão de delimitação da pesquisa, embora tenha-se elaborado dois tópicos para falar de sua formação histórica e política.

Quadro 06: Pesquisa por palavras-chave

Políticas públicas/travestis	aproximadamente	1.280
Educação/travestis	aproximadamente	1.340
Travestis/corpo	aproximadamente	1.480
Travestis/violência	aproximadamente	1.560
Políticas públicas/travestis	aproximadamente	1.280

Fonte: Base de Periódicos da Scielo- Quadro feito pela autora

Ainda em se tratando das produções científicas, os dados aproximados de produções de artigos científicos que tratam de alguma forma a realidade das Travestis, no mesmo período de 2004 a 2014, demonstrou-se bastante revelador, pois é nesta forma de escrita acadêmica, na qual uma de suas finalidades se destina a circulação mais dinâmica e fidedigna, com intuito de divulgar resultados de pesquisas científicas, apresentou-se com resultados bastante produtivo se considerarmos termos aproximadamente 100 (cem) produções por ano, revelando um número de trabalhos bastante considerável, em se tratando da temática envolvendo as travestis.

Assim, mapeadas as produções no período aqui proposto, passou-se a descrever um pouco do cenário brasileiro, alguns momentos políticos, seus marcadores culturais, seus mitos e seus registros de brasilidade.

1.3. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DE UM BRASIL RECONHECIDAMENTE DIVERSO E CONTROVERSO

De um Brasil colonizado, miscigenado, catequizado, cristão, monárquico, republicano, ditatorial, (re)democratizado a um Brasil reconhecido mundialmente pelo seu “mito da brasilidade” como aponta Souza (2009) em sua obra intitulada *Ralé Brasileira: quem é e como vive, foi e continua sendo até os dias de hoje, o Brasil das negligências de seus próprios processos sociais, políticos educacionais e que nas últimas décadas, reivindica nada mais nada menos do que direitos humanos para uma grande parcela de sua população formada por: mulheres, negros, indígenas, ribeirinhos, pessoas com alguma*

deficiência, pobres, idosos, jovens em conflito com a Lei, lésbicas, bissexuais, gays, Travestis e transexuais.

Diante dessa realidade, seus agentes políticos, neste caso específico pessoas na gestão de cargos públicos em todas as esferas governamentais, são chamados a prestar conta dos postergados direitos históricos à educação para todas e todos como prevê a Constituição Federal (CF) de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) nº 9394 de 1996.

O Brasil vem construindo, ao longo da história de suas legislações educacionais e de suas políticas públicas, um cenário notório de segregação de vários grupos e dentre eles aqueles considerados menos merecedores de atenção política e de investimento de recursos em políticas públicas. Aqueles considerados exóticos, “diferentes”, desviantes, transgressores de uma certa moral Cristã e relegados ao ‘lugar da escuridão’, fala-se aqui da população LGBT, em especial a população das Travestis e das Transexuais.

As instituições, as Políticas Públicas, as legislações educacionais brasileiras e as moralidades versos os direitos inalienáveis como, o direito a vida e a educação, travam uma batalha histórica que nos convida a todas (os) as seguintes reflexões: Qual o legado político-social e educacional que nós pesquisadoras/es e agentes públicos do século XXI, temos por desafio deixar registrado para a segunda década deste século? Quais os sujeitos que não interessam ao Estado brasileiro e aos Sistemas Educacionais brasileiros, onde práticas segregadoras e legitimadas pela nossa sociedade e pelas instituições. Como desconstruir culturas e práticas atravessadas por concepções religiosas e de classe, que excluem e desumanizam sujeitos, relegando-os um lugar sombrio, de caráter histórico, cultural? Em Shiroma, Moraes & Evangelista (2011), observa-se que:

Compreender o sentido de uma política pública reclamaria transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão [...] Temos a convicção de que as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições suprarreferidas. Não por mera causalidade. Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e a reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma as aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus *loci* privilegiados [...] (2007 – contracapa).

O Brasil, país que carrega consigo elementos culturais e mercadológicos que lhe conferem destaques internacionais como: suas dimensões continentais, suas riquezas naturais como a floresta amazônica, detentora das maiores riquezas naturais e da biodiversidade mais cobiçada do planeta, também acumula a triste estatística de ser um dos países mais violentos do mundo.

O assassinato de Travestis e Transexuais transformou o cenário político brasileiro num lugar reconhecidamente diverso e controverso no qual mergulhou-se pontualmente nas trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista”.

Embora existam poucas estatísticas oficiais nas instituições públicas a respeito das diversas expressões de violências contra LGBTs e mais especificamente com foco nas travestis, o que em si já é um grande problema, sabemos que a homofobia⁵ - aversão a gays, lésbicas, travestis e a transexuais – é prática cotidiana no Brasil.

Indicam as pesquisas levantadas, a começar pela negação das famílias dentro de suas próprias casas, nas ruas, nos locais de trabalho, nos meios de comunicação e nas demais instituições, inclusive com grande ênfase de denúncia nas escolas, o que constata-se nos dados da pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil” realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (FRL), nos anos de 2008 e 2009. Estes resultados apontam para um desafio que se apresenta cada vez mais central nas escolas brasileiras, a violência homofóbica.

As pesquisas que denunciam a discriminação contra LGBTs e com forte ênfase, contra as Travestis e Transexuais no Brasil, tem revelado a grave ausência do Estado brasileiro em pautar e discutir formas de equacionar os problemas revelados a respeito da Transfobia⁶, em especial sofrido pelas travestis em situação de “pista”. Ausência esta que vêm reproduzindo sistematicamente os estigmas que motivam as ações hora de violência, fomentada por grupos fundamentalistas religiosos, hora de segregação total desses atores sociais, culminando, segundo elas, em relatos de expulsões para fora da vida escolar e por muitas vezes de forma definitiva, como corrobora Oliveira (2012).

⁵ A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativo. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Esse conceito ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco preciso para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 21).

⁶ Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

Ao longo das últimas décadas a sociedade brasileira vem convivendo com o aumento da violência e da criminalidade e, nesse contexto, surgiu um elemento novo, o assassinato de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT). Indivíduos pertencentes a um seguimento social estigmatizado, passaram a figurar entre vítimas de crimes brutais e recorrentes (p.15).

Destaca-se ainda, que apesar das constantes denúncias do movimento LGBT organizado no Brasil, mudanças pouco significativas são percebidas no comportamento social da população brasileira nas últimas décadas, e, embora autores, como João Silvério Trevisan, denunciem a forma de organização do movimento LGBT brasileiro, grande parte das conquistas no campo jurídico, é atribuída as lutas constantes do movimento.

Constou-se também, que a escola tem sido uma instituição reprodutora das práticas excludentes, que foi e ainda é um ambiente conservador, tradicional e de raríssimo acolhimento as Travestis. No entanto, considera-se que, no Brasil, as pouquíssimas Travestis que encontraram estratégias pessoais para viver fora das pistas, adotam estratégias de assujeitamento como forma de permanecerem nos ambientes escolares. São essas que mais nos fornecem informações de como é a escola no seu cotidiano. As que conseguem concluir o ensino fundamental e médio, o que é raro, narram quão cúmplice é a escola brasileira com as questões específicas desse público.

Outra constatação diz respeito as estratégias adotadas por cada uma. Embora não livres, dos constrangimentos cotidianos, as poucas Travestis que chegam ao ensino superior, e que sabe-se que acontece num número bastante reduzido, vivenciam outras realidades, as vezes com um certo destaque. Nota-se que esses protagonismos apontam para o desafio de que, embora considerada “ambiente hostil” a presença das Travestis, a escola e outras instituições podem e devem (re)significar suas culturas, políticas e práticas, como pode-se encontrar em Santos (2008), canalizando para si, através de ações políticas, parte da responsabilidade que é sua por definição e dos demais componentes dos sistemas educacionais, sistemas correlatos e parceiros como diz, Torres (2013):

No que diz respeito à educação, são várias as instâncias que contribuem para definir o que se pode admitir: os Conselhos de Educação, os movimentos sociais, os grupos religiosos, as ciências e por fim, o Estado. Este, como um grande mediador e regulador, é representado pelas Secretarias de Educação dos estados e dos municípios e pelo Ministério da Educação. No entanto, os consensos entre essas instâncias geralmente são bastante frágeis e de curta duração. Novas demandas na área das sexualidades sempre aquecem os debates, por exemplo, o uso do nome

social de travestis e transexuais no diário de classe. Em várias localidades, as Secretarias de Educação sancionaram portarias permitindo o uso do nome social, uma decisão que geralmente advém de diálogos com conselhos de Educação, movimentos sociais, entre outros. (TORRES, 2013, p.11).

Frente aos desafios da segunda década do século XXI e dos pressupostos pós-modernos que apontam para uma efemeridade dos fatos, fala-se em novos olhares sobre os paradigmas educacionais sobre as questões de gênero e das sexualidades. Isto posto, tem-se como ponto de partida a missão de arregimentar outros elementos e outros objetivos disponíveis para lidarmos com as diversas identidades sexuais. Transpor o conceito de gênero pautado no biológico e no binarismo, considerar as subjetividades presentes nas/nos outras/os e em nós. Questionar a norma, considerada o nosso desafio premente.

Nestes novos tempos, trazer para a luz, os questionamentos das moralidades e dos centros estruturantes da lógica heteronormativa, vislumbrar um outro lugar, uma outra forma discursiva, novas práticas, uma nova escola. Ousar modificar as existências dos seres abjetos, assim como transformaram-se os indivíduos ao longo do tempo histórico, ressignificar os outros grupos, desejar outras sociedades, como se fez, em outras épocas, em outras culturas.

1.4. CONHECENDO UM POUCO O ESTADO DO AMAPÁ E SUA CAPITAL MACAPÁ: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CULTURA, GEOPOLÍTICA, POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E PROCESSOS MIGRATÓRIOS

O Amapá, estado brasileiro localizado na parte setentrional ou norte do Brasil e nas encostas leste do Maciço das Guianas, sendo banhado pelo oceano Atlântico e pelo rio Amazonas, pertencendo ao mesmo tempo aos dois hemisférios norte e sul.

Estado localizado no mapa político brasileiro como pertencente à região Amazônica, tem por capital a cidade de Macapá. A única capital brasileira banhada pelo maior rio do mundo em volume de água, o majestoso rio Amazonas.

O Amapá é o único estado da federação que possui uma fronteira com território de dominação europeia, Guiana Francesa e com os países da América do sul/Suriname. O Amapá foi por muitas décadas Território Federal brasileiro, tendo sido instituído em “13 de setembro de 1943” (MORAIS; MORAIS, 2011, p.10) e elevado à categoria de Estado em 05 de novembro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal.

Possui um clima predominantemente equatorial quente e úmido (caracterizado por altas temperaturas e chuvas abundantes) Possui uma extensa área territorial de 142.828.521 km² e é considerado um estado “pouco” conhecido do ponto de vista de sua cultura local, figurando apenas, em muitos outros casos como mais uma unidade da federação e de pouca notoriedade quando comparado aos demais estados brasileiros. Segundo Torrinha (2015), isso dá-se em razão dos seguintes desafios:

O estado do Amapá precisa que seus agentes construam seu próprio fio de desenvolvimento. É um dos estados mais novos da República Federativa do Brasil, criado pelos atos das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988. Por sua configuração político-administrativa recente é considerado um Estado em construção embrionária, razão pela qual é possível pensar e planejar um desenvolvimento que valorize a região, a organização espacial e sua dimensão territorial. (p.6).

Uma das riquezas históricas que o Amapá possui, mas que é pouco conhecida, é a presença dos sítios arqueológicos em seu território. A exploração de túmulos do período pré-histórico faz do Amapá o único estado da Federação, que até o ano de 2010, registrou através de pesquisas arqueológicas a presença de uma espécie de poços com “câmara lateral para sepultamentos indígenas com o emprego de urnas de cerâmica como mobiliário fúnebre, temática que poderá ser melhor conhecida em Filho (2010) na obra intitulada: Túmulos pré-históricos no Amapá Sepultamento em poços. A menção a esta obra é, para além de divulgar as possibilidades de pesquisa no Amapá, fazer com que o leitor conheça um período da história de antepassados, de parte da história e da origem do povo amapaense.

Sabe-se que outra expressão cultural bastante difundida por todo o Brasil é a que se refere as comunidades de quilombos. No Amapá algumas peculiaridades do povo negro são especialmente manifestadas através da dança. O batuque e o “mar-a-baixo” são as mais conhecidas popularmente, mas, outras mais poderão ser encontradas com mais detalhes na obra de uma “filha da terra” chamada Piedade Lino Videira, em sua tese de doutorado intitulada: *Batuques, Folias e Ladainhas: A Cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua Educação*.

Essa obra é uma pesquisa rica, que ousou entrar em incursão pela sua comunidade de origem com a percepção de sua necessária contribuição para a educação brasileira e em especial para a educação de seu povo. Assim afirma, Videira (2013).

Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária e de riscos dos territórios quilombolas no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade territorial e social, essa questão é agravada pelo absoluto esquecimento e distorções verificados no sistema de ensino oficial. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram as populações afro-brasileiras e as matrizes oriundas da África como agentes e componentes ativos da formação territorial, social e histórica do país. Em seguida, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal (VIDEIRA, 2013, p.25).

Além das riquezas culturais, as riquezas minerais são, indiscutivelmente outra assinatura na história do Amapá desde a criação do antigo Território Federal. Essa atividade econômica e seus tentáculos capitalistas e ambientais mudaram a dinâmica de se viver no Amapá, no passado e, ainda hoje é considerada uma das atividades que mais deu e dá visibilidade do Amapá para o mundo. A descoberta das ricas jazidas de manganês no município de Serra do Navio em 1946 teve no projeto Indústria de Comércio de Minério (ICOMI) em 1947 um marco na economia local. Em Santos (2006):

Sob a coordenação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), em 1947, teve início a concorrência pública para exploração das reservas manganíferas amapaenses participaram do licitatório a empresa brasileira Indústria de Comércio de Minério (ICOMI) com sede em Minas Gerais; a multinacional Companhia Meridional de Mineração (subsidiária da U.S.Steel) e a norte-americana Hanna Exploration Company, com as duas últimas empresas apresentando propostas restritivas do ponto de vista do investimento e estranhamente vacilante, quanto credibilidade nas potencialidades econômicas dessas jazidas, embora outrossim, dispusessem de informações que confirmavam essa viabilidade, configurando a licitação como acerto entre as concorrentes (p.68).

A Implantação do Projeto Jarí celulose em 1968 e posteriormente pela proposta de implantação de uma zona de livre comércio de Macapá e Santana na década de 1990, foram outros eventos responsáveis pelo povoamento e pela urbanização do Amapá e conseqüentemente de sua capital Macapá e do município de Santana que juntos formam a maior concentração populacional do estado.

Segundo Morais & Morais (2011) o perfil demográfico resultante dessas modificações na estrutura econômica, intensificou a urbanização descontrolada ocorrida nesses últimos anos. Com a então elevação do então Território Federal do Amapá a estado em 1988, a dinâmica social da capital passou a se modificar ainda mais com o fenômeno das migrações, grande parte impulsionadas pela transformação do Território Federal em

estado, e pelas oportunidades de emprego no serviço público e da tão divulgada política de criação das zonas de livre comércio na década de 1990.

Santana, o segundo município mais populoso do estado é onde se encontra a principal porta de entrada e saída de produtos no estado através do Porto de Santana e da chegada de famílias oriundas das ilhas do Pará, do Nordeste e em menor número de migrantes do sul e sudeste brasileiro.

Segundo o IBGE, no período de 1991 e 1996, o Amapá teve a mais elevada taxa de crescimento demográfico do país, que é explicado principalmente pelas correntes migratórias do estado da região norte (Pará e Ilhas do Pará-Arquipélago do Marajó-Afuá-Breves e Chaves) e, Nordeste (Maranhão, Ceará e etc) e, também pela baixa redução da taxa de mortalidade (MORAIS; MORAIS, 2011.p, 12).

O Amapá possui no serviço público sua maior fonte econômica desde a criação do Território, o que no linguajar local ficou popularmente conhecida como “a economia do contracheque”. Ainda em Santos (2006):

Ao dispor sobre a administração dos territórios federais criados por Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº5.839, de 21 de setembro de 1943, dava aos governadores liberdade de iniciativa para criarem órgãos que atendessem as necessidades e peculiaridades regionais. Apoiado nessa prerrogativa, já em março de 1944, Janary Nunes propôs ao Poder Central reforma do judiciário regional e, a partir de abril, implementava a administração amapaense fundamentado no Plano de Organização Administrativa, criando instituições denominadas de departamento e serviço para cuidar dos negócios públicos. Sugeria também a divisão territorial, com a criação do município de Oiapoque (p.43).

Embora com grande potencial, mineral, turístico, cosméticos, moveleiro e de pescados, o maior desafio para administração pública, dentre outros, é fazer com que novas fontes de renda passem a fomentar a circulação de dinheiro por todo o estado. Além do comércio local de eletroeletrônicos, construção civil, do comércio varejista, da exportação do açaí, o funcionalismo público é o que mais contribui para manter aquecida a economia. A escassez de gêneros alimentícios que, na sua maioria vem de outros estados, também é considerada, uma limitação, ou melhor, dizendo, uma política que pouco interessa para não dismantelar as territorialidades hegemônicas. Na capital Macapá, estão concentradas as maiores redes de abastecimento alimentício do estado.

Esse abastecimento é crucial para a oferta de alimentos em Macapá porque no estado amapaense a produção alimentar é abaixo da demanda de sua população. Dessa maneira ocorre uma dependência muito forte do

alcance das redes de abastecimento externas, principais fontes de mercadorias para os supermercados e para a formação de suas próprias redes de controle do território comercial (TORRINHA, 2015, p. 6-7).

A mineradora que desde o período da ditadura militar se instalou em terras amapaenses, deixou sérios problemas ambientais e o desemprego à inúmeras famílias. A mais conhecida no estado desde a época do Território Federal foi a Indústria de Comércio e Minério do Amapá (ICOMI). Esta por sua vez, por décadas esteve em terras amapaenses, empregando e dinamizando a economia local. Seus funcionários gozavam de certos privilégios em relação ao restante da população, pois eram alocados em moradias cedidas e organizadas em vilas pela própria empresa. As mais conhecidas pela população local são até hoje a vila do município de Serra do Navio, que hoje comporta uma população residente de aproximadamente 4.850 habitantes Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2014) local onde era explorado o minério de manganês e a do município de Santana, que possui hoje uma estimativa de 110.565 de população residente, conhecida como “Vila Amazonas”, lugar destinado à moradia de familiares de ex-funcionários/os da antiga exploradora de minério de manganês e de políticos locais.

A empresa ICOMI, implantada no Amapá desde 1947 desde a descoberta de fartas jazidas de manganês, foi uma das responsáveis pela visibilidade do Amapá, em plena ditadura militar, para a cobiça de empresários de outras regiões brasileiras e para o mundo, sendo agora mais recentemente visto por grandes empresários do agronegócio como um território em potencial para o cultivo da soja.

Para além de suas fronteiras, o estado do Amapá, nas últimas décadas, vem buscando uma maior aproximação com o platô das Guianas e do Caribe, o que é visto pelos amapaenses como a oportunidade de intercâmbio com outros povos em especial com a língua francesa. Com os constantes diálogos entre o governo do Amapá e os governantes Guianenses, ambos buscando diminuir o distanciamento entre o Amapá e a “região platina” pactuado no termo de cooperação e integração, tem por eixo principal a Rodovia Transguianense, que ligará Macapá à Boa Vista no estado de Roraima, passando por Caiena, Paramaribo e Georgetown. Espera-se que com a concretização deste projeto que o dinamismo econômico, concentrado majoritariamente no serviço público, promova mudanças no isolamento desta região em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O processo de cooperação transfronteiriça, visando à articulação na fronteira entre Amapá e Guiana-Francesa em diferentes frentes, começou no ano de 1996, com a viagem de João Capiberibe, então governador do estado do Amapá, para a Europa (França, Alemanha e Portugal), na intenção de promover internacionalmente as potencialidades da cidade da fronteira e de todo o Estado naquele departamento [...]. A partir das relações deste Governador junto principalmente ao MRE, bem como sua vinculação e a do Presidente Fernando Henrique Cardoso a algumas autoridades francesas, dentre elas o presidente francês Jacques Chirac, Brasil e França acenaram para a possibilidade de cooperação transfronteiriça (SILVA 2013, p.52).

É no extremo norte do estado que está localizado o município de Oiapoque que, por muitos anos foi considerado como o extremo Norte do Brasil, e que outros problemas são revelados e reclamados ao poder público. Questões relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios, passando pelo abastecimento elétrico, de água, pelo elevado preço do gás de cozinha e tudo que se necessita para a sobrevivência de seus munícipes.

O acesso a esse município só se dá por via aérea ou pela única estrada que desde a criação do Território Federal não teve concluída sua pavimentação, ocasionando em período de fortes chuvas, total isolamento de sua população do restante do estado. É nesta região que se encontra o maior índice pluviométrico do estado. As enchentes e a intrafegabilidade de sua única estrada que liga Macapá ao município de Oiapoque torna-se um tormento ano após ano, sem nenhuma solução aparente como nos narra Silva (2014):

Os problemas da cidade se multiplicam em razão do estado em que se encontra a rodovia BR 156 [...] que faz a ligação entre Oiapoque e Macapá. O trecho entre Calçoene e Oiapoque de 173km de estrada de terra, dificulta o fluxo de veículos entre Oiapoque e a capital, o que encarece significativamente os preços de produtos oriundos de Macapá que são vendidos naquela cidade da fronteira, principalmente em períodos chuvosos, quando o tráfego se complica ainda mais (p. 14).

É reclamada pela população maior investimento do governo federal para a pavimentação da BR 156 visto que a ponte sobre o rio Oiapoque já se encontra concluída e trazendo grandes expectativas de toda ordem para a população dos dois extremos Brasil e Platô das Guianas. Essa ausência de investimento vem sendo responsabilizada pelo não prosseguimento deste projeto transfronteiriço.

A falta de conclusão desse trecho asfáltico, vem comprometendo o preço dos alimentos que ao chegarem de Macapá ao município de Oiapoque vem com o preço muito acima dos praticados na capital e em outros municípios. Atrelado a esse mesmo problema

de pavimentação e asfaltamento, vem todo um comprometimento turístico, econômico, ambiental e de ordem político-administrativo, por se tratar de uma BR que corta vários municípios do estado.

Acrescenta-se ainda com relação à rodovia BR 156 que ela passa por municípios com importância histórica, cultural, econômica e paisagística no estado do Amapá. Passa por quase todos os ecossistemas apresentados no estado, e por outro lado, os nove municípios que ela corta, bem como outros dois margeados, concentram aproximadamente 75% do território do estado e muitos de seus pontos turísticos de acordo com a Secretaria de Estado do Turismo do Amapá (SETUR, 2011) (SILVA, 2014, p. 42).

Outras riquezas que também pertencem ao Amapá, consideradas como vantagens se comparadas os demais estados é seu rico ecossistema. Nele encontram-se grandes áreas de preservação ambiental e sua fauna e flora despertam cobiças de toda ordem, tanto para o desenvolvimento de pesquisas para indústrias de cosméticos, farmacológica como da indústria mineral. O Amapá é visto como um estado que por sua posição geográfica, possui um forte potencial de interligação com outros países tanto da América central como da Europa.

O Amapá apresenta vantagens em relação às outras regiões brasileiras, com diversidades de ecossistemas, com alta potencialidade de recursos minerais, vegetais e pesqueiros; sua localização geográfica com os centros internacionais de desenvolvimento e a navegabilidade para o Atlântico, permite ao Amapá projetar sua dinamização comercial baseado no incentivo à exportação de produtos vitais para a economia (MORAIS; MORAIS, 2011, p.13).

O Amapá hoje possui dezesseis municípios que aqui apresentaremos por ordem de estimativa populacional. Sendo Macapá a capital com (446.757), Santana com (110.565), Laranjal do Jarí com (44.777), Oiapoque com (23.628), Porto Grande com (19.191), Mazagão com (19.157), Tartarugalzinho com (14.754), Vitória do Jarí com (14.045), Pedra Branca do Amaparí com (13.411), Calçoene com (9.979), Amapá com (8.553), Ferreira Gomes com (6.714), Cutias com (5.291), Serra do Navio com (4.850), Itaubal com (4.836) e Pracuúba com (4.404) segundo o IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE- Coordenação de População e indicadores Sociais (COPIS). É na capital Macapá que se encontra a sede administrativa do estado e a maior concentração da população de todo o estado, onde concentramos esta pesquisa de campo.

Diante das mudanças geopolíticas, o Amapá passa a acumular graves problemas sociais, políticos e educacionais como qualquer estado brasileiro. Com a saúde pública

comprometida pelo baixo índice de obras que visam à melhoria do saneamento básico e a falta de hospitais para atender a crescente população, a falta de profissionais médicos especialistas nossa capital induz que seus municípios recorram aos serviços privados e principalmente ao estado vizinho do Pará para tratamentos de alta complexidade, custeando alguns tratamentos através do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), coordenado pela Secretaria de Saúde do Estado do Amapá.

O índice de violência é alto e as denúncias de crimes contra as mulheres é outro agravante. Atravessadas pela invisibilidade política e pela precarização dos sistemas estruturantes da sociedade brasileira, as mulheres no Amapá, não diferente das demais mulheres dos demais municípios por todo o Brasil e ainda têm que conviver com a negação discursiva e bibliográfica no tocante a seus protagonismos na construção histórica desse “novo estado”.

Esses fatos vêm sendo denunciados pelos movimentos organizados de mulheres, sobretudo pelo movimento de mulheres negras e lésbicas, que na vanguarda das lutas feministas no Amapá, têm registrado uma forte assinatura política frente às diversas formas de opressão e nas resistências da esfera política, social, ideológica e principalmente no combate ao racismo e a lesbofobia. Dentre as organizações podemos referendar o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA-AP), que hoje sob a presidência de Maria de Lourdes e todas as mulheres que nele e por ele são levadas ao ativismo. Esta organização vem capitaneando forças ao longo de 15 anos para pautar nas agendas dos espaços de decisões políticas, suas demandas educacionais, de saúde, trabalho, preservação e regulamentação das áreas de Quilombo no Amapá.

Outra organização que têm profundo reconhecimento, não apenas no estado do Amapá, mas em toda a Amazônia brasileira, no que se refere à luta em defesa dos direitos e cidadania de LGBT, em especial das demandas das mulheres lésbicas é o Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá (GHATA). Essa organização feminina, que teve por formação inicial a presença marcante de 29 mulheres que migraram e/ou nasceram no Amapá, protagonizam hoje, a maior representatividade de repercussão nacional, em ações de enfrentamento as violências contra as violações dos direitos de mulheres lésbicas no norte do Brasil.

Nestes 15 anos de criação do GHATA, tem-se por registro nesta frente de lutas, o destaque a presença indiscutível e marcante das ativistas Ivana Antunes e Maria de Fátima Gama, que a frente do GHATA por mais de uma década, acompanharam de perto todas as

etapas de criação da primeira organização de mulheres lésbicas do Amapá. Ambas foram e continuam sendo figuras determinantes e combativas nos debates e na transformação dos cenários das Políticas Públicas para a população LGBT amapaense, com destaque para as demandas lésbicas.

Sabe-se que no Amapá, tanto os protagonismos de Ivana Antunes e Maria de Fátima somados aos de outras companheiras de ativismo em defesa dos direitos de mulheres lésbicas, fez do GHATA a maior referência de ativismo do estado.

Hoje, essa organização passou por renovação de sua diretoria. Nesta nova direção pode-se, e ainda contar como a forte presença das precursoras dessa organização, Eloiana Cambraia, Eunice Bezerra de Paulo, Élide Lima, Paula Nery, Gisele Belfor, Sônia Matos, Bianca Pinheiro, Simone de Jesus, Rosângela Marques, Gisele Belfor, e desta pesquisadora. Dentre as ativistas que formaram o GHATA há 15 anos atrás, registra-se as presenças marcantes de Alexia Leblock (transexual) e Samira Zaydan (Drag Queen) ativistas que são consideradas até os dias de hoje, figuras importantíssimas em todas as etapas desse processo de enfrentamento as violências contra a população LGBT.

O GHATA acumula dentre outras conquistas a particular notoriedade por ter inaugurado na Amazônia a 1ª Parada do Orgulho LGBT do meio do mundo. Registra-se que por mais de uma década todas as paradas foram realizadas e/ou apoiadas pelo GHATA. Registra-se também que, em 30 de agosto de 2015 foi o ano em que essa organização completou 15 anos de ativismo ininterruptos no Amapá, onde comemorou em ato simbólico juntamente com outras organizações e com a população amapaense 15 anos de resistência e luta.

Destaca-se também no Amapá, outro tipo de violência que preocupa toda a sua população. Os assaltos, os sequestros com vítimas fatais e ousos de arma branca, é uma das características bastante acentuada nos registros das delegacias do Estado. Os crimes motivados por razões homofóbicas, vem sendo denunciado juntos as Secretaria de Segurança pública do Amapá. Em atendimento a essa reivindicação feita reiteradas vezes junto ao governo do estado, obteve recentemente como devolutiva, que se materializou no decreto que institui no Amapá o Comitê de enfrentamento as violências contra LGBT.

A resposta da atual gestão do governador Waldez Góes, foi no sentido de aproximar o movimento LGBT da atual gestão da segurança pública, verificada a fragilidade de seu efetivo em lidar com o reconhecimento das características que são próprias dos crimes homofóbicos. Essas características de violência, que também estão sob os domínios das/os

pesquisadoras/es e da própria experiência empírica dos ativistas, faz de ambos, colaboradores necessários para as instituições responsáveis em registrar, apurar, desvendar e punir os culpados.

Outro marcador social são os acidentes de trânsito que na sua maioria envolve consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Os maiores registros apontam para os condutores de motocicletas. A alta estatística de acidentes com essas características, deu a cidade de Macapá durante anos, o título da primeira capital em acidentes de trânsito do Brasil, em números percentuais de seus habitantes. Hoje, com a prefeitura aplicando altos investimentos na sinalização de trânsito e o estado colaborando com maciças campanhas em educação no trânsito junto às escolas, pode-se considerar que os resultados levaram a cidade de Macapá, para terceiro lugar no *ranking* nacional.

Também há no Amapá um elevado número de menores em conflito com a Lei e que estão entre um dos problemas a serem enfrentados pela administração pública em especial pela secretaria de segurança pública. Neste caso, a população o clamor da população é que sejam desenvolvidas a título de parcerias, políticas intersetoriais. Ações conjuntas que minimizem os preocupantes problemas que envolvem as/os jovens, culminado num acúmulo de sujeitos privados de liberdade, com baixa escolaridade e sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto, a Secretaria de Educação, de Segurança Pública, e de Saúde articuladas com as ações das Secretarias da Juventude, Secretarias da Mulher e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, são consideradas partes indispensáveis nas articulações que envolvem o presente e o futuro das/dos jovens amapaenses, por se tratarem de secretarias que estão exatamente nas áreas de tensões e por pertencerem ao grupo de secretarias com os maiores repasses de verba da administração pública.

A exemplo de outros estados brasileiros, registra-se também, que o Amapá não esteve a parte das denúncias de corrupção envolvendo a classe política, empresarial e de funcionalismo públicos. Fatos de repercussão nacional vêm depositando na população local uma acentuada c “(des)credibilidade” na classe política, como pôde-se observar no alto número de abstinência registradas nas urnas, nas últimas eleições de 2014.

Registra-se como um dos grandes desafios para todos os órgãos de controle social, uma melhor atuação frente às constantes denúncias de crimes de corrupção na administração pública. Um passo na direção desse controle dos gastos públicos é a Lei da

Transparência criada pelo Senador João Alberto Capiberibe (PSB – AP) a qual vigora em todo o País.

Neste contexto político administrativo que se estabeleceu no Amapá após as eleições de 2014 que reconduziu o Ex-Governador Waldez Góes novamente à frente da administração do estado para o exercício de (2015-2018), buscou-se direcionar o foco novamente para a Secretaria de Educação do Amapá, ensejando que políticas mais eficazes ultrapassem as barreiras das acirradas disputas político-partidárias local, evitando a todo custo, a possibilidade de vir novamente a sucumbir diante da crise ética, política e financeira registrada na sua gestão no período de (2003 a 2010).

Registra-se que a maior secretaria de governo no Amapá é Secretaria de Estado da Educação (SEED). Hoje tem sob a sua responsabilidade administrativa, o quantitativo de 420 escolas, sendo 402 institucionalizadas e 18 anexos. Por ser a maior dentre todas as secretarias em se tratando do número de funcionários públicos, a (SEED) também demanda o maior investimento para suprir as suas metas educacionais, contudo, pairam sobre a gestão do atual governador Waldez Góes a expectativa de se instituir uma política de estado que valorize as/os profissionais da educação, com a equiparação do piso salarial do Amapá ao piso salarial brasileiro, evento político de grande controvérsia no entendimento de vários governadores das unidades da federação o que provoca descontentamento de grande parte da categoria e que vez ou outra vem sinalizando paralisar os serviços.

Uma das reivindicações constantes na área educacional é que o governo do estado faça investimentos na formação continuada das/dos professoras/es a nível de pós-graduação em mestrado e doutorado. Ainda não é uma realidade no Amapá o investimento no mestrado em educação, embora já seja possível em outras áreas.

Os desafios mais esperados pela população LGBT do Amapá, no que tange a educação é o cumprimento do Plano Estadual de Educação. Uma das metas é de baixar o quantitativo de evasão de jovens no ensino médio e implementar ações de enfrentamento a violência praticada contra os LGBTs.

Outra expectativa referente ao cumprimento do Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 24 de junho de 2015 é que suas orientações possam proporcionar as/os alunas/os através da reformulação curricular e dos projetos políticos pedagógicos, é a oferta uma educação não racista, não sexista, não homofóbica, inclusiva, laica e com oportunidades iguais para sujeitos diferentes.

As metas do Plano Estadual de Educação do Amapá, aprovado em 2015 e sancionado pelo atual governador Waldez Góes, teve suas metas pautadas em farta discussão da proposta do Plano Nacional de Educação (PNE). Sua aprovação por unanimidade compromete o atual governo a junto a sociedade amapaense, em trabalhar para que seu público alvo possa a curto, médio e longo prazo, transpor as raízes do conservadorismo educacional buscando ações políticas que valorize a diversidade e laicidade do estado brasileiro.

Ainda nesta direção, registra-se que em maio de 2015 que o governo estadual buscou e efetivou através de parcerias com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) um curso de formação continuada para professoras/es da rede estadual de ensino, disponibilizando um total de 200 vagas com 20% destinadas aos movimentos sociais. A formação em nível de especialização em gênero e diversidade sexual na escola, tem por proposta capacitar professoras/es para atuar junto às temáticas que por décadas eram vistas como “tabus” pela sociedade brasileira. A realização desse curso de especialização, vem se constituindo numa demanda real por várias/os profissionais que atuam nas escolas amapaenses, que reclamam não saber como lidar diante das diversidades, em especial as diversidades sexuais e de identidades de gênero.

A proposta de formação que se encontra em curso desde maio de 2015 veio principalmente das pautas e lutas nacionais do movimento LGBT e das extensas discussões das duas últimas Conferências Municipais de Educação (COMED), Conferência Estadual de Educação (CONED) e Conferência Nacional de Educação (CONAE) respectivamente, nos anos de 2010 e 2014. As necessidades de se preparar professoras e professores para os dez anos da vigência do Plano Estadual de Educação que prevê a inclusão dessa temática de forma transversal no currículo escolar amapaense, mobilizou professoras e professores para as inscrições que superaram as expectativas de suas/seus organizadoras/es.

Registram-se também, a receptividade favorável das/dos deputados ao debate de gênero e sexualidade nas escolas. O Amapá foi um dos estados da federação que contou com o apoio decisivo dos movimentos sociais na aprovação do Plano Estadual de Educação. O movimento LGBT, acompanhou e monitorar passo a passo os debates na câmara e na assembleia legislativa, dividindo-se em dois grupos. Acompanhou as votações, onde, por unanimidade, teve aprovado na assembleia o seu texto original. Fato que não ocorreu com o Plano Municipal de Educação do Município de Macapá (PME), o que despertou a reação imediata, tanto das/dos ativistas, como de suas/seus apoiadoras/es.

Registra-se o apoio irrestrito da comunidade acadêmica, dos fóruns municipais, estaduais e do Conselho Estadual de Educação, decisivos em todas as etapas de estudos, construção e votação dos planos estadual e municipal. A resposta negativa da câmara municipal de Macapá ao texto do plano, foi um evento que causou enorme transtorno no sistema educacional do município. Após o encerramento da seção ordinária na Câmara de vereadores do município de Macapá, ativistas, professoras/es acamparam incansáveis nas dependências da câmara, no intuito revogar as 15 emendas feitas ao texto original. Registra-se que a revogação não ocorreu, frustrando grande parte das/dos participantes da elaboração do Plano Municipal.

Essa ação de descontentamento encontra-se materializada na publicação de um artigo elaborado pelas professoras Norma Iracema e Kátia Fonsêca, ambas professoras efetivas da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O artigo publicado no Jornal Diário do Amapá, versão *online*, sob o título: “PEE versus PME: O que é bom para o Amapá não é para Macapá? ”. Disponibilizado na página eletrônica do Jornal Diário do Amapá, a publicação do referido artigo, possibilitou que o fato em discussão tomasse uma proporção gigante e em caráter de denúncia. Estava representado ali, além do posicionamento de suas idealizadoras, e dos ativistas que viram de perto a batalha fundamentalista travada para inviabilizar a possibilidade de debate das questões de gênero e diversidade sexual, na rede municipal de ensino.

O jornal Diário do Amapá, em sua versão *online* e impressa oportunizou as professoras universitárias Norma Iracema e Kátia Fonseca a denúncia em alta divulgação, por se tratar de uma rede social de longo alcance. Registra-se aqui a nítida impressão de que a maioria das/dos vereadores do Município de Macapá se quer sabiam do que se tratava aquele debate de repercussão nacional.

Ao se permitirem influenciar por uma rasa defesa discursiva, sem nenhuma fundamentação teórica que amparasse as 15 emendas propostas ao Plano, foi visível que o desconhecimento das/dos legisladoras/es nos vetos que comprometeram por dez anos as metas propostas para as escolas municipais.

Os vetos foram justificados, baseados na negação de numa suposta “Ideologia de gênero”, difundida amplamente naquele período por todo o Brasil e explicada na tribuna da câmara, sob a ótica das/os fundamentalistas religiosas/os como algo que visava “acabar com os arranjos da família nuclear” no Brasil.

Foi nesse cenário político e educacional que no dia 24 de junho de 2015, travou-se uma intensa discussão entre os movimentos sociais organizados, fóruns, conselhos, academia versus o fundamentalismo de uma bancada religiosa, na tentativa de trazer para o campo privado, questões de interesse público. Nesta correlação de forças o município de Macapá perde no campo político, a oportunidade implementar, pelos próximos dez anos os debates de gênero e diversidade sexual na rede municipal de ensino.

No próximo tópico trata-se da cidade de Macapá. Capital do Estado do Amapá que cortada ao centro pela avenida FAB, uma referência a Força Aérea Brasileira, ficou conhecida popularmente como a capital do meio do mundo. Cantada por seus artistas locais, adotou o endereço poético retratado na música do cantor popular Zé Miguel “*na esquina do rio mais belo, com a linha do equador*”. A letra que tem por título: “Meu endereço” retrata a cidade de Macapá que é conhecida turisticamente por se encontrar dividida ao norte pela linha do Equador, o que permite que seus habitantes e visitantes possam transpor os hemisférios norte e sul do planeta num simples passo. Macapá a única capital brasileira banhada pelo rio Amazonas e tem na sua farta paisagem de palmeiras, a origem de um de seus primeiros nomes, Macapaba.

1.5. AVENIDA FAB COM A RUA LEOPOLDO MACHADO: O PRIMEIRO “LUGAR” DE SURGIMENTO DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CAPITAL MACAPÁ

Foi no cruzamento das AV: FAB com a Rua Leopoldo Machado, no centro da cidade, que há mais de uma década passamos a visualizar um novo fato social na capital da linha do equador. Ali, exatamente na esquina da Assembleia Legislativa do estado do Amapá as Travestis apareceram pela primeira vez em situação de “pista”⁷.

Para facilitar a localização geográfica, situaremos o centro administrativo do estado do Amapá, localizado na principal avenida que divide a cidade nas zonas norte e sul, de nome Avenida FAB, uma referência à Força Aérea Brasileira. No lado esquerdo dessa importante avenida, sentido continente - rio Amazonas, está à SEED, local onde foi realizada parte de nossa pesquisa.

⁷ Termo local utilizado para designar as Travestis que se encontram nas ruas de Macapá, no período noturno, trabalhando prioritariamente na atividade de prostituição.

Do outro lado da mesma avenida e no mesmo quarteirão, sentido diagonal à Secretaria de Educação, está a Assembleia legislativa do estado, esquina com a Rua Leopoldo Machado, primeiro local onde passamos a observar o aparecimento de Travestis, apenas no horário noturno, fato social que já se expandiu e que já pode ser observado em outras ruas, de outros bairros da capital, como Avenida: Raimundo Álvares da Costa, Avenida: Claudiomiro de Moraes, Leopoldo Machado, Mendonça Junior, Salgado Filho, Ponte Sergio Arruda (zona norte da capital) e por outras tantas por toda a capital Macapá e nos demais municípios do Estado.

Nesta mesma Avenida FAB, encontram-se várias escolas de ensino médio e, em outra avenida paralela a ela, de nome: Avenida Procópio Rola, está localizada a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Inclusão e Mobilização social que juntamente com as demais secretarias, formam o centro administrativo do estado. Do outro lado da Avenida FAB, está a Secretaria de Administração Pública e ao seu lado esquerdo o Centro de Convenções João Batista de Azevedo Picanço, local de inúmeros encontros e debates acerca dos mais variados temas de interesse público.

Foi neste cenário simbólico, somados a observações empíricas e a resultados de pesquisas que denunciavam que é bastante incomum encontrar Travestis matriculadas na rede pública de ensino brasileiro e conseqüentemente não chegando ao ensino universitário, que ousou-se questionar esses lugares chamados de “pistas”, nos quais encontravam-se as Travestis há mais de uma década atrás. Analisou-se qual a relação entre seus processos de Travestilidades, suas trajetórias escolares e as motivações que as impulsionam-nas na direção do trabalho de prostituição nas “pistas”, ou seja nas ruas da cidade de Macapá.

Diante do problema, registra-se que as entrevistas com as Travestis foi parte da metodologia utilizada na tentativa de encontrar as respostas e/ou evidências que comprovassem ou que negassem, a existência de uma relação entre as suas trajetórias escolares, familiares e religiosas, com os seus destinos na atividade de prostituição. Intuíam-se que, muito provavelmente, suas “presenças” no período noturno, nos arredores dessas instituições públicas, até então não tivessem sido questionadas pelos agentes públicos, pelas instituições religiosas locais e por suas famílias e ou que suas “ausências” nas escolas de ensino fundamental e/ou médio, também ainda não tivessem sido problematizadas, pelo simples fato de se tratarem de sujeitos considerados transgressores à uma dada norma, e

por fundamentalmente se apresentarem com corpos excêntricos, avessos à uma dada moralidade, por se auto denominarem socialmente como ,Travestis.

Como já mencionado buscou-se utilizar das várias influências para essa aproximação. Registram-se nessas tentativas, a experiência na militância LGBT, impulsionada pela curiosidade pessoal para fazer o primeiro contato com as Travestis. Inicialmente, buscou-se aproximar as relações com as ativistas por todo o Brasil. Deu-se conta de que as narrativas de inúmeras realidades que envolviam todas as Travestis as quais manteve-se algum contato. Fato narrado com certa angústia pelas Travestis durante os seus processos de Travestilidades. Deixavam escapar que sofriam violências dentro dos ambientes escolares, e que por muitas vezes, segundo elas, eram os motivos de suas expulsões das escolas.

Diante dos constantes relatos, fora de situação de pesquisa, que surgiram muitos dos vários questionamentos: se não é comum encontrarmos as Travesti matriculadas nos Ensino Fundamental e Médio das redes de ensino público no Brasil, e conseqüentemente no ensino superior, como seriam as trajetórias escolares das Travestis “em situação de pista” da cidade de Macapá? E o porquê constata-se que um número cada vez mais crescente de Travestis jovens, passaram a expor seus corpos nos arredores da Secretaria de Educação e no entorno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, para atividade de prostituição? Por que é mais fácil que a sociedade brasileira e não diferente, de Macapá, tome conhecimento da existência das Travestis por nota de falecimento ou em matérias jornalísticas como vítimas de crimes bárbaros do que como candidatas nas listas de aprovações do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM?

Registra-se essa motivação investigativa para a realizar essa pesquisa. Partiu-se da hipótese central que diz que: O cotidiano das escolas é hostil a permanência das Travestis, o que vem causando as suas expulsões desses ambientes e, não são percebidas por elas ações sistemáticas de combate a todas as expressões de violência.

Percebe-se que essa negligência sistemática contribui para a reprodução de um ambiente que não as admite e nem as reconhece como sujeitos do direito constitucional que é a educação. Admitiu-se a possibilidade de que outras formas e expressões de violência pudessem interferir diretamente na vida das Travestis em situação de “pista”, por esse motivo, adotou-se também, a considerar outra hipótese alternativa, onde buscou-se saber se tanto as famílias como as práticas religiosas interferiam nas suas decisões de prostituir-se nas “pistas” da cidade de Macapá. Buscou-se integrar essa outra possibilidade a hipótese

central para entender-se melhor o que de fato as impulsiona para fora das escolas e para as “pistas”.

1.6. OS CAMINHOS DA PESQUISA E O AMBIENTE POLÍTICO LOCAL NA SEED, NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, COM MILITANTES DO MOVIMENTO LGBT AMAPAENSE, NA “PISTA” COM AS TRAVESTIS E A (IM)POSSIBILIDADE DE CONTATO COM AS FAMÍLIAS

A incursão no campo da pesquisa que tratou das trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” no Amapá deu-se após o mapeamento das palavras chave nos títulos e no corpo dos textos das produções científicas de 2004 a 2014 da coleta Capes e no site da Scielo Cientific. Para sua efetivação traçou-se o seguinte percurso burocrático: O protocolo da Carta de Anuência junto a SEED no dia 28 de abril de 2015. Essa carta teve por objetivo a liberação do acesso aos documentos, registros, arquivos e entrevistas com gestoras/es, coordenadoras/es e técnicas/os da secretária de educação do estado do Amapá.

Com a realização do protocolo da carta de anuência, buscou-se por finalidade autorização oficial para a realização da pesquisa. Iniciou-se essa nova etapa com o recolhimento dos dados e posterior realização das entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado. Obteve-se na pessoa da secretária de educação um considerável acolhimento dessa pesquisa, traduzido na assinatura da carta de anuência em 14 de maio de 2015. A partir da assinatura autorizou-se o acesso aos dados a serem colhidos na SEED.

Confirmou-se uma etapa, a dos trâmites burocráticos administrativos, no âmbito da administração pública. Cópias da carta assinada foram entregues a todos os setores de nosso interesse. O grupo selecionado previamente eram desde a gestora, depois coordenadoras/es e técnicos. Isto posto, empenhou-se em buscar conhecer as agendas da Secretária coordenadoras/es, gerentes de núcleos e técnicas/os administrativos. Tarefa que teve início na SEED em 28 de abril de 2015 e só encerrou em outubro de 2015.

Registra-se que a duração desses longo período de trabalho de campo nos setores administrativo da SEED, não estava ligado somente a pesquisa mas ao fato de que se iniciava um novo governo eleito em janeiro de 2015, resultante do último pleito eleitoral realizado no ano de 2014.

Considera-se aqui três fatores que implicaram na demora da coleta de dados na Secretaria. O primeiro foi o calendário de férias escolares de julho, previstas no calendário,

o que justifica o pouco acesso às/aos servidoras naquela ocasião, pois, muitas/os entraram de férias.

Outro fator de atraso nas entrevistas foi que no mesmo período também realizava-se o levantamento do quadro de profissionais da educação pertencentes ao quadro de servidoras/es que foram admitidos através de concurso público. O trabalho que estava sendo realizado pelas/os coordenadoras/es, chefes de núcleos e técnicos, pretendia dar conta da localização de professoras/es distribuídas/os por outras secretarias de estado, cedidos a título de cooperação técnica junto a Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED).

Essa força-tarefa teve como objetivo além de fazer o levantamento do quantitativo de servidoras/es pertencentes ao quadro administrativo da SEED, pretende-se relocar professoras/es nas escolas que, naquele momento apresentava-se com carência de docentes, em particular nas áreas da matemática, química, biologia. Esse fato foi um complicador, pois comprometeria o calendário de 2015. Nesta aconteceu sob a coordenação da SEED, a semana do combate a homofobia em três escolas do eixo FAB.

Essa atividade implicou em outro impedimento para a realização do agendamento das entrevistas. Registra-se que, fora as precárias condições do sistema elétrico da SEED e dos sistema de informatização dos setores onde realizou-se as entrevistas, observou-se mais outro complicador, o de que, na tentativa de regularizar apenas as demandas de pessoal e relocação nas escolas, tornou-se um enorme imbróglio administrativo e político em pleno planejamento para o segundo semestre de aulas.

Exatamente neste período concluía-se o primeiro semestre e já se planejava o reinício do segundo.

Apoiados no decreto governamental de 05 de maio, assinado pelo então governador Waldez Góes, que prevê e regulamenta quem são os profissionais que teriam a garantia e o direito de receber 15% de regência de classe, esse período converteu-se numa busca desenfreada de professoras/es por escolas para serem (re)lotadas/os, assim estariam a compensar os 16% de reajuste oferecido pelo governo anterior e derrubado por uma briga sindical que considerou a proposta muito a baixo do piso salarial nacional. Concluiu-se por não aceitar o reajuste de 16% do governo anterior Do Ex-Governador Camilo Capiberibe (PSB-AP) e por fim o aumento linear de 8% para todas as categorias.

As já citadas dificuldades no sistema de informatização, aliados a recém-nomeação de pessoal nos setores nevrálgicos da secretaria de educação, como o setor de pessoal e

principalmente a folha de pagamento, tornou-se o cenário da pesquisa quase que intransitável devido a invasão de um segundo grupo de professoras/es que, mesmo em sala de aula, e dentro do que previa o Decreto 05/14, encaravam outro problema agora mais grave, a retirada do pagamento do mês de junho dos valores referentes a regência de classe de profissionais que já se encontravam nas escolas, situação que agravou ainda mais aquele quadro caótico. A partir dali estavam suspensos por ordem da justiça as férias e os pagamentos da mesma naquele mês de julho/2015.

Todos esses fatores interferiam no ambiente da pesquisa, visto que o clima que se instalou dentro do espaço da SEED, era de grande indignação de servidoras/es que chegavam em grande número e a todo momento, tanto nos corredores do gabinete da secretaria como nos setores de pessoal e folha de pagamento.

Neste caos de informações, a ferramenta mais utilizada para compartilhar instantaneamente as notícias que diziam respeito a servidoras/es da maior categoria do estado do Amapá, eram as redes sociais que, numa velocidade quase que instantânea oferecia informações totalmente desconstruídas por todos os 16 municípios do estado o que impossibilitou o controle da situação por parte das/os recém nomeadas/os chefes desses dois setores.

Foi inevitável o grande descontentamento da categoria, que durante os meses de julho e agosto, teve que conviver com inúmeras solicitações de entrega de uma vasta lista de documentação, deflagradas pelo setor de pessoal, folha de pagamento e Sindicato dos Servidores Públicos da Educação do Amapá (SINSEPEAP) direcionados a toda/o servidora/or que se sentissem prejudicadas/os com a retirada dos valores da regência de classe e do pagamento das férias do mês julho. Outro agravante era a mudança da relação de documentos solicitados a cada dia, fato este que indignou professoras/es e transtornou ainda mais os corredores da secretaria de educação.

O acúmulo inevitável de pilhas de processos que eram recebidos manualmente nos setores de pessoal e folha de pagamento, foi motivo do longo período de transtornos junto ao protocolo geral e folha de pagamento.

Na tentativa de acompanhar de perto os trâmites dos processos e com grande dificuldade de ter uma receptividade respeitosa por parte da chefe daqueles setores, que não mantinham uma resposta única para a mesma situação. Destilavam tratamentos desrespeitosos e discriminatórios, atendendo a uns com presteza e a outras com desdém. Fato este, ocorrido com esta pesquisadora, que ao mesmo tempo em que se preocupava em

agendar as entrevistas, enfrentava longas filas para saber se teria seus direitos garantidos, para cumprir nas datas previstas, o cronograma de pesquisa de campo, tudo isso dependia dos recursos financeiros para realizar todo o trabalho de campo como retornar a capital do Rio de Janeiro, para concluir as disciplinas obrigatórias.

Registra-se que em meio a esse caótico cenário político-administrativo dos dois setores aqui mencionados, passou-se a conviver diariamente no campo institucional da pesquisa. Destaca-se também que, todas os sujeitos entrevistadas/os, contribuíram com bastante entusiasmo para a realização do trabalho de campo, portaram-se com ética e respeito diante da pesquisa e com a pesquisadora; mostraram-se acessíveis e disponíveis. Demonstraram-se comprometidos e pontuais com o cumprimento dos agendamentos das entrevistas, sempre verbalizando a importância desta para o planejamento futuro das ações da secretaria que, até aquele momento diziam desconhecer algumas problemáticas levantadas pela pesquisa.

Um caso que tomamos por exceção foi o agendamento remarcado por três vezes com a secretaria adjunta de políticas educacionais, que por motivos de outras agendas superiores remarcou a entrevista por três vezes, sendo que no terceiro e último cancelamento encontrava-se afastada daquela secretaria por motivos de doença. A mesma manifestou por telefone que poderia ser entrevistada em sua residência, mas o fato de ter sido afastada por atestado médico, optou-se por aguardar sua recuperação, o que depois se tornou inviável de fazê-lo. Por esses motivos não foi possível a sua participação, como estava previsto no planejamento deste trabalho.

Numa tentativa de aproximar e analisar o material a ser coletado, das ações concretas realizadas pela Secretaria de Educação do Amapá, aceitou-se o convite feito pela gerente do Núcleo de Ensino Médio, para nos fazermos presentes e acompanhar algumas atividades que estavam sendo realizadas pela SEED, em parceria com o movimento LGBT local. Essa parceria foi pensada, no esforço de dar visibilidade às pautas do mês da diversidade, como parte do calendário de atividades do movimento LGBT que se realiza em Macapá há mais de uma década e que teve por executora durante os dez anos o GHATA.

Planejou-se encontros para essa ação a serem realizados nas dependências da SEED. e contou com as/os ativistas do movimento LGBT local. Nestes encontros foram pensadas e aprovadas ações para serem desenvolvidas junto a 03 (três) escolas de ensino

médio da capital Macapá, nos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de maio de 2015, nas mesmas escolas mencionadas anteriormente como localizadas no eixo FAB.

A SEED realizou uma semana de ações desenvolvidas junto as/os alunas/os e professoras/es da educação básica da rede pública de ensino do Amapá. Trouxe como título "*Nos abraçamos: Gênero e diversidade na escola*" o slogan manifestava o apelo educacional participativo, na página de frente do folder de divulgação, com uma citação de Célia Regina do Carmo (PNDH): "*Fazer educação em direitos humanos na Escola é um passo importante na luta em favor de uma sociedade para todos*". Macapá-AP, Maio/2015.

O evento deu-se sob a coordenação da SEED e contou com o apoio direto do movimento LGBT e das Secretarias de Estado da Cultura (SECULT), da Secretaria de Saúde (SESA), Secretaria de Inclusão e Mobilização social (SIMES), da Secretaria da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), e do Departamento de Promoção da Igualdade e de Orientação da Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (SEMAST) da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM).

Selecionou-se, para receberem as ações, as seguintes unidades escolares: Escola estadual Colégio Amapaense, Escola Estadual Professor Gabriel de Almeida Café e Escola Estadual Tiradentes. Isto posto, passamos a agendar e a realizar as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada servidora/or.

Ressalta-se que o acolhimento à pesquisa e a esta pesquisadora foi bastante positivo também por parte dos técnicos e gerentes de núcleos, visto que havia um clima generalizado de que os resultados, de alguma forma, trariam para a administração pública, dados nunca antes levantados no estado do Amapá.

Por se tratar de sujeitos pouco conhecidos, do ponto de vista de suas demandas e vivências escolares, mencionou-se que a partir dos resultados da pesquisa, existiria outro olhar, outras possibilidades de ações pedagógicas sobre as demandas escolares das Travestis. Esses relatos podem ser observados em vários momentos das entrevistas.

O mesmo procedimento foi ao protocolar a Carta de Anuência junto ao Conselho Estadual de Educação, no dia 04 (quatro) de maio de 2015. Neste caso específico a assinatura foi imediata e na sequência, concedeu-se a primeira entrevista institucional, que foi refeita por conta dos novos ajustes nos objetivos, após sua testagem.

Após a realização da primeira entrevista em 04 de maio de 2015 e a convite da própria presidenta, autorizou-se a entrada da pesquisadora na reunião de uma plenária daquele Conselho de educação. Contou-se com a presença de todas as conselheiras e conselheiros,

iniciando com a leitura da ata, seguida dos informes, onde, entre outras coisas, a presidenta comunicou a presença da pesquisadora e o objetivo pesquisa naquela instituição. Estava deflagrada a pesquisa de campo nas instituições de educação do Amapá.

Os próximos desafios seriam as Travestis em situação de “pista” e membros de suas famílias, deixando registrado que todos os momentos que antecederam as entrevistas, esse foi, sem dúvida, o mais difícil e emblemático grupo a ser abordado.

A principal referência e contato na “pista” seria uma Travesti que se contactou por ocasião de uma audiência pública, realizada Assembleia Legislativa do Estado no dia 14 de maio de 2015. A audiência objetivou: Criar estratégias de combate a Lesbofobia, Gayfobia, Bifobia e Transfobia. Nesta ocasião, o convite para compor a mesa partiu das organizadoras. A mesa de debates registrou as presenças do Secretário de Segurança Pública do Estado o Coronel Nestor Gastão Calandrine, da Deputada Estadual do PSB Cristina Almeida, da Vereadora do PSB Neuzinha Velasco, da vice presidente da ABGLT Guilhermina Guinle, da presidenta do Conselho Estadual de Educação Professora Eunice Bezerra de Paulo, da representante da secretária estadual de Educação Edilene do Socorro, do presidente da Federação Amapaense LGBT André Lopes e desta pesquisadora.

Na ocasião foi possível fazer menção ao alto índice de assassinatos das Travestis no Brasil, sua baixa escolaridade revelada pelas pesquisas e suas invisibilidades por parte daquela casa de Leis que, mesmo sabendo de suas existências ali no seu entorno, não demonstrava interesse em questionar aquele fato social, o que provocou a imediata manifestação de contentamento de uma Travesti, que ao final da audiência procurou por nosso contato. A audiência fora transmitida ao público pela rádio da própria assembleia legislativa. O contato com a Travesti que se fazia presente na audiência, Seria primeira oportunidade real de entrar na “pista” . Fato este que não concretizado em razão da mesma viajar para o município de Oiapoque no extremo norte do estado a aproximadamente 600 km da capital.

No dia 16 de maio de 2015 surge outro convite para participar do “*Programa de olho no ponto*” numa rádio AM local. O convite seria para falar da pesquisa e seus objetivos. O programa estava aberto à participação por telefone, *Face book* e *Twitter*. Não registrou-se nenhuma ligação com perguntas sobre a temática, o que não ocorreu com a entrevista anterior que se tratava de pessoas com deficiências que registrou mais de cinco ligações.

Nos dias 17 e 18 de maio de 2015, registra-se outro convite para um outro evento, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Este tratou da implantação do Núcleo de educação Afro Brasileira – NEAB, onde também pude falar-se da pesquisa em andamento, visto que num de seus grupos focais a temática era justamente as questões de LGBTs negras (os). No mesmo dia 18 de maio as 14:00h, deu-se o encerramento da 4ª semana de combate à violência contra LGBT. O evento de encerramento deu-se no Teatro das Bacabeiras, onde realizou-se as apresentações culturais de encerramento com a presença das alunas/os das três escolas selecionadas no eixo FAB. Encerrou-se as atividades num clima de grande alegria e aprendizados tanto para as/os alunas/os das escolas participantes, como para as servidoras/es da Secretaria de Educação que pela primeira vez registrava-se seu primeiro contato mais próximo com a temática LGBT e com as/os ativistas do Movimento Social.

Registra-se que essa aproximação SEED x Movimento LGBT, viria a ter positivos reflexos nas entrevistas realizadas após o encerramento das atividades, pois um clima de sensibilização que antecedeu as entrevistas estava provocando novos entendimentos das/os chefes de setores da Secretaria de Educação. Fato que observa-se nos trechos das entrevistas, mais à frente.

1.7. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se uma pesquisa qualitativa, que teve por principal recurso metodológico o trabalho de campo por seis meses na cidade de Macapá. Realizou-se, também a coleta de documentos, observações em eventos locais e anotações no caderno de campo e entrevistas com 21 sujeitos essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Na análise qualitativa dos dados coletados, parte-se do entendimento de que essa análise que considera a importância social, política e cultural dos sujeitos da pesquisa que são as Travestis de “pista” na cidade de Macapá, bem como suas representações sobre a sexualidade, Travestilidade, escolaridade gênero, família e religiosidades, estando todos esses elementos relacionados com o seu dia a dia e com os objetivos propostos. Pode-se vislumbrar um traçado que apontou para um resultado que permitisse compreender as lógicas presentes tanto nos processos educacionais como nas variáveis que permeiam os caminhos e trajetórias vivenciadas pelas Travestis.

Para auxiliar no delineamento do objeto, foi realizado um levantamento bibliográfico entre os anos de 2004 a 2014, na expectativa de conhecer as Teses, dissertações e artigos científicos publicados neste período.

Utilizou-se as contribuições de Gil (2010) e Minayo & Gomes (2015) no intuito de realizarmos um traçado que nos orientasse na elaboração das perguntas, nas entrevistas, e nas análises. Com isso, no trabalho de campo dividimos os sujeitos das entrevistas em seis grupos à saber: Gestoras (es) da Coordenadoras/es e Técnicas (os) da Secretaria de Educação, Gestora do Conselho Estadual de Educação, Ativistas do Movimento LGBT amapaense, as Travestis em situação de “pista”, e por fim, seus familiares.

O trabalho de campo teve a duração de seis meses, tendo como período os meses de maio a novembro de 2015. Neste período, realizou-se 21 entrevistas. Nossa incursão pautou-se em roteiros de entrevistas semiestruturadas com perguntas iguais para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, feitas para todos os sujeitos pertencentes aos seis grupos, apenas com algumas modificações e adequações para suprir as especificidades de cada grupo.

Os seis grupos, foram escolhidos, considerando estarem diretamente relacionados com o problema do que trata a pesquisa, a saber: A) secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED), local onde realizou-se oito entrevistas com os sujeitos que desenvolviam as seguintes funções: 1) Secretária de Educação, 2) Coordenadora de Educação Básica, 3) Coordenadora de Educação Específica, 4) Gerente do núcleo de Ensino Médio, 5) Chefa da Unidade de Orientação Curricular e Supervisão Escolar, 6) Técnica da Unidade de Orientação Curricular, 7) Gerente do Núcleo de Assessoramento Técnico e Pedagógico, 8) Técnico do Núcleo de Inspeção e Organização Escolar .

Outro grupo que elencamos para realizar entrevista foi o Conselho Estadual de Educação (CEE), onde realizamos apenas uma entrevista: 1) A Presidenta do Conselho Estadual de Educação e que, naquele momento de pleito eleitoral, concorria ao segundo mandato.

O terceiro grupo selecionado foi o grupo das Travestis da “pista”, local no qual trabalham sempre à noite. Neste local encontramos enormes dificuldades para a realização das entrevistas por algumas razões como: o período de intensas chuvas foi um complicador. Os horários das incursões coincidiram com o horário de trabalho das Travestis. Um terceiro foi o fato de que no período diurno as mesmas encontrarem-se no seu horário de descanso e de suas atividades pessoais e um quarto, o fator estranhamento

(desconfiança), pois mesmo que as entrevistas estivessem sido agendadas, as mesmas não atendiam os celulares nos dias e horários marcados. Na “pista” propriamente dita, realizamos quatro entrevistas: (1) Júlia (pseudônimo), (2) Yveline, (pseudônimo), (3) Rebeca (pseudônimo), (4) Bruna (pseudônimo). Fora da “pista”, numa incursão de dia, agendou-se 03 (três) entrevistas que surpreendentemente trouxe algo revelador. Este evento será detalhado no capítulo IV desta pesquisa: 1) Alexandra (pseudônimo), 2) Marcela (pseudônimo) e 3) Haliny (pseudônimo).

Nosso quarto grupo seriam as famílias das Travesti, das quais nenhuma concordou em nos receber e nem a conceder as entrevistas. As tentativas de aproximação com as famílias, foram feitas através de uma abordagem com as próprias travestis entrevistadas, onde a possibilidade das entrevistas foi imediatamente descartada, como já prevíamos por experiências de outras pesquisas já realizadas. O grupo (famílias) aparece pouco ou apenas nas narrativas das próprias Travestis.

Nosso quinto grupo de entrevistadas (os) foram as (os) militantes do Movimento Social LGBT amapaense. Neste grupo, os agendamentos foram feitos pelo telefone celular. Agendamos com quatro organizações não governamentais, onde cada uma concedeu uma entrevista: GHATA (Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá) a organização que em 2015 completou quinze anos de criação, é a mais antiga organização do estado. Foi responsável pela organização da 1ª parada do Orgulho LGBT. FALGBT (Federação Amapaense LGBT), organização com três anos e meio de ativismo no Amapá é uma organização que passa a existir por meio de suas organizações filiadas, que juntas formam uma Federação. Essas organizações que formam a FALGBT, em parceria com o GHATA (organização não filiada a Federação), realizaram as três últimas paradas do orgulho LGBT do meio do mundo. ALBA (Articulação de Lésbicas e Bissexuais do Amapá). Organização de ativistas com um ano de criação. É filiada à Federação Amapaense LGBT. A Rede de Juventude LGBT Alexandre Ivo, Com um ano de ativismo no Amapá, está também filiada à Federação Amapaense LGBT. O agendamento com a organização Pró-Vida foi realizado via watts app, mas por motivos de outra agenda de seu presidente, a mesma foi desmarcada pelo presidente e não foi possível realiza-la. Existem outras organizações por todo o estado, mas que pela exiguidade do tempo e por questões de deslocamento, não foi possível ouvi-las. Os roteiros das entrevistas constam dos anexo.

Segue a tipologia dos entrevistados:

GRUPOS	ENTREVISTADAS(OS)/TIPOLOGIA
01-SEED	Sujeito nº 01: 56 anos, heterossexual, branca, católica, pedagoga, pós-graduada em planejamento e gestão pública. É ativista de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito nº 02: 58 anos, heterossexual, negra, católica, licenciada plena em matemática, mestra em linguística e Doutora em Gestão Escolar. Ex-militante de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito nº 03: 47 anos, negra, heterossexual, católica, pedagoga, com especialização em psicopedagogia e mestre em educação. É ativista de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito nº 04: 48 anos, parda, católica, heterossexual, pedagoga, mestranda em educação. Não é ativista de movimento social e utiliza nome social.
	Sujeito nº 05: 64 anos, negra, espírita, orientação sem definição, pedagoga, especialista em psicologia de grupos, intervenção e pesquisa. É ativista de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito de nº 06: 47 anos, negra, testemunha de Jeová, heterossexual, pedagoga, especialista em educação e instituições de sistemas educacionais, se especializando na Educação de Jovens e Adultos em diversidade e inclusão social. Ex-ativista de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito de nº 07: 32 anos, parda, heterossexual, católica, professora de biologia e especialista em meio ambiente. Não é ativista de movimento social e não utiliza nome social.
	Sujeito nº 08: 67 anos, negro, heterossexual, espírita, pós-graduado em letras. Ex-ativista de movimento social e não utiliza nome social.
02 – CEE	Sujeito nº 09: 53 anos, homossexual, lésbica, negra, umbandista, pedagoga, especialista em gestão dos sistemas de ensino e supervisão escolar. É ativista de movimento social e não utiliza nome social.
03 -Travestis	Júlia: 24 anos, heterossexual, negra, umbandista, segundo grau incompleto. Identidade de gênero feminina. Não é estudante. Não é ativista e utiliza nome social. Trabalha na “pista”.
	Yveline: 21 anos, heterossexual, branca, deísta, ensino fundamental incompleto, identidade de gênero feminina. Não é estudante. É ativista de movimento social e utiliza nome social. Trabalha na “pista”.
	Rebeca: 24 anos, heterossexual, negra, umbandista, terceiro grau incompleto, identidade de gênero feminina. Não é estudante. Não é

	<p>militante de movimento social e utiliza nome social. Trabalha em salão de beleza.</p> <p>Bruna: 19 anos, heterossexual, branca, sem religião, segundo grau incompleto. Identidade de gênero feminina. É estudante. Não é militante de movimento social, usa nome social. Trabalha na “pista”.</p>
04 -Movimento Social LGBT.	<p>Sandra: 47 anos, negra, homossexual, lésbica, católica, pedagoga, pós-graduada em gestão escolar. É ativista de movimento social e não utiliza nome social. (GHATA).</p>
	<p>Isabela: 28 anos, homossexual, lésbica, parda, sem religião, Psicóloga. Ativista de movimento social e não utiliza nome social. (ALBA).</p>
	<p>Renato: 21 anos, gay, homossexual, negro, católico, professor. Ativista de movimento social e não utiliza nome social. (FALGBT).</p>
	<p>Paulo: 18 anos, bissexual, negro, deísta, segundo grau incompleto. (Estudante). Ativista de movimento social e não utiliza nome social. (RJLGBTAI).</p>
05-Transexuais	<p>Alexandra: 34 anos, transexual, heterossexual, branca, deísta, segundo grau incompleto, não é estudante, chefe de cozinha. É ativista de movimento social e utiliza nome social.</p>
	<p>Marcela: 20 anos, transexual, heterossexual, negra, católica, terceiro grau incompleto, é estudante. Não é ativista de movimento social e utiliza nome social.</p>
	<p>Haliny: 21 anos, transexual, heterossexual, parda, católica, segundo grau completo, não é estudante. Não é militante de movimento social e utiliza nome social.</p>
06-Família (irmã)	<p>Karla: 37 anos, heterossexual, negra, católica. Socióloga, professora do ensino superior (publico e privado). Não é militante de movimento social e não utiliza nome social.</p>

2. SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO: OS DEBATES EXISTENTES E INTERFACES COMO MOVIMENTO LGBT E OS SISTEMAS NACIONAIS BRASILEIROS

Com o propósito de trazer para a luz as diferentes vivências das sexualidades nos séculos XVII e XIX problematizado na obra de Foucault (2014a), iniciam-se as reflexões sobre o nosso tempo, o século XX e XXI. Como vivenciamos e compreendemos as sexualidades num contexto demarcado pelo advento do HIV/AIDS. Conheceremos as diferentes formas de ser e de se entender as sexualidades e os processos de Travestilidades em face da educação, numa relação tangenciada pelo movimento LGBT, na sua historicidade e na sua gênese, nos contextos internacional e brasileiro.

No próximo capítulo, questionou-se como as sexualidades foram e são pensadas e teorizadas no mundo e quais foram os reflexos na realidade brasileira. Abordou-se os contornos desse debate nos sistemas educacionais e nas pautas mundiais que dela demandam.

2.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT INTERNACIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONCEPÇÃO E NA GÊNESE DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: COMO EDUCAR UMA POPULAÇÃO APÓS O ESTIGMA DO HIV/AIDS E SEM UMA CONCEPÇÃO PRÓPRIA DE HOMOCULTURA?

Embora nas últimas três décadas muito se tenha ouvido falar do movimento GLS, GLBT ou LGBTTI, e hoje LGBT⁸, especificamente no Brasil, essa organização, por muitos anos, foi vista e associada ao advento do HIV/AIDS. Muito embora o HIV/AIDS tenha acometido um número significativo de pessoas LGBTs, consideramos que esse atrelamento foi e é um registro indiscutivelmente equivocado e vexatório, do ponto de vista dos prejuízos que a associação desse grupo a uma doença até hoje sem cura e permeada por preconceitos, cunhou em nós um estigma que perdura até os dias de hoje.

Esse rótulo nos acometeu a todas/os e em especial a quem ousou, ao longo de sua vida, revelar a sua orientação sexual publicamente. Os reflexos dessa afirmativa são os

⁸ Movimento LGBT: É o esforço ao longo da história para obter compreensão e tratamento igual para LGBT. A expressão é usada frequentemente para designar as lutas contra a discriminação, pelos direitos legais. Integram esse movimento as organizações que levam a cabo essas lutas e que defendem, explicitamente, os direitos humanos de homossexuais em todo o mundo (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 32).

atuais desafios para todo um sistema educacional que nada, hora contra, hora a favor de um “desconhecimento” que envolve esse debate dentro e fora das escolas. Na época, fomos reduzidos a um pensamento generalizado, patologizante, o famoso e tão midiaticamente divulgado: “grupo de risco”.

De 1996 para 2006, houve um acréscimo de 24% para 41% no percentual de casos de aids entre homossexuais de 13 a 24 anos. Na faixa etária de 25 a 29 anos, a variação foi de 26% para 37%. Segundo a pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas sexuais (PCAP), a taxa de incidência da aids nesse segmento é de 226 casos por grupo de 100 mil habitantes – onze vezes maior que a taxa da população em geral. (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p.32).

Contribuir para que esse grupo de pessoas fosse ainda mais socialmente estigmatizado, o que já acontecia num período anterior ao advento do HIV/AIDS, foi e é considerado um ato de irresponsabilidade social, visto a pouca informação que se tinha sobre essa doença em especial suas formas de contágio, dúvidas que pairavam naquela década e que até os dias de hoje pairam, em especial sob a faixa etária das/os jovens, idosas/os. Essa afirmativa se revela, quando pesquisas constatarem que além do aumento do número de casos nesses dois grupos, existe uma resposta negativa de ambos quando perguntados se conhecem todas as formas de contágio e como lidam com a possibilidade do não uso efetivo de preservativos, bem como com as dificuldades de negociação do uso dos mesmos pelas mulheres, em relação aos seus (suas) parceiros (as).

Com o intuito de que se estabelecesse minimamente um debate a respeito de um novo desafio, o Governo Federal passou a implantar nas escolas, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ano de 2007 os temas transversais sob a expectativa de que essa iniciativa fosse implementada na rede pública de ensino de todo o Brasil, deixando sobre a responsabilidade das escolas lidar com essa temática, sendo que a maioria dos profissionais de educação não possuíam e ainda não possuem as mínimas informações e a formação necessária, quando considerada a complexidade da temática, ficando a cargo do entendimento de cada coletivo escolar e de sua equipe multidisciplinar, o como fazer ou simplesmente, não fazer essa abordagem. Assim podemos observar as orientações dos PCNs.

A orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus, e valores a elas associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho

psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (PCNs ,2000, p. 34).

Decorreu dessa política pública que, tanto existem registros de que suas diretrizes foram ignoradas pelas/os profissionais de educação pelas mais diversas concepções que se teve na época e sob as mais diferentes justificativas, bem como, por outro lado, na última década, registramos por todo o país uma busca por cursos de formação a nível de extensão, especialização e pós- graduação (mestrado e doutorado) com o propósito de investigar com maior abrangência esse debate, que se encontra latente nas escolas e nas demais instituições (famílias, igrejas), por se tratar de algo inerente a condição humana, logo não podendo jamais ser ignorado.

Colaboram com nossas observações as afirmações de Freitas (2010) no tocante aos resultados decorrentes do surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como política pública de educação, onde afirma que: “Cabe ressaltar que embora os PCNs – Temas Transversais reconheçam a diversidade sexual na escola, na prática a mesma ainda não parece ter se livrado dos estigmas supracitados”, referindo-se o autor a “grupo de risco” atribuído aos LGBTs.

Pode-se inferir que essa procura por cursos de formação encontrada em Freitas (2010), deu-se por conta da reafirmação dos direitos civis⁹, exigidos pelos Movimentos sociais organizados dentro e fora do Brasil e pela emergência do aquecimento desse debate nas Conferências CONAE 2010 – 2014 e em especial pelas conquistas nas instâncias de poder da Suprema Corte brasileira, Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Outro momento decorrente dessa associação do trinômio HIV/AIDS/LGBT, aparece exatamente na mesma edição dos PCNs, embora subliminarmente posta, percebe-se a tão criticada “higienização” exatamente na parte elaborada do documento, cuja temática é a sexualidade, não havendo menção a outros aspectos da orientação sexual como afirmação dos direitos e como parte da construção das subjetividades.

⁹ São as proteções e privilégios de poder pessoal dado a todos os cidadãos por lei. Direitos civis são distintos de “direitos humanos” ou “direitos naturais”, também chamados de “direitos divinos”.. Direitos civis são direitos que são estabelecidos pelas nações, limitados aos seus direitos territoriais, enquanto direitos naturais ou humanos são direitos que muitos acadêmicos classificam como aqueles que os indivíduos têm por natureza ao nascer (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 30)

A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos problemas de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um na flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre a forma de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens (PCNs, 2000, p. 34-35).

O que se praticou ao associar a população LGBT ao HIV/AIDS, foi uma afirmação violenta, de caráter negativo no inconsciente coletivo, o que resultou num estigma ainda maior dessas identidades conhecidas e categorizadas como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais.

Após mais de três décadas do surgimento do HIV/AIDS, tomou-se como importantes contribuições tanto à luta dos movimentos sociais organizados no Brasil, através das ações de *Advocacy*¹⁰, quanto à chegada desse debate e de ativistas no espaço das academias, o que pontua-se aqui, como forte contribuição para demarcar espaços para esse debate apontando saídas para os esclarecimentos à população sobre mais esse equívoco, colocado irresponsavelmente na conta da população LGBT, bem como possibilitou “quebrar as rígidas paredes” dentro das academias, considerada lugar de assuntos mais relevantes que este.

Embora os debates que surgiram nas décadas passadas, apontavam como centro, o atrelamento do HIV/AIDS como, restritos a população LGBT, convenhamos que seja igualmente importante esclarecer, o irresponsável equívoco que ganhou o reforço midiático na má formação da opinião pública e no aumento do estigma junto a essa população.

Em que pese o respeito às opiniões contrárias, o que desejou-se registrar aqui que é importante desconstruir esse estigma e estimular que chegue, em especial, à população LGBT com pouco ou nenhum acesso escolaridade, as mesmas informações com qualidade a respeito dessa doença, afinal, no período em que as formas de combate ao HIV/AIDS

¹⁰ Palavra inglesa definida formalmente como “argumentar em defesa de uma causa ou alguém”. No movimento LGBT, consiste em uma estratégia de ação para a conquista de direitos e desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas relacionadas às temáticas LGBT, como união estável, leis de combate à homofobia, prevenção às DST e AIDS, atendimento a comunidade LGBT). Manual de Comunicação LGBT –p, 30)

ainda arregimentavam os primeiros esforços da comunidade científica mundial, essa foi a parcela da população que mais sofreu por falta de informação.

Denuncia-se que, embora todos os esforços do movimento LGBT brasileiro em formar parcerias com os governos nas três esferas, municipal, estadual e federal, tenha colaborado enormemente para que as informações sobre a prevenção, formas de contágio e combate ao preconceito e discriminação a pessoas que vivem com HIV/AIDS tenham surtido um enorme efeito na sociedade brasileira, estas ações de políticas públicas ainda não alcançaram as classes mais periféricas com a mesma intensidade como chegou e chega às classes mais altas e dos grandes centros do país, dificultando de certa forma, o acesso a informação de qualidade e “ratificando” os estigmas deixados por essa associação (HIV/AIDS/LGBT), nessas três décadas.

Mesmo na situação de desvantagem, ocasionado pela associação irresponsável do trinômio: HIV/AIDS/LGBTs, também foi a partir do desafio de (des)associar esse equívoco que emergiu com respeitabilidade e visibilidade, as parcerias que projetaram o movimento LGBT do Paraná para o Brasil em resposta ao desafio de levar informação de qualidade aos lugares de “pegação” (saunas, boates, casas de massagem e zonas de prostituição).

As propostas de combate nesses espaços considerados inacessíveis para os agentes de saúde, 4 (colocar em nota de rodapé) passaram a receber informações mais adequadas através das parcerias firmadas entre os grupos de homossexuais organizados e o poder público.

O exemplo aqui citado confere ao Grupo Dignidade do estado do Paraná. O que não ocorre na mesma proporção no restante do Brasil, em especial na região norte, onde, embora possua uma militância bastante aguerrida, não conta com o suporte efetivo de financiamento do poder público, nas ações de saúde, educação e nem contam com pesquisas da região que deem suporte as ações efetivas e/ou a parcerias com outros órgãos, o que só reafirma um maior distanciamento entre as classes de pessoas com menor poder aquisitivo, bem como o isolamento na formação de multiplicadores e de pesquisas nessa região, ficando a cargo das/os ativistas pautar essas demandas.

Voltando ao período inicial, toda essa tentativa de (re)patologizar esse grupo nas décadas de 1980 - 1990 por ocasião do acometimento e morte de pessoas homossexuais famosas pelo HAIV/AIDS por todo o mundo, o discurso negativo gerado desse fato, pode

ser considerado como um dos dispositivos de controle utilizado sobre as populações como encontramos na obra de Foucault (2014b).

Outro fato a ser mencionado nesse processo confunde-se também, mas de forma positiva, com os caminhos do movimento feminista. É basicamente com o advento das denúncias das mulheres sobre o patriarcado e seus processos de subordinação e exploração feminina que passaram a demarcar o início do que hoje se conhece como Movimento Social LGBT.

Na contemporaneidade esse ativismo feminino vem se reconfigurando e denunciando outro recorte que, não dissociado da orientação sexual, vem ganhando bastante visibilidade nos debates escolares, acadêmicos de todo o mundo e em especial no Brasil, o recorte de raça. Para Oliveira (2007):

Debates relacionados ao cruzamento entre gênero, raça e orientação sexual contribuíram para o surgimento dos feminismos negros e lésbicos. Porém, a crescente visibilização política de mulheres que se assumem como lésbicas negras trouxe à tona denúncias de que, também estes feminismos têm sido cúmplices de práticas opressivas como a lesbofobia, de um lado, e racismo, de outro. Atualmente, a discussão em torno da lesbianidade das mulheres negras tem ganhado visibilidade política, especialmente devido à criação de uma Rede Nacional de Lésbicas Negras e da rede Afro LBTT em 2006 (p. 385).

Um episódio mais pontual registra na história mundial dos movimentos sociais a primeira insurgência de suas/seus primeiras/os ativistas, a “Revolta de Stonewall” que ocorreu em 28 de junho de 1969 num bar situado na cidade norte americana de Nova Iorque. Ainda sobre este episódio:

Nova York, 1969 – Até a noite de 28 de junho, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) eram, sistematicamente, acuadas e sofriam todo tipo de preconceitos, agressões e represálias por parte da polícia norte-americana local. Mas nesta data essas pessoas se revoltaram e, munidas de coragem, deram um basta àquela triste realidade de opressão. Por três dias e por três noites, pessoas LGBT e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida como a *Revolta de Stonewall*. Surgiu o *Gay Pride e a resistência* conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos iguais (UMA HISTORIA DE DIGNIDADE, 2008, p. 10).

Se considerarmos que o campo das sexualidades está indiscutivelmente atravessado por diferentes discursos e pelas relações de poder, havemos de considerar que estratégias

diversas de resistências, também foram utilizadas no passado para sobreviver aos castigos imputados às pessoas de sexualidades diferentes da heterossexualidade e que podem não ter sido registradas na forma escrita, nem como uma ação de resistência coletiva, como usualmente conhecemos, mas cabe aqui considerarmos as possibilidades de aceitarmos que as formas de se relacionar, de agir e resistir, acompanham e remontam os períodos históricos mais antigos da humanidade, mesmo nos períodos considerados pouco permissivos, como nos apontam os estudos de Foucault (2014a) na sua obra *História da Sexualidade: a vontade de saber*.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, ela se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente. Vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 2014a. p. 7-8).

Embora essas narrativas denunciem punições para atitudes em torno das vivências das diferentes sexualidades, estas resistências, ainda não eram consideradas ações de movimentos sociais como se conhece hoje. Este, só ganharia *status de movimento social depois do marco de Stonewall em 69*. De lá para cá o *Gay Movement* americano foi considerado desbravador como movimento e no Brasil, essa forma de organização, aparece quase que a reboque desse evento internacional. Segundo Trevisan (2010).

No caso americano, já de saída, salta aos olhos a busca e consecução de um discurso próprio. No caso brasileiro, percebe-se a inexistência (e mesmo despreocupação) de um discurso específico de homocultura, que se continua tateando até hoje. Trata-se de um detalhe fundamental, que revela o caráter específico de cada um dos movimentos e sua articulação em relação a políticas homossexuais (p.49).

Em Freitas (2010), observa-se o movimento de organização dos grupos no Brasil, através da criação do jornal *Lampião*. A partir da criação desse jornal, o Brasil passa a abordar, mais específica e publicamente, o debate sobre a homossexualidade.

No Brasil, a história do movimento homossexual está diretamente ligada à criação do *Jornal Lampião*, editado no Rio de Janeiro por jornalistas,

intelectuais e artistas homossexuais, sendo alvo dos resquícios da censura e da ditadura militar ao final da década de 70, e a criação na mesma época do Grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, importante seguimento do movimento gay na década de 80. Estes grupos questionavam o imaginário social coletivo quanto à noção de homossexualidade da época, criticando o ideário machista que via nas relações homossexuais o mesmo tipo de dicotomia estabelecida nas relações homem-mulher (SILVA, 2000 apud FREITAS, 2010, p.46).

Ainda em Freitas (2010) registram-se os grupos e suas distribuições pelas regiões do Brasil, na década de 80.

Os movimentos homossexuais na década de 80 passaram então a multiplicar-se em todo o Brasil, procurando a afirmação de uma identidade e reivindicando direitos para homens e mulheres homossexuais enquanto cidadãos, haja vista a discriminação, perseguição e o preconceito que sofriam. Foram criados o Grupo Gay da Bahia, o Dialoga Gay de Sergipe, o Atobá e Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, o Grupo Lésbico – Feminista, depois chamado de Um Outro Olhar, de São Paulo, o Dignidade de Curitiba, o Grupo Gay do Amazonas, o Grupo Lésbico de Brasília, o Movimento do Espírito Lilás – MEL, em João Pessoa, além dos Grupos Arco-Íris no rio de Janeiro e o Movimento Gay de Minas em Juiz de Fora, que fazem parte deste estudo (p. 46).

Outra obra bastante reveladora das formas de silenciar as sexualidades, com destaque para seus *modus operandis* de torturas, no período colonial brasileiro, pode ser encontrada num rico trabalho de investigação do decano do movimento social brasileiro da Bahia, Mott (2010) *Bahia: Inquisição & Sociedade*. Essa pesquisa nos revela, após uma vasta busca em documentos daquele período, quão violento e repressivo foi, o “braço punitivo” da Igreja Católica no Brasil e fora dele. Segundo Mott (2010):

Salvador, 50 anos depois de fundada, possuía por volta de 800 vizinhos brancos e três vezes mais negros e índios, quando no ano do senhor de 1591 desembarca em seu porto inesperado visitante: O Licenciado Heitor Fernando de Mendonça, Deputado do Santo Ofício da Inquisição. A notícia da tão temível visita deve ter-se alastrado a trote de cavalo pelos mais de 40 engenhos espalhados pelo Recôncavo, deixando a população em palpos de aranha. Afinal todos sabiam que a Inquisição tinha poderes quase tão ilimitados quanto o próprio Rei, só que as justiças reais enforcavam ou degolavam seus criminosos mais graves, enquanto o Santo Ofício encaminhava-os à fogueira. (MOTT, 2010, p.19).

Essa prática que marca muito profunda e negativamente a Igreja Católica ultrapassou todos os limites e barreiras da divisão territorial de nosso país e cunhou e ainda cunha na nossa cultura, ao longo da história do Brasil, novas formas de opressão e

repressão, (re)significadas, mas com a mesma intenção, a de condenar as práticas sexuais divergentes, como se confirma nos depoimentos dos sujeitos dessa pesquisa¹¹, tanto dos movimentos sociais e a mesma percepção ocorre com os demais sujeitos da Secretarias de Educação do estado, Conselho Estadual de Educação bem como no depoimento das Travestis da capital Macapá quando perguntado sobre as práticas religiosas Cristãs e suas implicações especificamente, nos processos de Travestilidade:

Essa situação de “pista”, né?, ela é algo que todas as religiões, elas são contra. Né? Inclusive as religiões que usam a Bíblia, tem lá a história da Maria Madalena, que foi apedrejada, né? por dormir com homens que não eram seu marido. Então já tem todo um contexto social e histórico da religião que acaba sendo impregnado na vida das pessoas, e aí faz com esse julgamento, ele se torne maior. Aí algumas religiões, elas aceitam, né, as Travestis, mas acabam fazendo um processo de culpar aquela Travesti pelas atitudes que ela está tomando. Então, você é travesti mas você é Travesti por que você quer, Deus não lhe criou desse jeito! Você está na “pista” por que você quer, Deus não lhe fez ir pra “pista”!, e aí, essa Travesti depois de passar por todo um processo de exclusão. Ela já foi excluída da família. Foi excluída da escola. E aí quando chega na religião, ela começa a perceber que ela é culpada por todas a exclusão que ela teve, e a religião só faz reforçar isso. É...Algumas religiões, né? Que a gente vê que são muito conservadoras que acabam é...é.. Inceguorando, também as pessoas. Esse fundamentalismo, ele maltrata muito qualquer...qualquer identidade que esteja fora da normatividade. Então...e principalmente as Travestis, por que elas já começam num processo de mudança do corpo, né? Tem esse processo da mudança do corpo, que: Como assim você é homem e quer ser mulher? Como assim você é mulher e quer ser homem? Né? Então esse processo já é muito excludente. E....e a religião, ela reforça isso com as palavras. Com.. Pega a Bíblia e mostra onde é que tá dizendo que não é, tá certo! e isso maltrata muito, com certeza as Travestis. Por que elas vão ali em busca de paz. Elas acabam encontrando uma paz simbólica, por que depois começam todas as cobranças. Ah! Mas eu acho que se...se você mudasse o cabelo, cortasse só mais um pouco. Se você engrossasse mais um pouco a voz. Tem até um vídeo na internet de uma Travesti, que ela aparece cortando o cabelo dela. Que, assim, pelo que eu já...já li, né? o cabelo da Travesti é algo pra elas o maior simbolismo de sua feminilidade, né? o cabelo comprido. E aí essa Travesti, ela relata que ela foi, tava na igreja e o pastor disse pra ela, que ela tinha que se livrar disso. Que ela podia ser curada. Pra ela começar a ser curada ela tinha que começar pelo cabelo. Aquilo tão maltratante, sabe? Ela cortando o cabelo e chorando, mas dizendo que Deus ia salvar, que ela tava doente. Então, assim, uma lavagem cerebral numa pessoa que ela já tá tão abalada emocionalmente que qualquer carinho, faz com que ela realmente aceite como real. (Sujeito n° 15-ALBA).

¹¹ Destacamos que os depoimentos dos sujeitos entrevistados neste estudo se apresentarão em itálico.

Em suma, convergindo ainda para o sentido punitivo das sexualidades e em especial no processo de Travestilidade pelos quais passam as Travestis, percebe-se que se confirma a secularização do *modus operandis* de opressão por parte das práticas religiosas. O conservadorismo dessas religiões é apontado como um dos principais impedimentos no avanço das políticas públicas de educação, ainda que a laicidade, para muitos estudiosos em assuntos religiosos, seja vista, como um conceito em construção, por não termos, ainda um exemplo concreto e efetivo a nos orientar.

No depoimento que se segue, que é do conhecimento das/dos militantes dos movimentos sociais, observou-se quais são as práticas religiosas dominantes. As/os ativistas também têm discernimento das práticas que colaboram de maneira positiva para os avanços legais e as que são consideradas frentes conservadoras. Estas últimas, se encontram declaradamente na linha de frente dos impedimentos de aprovação das Leis favoráveis ao cumprimento dos direitos civis negados aos LGBTs, que tramitam no Congresso Nacional Brasileiro.

Essa percepção política, na maioria das vezes, foge ao conhecimento das/dos gestoras/es com a mesma profundidade. Isso fez com que, a gestão considerasse indispensável, a aproximação das/os ativistas das ações da Secretaria de Educação, o que, embora visto com desconfiança, por um certo aparelhamento político, prática denunciada por Trevisan (2010), os Movimentos LGBTs, brasileiros são considerados parte indispensável tanto na formação política dos servidores públicos como da rede privada. No Amapá, isso se confirma pela legitimidade desses grupos, no enfrentamento às violências, bem como das denúncias de: homo, lésbo, bi e trans fobias. Essas terminologias, em geral não são do domínio político discursivo dos servidores da Secretaria de Educação.

Na verdade, eu acho que a gente não tem que generalizar as religiões, mas sim as...as frentes conservadoras, né? Por que nós temos tendências Cristãs que aceitam. Nós temos o Candomblé, a Umbanda as religiões de matriz africana que, consegue compreender essa dinâmica da identidade de gênero. Mas eu acho que a maior violência que a religião faz, hoje, contra a Travesti é a condenação. Por que compreende que essa transformação que ela vive, como pecado. Como desvio de conduta, e não é um desvio de conduta, mas sim, faz parte da construção da identidade daquele indivíduo, daquela pessoa. Aonde esse desvio de conduta, é...consequentemente, acaba condenando a vida pregressa dessa figura, né? Onde diz que ela vai ser “condenada ao inferno”, vai ser condenada a “arder no mármore do inferno” entre outras coisas. Essa é a maior violência. É...é desvirtuar a conduta. A travesti ela pode ser honesta. Ela pode ter um trabalho do jeito que for. Ela pode construir uma família, mas somente por ir contra a construção da identidade,

através do seu sexo biológico, ela já é condenada como ser (não) moral. Que confronta essa ética. Que confronta a moral dominante. (Sujeito nº 16- FALGBT).

A interpretação dada à laicidade, pelo Movimento LGBT brasileiro, já ampara as ações políticas dos grupos desde a década de 90. Para as/os ativistas, como consta do Manual de Comunicação LGBT (s/d, p, 36.) “A laicidade do Estado brasileiro é um avanço cívico”.

Desde a Proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro é laico. Isso quer dizer que as manifestações religiosas são respeitadas, mas não devem interferir nas decisões governamentais. No Estado laico, não há nenhuma religião oficial. Na prática, porém, a religião se faz presente no poder público brasileiro: vários órgãos públicos afixam crucifixos em suas repartições; o calendário nacional inclui feriados religiosos; concessões de televisão e de rádio são feitas a certas denominações religiosas, que utilizam a comunicação em massa inclusive para agredir outras religiões. A Laicidade do Estado é um avanço cívico, por que impede que determinada crença, eventualmente majoritária, se sobreponha às demais e use a sua influência para coagir as pessoas a adotarem seus princípios. A defesa do Estado laico é também uma bandeira do movimento LGBT. Isso por que hoje, lideranças religiosas fundamentalistas no Congresso Nacional são os principais críticos e opositores da aprovação de leis que defendem os direitos LGBT. (idem, p. 36).

Considerou-se o fato de que há uma busca por formação por parte de profissionais da educação em todo o Brasil, observamos uma certa superficialidade nos depoimentos que se seguem, bem como o que já havíamos observado acima e sob vários aspectos, também os encontramos em outras pesquisas pelas demais regiões do Brasil.

A busca por parcerias com o movimento LGBT local, é, no Amapá, considerado como indispensável para o debate e para a formação de servidores e para a sociedade amapaense. Essa confirmação aparece na criação de um grupo de trabalho técnico sobre diversidade e gênero na escola, implantado pela atual gestão dentro da Secretaria de Estado da Educação e instituído pela Portaria de nº 0060/2016 - SEED.

No caso do Amapá, mais especificamente na Secretaria de Educação, observa-se, com muita clareza que houve uma forte provocação reflexiva a respeito da população das Travestis. As revelações das diversas fragilidades no Sistema educacional amapaense a respeito dessa temática percebemos à medida que avançou-se no roteiro de entrevista. Algumas/uns entrevistadas/os, segundo as/os mesmas/os, só se deram conta da complexidade das questões que envolvem as trajetórias escolares das Travestis que

trabalham na “pista”, por ocasião dessa pesquisa. O que de certa forma, sinaliza positivamente na direção das nossas hipóteses.

Ainda em se tratando das observações sobre as práticas religiosas e os processos de Travestilidades, as respostas que se seguem enveredaram para certo idealismo de como deveriam ser e não são essas manifestações religiosas. Nestes depoimentos, além de observarmos a pouca intimidade com a temática, nos aponta para a necessidade de outras pesquisas, divulgação ampla de seus resultados, bem como de valorização das parcerias que impulsionem o debate no sentido de diminuir as distâncias entre o ignorado e o desconhecido.

Olha, num aspecto amplo do sentido da religião que é o ato de se ligar ao criador seja ele qual for aquele que a pessoa entenda, eu acredito que não deveria acontecer esse processo. No entanto, as pessoas que fazem os movimentos da religião é que condicionam né? a seus interesses a sua cultura, esses princípios e tornam algumas religiões repressoras. E eu acredito que a religião não é repressora a religião é se ela é libertadora, ela deve respeitar o livre arbítrio da pessoa. (Sujeito nº 05-SEED).

É, só o fato de alijar, de discriminar já está violentando. Considero sim. Há uma violência sim. Nesse...nesse ponto de alijar, de achar que é anormal, que é pecado, algo pecaminoso, que é o diferente, que vai contra as leis de Deus, que é um absurdo muito grande. É a ignorância novamente aí orientando até mesmo na religião. Principalmente na religião, aliás. (Sujeito nº 08-SEED).

Com relação à religião, por exemplo, a religião católica, ela prega, assim como muitas outras, a evangélica também prega que o certo é: homem se relacionar com mulher e mulher com homem, tá? O que está fora disso é considerado como ato sujo. Algumas vezes alguns padres, pastores colocam isso que isso é uma sujeira, tá? E a pessoa acaba se sentindo e é discriminada por isso. (Sujeito nº 07-SEED).

Não, eu acredito que muitas ...muitas...é.... religiões, né? Instituições religiosas elas ...elas promovem, inclusive historicamente as religiões, elas estão envolvidas com as violências, com a discriminação, com o preconceito.... (Sujeito nº 6 - SEED).

No mesmo sentido, corrobora com os depoimentos acima, nos apontando a interferência secular e negativa de religiões consideradas conservadoras, nos processos de Travestilidades e em especial, nos debates travados em 2014 pela sociedade amapaense, sua comunidade escolar e suas representações no Conselho Estadual de Educação, quando se deu o debate e a aprovação da normativa que instituiu o nome social dos/das Travestis

nos documentos escolares no estado do Amapá. Tema que abordaremos mais detalhadamente mais à frente.

Sim, porque ...porque há uma dualidade de informação quando você trabalha é..., eu digo, de todas as religiões, não é, a criação. Depende de como, de como se vê essa criação é eterna, né? Como que se vê essa criação divina, né? Por que já nós temos batido o martelo de que Deus fez o homem e a mulher, não é? Ele não fez o Travesti ele não fez, tá certo? E o que se professa em muitas religiões é esse amor e é um amor que não ama o outro, não ama o diferente, não é? . (Sujeito nº 09-CEE).

Posto isto, confirma-se o que já se denunciava em Mott (2010) quando sugere a reflexão sobre o *modus operandi* do “cristianismo” católico:

Em 1591 e 1618, tem lugar na Bahia de Todos os Santos a 1ª e a 2ª Visitações do Santo Ofício, contabilizando aproximadamente 500 denúncias e confissões de suspeitos e réus confirmados em “crimes contra a fé”: heresias, judaísmo, protestantismo, feitiçarias, irreligiosidade, assim como “crimes contra a moral sexual”: sodomia, bigamia e a imoralidade sacerdotal (MOTT, 2010, p. 12).

Freitas (2010) acrescenta que “assegura que o argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e une os direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo biológico” (p.50), e ainda leva em consideração a afirmativa de que “a mentalidade conservadora e o preconceito não suportam a ideia da liberdade de escolha a partir do desejo de cada um” (SOUZA FILHO, 2008 apud FREITAS, 2010, p. 50). Logo, considera-se que para acrescentar qualidade ao debate, deve-se mantê-lo, preferencialmente, no campo político.

Observa-se, assim, que até o presente momento deste trabalho, que as pautas educacionais das Travestis, objeto desta pesquisa, ainda não aparecem com nitidez nas prioridades do movimento LGBT no Brasil, pois só recentemente, as Travestis têm se organizado separadamente e vêm ganhando visibilidade e independências em suas reivindicações.

Na vanguarda de tentar romper com a invisibilidade do tímido, porém aguerrido, movimento das Travestis no Brasil e no intuito de atender as reivindicações das pautas desse grupo social tão subalternizado e discriminado por integrantes do próprio movimento LGBT, o município de São Paulo, na gestão do prefeito Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), buscou encarar, em certa medida, as denúncias de que a escola é violenta quando se trata de Travestis e Transexuais.

Pressionado pelas constantes reivindicações das Travestis organizadas da cidade de São Paulo buscou-se junto à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), mobilizar recursos humanos e financeiros que pudessem permitir a elaboração e implementação de um projeto que tem como proposta: fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social, e resgate da cidadania da população LGBTT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da diversidade Sexual (CADS).

Essa efetivação contaria com um auxílio mensal de R\$ 827,40 (oitocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos, uma carga horária diária de seis (06) horas. Essa ação política provocou, na população em geral, motivada em grande parte pelas frentes religiosas conservadoras, resistência e duras críticas ao governo do petista Fernando Haddad. Publicações nas redes sociais, denunciavam as ações tidas como, entre outras coisas, como o governo do PT (SP) está promovendo a “bolsa vagabundo”, “bolsa gay”, entre outras duras críticas.

Com o propósito de trazer para a luz as diferentes vivências das sexualidades nos séculos XVII e XIX problematizado na obra de Foucault (2014a), inicia-se aqui, as reflexões sobre o nosso tempo, o século XXI.

Questiona-se como vivenciamos e compreendemos hoje as sexualidades, num período chamado por muitos teóricos de a pós-modernidade. Passou-se a refletir as diferentes formas de ser e de se entender as sexualidades e os processos de Travestilidade em face da educação, numa relação tangenciada pelo movimento LGBT, na sua historicidade e na sua construção nos contextos internacional e brasileiro. No próximo capítulo, nos interessa, portanto, saber como as sexualidades foram e são pensadas e teorizadas no mundo e quais seus reflexos na realidade brasileira. Seus contornos educacionais e as pautas mundiais que dela demandam.

Afirmar que os debates referentes às questões educacionais brasileiras são de interesse internacional, já não nos causa tanto estranhamento, visto que essa é uma questão pública e cada vez mais notória no ambiente das academias e fora dela. Sabe-se que as questões educacionais brasileiras são bastante divulgadas nas conferências internacionais e igualmente questionadas nas conferências nacionais de Educação, da Mulher, dos Direitos Humanos e LGBT. Nas duas últimas décadas, muito tem se discutido sobre, inclusão,

gênero, erradicação do analfabetismo no mundo e em particular no Brasil, como constam dos inúmeros relatórios e acordos assinados internacionalmente.

Várias iniciativas pautadas nos Direitos Humanos a nível mundial vêm tomando conta das agendas das grandes nações, na tentativa de minimizar todos os tipos de exclusões por vias educacionais, entretanto, a sexualidade por assim dizer, ainda é um debate carregado de mitos e tabus, polêmicas e de disputa política. Um grande exemplo disso nas últimas décadas, foi o encontro de governos de 164 países quando se reuniram no ano de 2000 em Dacar, Senegal, para avaliar os progressos realizados desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pela Organização Mundial das Nações Unidas para a Educação, à ciência e a cultura (UNESCO) em Jomtien em 1990. Nesta conferência foi reafirmado o direito de todos à educação e à aprendizagem ao longo de toda a vida no campo das Políticas e Práticas da Educação.

O Relatório de Monitoramento de Educação para Todos do ano de 2008, no tocante a questões de gênero, além da paridade de participação na educação, também se esperava igualdade de tratamento e de condições para homens e mulheres no ambiente educacional. O destaque atribuído ao tema gênero neste documento aponta um avanço nas questões de igualdade entre homens e mulheres, porém não ficou explícito que este tratamento de igualdade seria extensivo a todas as orientações sexuais, o que nos remete imediatamente a várias reflexões a respeito das dificuldades que as sociedades e por consequência os sistemas educacionais, apresentam quando se tratam de política para população aqui pesquisada, a população LGBT e mais especificamente, com foco nas Travestis.

O uso corrente do termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do ocidente. [...] A obra de Aristóteles *A política*, considera o primeiro tratado sobre o tema, introduz a discussão sobre a natureza, as funções e a divisão do Estado e sobre as formas de governo. Bobbio assinala o deslocamento que teria ocorrido no significado do termo: do conjunto das relações qualificadas pelo adjetivo “político”, para a constituição de um saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de relações. Política passa, então, a designar um campo dedicado ao estudo da esfera de atividades humanas articuladas às coisas do Estado (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p7).

Verifica-se, assim, a pouca preocupação e o não reconhecimento explícito da diversidade sexual que está presente em todas as sociedades, logo, nas instituições educacionais por assim dizer, que entendemos a sexualidade como algo inerente ao ser humano, não sendo possível separá-los ou submetê-los a uma norma. Os processos

históricos, políticos e sociais que ratificam a heteronormatividade¹² que segundo Pinon (2007,p.160) apud Colling (2011) “[...] enquadramento de todas as relações - mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo - em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo de casal heterossexual reprodutivo” (p.13). Estão ratificados nesses autores e condenada à invisibilidade os sujeitos com orientação sexual diversa, nos colocando no centro da contribuição de Foucault (2014a) quando afirma que “Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossas sexualidades contida, muda, hipócrita” (FOUCAULT, 2014a, p. 7).

É com o intuito de conhecer os debates acadêmicos, políticos e institucionais, este último bastante questionado pelos teóricos e autores da teoria *Queer*, quando se trata da institucionalização das sexualidades e da desconstrução dos estereótipos, que procurou-se fomentar este debate, visto que a complexidade das sexualidades e das conjugalidades extrapolam as instituições e que se feita de qualquer forma, incorre-se no risco iminente de reproduzir e heteronormatividade de forma sintomática. Ainda em Colling (2011):

Além disso, cabe aqui lembrar que, queiramos ou não, na própria comunidade LGBT, as conjugalidades são muito mais diversas do que vislumbra a proposta de união civil. Para verificar isso, basta ler a excelente coletânea de textos organizados pelas professoras Miriam Grossi e Ana Paula Uziel e pelo professor Luiz Mello. Um dos textos é de Antônio Paiva que, em sua tese de doutorado vários casais homossexuais e concluiu: (COLLING, 2011.p.13).

Assim, como ilustração de suas reflexões sobre as conjugalidades COLLING (2011) recruta fragmentos da tese de Antônio Paiva:

Quanto à discussão sobre institucionalização das uniões homossexuais, vimos uma abordagem bastante diversificada: há casais que advogam o direito não só ao registro civil da parceria, mas o direito de casar; outros veem a importância do registro para garantir patrimonialmente o parceiro, outros que consideram ‘ridículas’ ou irrelevantes as tentativas de legitimação das uniões; há os que veem na luta pelos direitos do cidadão o foco da discussão, não sendo necessário lutar pelo reconhecimento das relações; e ainda há os que consideram importante lutar por outros

¹² Expressão utilizada para descrever ou utilizar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e quem não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública. (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, p. 12-13).

modelos de conjugalidades. (PAIVA, 2007, p.23, apud COLLING, 2011, p. 13).

Propõe-se aqui um debate acerca das sexualidades, tangenciados pela concepção do movimento social LGBT que se construiu no mundo e no Brasil, bem como questionar o papel dos sistemas educacionais e seus impactos nas trajetórias das Travestis em situação de “pista” na capital Macapá, cou-be também, oportunizar um apanhado mais amplo nesse debate nas suas diversas perspectivas. Nesse contexto a teoria *Queer* aponta muitas possibilidades de análises e reflexões que interessou abordar, por proporcionar vários deslocamentos para e pelo mundo e, em especial através dos debates concorrentes, pelas diversas regiões brasileiras.

No Amapá, importou-nos saber como a Secretaria Estadual de Educação vem percebendo suas responsabilidades com a população das Travestis? Se existem ações sendo pensadas das para desconstruir os discursos que as estigmatizam, deixados pelo advento da AIDS? Segundo Andrade (2002) apud Freitas (2010) nos relata que “nós todos intuíamos que não havia apenas uma epidemia, havia uma outra trabalhando em conjunto, [...]. Era uma epidemia discursiva, um recrudescimento dos preconceitos e das discriminações contra gays”, passando a nos desafiar cotidianamente no campo das subjetividades e das pesquisas científicas.

Para o início dessa incursão no campo dos debates existentes sobre as sexualidades, da educação e das Travestilidades, parte-se de um episódio brasileiro, que aponta para o centro dessa realidade e do binômio acesso e permanência dos sistemas de ensino no Brasil.

A repercussão de uma Tese de doutoramento escrita no Brasil por Luma Nogueira de Andrade torna-se um marco revelador de uma grave realidade dos sistemas públicos de ensino brasileiro. Luma Nogueira de Andrade, que veio a formar-se doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará no ano de 2012 de imediato denuncia que não é uma feliz coincidência o tema que escolheu para sua tese.

O que a princípio parece um simples acontecimento, podendo traduzir-se em mais um evento dentre tantos que apontam o número de doutoras (es) que se formam em educação por ano no país, não é um simples fato corriqueiro. Se assim o fosse, não ganharia tanto destaque se não se tratasse de uma Travesti. Chama-nos a atenção o fato de que Luma Nogueira de Andrade seja o primeiro e único registro de uma Travesti brasileira com o título de Doutorado no Brasil, em pleno século XXI.

Diante dessa constatação, percebe-se que de algo de muito grave poderia estar por ser revelado no que concerne às trajetórias escolares das Travestis no Brasil e, no caso desta pesquisa, mais especificamente, no Amapá.

Essa notícia ganhou repercussão por todo o território nacional e coloca novamente em debate, as fragilidades dos Sistemas Educacionais vigentes, suas políticas afirmativas, seu caráter liberal, democrático de escola para todas (os). O fato de existir apenas uma Travesti doutora no Brasil, aponta para os fartos motivos que, ao se questionar a concepção meritocrática, de acesso à educação nas universidades que ainda vigora no nosso país, bem como colocar em questionamento a própria atuação política do movimento LGBT nacional nesse contexto.

Diante do exposto, inicialmente optou-se por transcrever *ílices litre* as respostas dos sujeitos institucionais pertencentes ao Sistema estadual de educação do Amapá (Secretaria de Educação e Conselho Estadual de Educação), para melhor contextualizar essa problemática e para que fosse possível problematizar o sistema educacional local, seus entendimentos sobre as sexualidades e os processos de Travestilidades. Importou-nos saber se, suas concepções apontam para outras perspectivas.

Optou-se por iniciar as transcrições pela primeira pergunta do roteiro de entrevistas semiestruturado, realizado com as/os funcionários da Secretaria de Educação do Amapá e depois pelo Conselho Estadual de Educação, que tratou da percepção da gestão de como e deve-se interferir nos conflitos gerados na comunidade escolar pelos processos de Travestilidades pelos quais passam as Travestis que se encontram matriculadas na educação básica?

A Estrutura trabalho não obedeceu necessariamente à ordem das perguntas do roteiro de entrevistas. Optou-se por assim fazê-lo por considerar a complexidade do debate e seu caráter dinâmico.

Obteve-se por resposta do sujeito nº 01: 56 anos, heterossexual, branca, católica, pedagoga, pós-graduada em planejamento e gestão pública, militante de movimento social e que não utiliza nome social: (Sujeito nº 01-SEED).

Nós compreendemos que ainda há muito pra se fazer, na...na, que a escola entenda, é... escola como um todo, da gestão ao alunado, entenda que a pessoa, o ser humano ele merece ser respeitado, é...que devemos ter esse respeito, considerando a categoria de, dos diferentes. São diferente e temos que respeitar e humanizar essa relação. É outra, outra.. busca que estamos fazendo. Se eu compreendo o outro como ser humano, eu tenho que respeitar a forma de ser dele. Lamentavelmente a

sociedade, seja amapaense ou brasileira e o mundo é... não compreende o outro, não respeita essa, essa,...a qualquer opção dele. E...inda há muito que se fazer, por que se o gestor é preconceituoso, se quem coordena o processo pedagógico é...passa por todo um pensamento, que não só por opção sexual, mas o negro o gordo, sofre todas as mazelas né? Do preconceito dentro da escola. E... então eu vejo que enquanto secretaria de educação, assim como nós estamos fazendo na vertente dos negros, pra que eles, é. Sejam trabalhadas, essas questões todas pertinentes a questão étnico-racial, nós ainda estamos muito a quem nessa discussão, na especificidade que você tá buscando na pesquisa, eu acredito que nós estamos muito aquém nessa discussão interna na escola, que passa pela questão da formação das pessoas pela, religião, não é? Pela sociedade brasileira como culturalmente ela é trabalhada, então isso reflete na escola, a escola é, o todo... Tudo que a sociedade pensa, agente encontra dentro da escola, então o que nós temos que fazer é um repensar na prática, por que a educação é mudança, eu acredito na mudança, e... se acreditamos na mudança... é possível fazer com que as pessoas, no mínimo, respeite o ser humano. (SUJEITO Nº 01 SEED).

Diante do que buscou-se levantar a respeito do entendimento dos processos de Travestilidades, na percepção das/os gestoras/es, observa-se que discursivamente há um razoável entendimento a respeito da vulnerabilidade desse grupo no ambiente das escolas. Outra constatação é uma clara fragilidade que tanto a gestão como a comunidade escolar enfrentam no dia a dia, quando se deparam com os processos de autoafirmação das identidades das Travestis. Da mesma forma como é admitida a pouca familiaridade com a temática e sua complexidade, por se tratar de singularidades onde, cada experiência é única. Por isso optou-se por usar a categoria Travestilidade (s) no plural, no intento de reafirmar as diferentes formas de existências e de subjetivações.

A reflexão que colabora no mesmo sentido encontrou-se em Santos (2015):

Outro aspecto que merece, destaque é o uso do termo travestilidades. Considerando o peso político que a linguagem ocupa, tem-se uma situação em que o S não é apenas uma consoante, mas uma forma de chamar a atenção para a pluralidade das formas de ser/estar travesti. Utilizar esse termo no plural, travestilidades, a despeito dos preciosismos acadêmicos, é um convite à reflexão sobre a legitimidade pertinente das diversas vivências da travestilidade. Isso não é uma tentativa de dissuadir o debate, pelo contrário, quer-se ter o cuidado de não produzir outros modelos normativos para aqueles/as que já estigmatizados (p. 52).

Existe, ainda, outro fator que inicialmente precisa ser considerado. É o fato de que o período no qual foram realizadas as entrevistas, o governo vigente ainda se encontrava no primeiro semestre de gestão, embora já houvesse passado oito (08) anos que esse

mesmo governo esteve à frente da administração pública do estado do Amapá (2003-2010) e retornando para um novo mandato no quadriênio (2015 – 2018).

Outro dado que apresenta-se é a participação efetiva do movimento LGBT amapaense transversalizando e atuando junto às ações da gestão da Secretaria de Educação e do Conselho estadual de educação. Intuíam-se que as/os ativistas, além de orientar técnicas/os, buscavam pautar suas demandas, porém, até onde se pode observar, sem nenhuma referência direta e concreta nas demandas educacionais das Travestis em situação de “pista”.

No depoimento que se segue observa-se que, embora haja o desconhecimento de como se implementam ações de acolhimento, formação de professores/as, respeito da comunidade escolar e que rumos deve seguir a orientação pedagógica e a própria gestão, ainda assim, existe o desejo de buscar compreender melhor esse processo.

É. Ainda é...um.... Hoje nós estamos com seis meses de gestão né? Vale ressaltar que é... mais por dentro da educação onde eu militava. Já trabalhava aqui na secretaria, é uma, é um debate muito tímido hoje dentro da escola, ou eu diria até que muito oculto não é? Praticamente você não tem. Você tem dados que as pessoas buscam da negritude, né? É...da, dados acadêmicos, é...trabalhos inclusive acadêmicos, mas muito...com outro viés, nunca nesse específico né?. Até porque por exemplo, o próprio travesti na sua orientação, quando ele opta por essa vertente, estão a escola em si no fundo ela não tá ainda preparada né? Pra ver desde da aparência da estética não né? A orientação sexual, assim como também o gay né? A lésbica, então ainda são espaços que, ainda... eu ainda vejo ainda mais, né? Bem mais aberto, bem mais é... visíveis na escola do que a própria travesti mesmo, não é? Ela com toda a sua aparência, coma sua estética, isso ainda é praticamente muito, muito tímido e até por que eu vejo que não há muito esse espaço, né? Hoje, não há..... hoje há quer dizer realmente um trabalho pelo plano estadual por que a gente conseguiu ainda, assegurar algumas metas, mas ainda vai ser uma trincheira, porque exemplo, você assegurar esse espaço hoje para esse público, não é? Do seu ir e vir dentro da escola, sem passar por situações vexatórias, sem passar por processos discriminatórios, por uma aceitabilidade social, né? Nós vamos ter muitas décadas ainda, pra... pra vencer, porém, né? Na gestão agente acredita nisso, acredita que a escola é de todos, ela é para todos, e ela precisa né? Fazer um redimensionamento. Hoje nós tivemos ainda esse ano a semana da diversidade onde esses debates vieram para dentro das escolas, não todas da nossa rede, mas um...um... já um exercício pequeno, não é? De um grupo de escolas aonde eles já estavam... é... viemos...tivemos, com esse debate, tem um grupo de trabalho, dentro da secretaria, de... aqui, secretaria de educação hoje já no trabalho do currículo, pra assegurar, né? Esse grupo de trabalho, já é...alguma linguagem que inclusive hoje até o técnico aqui dentro da secretaria ele tem essa dificuldade, de compreender várias vertentes que você tem dentro, a própria linguagem adequada, né? O que é um homoafetivo? O que que é a relação entre ambos? O que que é o travesti? O que que é o

gay? O que que é a lésbica?, e algumas linguagens que é desse mundo, que é ainda não é uma linguagem técnica, né? Mas é uma linguagem pejorativa, porém a gente tem que aprender com o movimento social e eles estão aqui conosco, para fazer essa redimensão do currículo pra que a gente possa ter políticas públicas específicas, né? Hoje a gente tem cobrado muito das escolas. O que nós temos hoje, real, de concreto é... as nossas normas de matrículas que vão já permanecer com a questão do nome social, isso já tá assegurado. Alguns diretores já estiveram conosco, é...ainda eufóricos do ponto vista como fazer? Por que hoje é uma discussão que tá, a criança não tem, né? Não é bem a criança, mas...o acima dos dezoito anos já tem a sua orientação bem definida e tem que assegurar esse direito, mas se ele for de menor a gente tem orientado, que chame a família, que né?... e é um entrave muito grande, por que até a própria família, ela não consegue ainda, ter isso na vertente, aceitar de uma forma, muito.. muito raro, pouquíssimas famílias vêm pra essa discussão, é, então é...é... um trabalho assim muito árduo, Eli, eu digo que é um público hoje muito alijado socialmente, né? Mas, agente precisa, a gente que estamos nos espaços de gestão, temos que ter essa clareza, essa compreensão de assegurar os direitos dessas pessoas (Sujeito nº 03 SEED).

Reforça-se a opção por transcrever, inicialmente na íntegra a fala das/dos gestores, no intento de buscar dar mais contexto ao debate existente, visto que nessa perspectiva, as falas transcritas na íntegra, nos permite compreender mais amplamente a visão conjunta de setores administrativamente interligados da gestão, bem como observar se existe um entendimento comum em torno dos processos de Travestilidades. Procurou-se observar os pontos positivo e/ou de negativo nas decisões políticas da nova gestão. Se há de fato um comprometimento ou apenas depoimentos evasivos em torno da responsabilidade social da gestão no tocante ao grupo das Travestis e suas demandas educacionais.

Olha, é...essa é uma questão bastante, que... que deveria já estar sendo trabalhada não no estado mas no país, por que elas...elas sofrem é....algum preconceito e o processo delas porém é um processo muito paulatino, e muita das vezes as instituições escolares não estão preparadas, e por esses motivo elas se afastam do nosso convívio, mas a...aqui a coordenadoria, preocupada exatamente com isso, pra nós não colocarmos ela a parte do nosso processo, nós estamos inserindo a diversidade no nosso contexto (SUJEITO Nº 02- SEED).

Neste depoimento, observou-se pontos evasivo, mesmo vindo do setor responsável pelas especificidades atendidas pela secretaria de educação do Amapá. É sob a responsabilidade desta coordenadoria que pesam a execução e acompanhamento das políticas para grupos historicamente excluídos como negros, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas do campo, jovens e adultos e LGBTs. Foi possível observar que há uma certa coerência entre os depoimentos e as atividades em curso distribuídas pela gestão

e assumidas pelas Coordenadoras. A semana da diversidade que contou com a participação do movimento LGBT, contou com o apoio pontual da gestão na sua realização em três escolas da capital, em pleno período de transição. Desataca-se aqui que essa semana de atividades é uma ação isolada por se tratar de data alusiva ao mês de combate à homofobia, porém positiva no que tange a iniciativa da Secretaria em realiza-la. O que numa visão mais técnica e baseada na legislação se completa com o depoimento que se segue:

Com certeza, é. Haja vista, que nós fazemos parte de uma sociedade com muita diversidade e assim todos tem direito principalmente à educação, não é? Todos são, apesar de diferentes, tem uma igualdade de direitos, eu entendo né, principalmente o educacional (Sujeito nº 04- SEED).

Complementando os depoimentos anteriores, pautado numa fala coerente e alinhada com a proposta de formação de professoras/es. Algo que já vem sendo apontado pelas pesquisas e que ganhou bastante eco na voz do movimento das Travestis apontando para as consequências de uma (não) ação política em torno das demandas desse grupo.

Olha, eu penso que a secretaria, ela deveria trabalhar muito mais isso com os seus professores, que é os que estão na escola, são eles que ajudam ou dificultam essa...essa, ação, isso que tá sendo vivido... vivido pela...palas...pelos travestis, é... então ela deveria trabalhar mais formação, trabalhar mesmo, discutir isso.. isso.. com eles, por que eu vejo que isso não é feito, não é realizado com a intensidade que deveria acontecer... deveria ser, por que muitas pessoas não querem falar sobre isso, né? Professores não querem discutir né?. Levam na brincadeira quando se coloca, é piadinha, então a...a... gestão deveria enfrentar isso com a uma maior rigidez. Trabalhar a questão dos Direitos Humanos dentro da escola. É...Como é um tema que é... trabalhado na transversalidade, né? pelo menos nas resoluções do ensino médio e eu penso que na.. da educação básica também, isso deveria ser trabalhado muito mais com os professores e eu vejo que não há esse foco de se trabalhar a formação pra isso (Sujeito nº 04-SEED).

O movimento social das Travestis no Brasil, têm denunciado que a “pista” tem sido o destino final das Travestis, devido essa não permanência nas escolas e a não aceitação no mercado formal. Em especial essa expulsão, segundo elas, tem início no ensino fundamental o que já vem sendo apontado em várias pesquisas no Brasil.

Não tem a escola que elas possam. Que elas possam ficar. Como é que elas vão trabalhar em coisas que...que... não seja a “pista”, se elas não

conseguem estudar? Fazer um curso profissionalizante, não é? Por que hoje em dia, até é ...pensam assim: que...é... elas só servem pra domésticas, ou...ou... pra cabeleireira, cabeleireiro, né? Geralmente essas...essas que são as Travestis, elas trabalham muito como domésticas. As que eu conheço aqui do estado, elas trabalham como domésticas. São poucas que conseguem sair daí. E a maioria não tem estudo nenhum. Não conseguem nem...nem... ficar no ensino fundamental (Sujeito n° 14 - GHATA).

Outro registro que demarca a ação política como necessária para a permanência desse grupo, em especial quando estas se encontram no início de seus processos de afirmação das identidades Travesti e/ou transexual, está presente na fala de técnicas/os, que são responsáveis por dar sustentação as ações dentro das escolas, e destas podemos destacar a admissão da superficialidade das ações percebida no depoimento seguinte:

Com certeza, né?.. a.... a.. como eu já falei que eu conheço pouco sobre a vida, especificamente, das Travestis, mas eu sei que ...que muitos grupos além delas, tem essa dificuldade, né? De permanecer na escola, de continuar os estudos, e...e...de muitas vezes até de levar uma vida normal, como ser humano igual aos outros, né? Então eu penso que.... então eu penso que a secretaria de educação ainda tá, realmente numa....numa....num trabalho muito superficial com..é....de início mesmo, iniciando esse processo de amparo, digamos assim, dessa pessoa específica que é o travesti para que ele permaneça, continue seus estudos. (SEED).

Observa-se também que, devido à grande rotatividade dos profissionais entrevistados, que hora estão na sala de aula, hora estão na gestão por ato de nomeação, mesmo com a descontinuidade de suas atividades em um setor específico estes têm conhecimento que a comunidade escolar percebe os processos pelos quais passam as Travestis, mas que são tratadas de maneira bastante preconceituosa, o que não acontece na mesma proporção como os outros grupo. Com o grupo das Travestis, quase nunca há uma abordagem pedagógica de acolhimento.

Olha, assim...enquanto educadora né? por que eu tô há pouco tempo na secretaria, na...época que eu tava em escola, assim.. como já foi... dialogado anteriormente, a gente pouco vê ...a.. aluno se apresentando como Travesti, tá?. Existe sim aqueles que se apresentam como gays, lésbica, mas travesti, dificilmente a gente vê, né? mas a gente sabe que existe. E eu acho de suma importância que realmente a secretaria vá para dentro da escola, trabalhe isso, tá? Agora não trabalhando especificamente ou exclusivamente com a questão do aluno, tem que envolver todos que fazem parte da escola. Professor que são eles que lidam diretamente com esses alunos, tá? questão de...os outros...questão de coordenação pedagógica, direção, merendeira, porteiro, enfim, todos

que fazem parte da escola e não especificamente aqueles que estão dentro de uma sala de aula (Sujeito nº 07- SEED).

O mesmo observa-se na fala que encerra esse questionamento que trata dos entendimentos que gestoras/es da educação possuem, sobre processos de Travestilidade. Nesta etapa verificou-se um alinhamento do discurso em torno da necessidade de intervenção da secretaria junto às escolas e a comunidade escolar, porém percebemos a nítida insegurança na temática. Gestoras/es da secretaria de educação reconhecem que encontram muitas dificuldades quando se trata de como operacionalizar essas ações no universo de 420 escolas, nos dezesseis municípios, em todo o estado do Amapá.

Sim, com certeza. Por que uma das bandeiras da educação é a inclusão...e eu vejo que o grupo de Travestis, também devam ser abrangidas por essa política de inclusão (Sujeito nº 08 -SEED).

Na intenção de estabelecer uma interface entre os entendimentos que se têm sobre as sexualidades e os processos de Travestilidades, passamos à resposta dada ao mesmo questionamento, feita a presidenta do Conselho Estadual de Educação do Amapá.

Sim, é... nós sabemos que essa é uma questão tão antiga, mas de discussão tão recente, garantia de Direitos Humanos, Direitos Humanos à educação, e aí nos envolvemos a...a... Travesti ou os Travestis, a travestilidade. É... o aluno ele está na educação básica, muitas vezes ainda no ensino fundamental, ele não está sabendo o que que tá acontecendo mas sua orientação sexual e sua identidade de gênero, entre aspas, não é a heteronormalidade que todo mundo é...espera que seja e... ao redor dele dentro da escola, no entorno da escola, dentro da escola, na sala de aula, na relação com os colegas há... uma questão homofóbica muito grande de...de... repulsão não é? E ele se sente assim. A escola ela oprime, ela ...expulsa, ela... faz com que ele abandone a escolaridade embora ele saiba que só tem esse caminho pra conseguir ser respeitado ou para se fazer respeitar, mas ele foge da escola e ele encontra outras alternativas como a prostituição o trabalho... em.. em.. situação degradante é... subemprego e abandona a escolaridade, embora depois....ele vá perceber que ele precisa da escolaridade e aí encontra outros empecilhos que é a defasagem idade série e como isso vai se dar para que ele entre novamente a escola (Sujeito nº 09-CEE).

É perceptível que há um “clima” social e político na direção do debate das sexualidades, muito mais devido à realização da semana da diversidade do que de algum comprometimento político e sistemático, de que se deva decidir politicamente por esta causa devido a sua importância. Embora os debates em torno do Plano Nacional de Educação em junho de 2015, tenha mobilizado, de certa forma, uma parcela significativa de profissionais da educação brasileira, no Amapá não foi diferente. Observa-se aqui,

ações pontuais e isoladas decorrentes das reivindicações do movimento social organizado, que na van guarda dos debates, formam e informam, neste processo, grande maioria das/dos professores e demais servidoras/es públicos do sistema estadual de ensino do estado . Essas reivindicações e tantas outras, em tese, poderiam converter-se em políticas Públicas, não fosse à correlação de forças hoje estabelecidas no país, onde o conservadorismo prevalece, numa composição parlamentar, nunca antes vista na Câmara Federal e no Congresso Nacional brasileiro.

Os questionamentos e os debates no Brasil, em torno das sexualidades ainda requer certamente, um amadurecimento teórico, técnico, político e cultural de questionamentos da própria cultura do falocentrismo e da heteronormatividade compulsória. Algo que nos coloque a par das margens existentes bem como perceber e questionar os centros que as subordinam.

Faz –se necessário um apoio maior das instituições brasileiras na formação de seus quadros funcionais. Espera-se, também das universidades, o cumprimento de seu tripé: ensino, pesquisa e extensão como aportes teórico e conceituais voltados para o acolhimento das demandas sociais que dependem de pesquisas para iluminá-las. Aponta-se para a academia por ainda ser perceptível a grande lacuna que existe entre os debates nas instituições e seus reflexos no social. Cobra-se das universidades e por consequência de seu quadro de profissionais, que se cumpra minimamente as funções para o qual ela está destinada.

Espera-se igualmente a ampliação dos debates em todas os cursos de licenciatura das universidades públicas, respeitando as diferentes perspectivas e abordagens, mas que o permita e o faça. Permitir a criação de núcleos LGBTs para demarcar posição e garantir espaço físico e político de debates, embora esse não deva limitar-se aos núcleos LGBT, mas a todos os espaços das universidades.

No contexto do Amapá, passamos a observar, como resultante de um reflexo direto de outros debates de outras regiões do Brasil, que através das produções acadêmicas levantadas para esse propósito, que os relatos, em alguns casos com maior ou menor grau de dificuldade, de que há grande fragilidade nos domínios dos conceitos e termos utilizados quando se trata das sexualidades, das Travestilidades e com forte reconhecimento de que ainda há grande carência de formação em todas as esferas administrativas no que diz respeito a essa temática e a toda complexidade que dela decorre.

Sobre as responsabilidades das instituições no Amapá, há um clima de consenso do politicamente correto, embora, ao mesmo tempo, sugere um amplo debate no tocante as dimensões teóricas que essa abordagem requer.

Os discursos em torno das responsabilidades das ações e do debate em questão, aparecem numa certa sintonia entre as/os gestoras/es, tanto da secretaria de educação como do conselho estadual de educação. Nesse sentido, porém, ainda na forma de constatação de que algo pode e deve ser feito, mas, que ao mesmo tempo denuncia uma distância entre o que se pensa em fazer, o que se deseja fazer e como se operacionalizam e se institucionalizam essas ações. Da intencionalidade à ação, do pouco entendimento às estratégias, ainda não ficou claro como seria, num plano macro, no universo das 420 escolas pertencentes ao Sistema de Educação do estado.

Embora já se perceba uma inclinação positiva na direção dessas abordagens, ela é tímida no campo da política pública local, justificada, em especial na resistência das famílias e na carência de formação do quadro de servidoras/es públicos.

Uma ação que colabora e aponta para um movimento na direção da preocupação com as demandas escolares LGBT é a elaboração das normas de matrícula, porém, ainda pautada num discurso generalista de que a educação inclusiva deva ser para todas e todos e baseada nos princípios do Direito Humano à educação.

O depoimento a baixo ilustra esse distanciamento entre a intenção e a ação política concreta e efetiva, muito debatida e questionada pelo movimento LGBT brasileiro e em especial, o amapaense. Os depoimentos apontam as razões desse distanciamento e suas reais consequências.

É...esse ano, é... a secretaria do Estado da Educação ela fez um encontro, onde ela colocou questões relacionadas à.. à... diversidade sexual é... você também que é de escola, você sabe que os temas transversais eles tão há muito tempo aí e que a escola, ela não consegue trabalhar. Quando ela fez esse encontro, a grande maioria, por que hoje, no estado, é... a educação ela... do estado, ela trabalha, do...do.. Quinto né? Da quinta série, ensino fundamental, o segundo ciclo e ensino médio, né? e a educação de jovens e adultos. Ela coloca no encontro, ela traz pro encontro, pra debater a questão, o tema e... você vê que não tem nem metade dos diretores, né? e profissionais que trabalham na escola ali, que eles...eles... não conseguem nem ir para o encontro. Eles não estão prontos para trabalhar as temáticas que tem que...que você tem que trabalhar na escola. A...a... secretária, ela...ela...ela.. está com vontade de trabalhar temas para...para...as questão LGBT, não só para Travestis, é...é.. gays, mas para todas as letrinhas, né? como a gente chama. Mas,é... num primeiro momento eu acho que tem que trazer professores, técnicos e capacitá-los. Por que a gente sentiu, nesse encontro, que foi o

primeiro passo que eles não...não... estão preparados para trabalhar a questão, né? então o Travesti vai continuar na “pista” (GHATA).

Há um grande reconhecimento da potência e da apropriação do debate pelos movimentos sociais, nesse momento em que as ações passam a ser pensadas com e para as três escolas do eixo FAB. Isso se traduziu nas reuniões realizadas no interior da secretaria de educação e na criação do grupo de estudos para as questões LGBT localizado no setor de currículos, e nas experiências das (os) entrevistados que, de alguma forma possam ter internalizado, a importância que tem o ativismo nas pautas educacionais das Travestis.

É totalmente compreensível que em nenhuma ocasião tenhamos observado uma menção a palavra gênero, muito embora a expressão identidade de gênero estivesse mencionada num contexto bastante pertinente. Percebe-se a presença da visão heteronormativa inconsciente que se tem sobre as sexualidades e as Travestilidades propriamente ditas. Isso reforça as afirmativas de Trevisan que denunciam a ausência de uma homocultura brasileira e de conceitos que facilitem e modifiquem os debates nas academias e fora dela. Tudo isso, ao mesmo tempo, adverte que tal problematização não seria uma abordagem simples e pouco elaborada que daria conta de um debate deveras complexo, porém necessário, no campo educacional. Viu-se claramente que as categorias que envolvem as sexualidades e o gênero colecionam culturalmente, silêncios, pudores, moralidades e subordinações nas relações de poder.

Isto posto, tanto no campo acadêmico como no próprio debate político dos sistemas educacionais brasileiros, essa abordagem requer constante debate, conhecimento epistemológico e uma postura contra paradigmática de saberes e práticas políticas. Observa-se que os debates sobre as sexualidades quando pensados em ações voltadas para a comunidade escolar professoras/es, mães/pais, alunas/os, serviço técnico, pedagogas/os, gestoras/es, merendeiras/os, agentes de portaria), ainda registram reflexões muito aquém dos debates encampados pelos movimentos sociais.

Essa percepção refere-se tanto nos debates técnicos do sistema educacional quanto nas ações objetiva que sugerem equacionar as situações de vulnerabilidade que submetem as Travestis nos ambientes das escolas, com grande reflexo em toda extensão de sua vida cotidiana.

Neste contexto, depreendeu-se tanto de Dabhoiwala (2013) como de Foucault (2014a) que esse debate, antes de ser das sexualidades e do próprio sexo que reclamamos ser “proibido”, é do campo do poder. Para Foucault (2014a, p. 16-17), essa percepção

passa pela necessidade de questionarmos como isso ocorre no campo dos discursos e das relações de poder: “Daí decorre também o fato de que o ponto mais importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas”.

Para Dabhoiwala (2013) essa visão ocidental sobre as questões do sexo teve forte impulso no discurso religioso. Assim sendo, atravessou séculos ora num apelo punitivo, ora num relaxamento em partes da Europa da idade média.

Que os adúlteros fossem condenados à morte era o ideal de Lutero, Zwingli, Bucer, Bullinger e outros líderes reformadores.³A consequência foi que, onde quer que a Reforma tivesse êxito, ela era acompanhada por esforços conscientes para endurecer a disciplina moral: o fechamento de bordéis, a expulsão de prostitutas, e a instauração de punições mais severas para o adultério e a fornicação. Em resposta ao desafio protestante, um policiamento sexual mais rigoroso também se tornou uma característica da Contrarreforma católica. Em todo o mundo ocidental, o período presenciou uma intensificação da propaganda e da ação cristã contra a fornicação, o adultério, a prostituição e a sodomia. (DABHOIWALA. 2013, p.32).

As diferentes pesquisas, sob as mais diferentes abordagens teóricas e perspectivas sobre as Travestis, religião, corpo, saúde, mercado de trabalho, sexo, sexualidade e Travestilidade, atravessadas pela pressão dos movimentos sociais, tratam esse debate como pertinente e necessário e nelas encontrou-se um ponto curiosamente comum: o fato incontestado de que a baixíssima escolaridade das Travestis é um problema estrutural. Uma realidade vista sob os mais diferentes aspectos, como preocupante.

Ressalta-se que a realidade brasileira acumula uma realidade desfavorável para as identidades Travestis. Reclama-se também que ainda não há um debate próprio sobre qual a nossa maneira de abordar essa temática. Os estudos internacionais encontram-se bastante distante das produções brasileiras sobre Travestis, sexualidades e Travestilidade. No Brasil as produções científicas vêm praticamente a reboque das contribuições internacionais que se apresentam sob a forma de teorias já consolidadas, muito, por assim dizer, pela ausência no Brasil de um discurso próprio, de conceitos que represente a nossa cultura e da ausência de uma homocultura, como observa Trevisan (2010):

Do ponto de vista histórico comparativo, resulta muito revelador estabelecer um paralelo entre os primórdios dos movimentos americanos e brasileiro na luta pelos direitos homossexuais. As diferenças são muitas e, por vezes, gritantes - já pelo fato que o Gay Movement foi desbravador e o Movimento Homossexual brasileiro veio quase a reboque de precedentes internacionais. No caso americano, já de saída, salta aos olhos a busca e consecução de um discurso próprio. No caso brasileiro,

percebe-se a inexistência (e mesmo despreocupação) de um discurso específico de homocultura, que se continua tentando até hoje. Trata-se de um detalhe fundamental, que revela o caráter específico de cada um dos movimentos e sua articulação em relação a políticas homossexuais. Para compreender melhor esse dado é preciso contextualizá-lo. (p. 49).

Muito embora questões relativas às realidades (não) educacionais das Travestis já venham sendo denunciadas pelo movimento LGBT no Brasil, em especial pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), ainda há uma grande necessidade de uma maior visibilidade acadêmica, conceitual, política e social. No Brasil essa produção ainda caminha com resultados efetivos que possam, livres de influências ideológico-partidárias e com maior autonomia político/científica, traduzir-se em aportes teóricos que possam ser construídos e chamados de elaborações “*Made in Brazil*”. Ainda neste sentido, acrescenta o autor Trevisan (2010):

No caso brasileiro, a costumaz ausência de autonomia política foi se refletir também na produção intelectual, fato que impediu uma maior elaboração conceitual e acabou retardando em muito abordagens de viés homocultural. Isso se evidencia, por exemplo, na inexistência quase sistemática, em pleno século XXI, de núcleos ou departamentos de estudos homossexuais em nossas universidades – ao contrário de universidades europeias e americanas, que em inúmeros casos possuem programas avançadíssimos nessa área há quase duas décadas. De um lado, a consciência política homossexual, no Brasil reduziu-se a importar seus referenciais das esquerdas locais. De outro lado, quando precisou de ferramentas para análise da realidade homossexual, o ativismo LGBT brasileiro não teve alternativa senão pedir socorro internacional, acabando por se contentar em importar ideias nem sempre acordantes à situação brasileira (idem, p. 52).

Ao passo que estamos diante de uma situação de ausência de ferramentas analíticas próprias, em se tratando de aportes conceituais e teóricos, de caráter inexorável, haveríamos, também, nestas análises, de resgatar as compreensões para este recorte, nas esteiras de teóricos internacionais e autoras/es brasileiras/os que se apoiam em suas vertentes conceituais.

Considerando a realidade brasileira e internacional acerca das fragilidades e potencialidades, essas duas realidades, respectivamente, nos oportunizaram tangenciar esse debate com a visão de ativistas do movimento LGBT amapaense nos permitindo observar a pouca compreensão dos processos de Travestilidades pela comunidade escolar, o que já intuíamos, baseados nas pesquisas aqui levantada e nas observações cotidianas da realidade local, mas que também, tem-se a clareza que ainda há muito a se pesquisar.

Para que se possa conhecer progressivamente se e como as/ os ativistas acompanham as questões sobre as Travestis, acrescentamos a esse questionamento a compreensão anterior das (os) ativistas com relação a sua compreensão desses processos junta às famílias das Travestis, visto que esse grupo tem se apresentado como o grupo mais inacessível dessa pesquisa. O sub-tópico seguinte trata de como é esse (não) entendimento (desconhecimento) por parte da comunidade escolar e as consequências graves decorrentes dessa falta de entendimento.

2.2. SEXUALIDADES – CORPO, PODER E VIOLÊNCIA: DAS FRONTEIRAS DO DESCONHECIMENTO ÀS FORMAS DE ASSUJEITAMENTO

Em todas as literaturas as quais se teve contato durante a realização desse projeto um fato chama a atenção de maneira incontestável. A sexualidade das Travestis e das Transexuais sempre esteve permeada por muitas, e não seria nenhum exagero dizer, por todas as formas de manifestação da violência. Nas relações de poder, o corpo e a violência às formas de assujeitamento, este último, na forma de resistência, formam uma tríade complexa, secular e que se aperfeiçoa ao longo do tempo histórico e que nunca deixou de sofisticar seu *modus operandi* dessas violências, ora de suplício do corpo, noutra de morte social. Ambas coexistem até os dias de hoje.

Estão presentes, também, nas literaturas nacionais e internacionais a questão de classe, que coloca algumas Transexuais, num cenário menos vulnerável que outras, mas que não as livra dos estigmas sociais já bastante observados ao longo dessa discussão. Quando se trata de oportunidade no mercado de trabalho no Brasil, o emprego formal para uma Travesti é uma negativa recorrente. A discriminação já é perceptível no recrutamento. Na Europa, num exemplo mais específico, fala-se das oportunidades que estão ligadas ao mundo da prostituição como profissão já legalizada e o mundo da moda ou mundo das “celebridades”, atividades que não passam necessariamente pelas exigências de escolaridade e/ou acadêmicas. Ambas operam através do e pelo assujeitamento dos corpos.

Para um posicionamento nesse debate, (sexualidade, poder, corpo, violência e formas de assujeitamento) fala-se de que poder é esse. Como se apresenta esse corpo na trama do/com poder. Como se manifestam as estratégias de assujeitamento/resistência nos diferentes espaços que envolvem as relações com a família, a escola e o trabalho

atravessados pela religião. Tudo isso, de maneira complexa, têm a ver com a sexualidade das Travestis aqui entrevistadas.

Nos aportes de Foucault (2013), o poder é exercido das mais diferentes formas. Segundo ele:

Como sempre, nas relações de poder, nos deparamos com fenômenos complexos que não obedecem à forma hegeliana da dialética. O domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo...tudo isso conduz ao desejo do próprio corpo por meio de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu esse efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu do corpo contra o poder, da saúde contra a economia, do prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado...O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo...Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a ideia da união livre ou do aborto...Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, por que ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares...e a batalha continua. (FOUCAULT, 2013.p 235).

Com efeito, em todas as análises aqui observadas, identificou-se as assertivas de Foucault, em especial as encontradas nos depoimentos das Travestis entrevistadas em situação de “pista”, onde o corpo é a sua principal ferramenta de trabalho, de lucro, logo, de poder. É nele e por ele que as Travestis encontram meios de sobrevivência, um assujeitamento/resistência que ao mesmo tempo em que são excluídas do mercado formal de trabalho, não as elimina totalmente das tramas que o poder comporta na “pista”.

O fato da prostituição no Brasil, ainda não ser considerada uma profissão por não estar regulamentada, esta é uma atividade altamente requisitada, usufruída e paga por pessoas de todas as classes sociais, motivo pelo qual ela se retroalimenta.

O investimento financeiro no corpo de uma Travesti e a menor ou maior consciência de que este investimento passa a ser um dispositivo de poder, traz uma “recompensa” financeira imediata, porém temporária e perigosa, visto que a maioria das Travestis, para moldarem, em menor tempo os seus corpos, se utilizam de produtos de alto risco para sua saúde. O silicone industrial é um deles. Outra comprovação desse retorno financeiro rápido, é o fato das travestis de “pista” serem vítimas constantes de furtos.

Observem que, desde o início do nosso trabalho estamos utilizando a expressão “a” Travesti e não “o” Travesti. Além de haver uma questão de recorte, o fazemos dessa forma

por estamos convencidas, de que o gênero, como afirma Butler apud Tiburi (2016), não é do campo da sexualidade, mas do campo político, logo, é com esse olhar que também compreendemos esse debate. Comunga também dessa afirmativa, Santos (2015), quando observa que:

As travestis são, portanto, esses sujeitos que pelas normas de sexo-gênero deveriam atuar representando papéis sociais considerados masculinos, mas que recusaram para si essa determinação social fundada no biológico (XY), e investiram na elaboração de uma feminilidade. Ainda que no dicionário Aurélio indique que neste caso a gramática apresente como correto o uso de o travesti, opto por fazer a referência no feminino, em consonância com a reivindicação do movimento organizado de travestis e transexuais (ANTRA, ASTRA-RIO dentre outros), que defende a prevalência do gênero sobre o biológico. De forma que, se um indivíduo apresenta-se feminino, querendo ser reconhecido como tal, é coerente tratar-lhe no feminino, independente se ele é XX ou XY (a base cromossômica que indica os caracteres sexuais do ser humano) (2015, p.51-52).

Outra peculiaridade faz parte da vida da maioria das Travestis de “pista”. Uma prática que as aproxime mais rápido e ao máximo dos corpos desejados, ao mesmo tempo lucrativo, é que a maioria delas recorrem às bombadeiras. Essas “profissionais” realizam aplicações de silicone industrial nos corpos das Travestis, com uso de seringas descartáveis. Essa prática, na maioria das vezes, acarreta danos irreversíveis à saúde das Travestis, podendo leva-las à morte.

Outro fator a ser considerado na atividade da “pista”, são as Travestis menores de idade. Estas, quando recebem “autorização” para entrar na atividade de prostituição na “pista”, “autorização” dada pelas Travestis mais experientes, chamadas pelas recém-chegadas como “mãe de pista”. Esta expressão é utilizada para referir-se a Travesti responsável pela autorização de uma Travesti no local de prostituição, a “pista”.

Após essa “autorização” que estabelece várias regras para a exploração da atividade de prostituição, as Travestis mais jovens passam a apresentar uma ameaça real para as travestis mais “velhas”, que por sua vez, com menos ainda possibilidade de estudar, de competir no mercado de trabalho e/ou de arrumar outra ocupação/ emprego, migram para outras atividades como a cafetinagem ou bombadeiras. Essa situação reflete no que Moura & Lopes (2014), problematizam:

A temática do preconceito de gênero e sexual no Brasil tem sido bastante discutida. Fleury (2000) afirma que não haviam medidas concretas sendo

tomadas a respeito, embora o Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado em 1996, visasse programar atos internacionais relacionados aos direitos humanos em consonância com a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre discriminação nas relações de emprego. O fato é que a implementação efetiva de políticas para combater a discriminação no emprego é recente e esbarra em uma barreira cultural que apregoa a não aceitação do preconceito e da discriminação. Assim questiona-se: Será que os travestis sofrem preconceito na hora de se inserir no mercado de trabalho? Para isso partiu-se das seguintes hipóteses a) Existem indícios de que há preconceito por parte dos recrutadores por questões de gênero e sexualidade. Portanto se concentra em investigar a como ocorre o preconceito no mercado de trabalho. (p.7)

No Amapá, a narrativa que se segue, ilustra e responde a hipótese acima levantada por Moura & Lopes (2014), no que se refere à oportunidade de emprego para as Travestis no mercado formal.

A minha motivação foi devido o que?... eu procurar emprego, ter cursos, ter é...é.. como é? me formado em vários cursos e na hora de exercer, eu ser... de exercer...chegar na hora de me chamarem e ver que é uma Travesti, principalmente logo tem preconceito de cara. Uma vez eu fui, não vou especificar o nome do lugar, eu fui chamada pra mim trabalhar, deixei meu currículo, eu fui chamada, quando eu cheguei lá, o gerente teve a “cara de pau” de falar pra mim que, eu...pelo meu currículo eu poderia, o serviço seria meu mas pela minha estadia, pelo meu jeito, pelo meu modo eu não iria. Eu só iria trabalhar se eu cortasse meu cabelo e me vestisse de homem. Por devido os clientes, que muitos clientes têm muito preconceito isso e aquilo, ele não aceitaria. Mas por devido a minha... o meu currículo. O meu grau, os meus cursos que eu tinha e que me diferenciavam que era tudo certo pra...pra mim exercer o trabalho entendeu?. Chegou na hora ele viu que eu era uma Travesti, ele não...não aceitou. Então isso leva ao caso de nós Travesti ir trabalhar na “pista”. Por que? Nós gostamos de ser quem nós somos e em muitos, em muitos lugares eles não aceitam. Ou até mesmo que vocês vejam. Vocês vejam alguma Travesti trabalhar em uma loja grande, num shopping ou algum lugar assim? Se tem eu...eu...até mesmo eu nunca vi! Eu vejo gays, Travesti, não! Gays porque gays passam por homens ali, se transformam numa coisa que não são pra ganhar aquele trabalho, pra tá ali por devido o merecimento. Então nós nos achamos melhor na “pista” por que na “pista” nós ganhamos muito mais do que tá num trabalho desse. Preconceito sempre né? Lógico que tem em todo lugar, mas... é o único modo, pra nós que nós gostamos de nos vestir do jeito que nós somos, e chega num lugar desse pra uma Travesti vai trabalhar, preconceito... aí?(Sujeito nº 10 - Júlia).

Para Júlia (mãe de pista) a realidade do mercado formal de trabalho quando buscado por ela, apresentou-se com inúmeros impedimentos. Essa realidade vai desde a exigência de reversão de sua identidade de gênero ao fato de condicionar a vaga no

emprego ao descarte do seu nome social. Neste caso o currículo anteriormente aprovado não está mais em questão. O que sinaliza na direção da discriminação baseada nos corpos e no gênero das Travestis como vimos acima em Moura & Lopes (2014).

O depoimento que se segue ilustra bem uma de nossas perguntas da entrevista. Qual a motivação ou as motivações que levam uma Travesti à “pista”?

A gestora declara, confirmando a prévia intuição para a elaboração do questionamento acima que, além da ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre os fatores que colaboram para que a “pista” seja a opção mais imediata que se apresenta para uma Travesti como lugar de trabalho, de sustento e sobrevivência. A constatação do aumento desse fenômeno social em Macapá conta com a ausência de políticas públicas efetivas do governo do estado e isso só agrava a situação de abandono das Travestis.

Neste ponto chega-se, de certa forma, naquilo que se considerou o início da provocação necessária que intuía-se não existir para a gestão, no tocante as trajetórias escolares das Travestis. Percebe-se a ausência de uma reflexão que há mais de uma década vem sendo denunciada pelos movimentos das Travestis e já retratado em algumas pesquisas.

Até você fazer essa pergunta, eu...eu... não tinha ainda, assim, pensado realmente, que....que...as Travestis não estão em todos os espaços. Eu não tenho uma colega de trabalho Travesti. Nas escolas em...quando eu vou eu não encontro professores Travestis. Poucos alunos; quando há momentos de apresentação, né? Eles se apresentam. Mas a gente praticamente não enxerga nos shopping pessoas trabalhando. Eu vejo que eles são segregados. Eles são segregados. Então a noite, pela penumbra, pela escuridão eu acho que eles conseguem ter o espaço que não é dado na luz do dia, né? E eu não tinha pensado nisso e o quanto isso é grave. O quanto a nossa sociedade ela, é excludente. Por que se eles não estão ali, alguém não aceitou que aquela pessoa trabalhasse dentro de um shopping. Não...não sei, talvez, eles não tenham conseguido o estudo pra chegar e galgar um...um.. outro lugar né?, com uma maior escolaridade, que se exige uma maior escolaridade. Então, eu fiquei assim, realmente, pensativa com relação a isso. Por que que eles não estão. Então eu vejo que é por isso. Muito cedo eles são excluídos da escola e sem escolarização fica difícil. O lugar que os acolheu foi a “pista” então pra lá ele vai, pra lá ele é aceito e ele encontra, né?, nesse local é...os clientes, as pessoa que buscam aquilo, que também se escondem, né?, que se escondem, e... pra encontrar viver, ou sobreviver (Sujeito n°4-SEED).

Na Europa, em virtude do reconhecimento da prostituição como profissão, o mercado formal de trabalho para pessoas Trans. (Travestis e Transexuais, Transgênero) se apresenta, em certa medida, favorável, o que não significa que sejam aceitas noutras

profissões com a mesma facilidade. A discriminação no mercado europeu de Travestis e Transexuais, fora da prostituição, também é registrada.

Nas duas realidades, Brasil e Europa, o mercado da prostituição tem se revelado um lugar garantido para pessoas trans. No Amapá, isso também se confirma. Embora todas as travestis e transexuais aqui entrevistadas sejam alfabetizadas, é na “pista” que elas encontraram a garantia de algum ganho para os seus sustentos.

No continente europeu, outra porta estreita é o mercado da moda. Este tem sido um lugar de “acolhimento” mais para as Transexuais do que para as Travestis. Estas últimas são bastante disputadas entre Portugal, Espanha e Itália para o garantir o mercado da prostituição, geralmente em Boates.

Nos anos 80, como já abordamos, os exemplos de Roberta Gambine Moreira (Roberta Close) ilustram a estreita porta do mundo da moda para brasileiras. Em 2016, Lea T é outra ilustração para essa afirmativa. Ambas são consideradas celebridades do mundo da moda. Estes são os dois casos, separados por mais de duas décadas, bastante conhecidos da mídia nacional. Embora Roberta e Lea sejam brasileiras, as oportunidades e a fama, não se deram no Brasil. No mercado da moda, não temos nenhum outro registro de profissionais Travestis e/ou Transexuais brasileiras que se tornaram profissionais bem remuneradas no mundo da moda. Essa mesma realidade não acontece com outras modelos mulheres.

Registra-se sim, mas com bastantes restrições o caso da Travesti/gay Rogéria (atriz e performista) que atua esporadicamente na TV Brasileira. Segundo Moura & Lopes (2014) essa realidade, no Brasil, dá-se por que: “as políticas do mercado de trabalho são altamente excludentes, onde a sexualidade é tratada como um quesito de diferenciação dos demais trabalhadores indo assim contra os princípios constitucionais”. Logo, cabe, por analogia, nomear de assujeitamento, o mercado da prostituição para Travestis, em ambas as realidades.

Diante disso e por isso, está presente também, mais uma variável à tríade: poder/corpo e violência. Soma-se a essas categorias a variável assujeitamento e a este, outros indicadores sociais como: família, escola e por fim, o trabalho.

O assujeitamento sendo, o próprio poder deslocado na forma de resistência. Sob a forma do uso comercial e dá imposição do próprio corpo, ora negado, ora aceito (tolerado) no cenário dos marcadores sociais como: as famílias, as escolas e o trabalho nas “pistas”.

A necessidade. A necessidade do dinheiro. Por que assim. É um dinheiro fácil, mas ao mesmo tempo que é fácil é difícil. Por que você tá correndo ao risco de pegar alguma doença. Você corre o risco de sair com uma pessoa e a pessoa vir e lhe fazer o mal. Lhe bater, ou então lhe agredir e nem pagar o seu programa. Por que já aconteceu isso comigo. Já fui agredida uma vez. Eu compartilho isso sempre com uma amiga minha. Uma vez eu saí com um rapaz. Tá fomos. E ele me tratou super bem. Quando ele gozou. Pegou, fizemos o ato ele pegou, não quis me pagar. Então eu fui...fui falar com ele. Ele me agrediu. Me bateu muito. Aí, quem me ajudou foi um pessoal do motel, sabe? E é muito perigoso!. Eu falo que é um dinheiro fácil sim, por que tu vai ganhar rápido ele mas, é um dinheiro que você corre perigo. Perigo do que? De tu pegar uma sífilis, uma AIDS ou qualquer doença transmissível. Qualquer coisa. Ou então chegar alguém e você sai com essa pessoa e ela lhe leva pra um lugar, lhe bate ou então até lhe mata. Tem todo esse risco. É muito difícil. Eu falo que é graças à Deus que eu não venho todos os dias. Eu venho só quando eu tô necessitada de dinheiro. Eu não sou aquela que vem: segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Não! Se eu tiver um bom dinheiro para mim passar a semana, eu passo uma semana sem vir. Se eu não tiver, eu venho pela necessidade do dinheiro. Por que é muito difícil também, assim, para uma Travesti arranjar emprego. Emprego em algum lugar ou então em algum órgão público. Por que quando uma Travesti vai arrumar um emprego, deixar o currículo, a gente somos logo é, olhada e discriminada. Por que assim. Agente não pode pelo fato da gente se vestir como a gente se veste. Eu falo que é mais fácil pra um gay arranjar emprego do que para uma Travesti. Por que se eu for deixar meu currículo por aí eles não vão me aceitar. Não pelo preconceito da...da empresa, mas eles já olham pelo preconceito dos outros que vai na empresa. Eu já deixei meu currículo. Eu já fiz um curso de culinária aqui no SENAC aqui em Macapá. Eu já fiz curso de atendente ao cliente, mas, eu nunca consegui um emprego. Eu já trabalhei, assim, na casa de família, já assim, cuidando da casa. Mas, assim, em empresas mesmo, em órgão público, é muito difícil pra gente que é Travesti. Aí o fato, como a gente não consegue, a vida mais fácil é ir pra rua. É ir pra “pista” se prostituir. Se vender. É muito difícil você ver uma Travesti se não for cabeleireira. Se não for é...é...cozinheira, trabalhando na cozinha dos outros. E aí é constrangedor. E a gente temo que enfrentar essa barra. E a sociedade as vezes, afasta muito a gente por que pelo fato da gente ser profissional do sexo e põe a gente como um poço de doenças pra sociedade. Isso é muito constrangedor pra gente (Sujeito nº 11 –Travesti Yveline).

Diante dessa realidade, denuncia-se que inúmeros são os fatores que impedem o reconhecimento profissional das Travestis no mercado brasileiro, diferentemente do mercado europeu. O processo migratório teve início no final da década de 70. As facilidades eram maiores nesse período por isso, dizia-se que “A Itália está para as travestis como e El Dourado estava para os conquistadores espanhóis do Novo Mundo” Kulick (2008).

O mercado europeu no final da década de 70, se apresenta para as travestis brasileiras, segundo Kulick (2008), como um mercado sem grandes competições, com lucro favorável através do corpo.

A migração das travestis para a Europa em busca de riqueza é um fenômeno que se inicia no final da década de 1970, quando as travestis brasileiras passaram a viajar em massa para Paris com a intenção de trabalhar na região conhecida como Pigalle e também, principalmente, no Bois de Boulogne à noite. No princípio, por volta de 1978, a presença de travestis brasileiras em Paris ainda era bem reduzida. Uma das pioneiras relembra que durante alguns anos não havia mais do que cinquenta travestis naquela país (Fatos & Fotos, 4 nov.1984). Elas chegavam a ganhar mil dólares por semana – soma fantástica para a maioria das pessoas, verdadeiramente inimaginável para alguém que vinha de um país onde a média do salário mínimo não ultrapassava cerca de setenta dólares ‘por mês’ (KULICK, 2008, p.180).

No Brasil, os estigmas a elas atribuídos ao longo do tempo as invisibiliza em quase todos os espaços sociais. Diante disso as formas de driblar os preconceitos abertos e/ou velados fazem das Travestis pessoas que se refazem todos os dias para estar no mundo. Ver Kulick (2008) e Santos (2015).

O fenômeno das Travestis em situação de “pista”, no Amapá, não é algo desconhecido das autoridades e das/os gestoras/es da Secretaria de Educação que admitem a ausência sistemática de ações que coíbam e/ou minimizem essa realidade. Lembremos que o primeiro lugar onde os grupos de Travestis apareceram em situação de “pista” no Amapá foi na capital, onde está localizado o centro administrativo do estado.

Os motivos que levam uma Travesti à situação de pista, prioritariamente é a sobrevivência. Todos os espaços a elas negados culmina numa decisão que não as permite escolher. Afinal, nas experiências narradas pelas próprias Travesti é de que assumir-se perante a sociedade tem consequências diretas em todos os setores e um deles é o mercado de Trabalho.

Em Macapá o lugar exato desse fenômeno foi no entorno da SEED, localizada na AV: FAB, esquina com a Rua Leopoldo Machado, ao lado da Assembleia Legislativa do estado do Amapá - ALAP.

Eu saio às vezes, tarde da secretaria e passo nessas avenidas e percebo, e digo: Meu Deus! Como não tinha aqui? Já tem aqui! e.... são pessoas diferentes, elas não mudam de ponto. Então, são pessoas que... e até por que não pode, por que entre eles mesmo, tem a confusão de se mudar de ponto. É....existe a agressão. “Aquele ponto é meu! Não vai lá”. Então, é...Macapá que não existia. Não existia entre aspas, por que devia existir

mas, a pessoa, era muito mais forte a...a discriminação. Quem, oxalá, quem se manifestasse ou deixasse aparecer, era muito pior do que hoje (Sujeito nº 01-SEED).

Embora a maioria das Travestis estejam ou passaram pelas “pistas”, as Travestias não devem, jamais, ser confundidas ou consideradas sinônimo de prostituição. Para Santos (2015):

É pertinente problematizar outro aspecto importante das travestilidades: a reflexão em torno da associação comumente realizada entre as travestis e o universo da prostituição. Essa questão se me coloca desde o início da pesquisa com as travestis em campos dos Goytacazes, já que a maior parte das pessoas refere-se às travestis como sinônimo de prostitutas. Buscando desnaturalizar essa associação conveniente, penso ser interessante compreender parte dos esquemas sociais que atuam nesse processo em que, de fato, a trajetória de vida de grande parte das travestis passa pela prostituição. (p.52).

Para o movimento das travestis iniciado no Brasil, na década de 90 no Rio de Janeiro com a Rede nacional das Travestis (RENATA) hoje ANTRA, os desafios ainda são grandes e ameaçadores, visto que sem escolaridade ou com escolaridade as violências se apresentam em todos os sentidos, em todos os lugares e de diferentes formas, em toda estrutura social. Por isso falamos em problema estrutural.

Nas sociedades que insistem em classificar e categorizar, há que se ousar propor uma verdadeira revolução teórico-prática que possam minimamente politizar o debate, valorizar as singularidades e desconstruir o ser “abjeto” que se encontram fora do centro, fora da norma. “É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural...” Louro (1997), na esperança de um novo devir. Neste sentido, acrescenta Marcia Tiburi (2016):

A cultura, em todas as formas de discurso, do jurídico ao científico, e dos meios de comunicação, ajuda na produção do “abjeto” como um tipo de diferenciação na qual se confina o excluído. O excluído é produzido no discurso: seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos, realiza-se na injustiça de não poder existir. Essa diferenciação precisa ser analisada e desmontada. Somente aí é que algo como a liberdade de existir como se é entrará em cena. Não apenas por que existem muitas pessoas fora das classificações, mas porque é preciso desmontar as classificações para dar lugar à expressão singular contra todo um campo de experiência silenciada e, assim, proibida de existir ou condenada à morte. (TIBURI, 2016, p.11).

Tornou-se um desafio redimensionar as fronteiras da tríade relação de poder, corpo e assujeitamento visto que engloba outro fenômeno mundial que é a violência. Essas ações

suscitam inúmeros questionamentos para o que conhecemos por “identidade de gênero”. Neste caso, demandariam ações, elaboradas sob as mais diversas iniciativas e perspectivas, considerando que temos observado em todas as pesquisas de maneira reiterada, bem como nas entrevistas aqui realizadas, que há uma negação do corpo das Travestis e das Transexuais. Fato este que não as impede de retificá-los ao serem atravessados pelo processo de Travestilidade e posteriormente ratifica-los por uma ação de resistência, muito embora muitas ainda não consigam elaborar conscientemente essa reflexão como tal.

No Brasil, tudo isso, basicamente tem sido justificado por uma certa “moral cristã” e por uma concepção de natureza biologizante que agrava e coloca em risco sobremaneira suas existências. Nestes casos, suscitaria também, problematizar na definição de gênero que tende a aparecer como algo pré-definido, bem como na identidade de gênero. Para Butler, *apud* Tiburi (2016): “gênero não é um problema do campo da “sexualidade”, é um problema político e, mais perigosamente, um problema ontológico”, logo sua recolocação pode e deve ser politizada e o mesmo acontece com o “feminismo”. Segundo Tiburi:

O ponto central da crítica de Butler reside no fato de que o feminismo que ainda trabalha com o “binarismo” de gênero - com a ideia de que “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino” são a verdade da sexualidade – incorre na reprodução daquilo mesmo que quer criticar. (TIBURI, 2016, p.8).

Para Connell & Pearse (2015):

Esse processo é frequentemente debatido como o desenvolvimento da “identidade de gênero”. Há algumas questões que precisam ser levantadas sobre esse conceito.[...], mas nos serve por enquanto como um nome para a sensação de pertencimento a uma categoria de gênero. A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoas somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não nos são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos (p.38).

No Amapá esse debate ainda está majoritariamente, sob a responsabilidade dos movimentos sociais. Embora já constatado, fora da situação de pesquisa, a fragilidade em torno desse debate, a população de Travestis e transexuais só têm aumentado sem que se tenha pautado o debate sobre os processos de Travestilidades. Embora o número de Travestis na capital Macapá e por todo o estado do Amapá, tenha sido percebido como representativo a cada ano, nada se fez, minimamente, para questionar o fenômeno que teve

seu início nos arredores da Secretaria de estado da educação. Situação que se confirma no depoimento a baixo. Quando questionada a gestão sobre as motivações para o significativo aumento das Travestis nas “pistas” da capital, verificamos que não é algo que passou despercebido para a gestão da educação.

Primeiro é.....o motivo... é.... eu acredito que é a sobrevivência. Eles têm a...a... discriminação clara. A gente percebe. É.....e ampliou significativamente, mesmo no Amapá, Macapá. Não é....o fenômeno não tá só em Macapá. Tu vai do Oiapoque à Vitória do Jarí, tu percebes que eles, estão, é.... tendo, eu digo, coragem, né?, de se assumir. Ao se assumir eles têm consequências. Essa consequência é a discriminação. Não tem emprego. Não tem escolarização. O quê que ele precisa pra sobreviver?, como eu iniciei dizendo. Precisa do mínimo. Esse mínimo, se ele não tem escolarização, ele usa o corpo. Ele vai usar o corpo e escolhe a noite. Né?, nem é de dia. Tu não vê prostituição de dia. Tu não vai vê que ele tá em motel. Ele tá na rua. E... o que eu percebo é que a escola contribuiu pra isso, né? A família contribuiu pra isso. Então, se na família ele é rejeitado. Eu ouvi de vários pais, assim, que eu tenho conversado sobre esse.... sobre esse..... fenômeno, ele diz assim: “Não, eu prefiro ter um filho ladrão de que lésbica, ou gay ou travesti”. Então pra ti ver o nível da.....como é grave, muito grave. Quer dizer, uma queda de valores, assim, o pai prefere que o filho seja ladrão do que uma opção, né?, sexual que não fere ninguém, que não atinge ninguém, que não vai modificar a vida de ninguém a opção daquela pessoa. Enquanto ladrão ele vai ferir a sociedade toda. Mas o pai, mesmo com nível superior, eles dizem isso. [...].Então,, voltando a essa questão da pista, que eles estão lá. Eu, lamento que são, realmente que são de menor escolaridade. É....usando o corpo, se expondo a...a doenças sexualmente transmissível, por que também ele nem tem condição de fazer a proteção, nem vão buscar no hospital qualquer tipo de proteção. E isso é questão de saúde pública, também, eu acho que temos que envolver a política da saúde, como política por dentro da saúde, e a educação. E....então eu lamento ver tantos jovens. [...]Mas hoje, eu vejo que.....eu só lamento que eles tenham tido a coragem de dizer: “Eu sou!”. “Eu quero ser!”. “Eu tenho que ser por que eu não sou feliz!”. Mas....nessa condição, de...sem estudar, eu lamento, porque, eu acho que...eu fico pensando, “valeu a pena eu ser, demonstrar?, e eu continuo com outra luta que é da sobrevivência?” “Eu me mostrei!”. “Eu me identifiquei!”. “Eu tenho identidade, hoje!”. “Mas como eu vou enfrentar isso aqui?”. Aí eu fico pensando: mas quem quer ser feliz não...não...tem...tem que ser agora, é hoje! “Eu não posso passar trinta anos pra estudar, ser doutora pra depois dizer o quê que eu sou, né?”. “Então eu quero ser feliz agora, e se é pra renunciar a escola eu vou renunciar!”. Não que ele queira, é porque a escola é que não aceita ele. Isso pra mim é muito forte. São poucos educadores que, acatam, dão ombro, escuta. É....trabalha gestores também que trabalha isso com seu grupo de professor. Difícil, é um tema muuuuito difícil pra trabalhar. É melhor escamotear. Diretor escamoteia a temática e, deixa acontecer. E não...não ...não se preocupa com aquele ser humano que tá ali e que chega até o suicídio. Pode chegar até o suicídio, né?. Então se agente fosse, digo, mais cristão. Eu puxo assim, muito pra Deus. Deus em mim e

Deus no outro, eu cuidaria desse outro. Mas...a corrida na nossa sociedade, faz com que eu seja indiferente ao problema do outro. Isso, é..... pra nós, da secretaria de educação, é uma preocupação. E... vamos ver a forma, como trabalhar isso? Eu sei que eu vou ter problema por dentro da escola, aqui dentro, a onde tiver tem. Até podem aceitar por que, as vezes é ordem da secretária, mas internamente eu não vou, eu assumo, não abri meu coração pra ninguém. E eu rejeito essa opção. Eu digo que “não é de Deus”. “Então eu não vou aceitar!”. Tem a posição religiosa aí, né? E é isso que eu vejo que, agente, nós seres humanos, é incrível, a gente precisa. É uma redundância, mas, a gente precisa, se humanizar. Ver o outro. Respeitar o outro. Defender o outro, naquilo que lhe é de direito, que é ser diferente. Ele acha que eu o considero diferente. Pra mim ele é normal. Ele optou. Ele é um ser humano tanto quanto eu sou, só que ele vai fazer uma coisa diferente que ele quer, né?, e por eu não ser igual a ele, eu o respeito como ele é. Isso que tem que ser muito forte. Respeitar o outro como ele é, e a gente vai bater muito essa questão na....na gestão. A gente tem falando muito pros diretores. Mas nós estamos começando um governo. A gente tem esperança que a educação caminhe nessa direção, né? (Sujeito nº 01 – SEED).

O que diz a legislação a esse respeito, sendo esta, instrumento de vigilância acirrada e constante dos corpos das travestis? Segundo Villaça, Góes & Kosovski (2012):

A “Lei” referente ao corpo e o seu controle não se exerce somente através da legislação e jurisprudência formais, mas principalmente tem origem no controle informal, religião, educação, nível sócio econômico em todas as diferenças que compõem uma sociedade heterogênea, multifacetada em contexto de países com enormes desigualdades culturais e econômicas. O tratamento dado ao corpo prende-se a essas diferenças. (p, 67).

Toda essa emblemática situação que envolve poder, corpo, violência e assujeitamento talvez seja um indicativo de que a maioria das Travestis estejam sendo empurradas por grande parte da sociedade brasileira e com a conivência do Estado para a dura realidade que as coloca numa baixa expectativa de vida. Já é sabido que as Travestis no Brasil vivem em média trinta e cinco (35) anos de idade.

2.3. TRAJETÓRIAS ESCOLARES DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE ‘PISTA’ NO AMAPÁ: A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SUPERIOR

Nessa etapa, cabe iniciar esse sub-tópico transformando em questionamento a afirmativa que encerra o capítulo anterior. Por que as Travestis no Brasil possuem baixíssima escolaridade e vivem, em média, trinta e cinco (35) anos de idade? O que estaria por trás dessas trajetórias escolares e dessa baixa expectativa de vida?

As pesquisas nos revelaram que para além da educação básica, a violência transfóbica se estende, também às academias. Lá também, constatamos a existência de relatos de violência nas mais diferentes proporções e circunstâncias.

Mas o que se tem chamado de violência quando se trata das trajetórias escolares das Travestis? Essa violência, denunciada e conhecida como violência transfóbica, pode ser traduzida em ofensas verbais e/ou agressões físicas dispensada, por qualquer pessoa, de qualquer classe social, qualquer religião ou etnia, contra pessoas Transgênero. Transgênero, segundo o Manual de Comunicação LGBT (p.17) é a terminologia usada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero, transcende as definições convencionais de sexualidade. E ainda:

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação de aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT , s/d, p. 16).

As pesquisas e os relatos nos dão conta de que essas violências praticadas nos ambientes tanto das famílias como das escolas chegando as academias vão, desde serem obrigadas a segurar o desejo natural de beber água, verter água e/ou ir ao banheiro evacuar a um simplesmente caminhar pelos corredores dessas instituições públicas. Atender a uma simples chamada para o controle de frequência das/dos professoras/es vira um problema cotidiano causado pela insistência das/dos professoras/es em usar o nome de registro civil, utilizado para constranger a Travesti ou a Transexual.

Nestes casos há uma negação quanto ao uso do nome social. Esses relatos vêm tanto da rede pública quanto privada de ensino. Outras narrativas têm insistido em denunciar que essas violências são praticadas, tanto pela maioria das/dos professoras/es, como por toda a comunidade escolar. Isso ocorre, mesmo sob o argumento de que o nome social já se encontra regulamentado.

A negação de registros oficiais dessas agressões (físicas, verbais, psicológicas, assédio moral e sexual) pela coordenação pedagógica, também estão nas listas das violências sofridas por Travestis e Transexuais. Na maioria das vezes que essas violências são relatadas à coordenação pedagógica pelas Travestis ou pelas Transexuais, as mesmas

são consideradas sempre as causadoras e/ou as culpadas por sofrerem todo tipo de violências dentro ou fora das instituições.

Quando uma Travesti considera que, para concluir a educação básica, também se faz necessário negar ou esconder essas violências, havemos de considerar que seus direitos de ir e vir e de acesso e permanência, garantidos em Lei, se encontram plenamente ameaçados.

As travestis e as Transexuais, na sua maioria quando se encontram matriculadas, se assujeitam a toda sorte de humilhação. Uma declaração dada por uma das Travestis presentes na Conferência Nacional de Educação no ano de 2010 – (CONAE-2010), realizada em Brasília - DF, foi motivo de grande perplexidade e indignação por parte das/dos delegadas/os presentes. A mesma nos narrou, durante uma mesa de interesses LGBT, que: “alunos de uma turma ao encontrar uma Travesti no banheiro, juntaram - se e usando a força física, colocaram sua cabeça dentro do vaso sanitário cheio de fezes e, segurando para que ela não corresse, puxaram a descarga”. O depoimento chocou a todas/os quando a Travesti que narrava o fato se identificou como a própria vítima. A mesma declarou que seu ato de relatar ali a sua trágica experiência, tratava-se de uma “decisão política” primeiro para denunciar a violência transfóbica e segundo, para evitar que outras Travestis passassem o que ela passou. A mesma destacou ainda, naquela ocasião, “que estava orgulhosa de ter resistido a tudo e se formado pedagoga”.

Essa denúncia, foi levada ao conhecimento da equipe de relatoria da mesa e ganhando o devido registro, transformou-se numa ação, dentro da própria CONAE – 2010, onde um *stand* foi montado, sob a coordenação da Organização Não Governamental (ONG) – *Reprolatina*. A organização propôs colher relatos de Homofobia sofrida por LGBTs e que desejassem tornar públicas suas experiências. A proposta era relatar e denunciar experiências de violências vivenciadas dentro e/ou fora das escolas. Os depoimentos deveriam ser gravados e/ou escritos, juntamente com a assinatura de um termo de consentimento, autorizando sua divulgação. Uma decisão política que serviria como ação de denúncia para casos de violência já denunciados pelo Grupo Gay da Bahia – GGB, primeiro grupo a sistematizar casos de violência homofóbica no Brasil. Ver anais da CONAE – 2010.

Isto posto, passa-se agora, para narrativas das Travestis em situação de “pista” no estado do Amapá:

Na minha escola é assim, por que tem duas Travestis já lá. Aí não foi muito impactante, mas tem muita gente que não respeita, mas eu vou levando. Finjo que não escuto e é isso (Sujeito nº 13- Travesti -Bruna).

Nas escolas, as formas de assujeitamento vão do silêncio às reações mais diversas. Cada Travesti encontra no cotidiano escolar a sua melhor estratégia de convivência cotidiana frente as violências sofridas. Tudo isso, contanto que a faça permanecer no espaço escolar até a conclusão de alguma etapa da educação básica.

Eu comecei a me travestir com doze anos de idade. Eu ainda tava matriculada ainda. Eu tava estudando. Parei de estudar, eu acho que eu tinha uns dezoito anos, uns dezessete anos, por aí. Na parte das meninas sempre foi aceito né? Alguns meninos aceitavam outros não. Ah! Isso deixa a gente meio constrangida, mas a gente somos cabeça fria e a gente leva do jeito que pode.... (Sujeito nº 10 Travesti-Júlia).

Percebe-se que a cada depoimento as subjetividades das Travestis vão se revelando à medida que as situações de violência se apresentam. No depoimento abaixo, a estratégia conta com o apoio de um único professor através do acolhimento do nome social pelo qual a Travesti se reconhece. Ressalta-se que, embora as Travestis encontrem, muito raramente, alguém que as respeite, apoie e acolha, isso está longe de ser uma prática acompanhada por toda a comunidade escolar.

Então, quando eu completei quinze anos de idade, eu sentia assim, me sentia diferente. Eu me sentia atraída pelo mesmo sexo. Então, como naquela época eu não tinha nem conhecimento nem sabedoria, eu achava que isso era errado. Então eu ficava me martirizando que era uma coisa errada. Que eu não podia! Que eu não podia! Eu sofria muito por isso. Eu sofria muito na minha escola por que eu andava rebolando. Eu ia pra escola com calça feminina, mas com o uniforme da escola. Alguns percebiam e ficavam me olhando. Tem uns que percebiam, me olhavam com outros olhares, mas eu relevava, sabe? Mas, é assim. Eu tinha um professor maravilhoso que era o professor de matemática. Eu gostava muito desse professor. Eu até falava pra ele: “Eu não gosto da sua matéria mas do senhor eu gosto muito, pelo fato do senhor me respeitar pelo que eu sou”. E aí ele me perguntava, toda vez que ele entrava. Meu nome de chamada tava lá, meu nome de batismo. (J.E.M.A). E aí ele me falava assim: “Como é que você quer que eu lhe chame? Pelo seu nome, é... de batismo ou pelo seu nome social?”. Eu falei assim: “Eu gostaria muito de ser chamada por todos os professores pelo meu nome social.... (Sujeito nº11- Travesti -Yveline).

Contudo, essas práticas, além de serem consideradas brincadeiras” e não como violência, pela maioria da comunidade escolar, ainda não é possível afirmar que exista uma

forma sistemática para esses registros por parte das escolas, o que estimula que tantas professoras/es, alunas/os, como toda comunidade escolar continuem a praticar tais “brincadeiras”, reiteradas vezes.

Quando as travestis e as Transexuais decidem que vão resistir e terminar a educação básica, ambas sabem que precisam se afirmar e encontrar suas próprias estratégias de resistência todos os dias, o que no sub-tópico anterior, chamou-se de assujeitamento/resistência. Essas violências diárias, nem sempre são silenciadas por todas as Travestis.

Devido assim. No meu ponto! No meu ponto Cheguei a ter preconceito com um professor que chegou e falou que: “homem que era homem tem que ser chamada pelo nome de homem. Não deveria ser chamado por nome de mulher e ele não iria me chamar pelo meu nome de mulher”. Simplesmente eu saí da sala, fui na secretaria, e eu peguei, processei ele. Nós entramos numa...numa grande coisa, onda de processos, aí ele me indenizou devido tudo isso. Aí a primeira coisa que a escola fez foi tirar...tirou ele da escola e agora saber pra onde ele foi trabalhar? Eu não sei (Sujeito nº10 – Júlia).

Aqui tem-se o primeiro registro de um fato ocorrido no interior da escola e que foi levado ao conhecimento da coordenação pedagógica, a qual adverte verbalmente o professor e que ganhou contornos extramuros da escola, passando de omissão à denúncia, registro, inquérito e indenização. Observa-se que, neste caso específico que o respeito e o reconhecimento do direito de acesso e permanência que estava ameaçado, foi percebido pela Travesti, bem como sua denúncia foi acolhida como uma violência pela coordenação pedagógica. O que foi confirmado pela gestão da Secretaria de Educação e finalmente pela justiça local.

Eu vejo que por essa falta de preparo dos nossos professores, ou...não falo só dos professore, falo da coordenação pedagógica, por que as vezes o professor vai e relata alguma coisa, faz uma gracinha e se esse travesti vai à coordenação pedagógica, por vezes ele não é ouvido, né? Então eu tenho assim, relatos de pessoas que são travestis, de professores de travesti, que ocorreu problema mesmo séeeerio, entre é...ela....né? falar alguma coisa que ofendeu esse travesti e ele foi procurar os direitos dele. A coordenação pedagógica pediu que a pessoa se retratasse, que voltasse atrás e o professor.....o professor se negou a voltar atrás, né?. Por que a travesti conhecia o direito dela. Então ela se sentiu ofendida e ela foi procurar o direito. Então essas ações dentro da escola, fazem com que essa pessoa vá embora. Isso aconteceu no ensino médio, mas poderia acontecer lá no fundamental. Então é mais fácil. É, lá no ensino fundamental, como a pesquisa aponta, né? Que a maioria não tem o ensino fundamental por que ele se evade da escola. A escola é o primeiro lugar onde ele não é aceito, depois da família (Sujeito nº 04 – SEED).

Aos poucos, tanto a Secretaria de Educação como o Conselho estadual de Educação vão se familiarizando, na prática, com as demandas das Travestis no Amapá. Embora isso ainda seja uma tímida iniciativa no estado, as demandas têm aparecido na capital, de maneira esporádica, recebendo soluções pontuais e levando ao desafio as equipes de gestão, trazendo para a visibilidade e para as incursões de pesquisas, tanto o sujeito do direito à educação como aponta a necessidade constante de estudos e pesquisas, formação de professoras/es e equipe técnica no aperfeiçoamento de estratégias a serem adotadas, visto que cada Travesti é um sujeito singular.

A demanda escolar de uma Travesti, não é necessariamente a necessidade premente da outra, mas todos os relatos de trajetórias escolares das Travestis, aos quais tivemos acesso aparecem com marcas de violação de direitos, ancoradas, de certa forma, em alguma manifestação da violência transfóbica.

É mister relatar que a não compreensão dos processos das Travestilidades por grande parte da sociedade brasileira já vêm sendo problematizado por mais de duas décadas, em pesquisas nas demais capitais brasileiras, isso vem também se confirmando, em primeira mão, nos depoimentos dos sujeitos de nossa pesquisa na capital Macapá.

Diante disso, só agora a Secretaria de Educação do estado do Amapá se vê desafiada e pressionada a encarar sistematicamente esses processos vivenciados na prática pelas Travestis matriculadas na rede pública de ensino.

[...]Então, é.....o combate à discriminação, né?, ela.....tem que ser uma política. Ela tem que ser trabalhada. É...,e eu acredito muito que pela educação, é possível, agora, eu... preciso trabalhar também, o professor. Que o professor, tem, as vezes, veladamente, ele não...é politicamente correto, não é comum, não é bom eu dizer que eu tenho discriminação. Que eu não gosto. Que eu não aceito. Então, é mais fácil eu velar essa minha posição dentro, com os companheiros, mas só o aluno sente isso[...]. (Sujeito nº 01-SEED).

Neste contexto, um esforço conjunto no ano de 2014, a sociedade civil organizada, o Conselho estadual de Educação do Amapá, a Secretaria estadual de Educação, representante de mães, pais, alunas, alunos, professoras, professores, movimento LGBT amapaense e demais representantes da comunidade escolar decidiram por encarar um dos desafios mais denunciados pela Travestis no Brasil, o reconhecimento da identidade de gênero no interior das escolas através do uso e registro do nome social. Segundo a gestão,

essa não foi uma decisão fácil, mas que mesmo a normativa tendo sido aprovada por unanimidade, tem certeza que não foi vista com “bons olhos” por muita gente.

Quando perguntadas sobre os possíveis pontos positivos e/ou negativos quando da aprovação dessa resolução, tivemos os seguintes depoimentos:

Eu acho que para a sociedade amapaense foi um avanço. Porém, é...também, para o movimento foi um avanço, foi uma conquista. É...porém, eu, digo que há, também o..... Olhar negativo, quando se trata...quando o olhar é pra o ensino fundamental, não é? Pro ensino fundamental, há muuuuita, é..... Preocupação com isso. Primeiro por que na adolescência, ou pré-adolescência, o menino tem...depende do pai. Ele não vai dizer.....ele pode até no grupinho dele, ser identificado com o nome social. Pra mim, essa conquista ela é mais forte e vai poder ser usada com mais frequência é, no ensino médio e no ensino superior, que já tem, né? O ensino superior hoje, no Amapá, já tá aprovado no CONSU mas, e no ensino médio. Mas o menino de oitava série, sétima, talvez, aquele que a família já o aceita, aquele que...que tá bem resolvido na família, ele seja pedido pelo pai pra colocar, se ele é menor. Né? Pedido por ele. Na educação de jovens e adultos, são todos é, acima de quinze a dezoito, também, ainda tá na faixa de dependência. Mas, acima de dezoito ele pode solicitar. Mas.....é interessante, seria interessante, nessa pesquisa tua, eu não tenho hoje referência, de quantos pediram pra usar? Quantos já tiveram, primeiro conhecimento da resolução, que eu acho que falta divulgar mais e....e quem fez o requerimento pra utilizar o nome social, né? E depois disso, poderia gerar uma...uma outra pesquisa, é.....qual a consequência disso na escola? Como ele é aceito com o nome social, no coletivo, né? Ai, “ Eu consegui! ”. “ Coloquei! ”. “Eu quero ser assim! ”. “Eu exijo isso aí! ” e qual seria, como seria a aceitabilidade, né? Entre os colegas? Alunos? e pros professores, né? Se seria um espanto? Se seria admiração? Se seria uma atitude preconceituosa? Eu acho que isso aí dá pra gerar uma outra pesquisa, né? (risos). Então, cada fato gera um olhar diferente na pesquisa, né? Mas eu vejo que, a nível de Conselho Estadual, foi uma...uma bela conquista para o movimento. E pra nós, e..... eu penso assim, agora com certeza. Eu tenho certeza absoluta que, muitos criticaram o Conselho de Educação por ter feito isso. Por dado o direito de quem quer ter esse direito. Mas foi uma autonomia de uma instituição, que a gente não abre mão (Sujeito nº 01-SEED).

Para as Travestis no Amapá, o nome social é uma questão que ainda precisa ser mais trabalhada. Embora também perceba-se que há uma satisfação generalizada quanto a sua aprovação.O nome social aparece em todos os depoimentos como algo que se não utilizado, constrange, humilha, expulsa as Travestis do espaço escolar. Para elas:

Dentro do convívio escolar, uma das...das dificuldades que as meninas têm, que nós Travestis temos, né? Que eu também me incluo, apesar de não tá mais frequentando uma instituição de ensino. Eu vejo como violência, é.....hoje em dia não mais por que já é Lei, né? As meninas

serem tratadas pelo nome social. Mas eu acho de grande constrangimento, é..... Você se vê, as pessoas lhe veem de uma forma feminina, lhe vê uma menina, uma mulher ou como quer que vocês queiram chamar, ser chamada pelo nome de batismo. Aí é...é constrangedor. Então, teve muitas amigas minhas que, pararam de estudar, pararam de frequentar a escola por causa disso, por causa desse constrangimento. E aí...aí surge a questão do Bullying, né? Começam a sofrer Bullying dentro da sala pelos amigos, até mesmo pelo professor. Enfim, eu acho isso, eu considero isso uma violência! (Sujeito nº 12-Rebeca).

A aprovação do nome social nos documentos escolares¹³ é considerada pelo Conselho Estadual de Educação como uma política pública afirmativa e pelas Travestis e Transexuais do Amapá, um avanço que merece o respeito e acolhimento por parte da comunidade escolar e que isso caminha na direção da igualdade de tratamento.

Para o Conselho Estadual de Educação a resolução não é tudo. É preciso que haja formação e divulgação da normativa para que ela passe a ser implantada na rede estadual de ensino e que a Lei deve ser cumprida.

É claro que essa é uma ponta do “Ice Berg”, que é normatização, que..... é uma.....é uma política afirmativa, não é? e eu coloco como uma política afirmativa de.... uma política pública mesmo. Por que você está garantindo que essas pessoas tenham Direitos Humanos à educação. E alas devem estar na escola e é lei e, deverá ser cumprida. Entretanto para que haja cumprimento dessa Lei, há necessidade dar informação à escola. Da conquista e formação de professores e de quem faz a escola pra que saiba da Lei. Por que há uma interpretação errônea de que “crianças agora e adolescentes podem usa o nome social, se quiserem”. Não é assim! A norma ela é clara por que é para garantir Direitos Humanos a Travestis e Transexuais que precisam estar na escola e que se sentem mais respeitados com a utilização do nome social. Mas os direitos são iguais para hetero e para homo, não é? O que a gente tá garantindo que eles estejam na sala de aula. Que eles sejam chamados pelos nomes que eles adotaram como seus e nos seus documentos civis, aí é uma outra história, não é? mas.... na sala de aula e nos documentos escolares terá que ser utilizado o nome social. Mas independe, eu acho que é uma vitória muito grande. Nós temos um caso de...já com a...a 055 que é a resolução do Conselho estadual de educação do Amapá que garante a utilização do nome social para maior de idade e para menor de idade com a...a autorização dos pais. Já um...uma...uma aluna Travesti que estava saindo da escola, evadindo a escola, mas não por que ela queria, mas por que a escola estava abandonando ela e com uma ação do Tribunal de Justiça, Conselho de Educação e agora formação com o Ministério Público, também. Pra que a escola adote. Por que tem uma coisa, a Lei está aí mas a escola finge que não vê, diz que não sabe para não coloca-la em prática. Mas nós estamos, enquanto Conselho de

¹³ Resolução nº 055/14 – CEE/AP, disponível em: www.conselhodeeducacaodoamapa.org.br

Educação, partindo agora para uma formação para gestores escolares e equipe gestora e de secretaria de escola, para que depois possamos tá fazendo essa formação com professores, por que os Travestis não estão fora da sociedade, eles estão nas casas eles estão nos guetos e eles estão nas escolas, ou deveriam estar (Sujeito nº 09 – CEE).

A respeito dos prós e dos contra que a aprovação da Resolução nº 055/14/CEE causou no decorrer do debate em especial pelos críticos de sua aprovação. Torres (2013)

Nos acrescenta que:

Inicialmente, isso nos diz que orientamos nossos comportamentos pelas crenças e pelas contingências da vida, as quais, no entanto, reconhecemos como verdades absolutas. Não percebemos que as verdades são construídas, interpretadas e reinterpretadas continuamente no processo histórico (TORRESS, 2013, p.32).

Para o movimento LGBT amapaense as violências sofridas pelas Travestis durante as suas trajetórias escolares se apresentam de maneira clara, explícita e não deixa dúvidas. O que falta é o reconhecimento da dignidade humana para todas/os. Para as/os militantes amapaenses o Estado é omissivo.

Eu acho que é dever do Estado garantir a acessibilidade e o acolhimento dessa Travesti, desse cidadão ou dessa cidadã no ambiente escolar, compreendendo que a Travesti é um indivíduo, dentro da sociedade, que tá à mercê da família, a mercê do Estado e que não consegue ter o acesso à educação devido a discriminação, devido a exclusão social que ela sofre dentro do estabelecimento de ensino. Por e pelo corpo técnico escolar e pela sociedade não compreender de que forma deve-se abordar esse Travesti e a Secretaria de Educação tem que garantir a inclusão dessa cidadã ou desse cidadão, dentro do ambiente escolar (REDE DA JUVENTUDE LGBT- sujeito nº 16).

Questiona-se a todo momento, no campo educacional, mais especificamente: Quais as fronteiras entre omissão e controle?

Sobre os alcances do Estado sobre as sexualidades dos sujeitos, através das ferramentas estratégicas da biopolítica, Miskolci (2016) diz que:

A sexualidade, compreendida como um aparato, permitiu que o Estado e as instituições nos controlassem por meio daquilo que Foucault denominou “pedagogização do sexo”. Ou seja, um dos grandes investimentos biopolíticos do Estado sempre foi na educação e a proposta queer é de justamente superar a pedagogização do sexo e transformar a posição da educação não mais como subserviente aos interesses estatais e biopolíticos, mas muito mais comprometida com as demandas da sociedade civil, organizada ou não. (MISKOLCI, 2016, p.16).

Para a gestão, a questão das violências sofridas pelas Travestis no ambiente escolar é posterior à exclusão familiar e que precisa do apoio do Estado.

[...] Você já observa a própria família excluindo a Travesti, e nós não podemos fazer isso por, que elas também sofrem. É um processo paulatino que elas vêm adequando e fazendo enquanto que o estado, nós devemos dar apoio. Muitas das vezes elas se afastam da instituição por se sentirem discriminadas. Elas não sabem se elas vão ao banheiro feminino ou masculino. Enquanto que a sociedade é muito preconceituosa, infelizmente ainda tem esse preconceito. Nós temos doutores, nós temos mestres que perpassam, não aceitam em hipótese alguma essa transformação do ser humano [...] (Sujeito nº 02 – SEED).

Percebemos também, que quando uma Travesti considera a conclusão da educação básica como uma saída possível para mudar de vida, ela está longe de visualizar que essa batalha diária, só está no seu início. Constam das literaturas, que as Travestis que conseguiram chegar a academia, mesmo no ensino superior elas continuam a vivenciar, agora de maneira velada, outras discriminações e intelectual é uma delas. No seminário Internacional Enlaçando Sexualidades realizado em maio de 2015 em Salvador-BA, uma Travesti denunciou que seu orientador a acusava de não alcançar os interesses da academia. “Seu trabalho era irrelevante e que seria difícil encontrar outro orientador que a auxiliasse a concluí-lo”. A Travesti declarou que no estado onde mora e estuda mestrado em educação “é vítima constante de assédio moral por parte do seu orientador”. Outra excepcionalidade e um marco importante desse seminário foi que pela primeira vez, na história dos seminários sediados no Brasil, uma mesa de debates foi composta somente por Travestis e Transexuais¹⁴.

Concordara-se que a academia, em certa medida, também é um lugar hostil a presença das Travestis. Mas essa é uma realidade que ainda precisa ser muito mais investigada sob esse e outros aspectos. Não podemos esquecer que, até o presente ano (2016), no Brasil, só temos registros de uma única Travesti com título de Doutorado. Intuímos que esse registro seja mais que uma constatação numérica. Nossa hipótese mais imediata é de que essa realidade é uma tradução concreta resultante da tríade: sexualidade/poder/assujeitamento traduzida em violência simbólica no espaço acadêmico.

¹⁴ Disponível em: www.enlacandosexualidades.com.br

Intuímos que essas violências que têm início na educação básica, ganham veladamente, novos contornos na educação superior.

Sabe-se que há um percentual de noventa por cento das Travestis brasileiras que não chegam a conclusão de nenhuma etapa da educação básica. O mesmo percentual se aplica as Travestis que estão na atividade de prostituição nas “pistas” e só em 2014 o Ministério da Educação (MEC) passou a monitorar sistematicamente as inscrições de Travestis e Transexuais no exame Nacional do Ensino Médio. Essa decisão do MEC ainda é muito recente e requer acompanhamento de pesquisadoras/es.

No Amapá, das quatro Travestis entrevistadas, apenas uma concluiu a educação básica e ingressou no ensino superior no curso de Direito. A dura realidade da violência transfóbica a fez deixar recentemente a “pista”, hoje a Travesti Rebeca encontra-se com a matrícula da faculdade privada, trancada no sexto semestre. Iniciou

Para as Travestis que trabalham nas “pistas”, estudar e trabalhar têm sido uma realidade ainda mais difícil. Retornar aos estudos necessitaria de uma conciliação da atividade noturna de prostituição que se inicia nas primeiras horas da noite de um dia e só termina ao amanhecer do dia seguinte. Cabe lembrar que, a prostituição no Brasil, é uma atividade que, para a maioria das Travestis envolve consumo de álcool e outras drogas ilícitas e violências de toda ordem. As Travestis narram uma rotina em que dormem durante o dia, sempre se preparando para os desafios da outra noite de trabalho que se aproxima.

Convém sempre lembrar que, sendo o Brasil, o país responsável pelo maior número de assassinatos de Travestis, ainda não temos registros de políticas públicas de Estado no caminho do combate a essa alarmante estatística. Essa realidade também se aplica as trajetórias escolares.

Várias pesquisas apontam, que Travestis muito jovens, ainda em idade escolar, são assassinadas da forma mais desumana (suplício do corpo), com o conhecimento da polícia, sem nenhum questionamento de grande parte da sociedade e sem qualquer assistência do Estado. Os policiais militares são denunciados pelas pesquisas como sendo os primeiros na lista dos algozes das Travestis que trabalham nas “pistas”.

A prática de suplício do corpo, denunciada e abolida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda é a principal prática utilizada para matar Travestis no Brasil. Mas o que a educação tem a ver com tudo isso. Esse questionamento é algo que toda/o educadora/or deveria se fazer. Afinal, esse e outros questionamentos/reflexões antecedem a

formação de qualquer opinião a respeito das sexualidades. Se a maioria das Travestis com baixíssima escolaridade estão em situação de “pista” e a escola está para todas/os. Por que esse nível de escolaridades tão baixos para noventa por cento das Travestis?

Nós educadoras/es havemos de nos indagar mais profundamente. Se hoje, no Brasil, a escola para todas/os está mesmo para as Travestis? Se não está, por que deveria estar? Talvez cheguemos a conclusão, para além da dedução, mas por uma lógica que não opera para a maioria das/os educadoras/es brasileiras/os que nossos centros socialmente estabelecidos, não está para estes e nem para outros questionamentos, a exemplo de questionarmos a própria heterossexualidade. Dentro e fora dos centros socialmente estabelecidos, os questionamentos educacionais precisam ganhar outros ecos e outros por quês dentro e fora das instituições. Miskolci (2016), pontua que:

Considero ainda mais promissor tirar a própria heterossexualidade da sua zona de conforto, trazer ao discurso suas normas e hegemonia cultural centrada nela, de forma a questionar até mesmo o que seria o normal. Nessa perspectiva queer, a ideia seria trazer ao discurso as experiências do estigma e da humilhação social daquelas pessoas que são frequentemente xingadas, humilhadas por causa da sua não normatividade de gênero. Isso tudo com o objetivo de modificar os aspectos da educação que ainda impõem, compulsoriamente as identidades. (p.17).

Todo esse cenário de exclusão social que perdura há décadas no nosso país, vem sendo denunciado e trazido à tona pelo movimento LGBT brasileiro e levado a reflexões pelos teóricos Queer. Pois cabe-nos ao máximo nos distanciarmos dos paradigmas biologizante que em certo período tiveram a hegemonia desse debate. Para Miskolci (2016):

Além disso, esse tipo de educação sexual baseada no intuito de orientar sexualmente acaba também gerando a tendência a reforçar o pressuposto de que falar de sexualidade é falar do biológico ou de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A proposta queer é pensar a sexualidade e outras diferenças, como cultura e políticas, como parte da vida cotidiana, e não afetando as pessoas apenas com assunto de saúde pública. (MISKOLCI -2016, p.19).

Além disso, os movimentos sociais são os principais responsáveis pelos dados estatísticos que se tem no país, servindo inclusive a pesquisadoras/es das mais diferentes áreas do conhecimento a exemplo do acervo pertencente ao Grupo Gay da Bahia - GGB sobre crimes contra homossexuais. Essa aproximação entre militantes e pesquisadoras/es

precisa ser valorizada e reafirmada dentro e fora das academias. O que se tem observado é o discurso pejorativo e desqualificado contra a presença de militantes pesquisadoras/es nos espaços acadêmicos, tidos e reduzidos por pesquisadoras/es não militantes a meros indivíduos com discursos panfletários.

A ANTRA, têm buscado, também, através de apelo internacional, denunciar que no Brasil, pouco ou quase nada se tem feito para combater essas as mortes sociais, por vias institucionais. A escola é uma delas.

Ah! A violência dentro da escola é o insulto daquelas pessoas imaturas. daquelas pessoas que não sabem. É aquela piadinha. É risada. É quando jogam papel. É.... e aí embolam aquele papel. Tipo assim, a gente é deboche nas escolas pelo fato da gente ser travesti. Aí a gente vai se reclamar as vezes na diretoria, a gente nem pode, por que as vezes o diretor retrata a gente de outra maneira. Ah! Diz que vai resolver e nunca resolve. Aí fica chato, toda vez você de tu ser chamado de João. Outros ser chamado de veado. Ei seu gay! Ou então, até um aluno vir te agredir pelo fato de você ser uma travesti. Por que pra ele a gente é deboche. Só por que a gente decidiu ser uma travesti e se vestir de mulher. Essa é a violência que acontece na escola diariamente. Por isso que muitas Travestis desistem de estudar. Desistem de...de concluir os seus ensinios. Por causa de que? Por causa desses insultos. De pessoas intolerantes que se importam com a escolha sexual, a orientação da pessoa. Aí o que acontece? Aí acontecem esses insultos. É muito constrangedor você chegar num lugar e as pessoas começarem a olhar, rir de ti, fazer deboche. Te xingar. Ah! Eu fico, sinceramente, eu não tenho muito pulso pra isso. Eu fico muito, muito, muito nervosa, chateada. [...] (Sujeito nº 11-Yveline).

Para detalharmos melhor o que se entende por violência, embora seja inconteste que se o Brasil é o país que mais mata Travestis e Transexuais no mundo, não exigiria grande esforço para explicar que a subtração dessas vidas se trata da expressão da violência no seu mais alto grau de possibilidade. Isto posto, conceitua-se aqui, primeiramente o que entendemos por Direitos Humanos:

Para falarmos sobre os Direitos Humanos LGBT temos que, antes, pontuar o que são Direitos Humanos: é toda uma gama de direitos que fazem possível sobrevivência e vivência de um ser humano em sua plenitude. E, para se viver em toda a plenitude, o indivíduo e toda a coletividade devem ter uma série de atributos como direito à vida e, o mais importante, o direito à vida com dignidade (GORISCH,, 2015).

O alarmante número de Travestis mortas no Brasil, incomoda duplamente pelo fato de que apesar do altíssimo número de óbitos, essas mortes ainda não são questionadas pela sociedade brasileira e a outra é que ainda não estejam entre as prioridades do Estado.

Embora o país seja signatário de vários protocolos internacionais, em especial os que tratam do combate ao analfabetismo e redução da violência contra a “mulher”, tornou-se evidente que as ações de Políticas Públicas para as mulheres, no Brasil, ainda não sejam entendidas e estendidas às Travestis e as Transexuais.

De todo esse debate, também decorre um outro no interior do movimento feminista. Neste caso específico o questionamento é em torno de suas questões teóricas fundantes, que não nos aprofundaremos, mas que veio à tona na redação do Enem -2015.

Segundo a organização da equipe de elaboração uma das intenções dessa questão era problematizar a crescente violência praticada contra mulheres no Brasil, ainda que tenhamos ferramentas de combate como a Lei Maria da Penha. A frase de Simone de Beauvoir utilizada para fomentar a reflexão entre jovens e adultos na prova de redação. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Foi considerada por muitos alunos/as como uma “bomba” e para outras/os um tema necessário e urgente para o debate.

Para Witting (s/d) apud Butler (2016) “A frase é curiosa, até mesmo um pouco absurda, pois como tornar-se mulher se não se é mulher desde o começo? E quem se torna mulher? ” (p. 193). Ainda ara Witting (2016), Beauvoir (s/d), é claro, só queria sugerir que a categoria das mulheres é uma realização cultural variável, um conjunto de significados que são assumidos e absorvidos dentro de um campo cultural, e que ninguém nasce com um gênero, - o gênero é sempre adquirido. Witting (2016, p.194). Para melhor aprofundamento, ler Butler (2106): Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.

A escolha para conceituar de Direitos Humanos não é necessariamente, na direção de um engessamento do debate, visto que o Direito, assim como os indivíduos são mutáveis, mas é na perspectiva de ampliar e jogar luzes sobre o direito inalienável de existir de qualquer ser humano, sempre pontuando e questionando os entendimentos sobre os direitos das Travestis como algo que é negado sem maiores questionamentos.

O que de fato interessa, anterior ao conceito teórico adotado para interpretá-los, é que seja deslocada a atenção em favor da percepção que, independente de qual conceito fosse adotado para falar sobre os Diretos Humanos, no Brasil estes são para as Travestis, constantemente violados.

Na visão da gestão da SEED, a educação, por se tratar de um processo longo é capaz de provocar morte social com menor percepção da sociedade. Para a gestora esse é um debate que está sob sua vigilância e entendimento de que é permeado por violências que não se devem mais negligenciar.

Ser secretária é um acidente. Amanhã eu posso não estar. Eu espero que continuem essa linha, né? Que é a linha de governo, é a linha da diversidade. É a linha de realmente, de conhecer o outro e não violentar ninguém. O governo, o próprio governador, ele orienta muuuuito nesse sentido. E...pra quem já tem uma afinidade, uma personalidade nessa linha é fácil fazer, mas pra quem não é, não aceita, tem dificuldade, né? Então, esperamos que Macapá, ou o estado do Amapá evolua dentro dessa política, pela educação e por todas as outras, que a gente possa, é... valorizar essa pessoa. Agora como eles saem da escola...eu digo que eu,... eu digo que nós da educação, a gente mata lentamente as pessoas. Eu disse um dia pro governador: Por que o senhor não declarou política, é...nós, caso de emergência na educação? Ah! Eu já descobri governador! A saúde mata em um segundo, nós da educação, matamos, em cinco anos, muuuuitas pessoas, quando a gente não oferece, aquilo que tem que oferecer na educação. Então é uma morte lenta, da intelectualidade, da emoção, né?, da espiritualidade. Vai matando lentamente, que se eu não faço o que eu tenho que fazer com qualidade. Aí entra a questão de gênero. Se a gente não trabalhar o professor, a gestão, a família. Deixar daquelas reuniões, horrorosas que a escola faz. Tem umas reuniões que o pai rejeita. Partir pra formação dos pais. Se a escola não mudar o foco da reunião de pais e trazendo temas para discutir, né?. Inclusive esse tema de gênero, toda essa temática ela tem que ser trabalhada na escola com a família. E...eu não vejo, ainda, é..... o foco nessa direção. Mas como nós estamos seis meses na gestão...na gestão e pensamos dessa forma, eu acredito que vai ser lento mas nós vamos iniciar. É lento o trabalho, mas nós temos que iniciar (Sujeito nº 01 – SEED).

Diante de todos os desafios aqui apresentados, nada se encerra e tudo está num constante desafio para educadoras/es, pesquisadoras/es, gestoras/es, técnicas/os e movimentos sociais. As trajetórias escolares das Travestis no Amapá se apresenta como um desafio social que nos desafia a todas/os cotidianamente. Negligenciar tal realidade é, primeiramente, não se comprometer com a educação e com os Direitos humanos.

A partir do próximo capítulo, importou saber como as famílias e as concepções religiosas têm se apresentado nesse debate na cidade de Macapá.

3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: AS EXPECTATIVAS EDUCACIONAIS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” EM MACAPÁ E OS DISCURSOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E MOVIMENTO LGBT

Este capítulo pautou-se nas narrativas das/dos gestores e as expectativas das Travestis quanto as suas vivências escolares. Aqui apontou-se aproximações e os distanciamentos das respostas da gestão da SEED, do CEE e das Travestis a respeito de suas demandas educacionais. Tratou-se também das reflexões trazidas pelos teóricos Queer. Como pensar numa escola que não colabora para construção dos seres abjetos e que repensa o seu papel social diante das denúncias de violências. Neste capítulo observa-se que responder aos questionamentos do roteiro de entrevistas era conhecer foi de certa forma refletir as demandas reais que estariam por vir.

3.1. TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CAPITAL MACAPÁ: NARRATIVAS PESSOAIS E DISCURSOS INSTITUCIONAIS ACERCA DAS DEMANDAS EDUCACIONAIS

A decisão de investigar as trajetórias escolares das Travestis no Amapá, como foi bastante esclarecido na introdução deste trabalho foi tomando forma e se materializando quando foram pensados e decididos quais seriam os questionamentos do roteiro de entrevista semiestruturada.

Pensar nos questionamentos era também pensar nas expectativas das Travestis da cidade de Macapá. Intuíam-se que elas tinham muito a revelar e que a partir de seus depoimentos seria possível analisar as aproximações e os distanciamentos de suas demandas educacionais em relação ao que a Secretaria de educação considera viável através de suas ações de política pública.

Neste propósito, elaborou-se um agrupamento de perguntas combinadas e ligadas entre si para as Travestis, no intuito de lhes provocar algumas reflexões que nos permitisse conhecer suas fronteiras. Perguntou-se primeiramente se elas tinham conhecimento que existem organizações de Travestis em várias regiões do País? Em seguida, se elas acham que Travestis de “pista” não desejam voltar para as escolas? Na sequência, perguntou-se como deveria ser essa escola que permitisse que as Travestis que estão nas “pistas” e não estão estudando pudessem voltar para as escolas para concluir alguma etapa da educação

básica? Questionou-se também, se elas sabiam onde está localizada a Secretaria de Educação do estado do Amapá e por último se elas têm percebido algum movimento/ação da Secretaria de Educação que demonstre interesse de que as Travestis que se encontram na atividade de prostituição nas “pistas” e fora da escola, voltem a estudar?

Esse último questionamento foi feito para as/os gestores da Secretaria de Educação, de maneira invertida, buscando observar as aproximações e distanciamentos entre o que pensam as Travestis e o que tem feito a gestão a respeito das expectativas educacionais das mesmas.

Antes da pergunta direta, contextualizou-se a situação da maioria das Travestis no Brasil através de dados de pesquisas, no tocante a escolaridade e suas presenças em grande número na atividade de prostituição por todas as regiões do Brasil. A partir dessa contextualização as respostas foram elaboradas da seguinte forma:

1 *Você tem conhecimento de que existem organizações de Travestis em várias regiões do país? (Pesquisadora).*

“Não! Eu não sabia”. (Travesti - Bruna)

2- *Uma das bandeiras de luta dessas organizações é o retorno das Travestis para a escola. Você acha que as Travestis em situação de “pista”, que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora)*

“Claro! Claro! Sim, sim! ”. (Bruna)

3- *Você acha que tem Travesti que se encontra na “pista” e que não deseja voltar para a escola?*

“Assim! Vai da cabeça de cada um. Mas por mim, eu tô estudando por que eu quero o meu futuro melhor. Por que eu sei que essa vida de “pista” não vai levar pra sempre, é..... o que eu quero. Que a gente tá aqui trabalhando, mas não é pra sempre que a gente vai ganhar dinheiro. Não é pra sempre que eu vou tá aqui. Não é pra sempre que eu vou ter assim.....(pausa). Ah! Eu quero ser médica. Cirurgiã plástica! ”. (Bruna)

4- *Como deveria ser a escola que recebe bem a Travesti e que permite que ela conclua alguma etapa da educação básica e/ou não abandone a escola?(pesquisadora).*

“Assim! O diretor. Por que o cabeça da escola, é o diretor. Tem que conversar com todos professores e todos os participantes da escola. É....pro pessoal respeitar. Por que, assim.... A gente quer mais o respeito. Por que por onde a gente

passa o pessoal, claro que vão comentar por que a gente é diferente. Aí vão comentar. Aí... mas a gente quer só o respeito. Só isso! ” (Bruna).

5- *Você sabe onde fica localizada a Secretaria de Educação do estado do Amapá? (pesquisadora).*

“Sei! Na FAB! (Bruna).

6- *Você tem percebido algum interesse da Secretaria de Educação em ações de incentivo ao retorno de travestis para as escolas?*

“Assim! Eu nunca ouvi nada e nem vi falarem nada. É....e nem um movimento pra voltarem. Pras travestis voltarem a estudar”. (Bruna)

A Travesti Bruna (pseudônimo) é aluna do ensino médio da rede pública de ensino. Tem dezenove anos de idade. Mora com a família e trabalha na “pista”. Suas expectativas são claras em relação aos seus estudos e sobre a escola que temos. Bruna propõe soluções com certo conhecimento empírico sobre como se apresenta o cotidiano escolar para uma Travesti. Sua visão do que a “pista” pode vir a lhe oferecer a curto, médio e a longo prazo, não deixa dúvidas de que é ampla, coerente e por isso reconhece na escola um *locus* importante no processo de construção do projeto de formar-se médica na especialidade de cirurgia plástica.

No depoimento à baixo, Júlia (pseudônimo), embora não esteja atualmente matriculada, revela aproximações sobre o cotidiano escolar das observações mencionadas a cima por Bruna. Para Júlia a realidade para as Travestis de “pista”, para uma capital como Macapá, embora a atividade tenha surgido e ainda permaneça nos entornos da Secretaria de Educação, para ela, as Travestis são sujeitos invisíveis para a gestão da administração pública. As respostas de Júlia aos mesmos questionamentos foram as seguintes:

1- *Você tem conhecimento que existem organizações de Travestis em várias regiões do país? (Pesquisadora).*

“Sim! Eu tenho conhecimento. (Júlia).

2- *Uma das bandeiras de luta dessas organizações é o retorno das Travestis para a escola. Você acha que as Travestis que estão nas “pistas” e que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora).*

“Com certeza! Com certeza! Nós merecemos. Muitas das Travestis como eu falei, saem da escola devido o preconceito. Devido avacalhações, isso e aquilo. Com certeza

eu sou a favor sim que eles continuem a lutar por esse direito todo nosso. Nós precisamos”. (Júlia)

3- *Você acha que tem Travesti nas “pistas” que não deseja voltar para a escola?*

Não!

4- *Como deveria ser a escola que receba bem a Travesti e que permite que ela conclua alguma etapa da educação básica e/ou não abandone a escola?*

“Não usamos o banheiro feminino. Isso deveria mudar. Devido ter muitas meninas também, que tem preconceito, que não gostam. Os homens não aceitam que nós entramos no banheiro deles. Então isso deveria mudar. Eu acho, tipo assim. Que deveria ter um banheiro especificamente pra gente. Assim como tem um pro deficiente, né? Deveria ter um pra gente. Eu creio que isso é uma das coisas que deveria mudar. Ter um banheiro específico pros gays, lésbicas e Travestis. Eu creio que isso seria uma coisa (pausa). Porque os homens não se sentem bem. Primeiramente os homens não se sentem bem. Nós entrando, vestidas de mulher no banheiro deles. Primeira coisa que eles pensam é que nós vamos observar os órgãos deles, isso, aquilo e não. Isso é uma coisa que não existe, entendeu? E as meninas já se sentem, se sentem ofendida, por devido nós sermos homens, entre aspas, e olhar os órgãos delas. Alguma coisa assim. Isso é uma coisa que não existe. Nada a ver”. (Júlia).

5- *Você sabe onde fica localizada a secretaria de Educação do estado do Amapá?*

Sim, sei. Na Avenida FAB.

6- *Você tem percebido algum interesse da Secretaria de Educação em ações de incentivo ao retorno dessas travestis para as escolas?*

“Da minha parte não! Eu nunca percebi isso. O que geralmente são, as pessoas de movimentos sociais que correm atrás. Pela secretaria, uma Travesti morre na beira de uma esquina”. (Júlia).

Júlia tem vinte e quatro anos e não concluiu o ensino médio. Parou de estudar no segundo ano. Morava com a mãe e os irmãos. Sua mãe faleceu logo após a realização dessa entrevista. Júlia é responsável pelos irmãos e está em situação de “pista” como prostituta e também desempenha a função de “mãe de pista”. Seu depoimento acima, embora com a dificuldade que a atividade de “pista” apresenta, Júlia considera que a escola representa algo muito importante na vida das Travestis de “pista”. Sua visão tanto da atuação dos

movimentos sociais como da Secretaria de educação do estado é precisa e realista. Júlia trás no seu depoimento, a questão emblemática do (não) uso dos banheiros das escolas pelas Travestis. Retrata com sobriedade as dificuldades que uma Travesti tem de se permanecer estudando onde vários são os impedimentos e cerceamentos no ambiente da escola. Júlia sugere que a decisão de permanecer estudando, requer muita habilidade para driblar no mínimo, quatro horas consecutivas e ininterruptas nos espaços das escolas sem poder utilizar os banheiros.

Aqui percebe-se a importância da informação oriundas das pesquisas levantadas em outras regiões do país e de ações de políticas públicas direcionadas para as especificidades desse grupo. Viu-se também, a importância da formação continuada para toda a comunidade escolar, em especial para as/os professoras/es sujeitos imediatos do processo ensino/aprendizagem que mais cedo ou mais tarde terão que lidar na sala de aula com questões peculiares referentes às inúmeras identidades, e neste caso mais específico as identidades das Travestis.

Para Miskolci (2016):

Uma perspectiva queer exigiria repensar a educação a partir das experiências que foram historicamente subalternizadas, até mesmo ignoradas, mas que podem ajudar a repensar nossa sociedade, buscar superar injustiças e desigualdades. É um desafio, mas também algo muito promissor e que pode auxiliar na transformação social. Para que seja possível, é necessário superar o binário hetero-homo, a ideia poderosa e altamente contestável de que a sociedade se divide apenas em heterossexuais e homossexuais. É importante também ir além das meras tentativas de proteger aqueles que o movimento social chama de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), um termo que não dá conta do grande espectro de gente que não se enquadra no modelo heterossexual e que não cabe em nenhuma dessas letras (p.17).

Para Yveline, outra Travesti que se encontra em atividade de “pista” e que não se encontra estudando, os questionamentos servem como reflexão, denuncia e complemento as questões já abordadas em capítulos anteriores, mas que reaparecem para confrontar as ações que a Secretaria de educação vem apresentando no decorrer dos anos e sua frágil rede de interlocução. Vejamos o que Yveline nos traz como respostas:

1- Você tem conhecimento que existem organizações de Travestis em várias regiões do país? (Pesquisadora).

“Não! Eu ainda não sei dessa associação. Mas é bom saber, mas eu ainda não estou por dentro.

- 2- *Uma das bandeiras de luta dessas organizações é o retorno das Travestis para a escola. Você acha que as Travestis que estão nas “pistas” e que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora).*

“Não! Eu sou muito a favor que, lógico, devemos estudar, né?. Por que, pra hoje em dia, sem estudos somos nada, né? Eu apoio sim. Eu acho assim, é uma...um direito nosso de qualquer pessoa estudar. Se formar. Ser alguém na vida. Por que, como eu já falei e volto a repetir. Como a gente não tem esse direito na sociedade de ir pra uma escola e ser bem recebida, aí o que acontece? A gente vai pro canto da beira da esquina se prostituir. Isso que acontece. Eu apoio sim. Isso é uma coisa muito boa! Muito boa! Muito boa! Por que eu tendo estudo eu tenho sabedoria, eu sei me por em qualquer lugar. Eu sei ir e vir com meus estudos. Eu sei. Eu sou uma pessoa cabeça. Eu assim, tenho muito orgulho que eu tenho um amigo aí, ele é gay, mas eu gosto muito de conversar com ele por que ele abre muito a minha mente sobre esses relatos. Sobre os direitos e deveres de Travesti, de homossexual. Direito e deveres que eu falo GLBT, gay, lésbica, Travesti. Por que essa lei tem que ser aberta pra todos, né?

- 3- *Você acha que as Travestis que estão nas “pistas” e que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora).*

Sim! (Yveline).

- 4- *Como deveria ser a escola que recebe bem a Travesti e que permite que ela conclua alguma etapa da educação básica e/ou não abandone a escola?*

“Uma escola pra gente, deveria ser uma escola onde a gente fosse recebida do portão até a sala de aula. Onde a gente fosse recebida pelo porteiro, onde a gente fosse recebida não com olhar constrangedor, mas sim com um oi, bom dia, boa tarde. Seja bem-vinda. Chegar, sentar, pegar o caderno voltar a estudar. Se chamar por exemplo, meu nome: Yveline? Presente! A outra minha amiga Travesti, se ela estivesse junto comigo: É.... Bianca? Presente! Era uma escola muito, muito, muito muito agradecida, sabe? Eu ia agradecer muito se eu tivesse uma escola. Aí tem gente que pensa: Ah! por que se a gente for pra escola a gente vai querer frescura. Não! A gente não vai querer. A gente simplesmente só quer respeito pelo que a gente é. Quando a gente fosse chegar na direção: Ah! Eu fui e passei esse constrangimento e o diretor fosse ocorrer aquele constrangimento. Fosse também criar voz em defesa da Travesti

por que é muito difícil. As vezes não...não é difícil estar dentro de uma escola, mas sim é difícil enfrentar as pessoas que estão dentro da escola. Por que entrar dentro de uma escola é fácil, é ir só e se matricular. Agora, enfrentar o povo da escola que são os alunos, os colegas que é difícil. (Yveline).

5- *Você sabe onde fica localizada a secretaria de Educação do estado?*

“O endereço eu sei. Fica na FAB, mas eu nunca fui até lá”. (Yveline)

6- *Você tem percebido algum interesse da Secretaria de Educação em ações de incentivo ao retorno dessas travestis para as escolas?*

“Não! Infelizmente eu posso dizer que não. Eles não são ativos nessa parte de vir aqui, pegar uma Travesti. É...ter um projeto para a Travesti se formar mais rápido. Por que as Travestis abandonam muito as escolas, sabe? A metade, é como eu sempre falo, é por constrangimento. Eles não ficam interessados de fazer um projeto é...tipo assim, tem aquele projeto dum prova que a gente faz pra....(pausa)...exame de massa. Se eles fizessem um só para as Travesti, tirando é..., a seção hetero ir só Travesti. Eu acho que muitas Travestis iriam se esforçar de ir lá fazer o exame de massa e assim, estudar para ser alguém na vida, mas eles não se interessam em fazer isso. Não se interessam! ”. (Yveline).

Yveline é uma Travesti em atividade de prostituição na “pista” da capital Macapá. Tem 22 anos e ainda não concluiu o ensino fundamental. Parou na quarta série. Apesar de não se encontrar matriculada, Yveline nos manifestou o desejo de retomar seus estudos com muito entusiasmo. Recentemente filiou-se a uma organização não governamental como ativista LGBT. Mora com a irmã, o cunhado e dois sobrinhos. Apesar da baixa escolaridade, Yveline é uma Travesti que elabora um pensamento coerente entre a possibilidade de voltar para a escola e a realidade das “pistas”. Sua percepção sobre o (não) alcance das ações da Secretaria de Educação em relação as demandas educacionais das Travestis também é muito próxima das observações de Bruna e Júlia.

Yveline reconhece que, embora a escola seja lugar hostil à presença das Travestis ações podem e devem ser implementadas na direção do respeito as identidades das Travestis.

Vejamos o que traz Renata (pseudônimo), a quarta Travesti entrevistada. Renata tem vinte e quatro anos e já concluiu o ensino médio. Recentemente se encontrava

cursando o quinto semestre de direito numa faculdade particular, mas atualmente encontra-se com a matrícula trancada. A seguir as elaborações de Renata:

1- *Você tem conhecimento que existem organizações de Travestis em várias regiões do país? (Pesquisadora).*

“Sim! Eu tenho conhecimento”. (Renata).

2- *Uma das bandeiras de luta dessas organizações é o retorno das Travestis para a escola. Você acha que as Travestis que estão nas “pistas” e que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora).*

“Eu vejo que é...na verdade, isso pra mim é uma surpresa. Eu já tinha ouvido alguma coisa a respeito, mas nunca fui a fundo pra saber. Mas eu acho maravilhoso se realmente tem essa bandeira de luta é..., que as pessoas que militam nesse movimento, nesse segmento pra ajudar as Travestis, continuem. Por que eu acho que, Travesti também é ser humano. Não é por que é olhado de uma forma diferente pela sociedade que também não tem um coração. Que também não sofre. Que também não chora. Que também não sorri. Travesti é...é ser humano como qualquer outro e também é digno de respeito. Então legal! Se tem esse movimento, eu vou procurar saber. E vou...quem sabe eu não posso me tornar um militante e ajudar as minhas amigas de volta pra dentro da sala de aula. Isso é muito importante! ”. (Renata)

3- *Você acha que as Travestis que estão nas “pistas” e que não estudam deveriam voltar para a escola? (Pesquisadora).*

“Ah! É maravilhoso! ”. (Renata).

4- *Como deveria ser a escola que receba bem a Travesti e que permite que ela conclua alguma etapa da educação básica e/ou não abandone a escola? (Pesquisadora).*

“Assim. É de grande valia falar que nós Travestis, é...nós não somos palhaças. Apesar de existir algumas meninas que...que gostam de levar esse segmento de mais drag, de querer aparecer, disso e de aquilo. Eu acho que nós também temos que seguir todas as normas de dentro da instituição como qualquer outra pessoa, pra poder sermos respeitadas dentro do nosso....dentro de qualquer ambiente, seja escolar, familiar, religioso, de qualquer convívio social. A gente tem que se dar o respeito para gente ter o respeito. Então, assim, é..... com a Lei de trazer o nome

feminino da Travesti na chamada escolar, já tá trazendo as meninas de volta. É...é assim. Procurar,... a escola procurar saber por que a Travesti não tá indo. Não tá frequentando as aulas. Não tá indo a escola. Por que talvez, o problema não seja nem de fora, o problema seja dentro da escola. As vezes as meninas, nós sofremos, é... não abusos só de alunos, mas também de professor, de diretor, de orientador, entendeu? Então, eu acho que a escola como...como instituição deve se preocupar mais com o seu corpo técnico e pedagógico. Por que é muito difícil você exigir o respeito de um aluno que respeite uma Travesti. Mas, se o seu corpo técnico for...já estiver capacitado para esse tipo de situação, isso já é de muita importância, de grande valia por que ele já vai saber como lidar com esse tipo de situação. Então eu acho que, a escola em se fortalecendo esse assunto, a travestilidade, com o seu corpo técnico, já seria maravilhoso eu acho que isso vai...vai....é..., dando uma outra, uma outra cara...uma outra....como é que eu posso dizer? Uma outra postura pro próprio aluno que segue o professor como exemplo”. (Renata).

5- *Você sabe onde fica localizada a secretaria de Educação do estado?*

“Sim! Fica na av: FAB!”

6- *Você tem percebido algum interesse da Secretaria de Educação em ações de incentivo ao retorno dessas travestis para as escolas?*

“Nenhuma! Nunca nem ouvi falar! De....da Secretaria de Educação daqui do estado do Amapá procurar fazer algum tipo de ação tanto na sua própria sede quanto nas escolas, quanto de orientação com os seus diretores, quanto fazer reunião com seus diretores pra debater o assunto. Eu nunca ouvi falar a respeito disso. Nunca! Nunca! Então a secretaria de Educação daqui do estado do Amapá, é muito carente com relação a isso. Muito mesmo! ” (Renata).

Renata é uma Travesti que iniciou recentemente o seu processo de Travestilidade. Isso ocorreu há menos de dois anos. Renata tem vinte e quatro anos e mora com a mãe. Ocupa-se em ajudar a mãe num salão de beleza. Deixou recentemente a “pista” por ter perdido a irmã (adotiva) que também era travesti. Pretende concluir o curso de direito que trancou no quinto semestre. Renata nos revelou que nunca havia pensado em militar em movimentos sociais por ter percebido que alguns ativistas militam em causa própria e

envolvem-se em questões duvidosas, mas que a entrevista a fez repensar essa possibilidade.

Suas expectativas educacionais para as Travestis que ainda não concluíram a educação básica são na direção da formação continuada de toda a comunidade escolar e neste sentido complementam as respostas de Bruna, Júlia e Yveline.

Para Renata, a escola precisa rever o não acolhimento às queixas das Travestis e precisa investir na formação do corpo técnico. É contundente em afirmar que não percebeu nenhum interesse da Secretaria de Educação na direção do retorno à escola para as Travestis de “pista”. Renata embora tenha suas restrições ao movimento LGBT, sabe reconhecer a importância da bandeira de luta que defende os direitos educacionais das Travestis.

Até o presente momento vislumbra-se as expectativas educacionais das Travestis Bruna, Júlia, Yveline e Renata onde a escola não aparece como um espaço não desejado. Suas visões do espaço escolar no tocante as hostilidades vividas pelas Travestis no cotidiano da sala de aula corroboram com nossa hipótese central. Suas visões das ações da Secretaria de Educação correspondem a experiência individual de cada uma, mas todas enfatizam que a escola precisa mudar e que a gestão ainda permanece distante de alcançá-las com suas ações.

Aqui pude-se também observar que, embora as Travestis entrevistadas não frequentem a sede da Secretaria de Educação, todas sabem onde ela fica localizada. É possível que todas saibam precisamente aquele endereço, não pelo fato de que tenha existido algum acolhimento maior a esse grupo na sede da secretaria de educação, o que se pode inferir a partir dos depoimentos, mas pelo fato das ruas paralelas à Secretaria sejam o endereço principal do aqui chamamos de “pista”. Local tomado por Travestis em atividade de prostituição há mais de duas décadas.

Buscamos conhecer as respostas dadas pelas/os gestoras/es da secretaria no que diz respeito ao alcance das suas ações junto às Travestis. Vejamos a seguir quais são essas ações.

Ao perguntar as/os gestoras/es se elas/eles consideram que as ações da secretaria de educação contemplam as Travestis no sentido de incentivá-las a retornar para a escola? As respostas foram as seguintes:

Eu acredito que...elas desconhecem, grande parte desconhece, as ações da secretaria voltadas pra elas. E agora, acabamos de aprovar um Plano Estadual de Educação, onde é visível a nossa...a nossa meta e as ações voltadas, é... nessa especificidade, e que elas desconhecem o que tá no Plano pra poder cobrar, né? Já com o movimento, todo movimento ele é formativo. Ele é uma agência de formação. Então, alguém lidera esse grupo. Alguns lideram. Então, têm que socializar o que está legalmente garantido pra eles dentro de metas globais que atinge todos, mas também o que é específico. Então o movimento, ele tem que divulgar. Nós vamos fazer a divulgação do plano estadual, né? Ainda estamos esperando vir do Palácio pra gente divulgar e mais, eu...debater o que tá expresso na legislação por dez anos. Espero que daqui a dez anos o quadro seja bem diferente. Por que a gente fez o mais difícil que foi transformar em Lei. Então o mais difícil tá aí agora, cabe a cada um de nós, é...monitorar se está acontecendo. Então eu digo que elas não sentem, não sabem a maioria, o que foi pensado, por que teve representantes, né? dentro da discussão do plano. Dentro das práticas pedagógicas nossas, tem representante do movimento. Mas a maioria que tá fora da escola desconhece. Tivemos a participação de quem tá engajado. Mas fora da escola, não. É precisamos chegar até eles (sujeito nº 01-SEED).

Como já retratado em abordagens anteriores a gestão da secretaria de educação encontrava-se no seu primeiro semestre de atuação e segundo a gestora a maioria das/dos diretores das 422 escolas ainda não haviam sido nomeadas/os. Mas que o passo inicial e mais importante na direção das Travestis era a aprovação do Plano Estadual de Educação que passou por várias etapas de discussão, segundo as orientações do MEC. Agora com o texto totalmente aprovado e apenas aguardando a sanção do governador, tanto a gestão como os órgãos de controle social passarão a ficar atentos ao seu cumprimento.

Mas reconhece a gestora que essas ações apenas estão no domínio do conhecimento das ativistas que participaram diretamente das discussões. Faltando ainda maior divulgação das metas para àquelas que não se encontram matriculadas e que por diversos motivos estão fora da escola.

Outro depoimento que aponta na direção da aproximação do que observou Bruna, Júlia, Yveline e Renata quando perguntadas se as ações da secretaria eram percebidas por elas foi o da gestora a seguir. Com destaque para o reconhecimento do apoio indispensável do movimento LGBT local.

Olha! Ainda é muito, é... como é que eu digo? É muito precoce esse movimento. Eu posso dizer, com quinze anos de secretaria de educação que tenho, que ele tá começando agora, né? Nesse momento quando nós chamamos os movimentos do LGBT pra dentro da secretaria. Quando nós formamos uma comissão específica pra discutir a problemática, não é? E também, é...eu acredito que as portas estão se abrindo. Vamos abrir ainda mais, principalmente pros grupos específicos, né? Dos LGBT e eu

tenho certeza que esse diálogo com os movimentos a gente vai ter muito, muito que aprender, mais do que ensinar. Por que eles é que vão nos dizer como nós poderemos ser úteis? Como nós poderemos fazer isso da melhor maneira possível? Tem que ser com eles (Sujeito n° Célia Mota).

No mesmo sentido estão as observações da gestora a seguir. Aqui também pode-se ver a aproximação das observações das travestis com relação as ações generalizantes da secretaria que acabam por invisibiliza as especificidades das demandas educacionais das Travestis.

Não! Eu...eu vejo assim que, quando há um chamamento, né? Pra... de matrícula é de uma forma geral. Não há, pelo menos eu desconheço, né? Algum tipo de... diferenciação pra esse público, né? Se abre as portas, mas se eles não aparecem, também, não...a secretaria não faz algo diferente pra isso. Então eu desconheço qualquer tipo de...de...de chamamento ou de trabalho específico em relação a isso (Sujeito n° Dina Melo).

Outro depoimento que coloca a Secretaria de Educação como responsável principal neste processo é o que se segue. A gestora fez questão de apontar a sintonia do governador do estado do Amapá com a inclusão da população LGBT nas ações da Secretaria de Estado da Educação, percebida no apoio irrestrito das/dos deputadas/os que apoiaram irrestritamente a aprovação do Plano. O Amapá foi um dos poucos estados brasileiros que, em meio ao grande *lobby* das frentes conservadoras no intuito de tirar as palavras gênero, diversidade sexual e identidade de gênero das letras do PNE, resistiu bravamente e aprovou por unanimidade o texto original. No depoimento da gestora a secretaria está empenhada em mudar a realidade das Travestis matriculadas ou que venham a se matricular na rede estadual de ensino:

Não! Esse ano nós terminamos de concluir o Plano Estadual de Educação e já foi inserido, foi a questão que mais o governador e a secretária pediram que nós inseríssemos. Nós não podemos estar à parte se nós somos a Secretaria de educação. Nós somos os primeiros a dar os nossos primeiros passos e trabalhar em conjunto. Já está inserido com certeza. Tanto que para o ano, já vamos ter no nosso calendário, né? à semana. (referencia a semana da diversidade sexual na escola). Vamos trabalhar essa diversidade de modo que o aluno que seja travesti ele seja respeitado. Que ele não sofra nenhuma perseguição. Que ele não sofra Bulling. Por que é muito triste. É muito triste o ser humano querer estudar, querer vivenciar, querer ter sua vida normal enquanto a sociedade o discrimina ou o afasta (Sujeito n° 02 - SEED).

Para outros setores da secretaria de educação as ações são consideradas tímidas e/ou quase inexistentes. As observações abaixo são contundentes no seguinte aspecto: As ações pensadas pela secretaria para esse grupo, da maneira que estavam sendo elaboradas, não alcançavam e não alcançam as Travestis. É preciso mudar. Investir em servidores especializados nessa temática.

Olha! Eu penso que...que se existe alguém que percebe a Secretaria de Educação deve ser de uma forma muito tímida, né? Ainda. Mas, é...o interesse da secretaria hoje é que a gente demonstre um interesse maior por elas. E como eu tô falando pra você. Eu penso que demonstrar isso seria fazer um trabalho diferenciado pra essas pessoas, entendeu? Não continuar com a mesma maneira que a gente tá hoje. Mas é...é...é fazer a diferença, trazendo mais pessoas qualificadas e especializadas dentro dessa área, dessa...dessa situação, por que, pra maiores esclarecimentos. Pra que possamos trabalhar com mais sensibilidade o processo educacional dessas pessoas, e que elas possam sentir isso realmente, por que eu penso que elas ainda não tão vendo não". (Sujeito nº 06 - SEED).

Já para a técnica do setor de currículo:

Sinceramente, não! Por que é assim. Quando começou esses trabalhos aqui a questão... o enfoque sempre se dava, a questão dos homossexuais, gays e lésbicas. Dificilmente você se tratava ou usava essa denominação de travesti. Quando se falava em travesti era a questão do nome social que essa pessoa tinha direito de ser utilizado na escola, tá? Então, eu não sei se eu estou errada, mas assim, eu não vejo que tenha realmente esse elo de comunicação entre a secretaria e esse grupo específico, tá? Se tem é entre a secretaria e o grupo dos gays e das lésbicas, mas travesti especificamente, do meu ponto de vista, não está tendo (Sujeito nº 07 - SEED).

Nesse sentido, a aprovação do nome social muito mencionado como sinônimo de desrespeito e humilhação no cotidiano das escolas, já vem aparecendo timidamente no Grupo de Trabalho (GT) no setor de currículo da SEED, mas apontado aqui apenas como um direito mas pouco problematizado como parte constitutiva da complexa identidade das Travestis.

Para o depoimento da técnica desse setor, encarregado de estudar, planejar e implementar as ações para a população LGBT, recorreu-se novamente a assertiva de Miskolci (2016) que além de pertinentes, corroboram para a reflexão de que nos próximos planejamentos e ações da secretaria as/os gestores e técnicos ultrapassem os limites para além da sigla LGBT, visto que há uma inclinação favorável dos teóricos queer de que existem outras inúmeras identidades que não estão contempladas nesta sigla.

Sinceramente, não! Por que é assim. Quando começou esses trabalhos aqui a questão... o enfoque sempre se dava, a questão dos homossexuais, gays e lésbicas. Dificilmente você se tratava ou usava essa denominação de travesti. Quando se falava em travesti era a questão do nome social que essa pessoa tinha direito de ser utilizado na escola, tá? Então, eu não sei se eu estou errada, mas assim, eu não vejo que tenha realmente esse elo de comunicação entre a secretaria e esse grupo específico, tá? Se tem é entre a secretaria e o grupo dos gays e das lésbicas, mas travesti especificamente, do meu ponto de vista, não está tendo (Sujeito nº 07 - SEED).

Neste sentido, os desafios para gestoras/es e técnicas/os da Secretaria de educação do Amapá são muito próximos daqueles enfrentados por profissionais da educação também, de outras regiões do país há mais de uma década. Ainda nos aportes de Miskolci (2016):

Em 2009, como coordenador do curso gênero e diversidade na Escola da UFISCar, eu via um grande interesse, em todo o Brasil, por esses temas que pincelei aqui. O curso de lá foi para vários Estados, e era perceptível em São Paulo, no interior do Mato Grosso, no extremo sul do país, no interior da Bahia, uma preocupação e um interesse extremamente louváveis de educadoras em querer entender com quem estavam lidando na sala de aula. Mas esse “incômodo” com as ferramentas educacionais incapazes de fazer frente à realidade de pessoas fora da norma, essa vontade de acolhê-las ao invés de julgá-las, frequentemente se expressa em questões como: Como chamo tal pessoa? O que é tal aluno? Ele é travesti? Ele é transexual? E foi um desafio lidar com essas questões, foi muito difícil explicar que era justamente isso que a gente não queria, não queríamos embarcar no processo de criar um escaninho das espécies sexuais alocando cada uma em uma caixa ou identidade. Evitar esse tipo de abordagem classificatória é uma forma de realmente transformar a experiência educacional (p. 17-18).

Para Miskolci (2016) e Freitas (2010) a procura por formação nessa temática no Brasil vem aumentando em várias regiões do país há mais de uma década. O que sinaliza que tanto os estudos como os debates que estão desafiando a escola, os pesquisadores/as e a sociedade, vêm progressivamente apontando para um caminho sem volta.

3.2. APROXIMAÇÕES DISCURSIVAS, SUBJETIVIDADES E EXPECTATIVAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Sabe-se quão grande são as expectativas por políticas públicas para LGBTs como já mencionadas anteriormente quando falou-se sobre as razões da eclosão do movimento social LGBT nos Estados Unidos, que teve como grande marco histórico a Revolta de

Stonewall. No Brasil, as articulações que se formaram após este acontecimento através das redes (ABGLT, ABL, LBL, ANTRA) composta por organizações não governamentais, acumulam inúmeras experiências que somadas aos debates e as produções teórico-científicas internacionais, passaram a fortalecer os desejos de realização de vários encontros para debates entre LGBTs por todas as regiões do país.

Suas demandas passaram a ter mais evidência no cenário nacional, levando as produções acadêmicas a um despertar na década 90 após o surgimento da AIDS e sua equivocada nomenclatura que ganhou popularidade com o estigma de “A peste gay”. Neste contexto, Stonewall estaria para o mundo como o HAIV/AIDS estaria para a população de homens gays. A partir da eclosão dessa revolta, o mundo acadêmico passa por transformações e a política tem novos elementos para lhe provocar. Para Pelúcio (2011):

Na análise do historiador James Green, a rebelião de Stowall tornou-se não só um marco político, mas também teórico que “[...] fortaleceu e positivou os estudos sobre gays e lésbicas”. (GREEN, 2003, p.19). Levando, inclusive, a alteração de currículos universitários nos Estados Unidos, a criação de centros de pesquisas e, nos anos de 1990, à ampliação teórica dos chamados estudos gays e lésbicos com a emergência da Teoria Queer. (PELÚCIO, 2011, p.112).

Foi a partir da implementação das políticas públicas de saúde, em função do aparecimento do HIV/AIDS e sua repercussão tanto nos corredores do poder central brasileiro como no debate acadêmico que as produções acadêmicas apontam para a população LGBT na área da saúde. Chegou-se aos anos 2000 com uma forte tendência de produções sobre gênero e sexualidades voltados para a educação. Algumas universidades brasileiras passaram a formar pequenos grupos de estudos preocupados com essa temática e temas correlatos como gênero, travestilidades, culturas e tantos outros.

Sob inúmeras perspectivas, pesquisadoras/es brasileiras/os passam a jogar luzes sobre as questões educacionais voltadas para a população LGBT. Estava posto o debate sobre suas mais diferentes demandas, seus avanços e perspectivas. Também estava posta a díade política e militância. Um exemplo desses encontros acadêmicos temos Stonewall 40 + o que no Brasil? Que reuniu no estado da Bahia, na sua capital Salvador, seu primeiro encontro, alusivo à comemoração dos 40 anos da Revolta de Stonewall.

O grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade, que atende pelo singelo nome de CUS, realizou, nos dias 15,16 e 17 de setembro de 2010, o seu

primeiro evento chamado *Stonewall 40 + o que no Brasil?* realizado em Salvador.

O objetivo foi o de debater e avaliar os estudos e as políticas públicas e indenitárias no Brasil, tendo como marco a comemoração dos 40 anos da revolta ocorrida no famoso bar de Nova York, em 28 de junho de 1969. (COLLING, 2011, p.7)

Outra forma de dar visibilidade as questões LGBT foi a iniciativa de um grupo de ativistas que ousou alinhar sua linguagem com os profissionais da comunicação do país. Para as/os ativistas envolvidos em construir e divulgar suas trajetórias enquanto grupo consideravam importante dar publicidade a todos os direitos constitucionais negados aos LGBTs. Passaram, além de ganhar espaço nos meios de comunicação a pensar num manual. Deste desafio foi concebido e publicado o Manual de Comunicação LGBT, que tem vários objetivos sendo um deles o de alinhar a linguagem do ativismo com profissionais como: jornalistas; professoras/es, e tantos outros. Esse trabalho publicado evitaria a proliferação de mais estigmas construídos a “olho nu”, sem o menor conhecimento das subjetividades de uma população tão heterogênea.

Política e militância: Nas últimas décadas, o movimento LGBT em todo o mundo luta pelo fim da homofobia, pela igualdade de direitos, pela vocalização das demandas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. As conquistas já observadas em vários lugares e áreas são consequências da ação de ativistas em vários países (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT, s/d, p. 137).

Em defesa de políticas públicas que vislumbrem os direitos educacionais para os LGBTs no Brasil, como já mencionados em outros tópicos, têm repercutido tanto nos debates políticos como nos sistemas educacionais brasileiros várias iniciativas podem ser destacadas. Na década de 90, período de redemocratização do país, algumas mudanças para a educação são pensadas para um Brasil pós ditadura militar. É inicialmente com a reforma da política educacional que viriam as primeiras fissuras para a emergência do debate sobre a população LGBT através da elaboração sobre orientação sexual nos PCNs. Para Shiroma, Moraes & Evangelista (2011), essa década de reformas tomou proporções de uma política nacional.

Uma política nacional de educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Realiza-se também pelo planejamento educacional pelo financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como por uma série de ações não governamentais que se propagam, com informalidade, pelos meios de comunicação. Realiza-se, para além desses espaços, por meio da difusão de seu ideário pelas

publicações oficiais e oficiosas. A reforma dos anos 1990 também envolveu e comprometeu intelectuais em comissões de especialistas, análises de parâmetros curriculares, elaboração de referenciais e pareceres. (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2011, p. 73).

Nos anos 2000, mais especificamente no ano de 2004, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT) a presidência da república, foi a década, considerada pelas/os ativistas LGBT, como a mais promissora para a visibilidade da sua população e de suas demandas. A abertura para os debates a exemplo das conferências nacionais tanto da educação como a primeira conferência LGBT no Brasil, apontavam na direção de um comprometimento político do governo federal, com as pautas dessa população. Mas foi só na última década que os direitos para a população representada na sigla LGBT pela letra "T" (Travestis e Transexuais) vêm protagonizando suas primeiras, porém tímidas conquistas.

Contraditoriamente isso se dá num cenário político bastante adverso tido como o mais reacionário das últimas décadas. A exemplo dessa afirmativa temos os projetos apresentados na câmara federal pela bancada evangélica. Formada por diversos partidos que fazem oposição à frente parlamentar pelos direitos LGBT que tomam como centro suas pautas. A cada conquista uma retaliação. A cada avanço uma onda reacionária se forma com o propósito de barrar seus avanços.

É também muito recente a popularização desse debate para a grande parcela da população que, em outras décadas, não tinha acesso a essas e a tantas outras informações. O cenário se modifica com o alargamento do acesso à internet em especial sobre questões da educação, campo este que inúmeras vezes reclamou de ter sido submetido a pacotes prontos e elaborados em gabinetes do Ministério da Educação.

No primeiro semestre do ano de 2015 por ocasião da discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), viu-se o debate sobre as demandas da população LGBT tomar conta dos noticiários sob uma forte mobilização em torno do Plano Nacional de educação. Vimos essa repercussão ser forjada num formato fabricado e tendencioso através de farta propaganda contrária ao plano onde, uma suposta “ideologia de gênero” estaria para ser implantada nas escolas sob o mote de que crianças seriam ensinadas a escolher o que desejariam ser e ali estaria a possibilidade iminente de escolha por ser ou não gays, lésbicas, bissexuais e/ou travestis e transexual. Segundo seus defensores, tudo isso aconteceria, sem a interferência dos pais das/dos alunos.

Essa estratégia elaborada para invisibilizar pessoas LGBTs que não se enquadram

no padrão heteronormativo vigente nas escolas brasileiras, se utilizaram dos meios de comunicação de longo alcance e em especial através das redes de televisão aberta e das redes sociais como face book e Twitter. A repercussão da suposta “ideologia de gênero” formou no inconsciente coletivo uma rejeição as letras do plano e em muitos estados as expressões identidade de gênero e orientação sexual foram substituídas pela expressão minoria historicamente excluída. No estado do Amapá as discussões do PNE foram bastante divergentes entre as esferas municipal e estadual. Na rede estadual de ensino o plano foi aprovado com seu texto original na íntegra, mas na rede municipal foi modificado a contragosto dos ativistas, professoras/es universitárias/os, integrantes do fórum municipal de educação e professoras/es da rede municipal de ensino mas a gosto da bancada evangélica fundamentalista e seus aliados.

Neste cenário de oposição declarada as pautas LGBT onde, de um lado estão os projetos reformadores e de outro o fundamentalismo religioso que nega direitos constitucionais e despolitiza o debate, grupos políticos que se posicionam do lado mais reacionários dos espaços de decisões na câmara federal, na última década, em especial após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff (2014), a frente conservadora tem tentado a todo custo anular conquistas e aprovar projetos que vedem qualquer direito favorável aos LGBTs.

Um dos maiores exemplos dessa força contrária que frustrou a população LGBT foi o veto ao desdobramento do programa “Brasil sem homofobia” que seria implementado através do programa “Escola sem homofobia”. Após um longo período de trabalho e alto investimento de recurso públicos, em 2011 o programa foi fortemente atacado e vetada a sua implantação. O apelo da bancada evangélica fundamentalista e de seus aliados políticos trabalharam com afinco com a finalidade de inviabilizá-lo. Essa frente trabalhou para vetar mais essa política pública, pelo fato da mesma propor levar o debate sobre gênero e diversidade sexual para as escolas brasileiras, tendo como ferramenta principal de divulgação e trabalho o Kit antihomofobia.

Outro exemplo de conquista bastante combatida pelos opositores dos LGBTs, foi a decisão do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - (CNCD/LGBT) nº 01/2015. Que ao aprovar e publicar a resolução, provocou novamente a reação da bancada fundamentalista.

Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015 que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e

transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino formulando orientações, quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Decorre desta resolução as orientações para a elaboração das portarias estaduais que autorizam o uso do nome social nos documentos escolares por Travestis e Transexuais. Esta pequena, porém, importante conquista, foi recebida com grande alegria pelas Travestis e Transexuais, mas vista como uma afronta aos princípios tidos como indissolúveis da concepção binária de nascer “homem” e/ou de nascer “mulher” problematizada por Simone de Beauvoir. Essa política pública que vem sendo alvo de projetos para anulação no parlamento nacional, também sofre ameaça real de desaparecer.

O nome social que anteriormente era tratado pelo estigma de “nome de guerra” passou a sofrer sua desconstrução e a se chamar nome social, para entrar para a história como uma conquista política e social das Travestis e Transexuais. Embora ainda seja considerado um avanço pequeno perto das demandas da população “T”, essa conquista tem sido encarada como um pequeno, porém, um importante passo na direção no reconhecimento das diferenças subjetivas desse público.

Embora para muitos, o nome social possa parecer ter pouca importância frente a todos os desafios pelos quais passam as Travestis. É no campo das subjetividades que opera essa questão. Longe de ser um adereço ou uma vaidade, o nome social é constitutivo de uma realidade indenitária singular.

[...] Eu gostei demais, porque assim. Nossa forma a gente quer que a gente... seja chamada pelo nosso nome social. Por que? Porque a gente se sente melhor. Bem melhor. (Bruna).

. A primeira coisa que uma travesti pede em casa, quando se transforma, é que a família respeite. Pelo modo. Aí nós chegamos na escola aí chamarem o nome...fulano! Isso daí é uma coisa que pra gente chateia muito. (Júlia).

Por que hoje em dia você vê as meninas não tendo mais o medo de passar pelo constrangimento que passavam antes de não serem aceitas, mas serem respeitadas dentro do ambiente escolar. Nossa! Isso já é de grande valia. (Rebeca).

É o meu nome que eu me sinto bem.... Aí eu falei pra ela, eu vou procurar saber mais dessa informação e vou recorrer pra mim mudar o meu nome também. Eu acho assim. Eu acho assim, uma luta vencida pelas travestis e pelas trans, mudar o nome social. Eu acho muito bom esse projeto. (Yveline)

Não é o rechaçar o desejo subjetivo que as coloca no debate sobre a importância do nome social, mas encontrar formas inteligíveis de compreender que, dentro de uma norma, ou se cumpre regras e/ou abre-se mão de sua constituição. Entender essa necessidade de uso do nome social é parte de um todo de cada uma.

Mais uma vez as aproximações discursivas das vivências dessas Travestis corroboram com o desejo de que as escolas possam olhar para o nome social, não como um privilégio, mas como um direito a ser cumprido.

Passemos ao que narraram as Travestis a respeito da aprovação e autorização do nome social nos documentos escolares da rede pública de ensino do Amapá? Antes, perguntamos se elas tinham conhecimento da aprovação da lei? Vejamos as respostas:

Eu não sabia. Quando eu cheguei na escola, aí eu fiquei: Caramba, como vão me chamar? Aí eu fui lá na direção da escola, aí colocaram no documento observação. Colocaram tudinho. Aí eu fiquei (pausa). Eu não sabia que podia. (Bruna).

Tenho sim. Sempre tive esse conhecimento. Devido o modo do professor não chamar o nosso nome de homem, entendeu? O respeito melhorou muuuuito devido as pessoas olharem com outros olhos. O respeito tipo assim... aí! Da gente passar que. É muito chato! Então, devido isso. Devido esta lei. Eu posso falar uma lei, né? No caso, foi tudo de bom. Já foi um grande passo, assim, devido pra gente, assim, pra nós. Pra nós travestis isso foi maravilhoso. Ser reconhecida na escola, por um modo que nós nos merecemos e nós gostamos de ser chamadas. (Júlia).

Assim, eu só consigo enxergar pontos positivos nessa lei. É...é muito gratificante pra gente, saber que a gente tá sendo respeitada dentro de um ambiente que todos nós temos direito de ter que é a educação. Uma boa educação. (Rebeca)

Agora recentemente eu tive esse conhecimento. Pelo fato de uma amiga que mudou o nome de batismo pelo nome social. E aí ela me comunicou para eu mudar o meu imediatamente. Eu falei. Até falei pra ela: Mana! Eu não vou passar constrangimento quando eu for? Quando eu chegar lá pra mudar o meu nome? E ela falou, não: “Não! Bicha, vai! E eu falei pois é. É muito bom isso, porque, não é só bom na escola, mas é bom em todo órgão público que eu vou apresentar a minha identidade, é...com meu nome feminino. (Yveline)

Embora muito recente e com as primeiras procuras por parte de Travestis nas escolas da capital Macapá para uso do nome social, seu acolhimento está apoiado na Resolução 055/2014 – CEE/AP. Essa conquista sinaliza que a escola reconhece a necessidade de alargar seu olhar para as diferenças fissurando, aos poucos heteronormatividade compulsória.

3.3. DISTANCIAMENTOS E VISÕES DO SUJEITO: O “CONHECIMENTO” E O “REAL”

Se questionássemos por um instante a nossa concepção de como possa ser uma vida, os sonhos e as aspirações de uma Travesti em situação de “pista”? Invariavelmente seríamos acometidas/os por ideias estereotipadas assimiladas no decorrer de nossas experiências ou de outrem, geralmente pouco ou nada positivas.

Se nos indagarmos, agora e sem muitos detalhes: quantas vezes tivemos efetivamente contato com uma Travesti (na família, na escola, no local de trabalho, nos centros religiosos, na academia) é bastante provável que façamos uma busca por nossa mais remota memória, quase nada encontraremos. Se apelarmos para os ambientes sociais e/ou institucionais que passamos ou que ainda estejamos inseridas/os, talvez sejamos surpreendidas/os pelas nossas respostas.

Mas, o que nós temos a ver com a vida das Travestis, em especial as que se prostituem nas "pistas" em todo o país. Por quais vias devemos associar essas existências às nossas? Por que essas questões deveriam nos apetercer?

Nos colocar diante de questionamentos que nunca nos fizemos é algo que pudesse nos parecer nada importante, desde que não fôssemos peças importantes e indispensável no processo educativo, logo em toda a cena social.

Até você fazer essa pergunta, eu...eu... não tinha ainda, assim, pensado realmente, que...que...as Travestis não estão em todos os espaços. Eu não tenho uma colega de trabalho Travesti. Nas escolas em...quando eu vou eu não encontro professores Travestis. Poucos alunos; quando há momentos de apresentação, né? Eles se apresentam. Mas a gente praticamente não enxerga nos shoppings pessoas trabalhando. Eu vejo que eles são segregados. Eles são segregados. Então a noite, pela penumbra, pela escuridão eu acho que eles conseguem ter o espaço que não é dado na luz do dia, né? E eu não tinha pensado nisso e o quanto isso é grave (Sujeito nº 04-SEED).

Mas como problematizar algo que não se conhece? Não se tem contato ou talvez nem vejamos o menor problema em assumir que não se deseje qualquer tipo de aproximação. É fato que esse debate não nos interpelava há algumas décadas atrás. Quais fatos históricos trazem de maneira inexorável essa temática e outras correlatas para dentro das escolas brasileiras.

Sobre isso, Miskolci (2016) enfatiza que, no Brasil, com a queda do regime militar e com o advento do processo de redemocratização foi possível perceber que a "sociedade brasileira se revela incapaz de lidar com as diferenças étnico--raciais, de gênero e sexuais". (2016.p,37). Para ele "historicamente a escola foi durante muito tempo um local de normalização. Um grande veículo de normalização estatal" (2016.p,40). Isto posto, ainda nos acrescenta:

A observação acima visa a mostrar que a educação foi, nos termos de Foucault, um meio da biopolítica, uma forma poderosa de normalização coletiva. Isso já havia sido percebido em parte, até mesmo por Durkheim, um dos fundadores da sociologia, em fins do século XIX. Em meados do século XX, Erving Goffman, um sociólogo da escola de Chicago, já observa que era na escola - justamente dentro desse processo de normalização - que as pessoas estariam em contato pela primeira vez com a sociedade e suas demandas. Isso por que muito frequentemente, nas famílias é claro que você está inserido na sociedade, mas você tem um certo cordão de proteção com relação a muitas demandas exteriores ao currículo de parentesco. Na escola, tal cordão desaparece, e é aí que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gogos, afeminados. Em suma, é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposição, muitas vezes de uma forma muito violenta (MISKOLCI, 2016.p, 40-41).

Isto posto, são nos sistemas educacionais fazendo uso de sua capilaridade que opera uma norma, fazendo com que os indivíduos se percebem e sejam percebidos. É na escola que a norma opera na produção do sujeito desejado e dos sujeitos abjetos. Por tudo isso, é na escola que deveremos posicionar o foco de como vem sendo construída as nossas concepções sobre o outro, sujeito da diferença.

Todos em certa medida somos ajustadas/os nos ambientes escolares. No caso específico das Travestis, esse ajuste é no intuito de torna-las seres indesejados, anormais, menores e sem valor. Essa condenação social é por ousarem romper com a norma e transgredir o gênero fixado, estabelecido.

Eles têm a....a discriminação clara. A gente percebe. É.....e ampliou significativamente, mesmo no Amapá, Macapá. Não é....o fenômeno não tá só em Macapá. Tu vais do Oiapoque à Vitória do Jarí, tu percebes que eles, estão, é.... tendo, eu digo, coragem, né? De se assumir. Ao se assumir eles têm consequências. Essa consequência é a discriminação. Não tem emprego. Não tem escolarização. O quê que ele precisa pra sobreviver?(Sujeito nº 01- SEED).

Mas como opera essa norma, na construção do “conhecido” e do “real”? É provável que ela esteja operando agora em nós e em silêncio, de maneira que, no limite, possamos nos surpreender sem nenhum questionamento contrário a respeito. A norma em questão é a heteronormatividade. Para Miskolci (2016): “Não por acaso a heteronormatividade é o grande alvo queer, pois ela não é apenas restrita aos homossexuais” (p,46). Portanto, vigora de diferentes formas, intensidade, espaços e indivíduos, em particular na formação arbitrária de uma consciência de um certo e de um errado. De um desejado e de um indesejado, os seres abjetos.

Aí é...é constrangedor. Então, teve muitas amigas minhas que, pararam de estudar, pararam de frequentar a escola por causa disso, por causa desse constrangimento. E aí...aí surge a questão do Bullyng, né? Começam a sofrer Bullyng dentro da sala pelos amigos, até mesmo pelo professor. Enfim, eu acho isso, eu considero isso uma violência! (Sujeito nº 12-Rebeca).

Um desafio trabalhado pelos teóricos queer, mais conhecidos nos espaços acadêmicos do que no dia a dia das relações escolares é o questionamento dessa norma. A escola não pode mais existir como uma instituição a serviço das violências e da produção de seres abjetos.

Diante disso, recorreremos as elaborações de Miskolci (2016):

Veja por exemplo a proposta queer de repensar o aprendizado a partir da experiência da humilhação e do xingamento. Quer dizer, é você tomar o que não era nem considerado passível de ser feito como ponto de partida. É resignificar como fundamental o que antes não era trazido ao discurso como questão: a normalização pela injúria e pela humilhação em uma perspectiva das diferenças, queer, não normativa, ao invés de permitir que o processo educacional continue a usar essas ferramentas para forçar as pessoas a “entrarem nos eixos”, pode-se pensar na possibilidade de usá-las para modificar o processo educacional (p,51).

Com o intuito de transpor o “conhecido”, produzido pela norma e pelos discursos do senso comum e passar a ouvir o “real”, que embora, transpassado pela mesma norma, nos revelam algumas particularidades. Passemos a alguns fragmentos da receptividade e dos anseios das Travestis em situação de “pista”, quando foram informadas que a pesquisa trataria de suas trajetórias escolares.

Obrigada a você pela oportunidade. Eu acho de fundamental importância a linha de raciocínio da sua pesquisa. Por que nós Travesti,

é...com relação, a esse tipo de pesquisa, geralmente não somos procuradas pra...pra dar o nosso entendimento daquilo que a gente acha, ...daquilo que... Da forma que nós deveríamos ser tratadas dentro da educação, dentro da escola. (Renata).

“Olá, boa noite! Eu também agradeço muito pelo fato de eu tá colaborando com essa pesquisa. Eu fico muito feliz de tá falando a respeito das Travestis. Falando o fato do dia a dia de uma Travesti. O que acontece e o que deixa de acontecer. Assim...pra ser uma Travesti eu falo que não é fácil. Não é só vestir uma roupa de mulher e sair na rua. Tem que enfrentar o mundo. Não só o mundo familiar, mas o mundo, a sociedade toda, por que é difícil, sabe? Assim, eu sou uma Travesti, meu nome é Yveline Fleury. Tenho 21 anos. E...meu dia a dia é em casa. As vezes saio. Quando não saio eu fico dormindo, que eu adoro dormir. (risos). E assim, eu sou muito feliz com a minha orientação sexual. Pelo fato de eu ser uma Travesti. Sou muito, muito feliz mesmo. Assim, tento relevar coisas assim que não é fácil pra ser. Não é fácil. É um pouco difícil. Assim, eu descobri que eu era diferente de muitas outras pessoas com 15 anos de idade. (Yveline).

“Eu me defino como uma Travesti. Eu comecei a me travestir com 12 anos de idade. Da minha parte, assim, eu nunca tive problema com isso. De me estressar... alguma coisa assim, com as pessoas que pensavam ao contrário de mim. Eu sempre tive uma opinião, devido a minha mãe ser minha mãe e meu pai. O resto pra mim é resto (Júlia).

As visões estereotipadas de que toda Travesti é violenta e ladra. Ou de que as Travestis em situação de “pista” não sonham ou nem tentam construir outra realidade longe ou concomitante a atividade de prostituição é algo que precisa ser melhor investigado.

Ainda que tentar transpor os limites das “pistas”, seja algo extremamente difícil e os dados nos mostram isso, esses sujeitos abjetos ainda mantêm a esperança na escola.

No depoimento a baixo percebe-se que o distanciamento existente entre as Travestis da “pista” e a sociedade dos desejáveis. Essa cultura de aparta-las é algo produzido em ambientes violentos como a escola, que ao longo de sua história não reconhece e nem respeita essa diferença.

Eu já deixei meu currículo. Eu já fiz um curso de culinária aqui no SENAC aqui em Macapá. Eu já fiz curso de atendente ao cliente, mas, eu nunca consegui um emprego. Eu já trabalhei, assim, na casa de família, já assim, cuidando da casa. Mas, assim, em empresas mesmo, em órgão público, é muito difícil pra gente que é Travesti (Yveline).

Havemos de nos questionar sempre se outra possibilidade de cultura responsável é possível? Desconstruir o sujeito abjetos é possível? Outra escola é possível? Se outra sociedade é possível? Se de fato nossa responsabilidade social, neste caso mais específico,

com as Travestis de “pista” foi negligenciada? O que é possível fazer? Nesta direção Louro (1997) nos orienta:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados – portanto, não são concebidos – do mesmo modo por todas as pessoas (p.59).

Quando nos distanciamos do “conhecido” depreendido do senso comum e nos aproximamos do “real” (sujeitos da pesquisa) entramos em contato com subjetividades fluentes e reveladoras, colocando-nos a par de sonhos e aspirações profissionais que só foi possível conhecer com a pesquisa.

Até hoje eu ainda tô estudando que eu quero terminar, graças à Deus. Eu tô fazendo o 2º ano. Eu quero ser médica. Cirurgiã plástica (Bruna).

A determinação e persistência de Bruna (Travesti) que aos dezessete foi trabalhar na “pista” e que hoje aos dezenove mantém-se firme no propósito de fissurar a abjeção e formar-se médica, nos inspira à mudança. Nos desafia a repensar nossas responsabilidades na produção de uma população de seres abjetos, as Travestis de “pista”. Para Miskolci (2016).

A abjeção é, portanto, facilmente associada à sexualidade. Mas afinal o que seria a abjeção? Esse termo tão usado pelos teóricos queer, sobretudo por Judith Butler, tem origem na psicanálise, mas foi repensado por feministas como Júlia Kristeva e antropólogas como Mary Douglas. O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador ou nauseante. Acho que isso ajuda a entender de onde brota a violência de um xingamento, de uma injúria. Quando alguém xingar outro de algo, por exemplo, quando chama essa pessoa de “sapatão” ou “bicha”, não está apenas dando um “nome” para esse outro, está julgando essa pessoa e a classificando como objeto de nojo. A injúria classifica alguém como “poluidora”, como alguém de quem você quer distância por temer ser contaminado (p.43).

Desse modo está lançado o desafio da desconstrução de uma escola que se apresenta hoje para as Travestis como, que colaboradora para as violências, excludente e que as impulsionou para a realidade das “pistas” as Travestis que foram expulsas de seus

ambientes. Neste contexto existir só é possível, em média, no máximo três décadas e meia. Esse gatilho silencioso, na direção das Travestis, precisa ser desativado por nós e por todas/os aquelas/es que pensam e constituem a escola.

No quarto e último capítulo iremos conhecer os caminhos percorridos para constar que todos os grupos selecionados para as entrevistas fossem garantidos. Neste capítulo também poderá ser observado um diferencial que esta pesquisa revela sobre a convivência das Travestis com suas famílias e como se apresentam as religiões nesse contexto. Aqui também poderemos observar a visão da família de uma de nossas entrevistadas e como o campo nos revela informações as quais nos surpreenderam deveras.

4. AS CONCEPÇÕES FAMILIARES E RELIGIOSAS NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES E SEUS IMPACTOS NAS HISTÓRIAS EDUCACIONAIS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE “PISTA” NA CIDADE DE MACAPÁ

Considera-se de grande importância destacar inicialmente que duas grandes dificuldades encontradas no trabalho de campo foram entrar na “pista” em especial para conseguir agendar os depoimentos das Travestis em situação de "pista" na capital Macapá. Mas nada se compara ao fato de tentar conseguir ser recebida por alguém da família para tratar desse tema.

A maior dificuldade com relação as Travestis na “pista” era se aproximar no único horário em que as encontramos, à noite e no seu horário de trabalho. Se a entrevista não fosse realizada ali, torcer para que elas aparecessem nos agendamentos ou atendessem os celulares fornecidos por elas para o contato agendado, o que na maioria das vezes não se cumpriu. Conseguir autorização para entrar na "pista" foi algo que considero “um golpe de sorte”. De muita sorte.

Conseguir uma única entrevista com um membro da família de um sujeito da pesquisa, só foi possível devido a minha aproximação pessoal com a irmã de Alexandra. Uma de nossas entrevistadas.

Outro fato curioso que requer um tópico especial para ser tratado. O fato de como as entrevistas Alexandra, Marcela e Haliny entraram nessa pesquisa. Coisas que o campo nos oferece e que nos surpreendente, em especial para essa pesquisadora. Mas disso trataremos no tópico 4.2 *Escola, família e violências: depoimento de Transexuais fora de situação de “Pista” e outros protagonismos sociais no Amapá*. Isto posto, passemos ao contexto dessa incursão.

No Amapá especificamente, as quatro Travestis que entrevistamos, moram com suas famílias. Uma realidade que se apresenta num cenário que se difere da maioria das pesquisas com as quais tivemos contato. Uma particularidade que se apresenta mais favorável e menos vulnerável para elas, quando comparado à realidade das grandes capitais brasileiras onde as Travestis moram em grupos, nas áreas mais insalubres e tendo que conviver com a realidade do aluguel e o pesadelo do despejo.

Aqui as Travestis (Júlia, Yveline, Rebeca e Bruna) contribuem de alguma forma com a organização e manutenção do seu núcleo familiar.

Essa não é a realidade da maioria das Travestis em situação de "pista" nas outras regiões brasileiras, o que não significa que tanto aqui como lá, suas famílias não estejam

passando ou não passaram por todo um processo subjetivo de indagações: perguntas e respostas, vergonha e orgulho, aceitação e negação, amor e raiva, culpa e compreensão, aproximação e distanciamento, afeto e medo, bem como contendas envolvendo suas sexualidades, motivadas pela concepção binária, biologizante e heteronormativa da qual somos todas/os submetidas/os numa socialização primária, em parte, fissurada pela readequação de seus novos arranjos familiares. Tudo isso atravessado pelas concepções religiosas de cada núcleo familiar.

Em se tratando do processo de construção das identidades, a primeira impressão que se tem, como imaginário construído sobre famílias e religiões, é de que qualquer que seja a identidade que se deseja construir, assumir e/ou vivenciar, é possível contar com o acolhimento, gerado por um entendimento tácito de que entre pessoas da mesma família amor e a proteção são sentimentos inquestionáveis. Mas até que ponto, nas identidades das Travestis, as religiões colaboram inexoravelmente para esse fim? Esse é mais um processo que iremos problematizar neste tópico. No início de todas as entrevistas perguntou-se as/os entrevistadas/os se professavam alguma religião? Diante desses questionamentos obtivemos as mais diversas formas de expressões de religiosidade. Entre as/os entrevistadas/os temos: Deísta, de Cristianismo católico, espíritas, umbandistas, Testemunha de Jeová, sem religião. Noutro questionamento mais específico, perguntamos as Travestis que trabalham nas “pistas” se elas reconhecem alguma violência por parte das religiões. Ou seja, se as religiões quando professadas as violentam de alguma forma? Veremos aqui as experiências de cada uma. Mas antes, vamos conhecer como esse debate se comportou historicamente.

Endsjo (2014), nos situa com uma indagação a partir de um evento grego.

Como é possível que uma religião condene pessoas que se abstém do sexo e enquanto outra reprova a maioria das pessoas que o praticam? Não há resposta simples para essa questão, e a própria pergunta seja por demais simplista. Nem mesmo a antiga religião grega de Hipólito e Afrodite apregoava a aceitação completa de todas as formas de sexualidade, e, a menos que um indivíduo obedecesse a uma série de regras complexas sobre que tipos de sexo eram aceitos, as consequências podiam ser severas. Ainda que o trágico destino de Hipólito seja o reflexo de crenças importantes na Grécia antiga, não passa de uma peça no complexo quebra-cabeça que compões a imagem integral da relação entre sexo e aquela religião específica. (ENDSJO, 2014, p.12).

Neste contexto algumas indagações sobre, religião, sexualidades, famílias, gênero e identidades caminham na mesma direção? Pode-se encontrar abrigo nos discursos

religiosos para práticas e identidades que rompem com um gênero fixado socialmente? Como as famílias das Travestis dialogam com tudo isso? O que trazem as literaturas a esse respeito? Vejamos:

Nossa sociedade é aparentemente obcecada por sexo – assim como nossas religiões. O sexo desempenha papel proeminente na maioria das cosmovisões religiosas, que chegam a abordar a frequência com que (ou mesmo se) deveríamos praticá-lo. Várias crenças tanto condenam quanto glorificam o sexo; proíbem-nos e nos compelem. Seu comportamento sexual não tem consequências apenas nessa vida, mas no além. Gênero, estado civil, cor, religião, casta e quantidade de parceiros sexuais, todos esses são fatores que podem selar nosso destino para todo o sempre. (ENDJSO, 2014, prefácio).

Como se percebeu em Endjso (2014) esse é um debate que não cabe simplificações. Aqui como parte desse debate, é identificar o impacto dessas concepções religiosas e das famílias na formação das identidades e nas trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista”. Vejamos como isso tem se dado no depoimento das Travestis, sujeitos dessa pesquisa.

Qual seu nome social? Você pode nos fornecer seu nome de registro? Quantos anos você tem? Qual sua orientação sexual? Em qual etnia você se reconhece? Com quem e onde você mora? Você professa alguma religião? Você é militante de algum movimento social?

(Pesquisadora):

“Meu nome é Bruna Fernandes (pseudônimo). Há! Não vai dar pra mim fornecer meu nome de registro. Eu tenho 19 anos. Eu me defino travesti mesmo. Eu me defino mais no feminino. Eu sou branca. Moro com meus pais. Eu moro na nossa casa mesmo. Eu sei ler e escrever sim. Eu tô fazendo o segundo ano. Até hoje eu ainda estou estudando que eu quero terminar, graças à Deus. Eu não milito em movimento social. Só no face book mesmo. Mas fora assim, eu nunca participei. Meu processo de transformação, foi muito impactante pra eles, por que, logo no início, minha mãe não queria aceitar de jeito nenhum. Aí, depois ela foi se acostumando, se acostumando. Hoje em dia ela já compra roupas femininas pra mim. Vai no shopping, vai em todo local comigo. Hoje em dia ela me aceita. Hoje em dia não, mas eu já tive religião. Eu era evangélica. (Bruna).

O que você considera que é violência da família contra uma Travesti? (Pesquisadora):

“Pra mim, é quando já chega a olhar, desrespeitar por dentro, por fora a pessoa, já. Qualquer coisa que ela faz a pessoa já fica olhando, de olho (pausa). Tipo. “Aí. O que que ela tá fazendo? Isso é feio!”. Repara tudo naquela pessoa que é uma pessoa normal. A gente que é travesti, a gente é uma pessoa normal no meio social”. (Bruna).

No seu entendimento, o que você considera que é violência da igreja contra uma Travesti? (Pesquisadora):

Assim, eles é...aceitam, até porque, lá na minha antiga igreja tinha duas travestis. E eu olhava pra elas eu falava. Ah! Estranho duas travestis na

igreja? Por que eu não sabia, ainda, que eu ia ser uma também. Aí depois a gente vai e se acostuma. Assim, por que, eu quando eu ia na igreja, eu só tinha o jeito, normal mesmo é...normal, é... de gostar de homens mesmo, assim. Aí, mas eles já me criticavam só por esse jeito. Por isso que eu saí da igreja. Aí, essa travesti todo mundo olhava pra ela, e pra mim o pessoal já olhava já, sabia que eu gostava. Aí foram me criticando, criticando, aí, por isso que eles perderam já, uma pessoa de dentro da igreja, que eu era fiel mesmo. Depois eu falei, não! Vou escolher uma coisa que eu quero e que eu gosto. Vou sair daqui por que aqui eu não tô me sentindo bem. Que eu tô sendo criticada. Eu não quero ficar aqui. Aqui não é o local pra mim por que tão me criticando, tão falando mal de mim e eu percebendo isso. Até meus amigos! Aí, eu ficava pensando, se eu eles já criticam imagine uma Travesti, quando eu não era travesti naquela época. Eu ficava pensado, nossa, deve ser (pausa). Aí, hoje eu sinto na pele o que elas sentem! (Bruna).

Para a experiência de Bruna, nas questões que envolvem a religião percebe-se a forte influência de fundamentalismo Cristão, razão pela qual a fez, ao se ver transgredindo o gênero, abandonar a igreja com a qual declara ter uma forte relação de fidelidade. A relação com a família percebe-se um acolhimento, depois de todo um processo de reconhecimento da sua identidade. O que não se vê na maioria das pesquisas em outras capitais brasileiras.

No seu entendimento, o que você considera que é violência da igreja contra uma Travesti? (Pesquisadora):

Vejamos o que foi possível perceber nas experiências de Júlia.

Qual seu nome social? Você pode nos fornecer seu nome de registro? Quantos anos você tem? Você sabe ler e escrever? Você está matriculada? Qual sua orientação sexual? Em qual etnia você se reconhece? Com quem e onde você mora? Você professa alguma religião? Você é militante de algum movimento social? (Pesquisadora):

Meu nome social é Júlia Vasconcelos. (Pseudônimo). Eu me denomino como uma Travesti. Meu gênero é feminino. Eu tô com 25 anos e eu creio que eu sou clara, né? Eu não me sinto à vontade pra falar meu nome de registro. Eu sei ler e escrever também. Eu parei de estudar com uns 17 pra 18 anos. Eu já fui convidada pra militar, mas eu não faço parte. Devido, tipo assim. Devido eu trabalhar na noite e geralmente as reuniões são de dia, de manhã, aí, já viu, a gente fica meio cansada. Eu moro com minha mãe e dois irmãos em casa própria. Assim, no caso da minha família, graças à Deus, eu não tive preconceito da minha família. Assim, eu tive preconceito já na, na sociedade, né? mas na minha família graças à Deus eu não tive preconceito. Minha mãe é mãe e pai ela nunca... Eu tenho outro irmão que é homossexual também e, nessa parte, assim, de família eu não tive preconceito nenhum.

Eu tenho religião. Eu sou umbandista. É...no caso da nossa religião, é, pra falar a verdade é única religião que aceita homossexual. A Travesti inclusive. Eles nos aceitam do jeito que nós somos perante a nossa situação. As outras religiões não aceitam. Já na umbanda, eles nos aceitam do jeito que nós somos, sem problema nenhum” (Júlia).

O que você considera que é violência da família contra uma Travesti? (Pesquisadora):

“Ai! Ah... na minha opinião, eu creio que seja uma grande falta de respeito por devido ser que (pausa). Pra...pra se virar um travesti, nós não viramos do dia pra noite. Nós já trazemos isso desde criança. Então, Pais e mães sempre percebem, do filho. Alguns escondem. Alguns aceitam. Principalmente o pai, né? Que não aceita. Mas assim, no caso da família, o preconceito deles, na minha opinião, eu acho isso uma grande falta de respeito. Por devido nós já sermos femininas desde criança e eles não virem a aceitar a gente? Isso daí, já é um fato, pra mim, na minha opinião, é uma grande falta de respeito com a pessoa” (Júlia).

No seu entendimento, o que você considera que é violência da igreja contra uma Travesti? (Pesquisadora):

“Na minha opinião? Eu acho (pausa). Ah! Nesse caso assim... Eu não gosto muito de... entrar em questões religiosas, por que isso é uma coisa que a gente não se debate. Eu acho assim. Na minha opinião é igual política e jogo de futebol, eu não gosto. Por que envolve muitas coisas, muitos atos. Isso é uma coisa que, na minha opinião, eu não gosto de debater! ” (Júlia).

Acolhendo a abordagem de Endjso (2014) sobre a emblemática compreensão que atravessam os debates religiosos que envolvem sexo, gênero e as sexualidades, observa-se que nos processos de Júlia no tocante à família e a religião que, são relações atravessadas por um certo acolhimento.

Os compromissos assumidos e o lugar que Júlia ocupa na família como provedora do lar e principal responsável por cuidar dos irmãos e da mãe doente (A mãe de Júlia veio a óbito no decorrer da sistematização dessa pesquisa) nos parece reforçar uma relação de respeito e aceitação, longe de estar permeada pelas expressões da violência percebidas nas experiências narradas em outras pesquisas.

Nas religiões de Matrizes Africanas, segundo militantes do movimento LGBT amapaense, têm se revelado, como bem podemos perceber nas declarações de Júlia, como uma das práticas religiosas que convive bem com as questões das identidades das Travestis, por lidar com as questões de gênero de maneira mais flexível.

Para Yveline, essa experiência foi bastante peculiar.

Qual seu nome social? Você pode nos fornecer seu nome de registro? Quantos anos você tem? Você sabe ler e escrever? Você está matriculada? Qual sua orientação sexual? Em qual etnia você se reconhece? Com quem e onde você mora? Você professa alguma religião? Você é militante de algum movimento social? (Pesquisadora):

“Meu nome social é Yveline Farias (Pseudônimo). Meu nome que meus pais colocaram é (J.E.M dos A.). Tenho 21 anos. Eu me declaro parda. Eu sei ler um pouquinho e sei e escrever também. Um pouquinho, mas sei. Eu concluí a 5ª série. Eu não tô matriculada, infelizmente. Eu moro com uma irmã e um cunhado meu, e as minhas sobrinhas. Eu faço parte da ONG Pró-Vida. Recentemente eu não sei dizer quantas pessoas tem. Eu só fui em algumas...duas reuniões. Eu só sei que eu fui convidada por uma outra Trans. Minha amiga me convidou pra fazer parte da ONG.

Eu tenho muita fé em Deus. Minha religião é Deus! E eu cresci na religião evangélica. É, uma igreja. Eu fui criada dentro de uma igreja. Só que, eu sentia que eu era diferente de todos os rapazes homens, masculinos. Por que assim! Eu sentia uma diferença até nas oportunidades que eu tinha. Eu me identificava com louvor de mulher. Eu só queria cantar louvor de mulher. Então eu já sentia aquela diferença. Então, aquilo, as vezes me constrangia. Por que eu não sabia o que eu realmente era. [...]. Então, eu peguei. Eu cheguei com a minha mãe e falei: “Mãe! Eu não gosto de mulher, eu gosto de homem! ”. Minha mãe sem saber o que fazer, me olhou (pausa) ficou muito triste, arrasada. Meu pai mais ainda. Então foi chegando um momento que pedi pra mim vir embora de casa. E eu vim morar com a minha irmã [...].(Yveline).

Graças à Deus, pela minha família, eu sempre fui uma criança muito amada. Muito, muito, muito, muito assim...uma criança que, não nasceu, mas foi criada num “berço de ouro”. Que eu sou um filho de criação. Então a minha mãe me adotou e aí eu fui criado por, um homem e uma mulher de Deus. Que eu falo assim: Que eles foram um homem e uma mulher de Deus na minha vida. Me adotaram. Então eu cresci uma criança com muito amor e muito carinho. Minha família ainda resiste muito, mas, eu tô firme e forte. ” (Yveline)

O que você considera que é violência da família contra uma Travesti? (Pesquisadora):

“Pra mim existe dois tipos de violência. A violência verbal e a violência física. [...] Eu, graças à Deus, que eu nunca ainda passei uma violência no meu lar, entre a minha família, que eu falo, meu pai, minha mãe e meus irmãos, mas pelos meus tios, já.

Eu já fui visitar uma tia minha e ela não me receber na casa dela pelo fato de eu ser travesti. E eu fiquei muito chateado, por que eu fui visitar ela de tão bom coração, simplesmente por ela é uma tia muito querida. Mas quando eu me transformei, ela assim, eu fui tipo assim: Escarrada! Ela ainda falou que eu não posso mais usar o nome (M), por que eu não faço mais parte da família dela. Pra mim, isso foi uma violência muito grande que aconteceu na minha família”. (Yveline).

No seu entendimento, o que você considera que é violência da igreja contra uma Travesti? (Pesquisadora):

“Aí! Foi tão constrangedor. Foi muito constrangedor. Por que eles, é... são da igreja fundamentalista. Daquela igreja tradicional, assembleianos mesmo. Então foi muito constrangedor. Quantas vezes o meu pai. Eu não passava tanto constrangimento, mas sim o meu pai e a minha mãe. Eles passavam muito constrangimento. Às vezes eu ficava triste comigo, pelo fato deles que era eu pra tá passando pelo constrangimento que era eu para tá passando. Por que, eles achavam que era uma coisa pecaminosa. Uma coisa que, que o diabo criou na face da terra (risos), e sim, não...não...como um modo de viver. Que não era coisa de Deus. Ah! Foi muito constrangedor, principalmente pros meus pais”. (Yveline).

Em Macapá como se pode observar as quatro Travestis que entrevistamos, moram com suas famílias. Uma realidade que se apresenta num cenário que se difere da maioria das pesquisas com as quais tivemos contato. Uma particularidade que se apresenta mais favorável e menos vulnerável para elas, quando comparado à realidade das grandes capitais brasileiras onde, as Travestis moram em grupos, nas áreas mais insalubres e tendo que conviver com a realidade do aluguel e o pesadelo do despejo.

Aqui as Travestis (Bruna, Júlia, Yveline e Rebeca) contribuem de alguma forma com a organização e manutenção do seu núcleo familiar. Essa não é a realidade da maioria das Travestis em situação de "pista" nas outras regiões brasileiras, o que não significa que tanto aqui como lá, suas famílias não estejam passando ou não passaram por todo um processo subjetivo de indagações: perguntas e respostas, vergonha e orgulho, aceitação e negação, amor e raiva, culpa e compreensão, aproximação e distanciamento, afeto e medo, bem como contendas envolvendo suas sexualidades, motivadas pela concepção binária biologizante da heteronormatividade, da qual somos todas/os submetidas/os numa socialização primária. Essa socialização primária, conceito desenvolvido por Bourdieu, é “fissurada” e desconstruída, em parte, pela readequação de seus novos arranjos familiares. Tudo isso atravessado pelas concepções religiosas de cada núcleo familiar.

Bruna, mora com a mãe que hoje, junto com ela, compra suas roupas que considera “feminina”. Comprometeu-se em concluir os estudos e sonha em ser cirurgiã plástica. Júlia, é uma Travesti que com as atividades de prostituição e “mãe de pista”, garante o sustento de sua família. Júlia abriu mão de casar-se com o namorado e morar fora do Brasil, para cuidar dos irmãos e da mãe que veio a óbito logo após nos conceder essa entrevista.

Yveline que foi adotada por um casal evangélico, mora com a irmã, cunhado e ajuda a cuidar das duas sobrinhas. Rebeca é ajudante de cabelereira no salão da mãe. Como está há pouco tempo no processo de travestilidade, em casa não usa roupas que considera “femininas” como saias. Rebeca nos concedeu a entrevista, mas nos adiantou que tinha compromisso de cuidar da avó que estava doente. Disse que divide a tarefa de cuidar da avó materna quando a mãe se encontra ocupada no salão de beleza. Rebeca, deixou a “pista” recentemente e atribui isso ao fato de ter sofrido forte impacto ao ter presenciado a morte de sua irmã adotiva que também era travesti de “pista” em São Paulo onde, por necessidade, passou a ser moradora de rua.

Nas pesquisas, que foram levantadas para embasar esse trabalho, as instituições (família, escola e religião) se apresentam, na maioria, conservadoras. Aparecem numa estrutura sólida de corresponsabilidade com o cenário hostil e violento que se apresentam nas escolas do nosso país. As pesquisas também revelaram que a maioria das Travestis passam pela dura realidade de assujeitamento no núcleo de suas famílias e que essa realidade é logo rompida, posto que são postas para fora de suas casas ainda na adolescência. Essa realidade não foi encontrada na experiência das Travestis da capital Macapá.

Ainda que com forte cerco da heterossexualidade compulsória no intuito violento de moldar todas/os indivíduos, causa de profunda frustração nas expectativas, na maioria das vezes, dos pais e em menor número nas mães, as Travestis da capital Macapá, não cederam as normas e nem as pressões religiosas, em detrimento de suas identidades.

A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática, apenas de imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade de casais formados por dois homens e duas mulheres. A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero. Em outras palavras, heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são três coisas diferentes, conceitos importantes que nos auxiliam a compreender a hegemonia cultural hetero em diferentes dimensões. (MISKOLCI, 2016, p.47-47).

Essa pressão violenta da heteronormatividade compulsória, sempre coloca em cheque (profundo conflito) a relação dos casais, dos irmãos e das irmãs em relação as

Travestis. Nos casos onde existe esse acolhimento das identidades Travesti por parte da mãe, encontramos casos em que os pais se separam das suas famílias e abandonam o lar. Saem da casa, deixando de provê-la de as maneiras.

Quando essa situação se apresenta, as Travestis, na sua maioria, sentem-se culpadas e são forçadas a sair de casa muito precocemente, sem a proteção dos/das irmãos/ãs, sem a conclusão de nenhuma etapa da educação básica e a única fonte de renda que se apresenta mais imediata, é a prostituição.

Para as Travestis, em especial as que trabalham nas “pistas”, todas narram experiências de que essas instituições (família, escola e religião) têm conhecimento, mas não compreendem e nem respeitam seus processos de Travestilidade, o que contribui enormemente para potencializar as diversas formas de manifestações da violência sofrida por todas elas.

Percebe-se que nos depoimentos das Travestis de Macapá suas escolaridades estão mais comprometidas pelo ambiente hostil das escolas e menos pelo apoio das famílias, embora ambas as instituições (escola e família) estejam atravessadas por grandes influências das religiões, no caso de Macapá, as famílias são o sustentáculo desses sujeitos vistos como abjetos pela sociedade e acolhidos por seus núcleos familiares.

Todos os resultados acima elencados são considerados de ordem cultural e estrutural. A tudo isso se atribui suas baixas expectativas de vida, ao que nos parece ser compreendido, por grande parte da sociedade brasileira, como algo natural e por tanto, não merece ser problematizado. Uma Travesti no Brasil vive, em média, trinta e cinco anos de idade.

4.1. O PODER PÚBLICO E O MOVIMENTO LGBT AMAPAENSE: CONTRADIÇÕES E SUBALTERNIDADES NAS FRONTEIRAS DOS GÊNEROS E NAS RELAÇÕES DE PODER

Na última década no Brasil, o movimento LGBT vem protagonizando inúmeras pautas consideradas fundamentais pelas/os ativistas, por se tratarem de Direitos Humanos, historicamente negados a população LGBT.

Com a instalação de uma frente reacionária e fundamentalista tanto na Câmara Federal como no Senado brasileiro esse protagonismo tornou-se quase que diário nos noticiários nacionais, visto que projetos considerados como retrocessos, estão sendo

propostos no parlamento, recebendo apoio irrestrito de conservadores e por outro sendo combatidos pela frente parlamentar que apoia os direitos LGBTs. Essas investidas partem da parcela mais conservadora do parlamento o que, por vezes, faz com que parlamentares peçam auxílio e/ou intervenção do judiciário.

O cenário político para esse movimento organizado há mais de 30 anos, tem se apresentado desfavorável, visto que nunca se havia instalado uma onda tão conservadora no país. Esse debate tem destinado duras críticas, tanto à organização nacional do movimento quanto aos fundamentalistas que não têm dado trégua aos direitos constitucionais dos LGBTs, conquistados sob a pressão de uma grande parcela da sociedade dominada pelo machismo.

Mas o que pode haver de contradição quando se fala de movimento LGBT brasileiro? Como tem se comportado suas relações com os poderes no Brasil? É possível que haja discriminações e subalternização nas relações entre os grupos que esta sigla representa? O que a lógica ocidental tem a ver com o superior e o inferior? Para lincar as nossas indagações, Louro (2013) nos ajuda a elaborar uma reflexão:

A construção discursiva das sexualidades, exposta por Foucault, vai se mostrar fundamentalmente para a teoria queer. Da mesma forma, a operação de desconstrução, proposta por Jacques Derrida, parecerá, para muitos teóricos e teóricas, o procedimento metodológico mais produtivo. Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismo: esse é um pensamento que elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinado, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado inferior. (p. 43)

Neste caso, pela lógica ocidental observa-se como se relacionam os grupos representados pela sigla LGBT. Como se dão essa relação de uma sigla tão heterogênea na sua composição. Como de fato se dão as relações de subordinação denunciadas por Ex-ativista? Vejamos.

As críticas ácidas elaboradas por Trevisan (2010), bastante questionadas por ativistas, apontam na direção do movimento LGBT brasileiro, por considerá-lo uma organização historicamente atrelada, de alguma forma, às estruturas ideológicas dos partidos políticos. A respeito disso, declara Trevisan (2010):

Neste contexto, proliferaram lideranças baseadas em centralismo, disputa de poder, autoritarismo e personalismo (quando não, puro estrelismo, de olho na mídia). Em vez de pressão por mobilização comunitária, preferiu-se a estratégia dos lobbies instalados nos corredores do poder central, de

modo que poderes locais se prevaleceram de uma somatória de poderes em níveis mais altos, para chegar à proposição de leis e de políticas homossexuais. (TREVISAN, 2010, p. 51).

Trevisan é escritor e militante do movimento LGBT brasileiro. Ao elaborar suas críticas, sugere que esse aparelhamento é danoso para a saúde interna do movimento, devido as questões que deveriam ser pautadas em favor da população LGBT e que, dependendo do momento político e da legenda que venha a se estabelecer no país, sofrem interferências diretas dos governos sem que o movimento possa encontrar seu lugar de legitimidade no debate político o que vez ou outra, se confunde com o próprio discurso dos governos. Segundo Trevisan, isso tem se revelado através dos gestores públicos e por vezes, pelos próprios militantes quando estão na condição de agentes públicos.

Ao acolher as críticas de Trevisan e preocupou-se com o alcance desse suposto aparelhamento na trajetória escolar das Travestis em situação de “pista” no Amapá, procuramos indagar as/os gestoras/es e as/aos ativistas sobre o que de fato fragiliza e/ou tem contribuído para esse visível apagamento da população das Travestis no Brasil.

Quando observou-se melhor a composição política de atuação interna da sigla LGBT, juntada ao baixo protagonismo da letra T, nos espaços de poder e decisão do cenário nacional, sentimo-nos instigada a averiguar essa realidade no Amapá.

Ao que tudo indica, as Travestis em grande medida, parecem ocupar, de fato e de direito, o último lugar na distribuição dos espaços políticos da sigla LGBT. Para problematizarmos essa emblemática composição, nos interessou saber: Como se dão essas relações de poder e se elas geram, efetivamente, algum lugar de subalternização das Travestis por parte dos outros grupos ali representados?

Ao perceber o baixo protagonismo das Travestis nos campos educacional e político, situação já bastante evidenciada nos capítulos anteriores desta pesquisa, passemos a contextualização da gênese desse movimento no cenário internacional.

Fora do Brasil, num determinado momento da história dessa organização, foram revelados os reflexos da informação, como dispositivo de poder nas relações internas e externas de atuação dos primeiros passos na direção do ajuntamento de pessoas interessadas em pautar suas demandas. Nesse período (1920) começa a aparecer a divisão de classe, denunciadas em vários aspectos dessa organização.

Percebeu-se que outras formas de se organizar foram anteriores à segunda guerra mundial, porém sofreram duros golpes dos sistemas repressores como o nazismo e dentro

dos próprios grupos de militantes, quando estes se colocavam mais atrelados a uma classe social ou a partidos políticos, como observou-se em Macrae (2011) e Trevisan (2010). Esta constatação aparece com certa ênfase neste fragmento, onde os romances davam conta de registrar nomes dos militantes de destaque na década de 1920.

Segundo Macrae (2011).

Os militantes homossexuais de então eram realmente bastante respeitáveis, frequentemente escudando suas reivindicações atrás de títulos médicos e quase invariavelmente procurando angariar as simpatias do *establishment*. Em seu livro de memórias *Christopher and his kind*, romancista inglês Christopher Isherwood descreve o contato que ele teve com Magnus Hirschfeld, provavelmente o mais importante dos primeiros militantes homossexuais. Em 1929, visitando o Instituto de Ciências Sexual, alojado em um belo palácio da antiga Berlim, ele se surpreendeu com o clima de seriedade e de respeitabilidade do que era então, uma espécie de quartel general do movimento homossexual. (p.25).

No Brasil uma certa hierarquização é denunciada através das (os) ativistas que, embora reconheça a força e as conquistas do movimento LGBT nas diversas áreas sociais, também revela uma face pouco conhecida dos bastidores dos diferentes interesses que pairam, sob vários aspectos, em especial o político e de classe, nessas organizações. Não que sejam fatos exclusivamente pertencentes ao movimento LGBT, mas também observados em qualquer outra organização que detém no bojo de suas reivindicações, interesses que dizem respeito a toda uma sociedade. Quando se trata de direitos humanos, como enfatizado nas observações de Lugarinho (2010,p. 62) ao se referir aos Estados membros da ONU, após o fim da segunda grande guerra mundial: “Contudo, e por isso tudo, o tema dos Direitos Humanos tornou-se discurso e moeda de troca entre a instituição “Estado” e a própria humanidade.

Isto posto e para melhor se entender a dinâmica do movimento LGBT no Amapá, apostou-se na elaboração de um questionamento no roteiro de entrevista semiestruturado, que trouxesse à tona as possibilidades dos atritos ideológicos, políticos, de gênero e de classe, existentes no interior das organizações LGBT, com o intuito de que nos trouxessem alguma evidência que apontasse se de fato existe alguma discriminação e/ou subalternização das Travestis em relação aos outros grupos ali representados.

Por isso, passemos aos depoimentos das/dos ativistas e gestoras/es, em resposta ao seguinte questionamento:

1. Você considera que o movimento LGBT da forma como ele se encontra organizado, gera algum tipo de discriminação e/ou subalternização entre os integrantes dessa organização com relação às Travestis?

Com certeza! Eu acho que o preconceito maior está também dentro do nosso grupo quando ele também separa. Eu já ouvi dentro do nosso próprio grupo: “Ah! Essas Travestis são ladras! ”. “Ah! Essas Travestis, elas só querem dar! ”, ne? Aquelas expressões que...que a gente combate tanto e tem. Essas expressões são muito utilizadas no nosso meio quando se fala de Travestis. Eu acho que é um dos grupos maaaaais discriminados! (GHATA).

O depoimento da ativista lésbica acima, corrobora com intuição preliminar. Embora convencidas de que as organizações LGBT por todo o mundo apareçam política e publicamente compacta, unida em torno de suas pautas, por outro lado revela-se, também, geradora de discriminações.

Mas o que vem justificando essas posturas e de quais grupos elas emanam com maior intensidade.

Não é uma bandeira unida! Não é! Até como eu coloquei, são especificidades diferentes. Mas ao meu ver. Posso até ser é...até preconceituoso da minha parte, mas a meu ver, hoje em dia os gays eles têm muito mais autonomia. Eles têm muito mais visibilidade do que qualquer outra letrinha. Eles alcançaram muitas coisas por... pela luta deles e tudo mais. Mas se você pegar aqui em Macapá, e eu falo da minha realidade, nós não temos um...um coletivo unido de Travestis. Nós não temos uma representatividade de Travestis, aqui. Nós temos, por exemplo, um gay que luta por uma Travesti. Mas, aquele gay sabe o que é ser Travesti? Aquele gay sabe o que é tá na “pista”? A gente tem uma Lésbica que tenta ajudar uma Travesti. Mas aquela lésbica, ela não sabe a realidade, de fato daquela Travesti. Então por isso que eu acredito que a gente precisa empoderar essas pessoas, pra que elas comecem a perceber que elas têm valor e que elas precisam entrar nessa luta, né? Se não hoje nós não teríamos a Simmy Larrah lá em cima, no Departamento de Desenvolvimento humano, né? A gente não teria a Simmy Larrah, lá! Então a gente precisa sim empoderar. Mas, aqui, existe um...um...uma disputa muito grande. E parece que é mais fácil a gente lutar...(pausa), pedir, pra fazer a diferença, do que a gente ir lá mesmo e fazer a diferença. Então parece que o tempo todo a gente tá precisando ficar correndo atrás de político pra que eles façam alguma coisa, sendo que, nós do movimento poderíamos tá fazendo alguma coisa. Nós do movimento, a gente poderia tá tentando, é... chegar próximo dessas Travestis. Por mais que falem: Ah! Mas elas são agressivas, elas não querem conversar. Tá! Tu não vai pra lá pra politizar. Tu vais pra lá assim: Tá tudo bem? Tá precisando de alguma coisa? Olha! Eu trouxe uma sopa! Vamos...vamos fazer alguma coisa aqui? Entende? A gente precisa começar a criar esse elo. Começar a criar esse vínculo. Por que se não, agente... elas vão perder representatividade. Não é a gente só!

São elas. E aí, acaba que é muito difícil a gente lutar pelos direitos de outras pessoas, sendo que a gente não...não experencia aquela vivência (ALBA).

Com o foco na realidade específica do Amapá, os relatos da ativista lésbica da Articulação de Lésbicas e Bissexuais do Amapá - ALBA traduz uma contextualização de como se dão as relações de poder entre as organizações LGBTs amapaenses e a composição política local. Observa-se aqui o mesmo aparelhamento denunciado por Trevisan (2010) traduzido numa certa co-dependência de algumas/uns ativistas e/ou entidades de luta, gerando, além de uma “militância viciada” uma certa desconfiança das Travestis que não militam. Essa assertiva foi possível observar no depoimento da Travesti Renata, quando mencionou no capítulo anterior, que não vê com “bons olhos” a postura de ativistas LGBTs que parecem mais militar em “causa própria”. Por isso, considera essa forma de militância, “duvidosa”.

No caso do Brasil, desde o início as esquerdas se nuclearam em torno de partidos centralizadores, autoritários e rigidamente organizados, geralmente ao estilo stalinista. A manipulação dos extratos populares, via lideranças, tornou-se prática usada e propugnada pelos comitês centrais dos partidos, o que no limite, distanciava a população do debate político, cujos termos eram estipulados e definidos de cima para baixo. Essa tradição migrou para o movimento homossexual brasileiro, praticamente desde o início, com predominância de ativistas de classe média, distanciados da grande massa homossexual e sem real representatividade. Os grupos locais e as entidades associativas GLBT tornaram-se feudos, frequentemente disputados por partidos e tendências políticas de esquerda. (TREVISAN, 2010, p. 50-51).

Viu-se também, o apontamento de uma certa inércia com relação a possibilidade de ações que poderiam ser realizadas nas bases das organizações de luta, mas que devido a uma certa dependência política, acabam por esperar pela “boa vontade” de políticos que por razões diversas, abraçam essa causa.

No Amapá, a maioria das/os ativistas de organizações LGBTs também militam em partidos políticos, o que de certa forma, impossibilita a neutralidade, hora da identidade da/do ativista, hora da identidade partidária.

Por ser um estado novo e pouco populoso, a baixa densidade demográfica amapaense permite uma aproximação maior de suas/seus habitantes com os agentes públicos e políticos dos mais diferentes partidos e bancadas, o que facilita uma rede de relações bem maior do que em outros estados mais populosos da federação.

Essa peculiaridade do Amapá, juntada a outras especificidades culturais e em especial as de origem econômica ligadas a concentração dos meios de produção e principalmente aquelas ligadas ao ramo da comunicação, que se encontram nas mãos de poucas famílias locais, são responsáveis por um certo “controle político dos indivíduos”, artifício bastante utilizado como moeda de troca no cenário da correlação de forças em especial, nas pautas políticas consideradas de grande apelo populacional.

Todo esse cenário colabora para o fortalecimento das relações de poder entre agentes público e os movimentos sociais. Num caso, mais específico, junto às Organizações não governamentais LGBT que figuram no cenário amapaense. Outra variável que aparece com destaque nessa relação entre o setor público e as/os ativistas LGBTs, é o machismo. Nele está a base para várias justificativas de separação que colocam de um lado os gays e do outro, as lésbicas, as Travestis e as Transexuais.

Na verdade, ocorre uma invisibilidade pelo movimento, de duas letras que, no caso é a L e a T. Aonde, qual é o grande campo de visão que nós temos quando nós falamos do movimento LGBT? São os homens gays! Eles são os que mais aparecem. São os que mais aparecem nas novelas. São os que aparecem nas propagandas que agora estão havendo. Por que infelizmente (pausa). Na verdade, historicamente, o movimento, ele se construiu dessa forma. De homens gays brancos, que acabam (in) visibilizando outras letras e outros seguimentos, né? Por exemplo aqui no Brasil, quando o movimento surge, lá no início dos anos 70, lá...lá nos meados dos anos 80 com o advento da AIDS, que é a “peste gay”, não é? O movimento, ele acabou sendo encampado e tendo como vitrine, esses homens. Infelizmente isso continuou, também a partir da segunda fase do movimento, lá nos anos 90 com a fundação da ABGLT, aonde o primeiro presidente e os outros presidentes foram homens. Agora, pra fazer essa correção desse erro histórico é, que o movimento ele vem, ele vem buscando dar visibilidade a essas outras letras, no caso, as lésbicas e as Ts. No caso, as Transexuais e os Travestis. Por que elas foram (in) visibilizadas. Infelizmente, as poucas políticas públicas que há pro segmento LGBT, são...são voltadas pra a população gay. Pra população homem, gay, branco, não é? E então, pra fazer essa correção, o movimento vem buscando dar essa visibilidade, valorizar isso. Tanto é que em 2008 houve uma alteração. Antes o movimento se denominava GLBT. Então pra dar visibilidade as mulheres lésbicas ele alterou. A partir de 2008 o movimento ficou conhecido como LGBT e houve uma discussão em 2011 na Conferência Nacional pra que houvesse uma mudança novamente, par que ficasse conhecido como movimento TLGB, não é? Não foi aceito. As Travestis recuaram, porém, nós do movimento, nós estamos internalizando esse discurso. Querendo ou não, nós somos frutos de uma sociedade machista e homofóbica. Nós...nós...nós infelizmente acabamos por reproduzir o machismo. Por reproduzir a misoginia. Por reproduzir a Transfobia, né? Por exemplo, há homens gays que não gostam de Travestis. Há homens gays que, não toleram,

lésbicas. E é por isso que se faz muito importante esse debate dentro do movimento LGBT. Se faz importante essa autocrítica que o movimento LGBT vem se fazendo hoje, né? São poucos os grupos que resistiram. Grupos, é.... segmentados como por exemplo, grupos de Travestis como ocorre com o ANTRA. Grupo de lésbicas como ocorreu com a LBL nacionalmente, né? Há poucos casos de grupos que surgiram a partir da segunda fase do movimento nacional como foi o caso do grupo GHATA que iniciou e que encampou o movimento aqui na Amazônia, no caso, aqui no Amapá. Que foi um grupo de mulheres lésbicas que, resistiram e que fundaram a parada do Orgulho LGBT, não é? Que resistem até hoje e que convivem com a nova geração do movimento LGBT (FALGBT).

Para o ativista gay da Federação Amapaense LGBT acima, esse apagamento que se apresenta entre a letra G e as demais LBT é um reflexo da composição de vanguarda do movimento LGBT no mundo. Os direitos dos homens gays foram melhor acolhidos quando comparados com as demandas das mulheres lésbicas e bissexuais, das Travestis e das Transexuais. Para ele, essa configuração deu-se num processo histórico por que gays figuraram e ainda figuram nos cenários de maior destaque da cena pública.

Para o militante, o machismo é parte orquestradora desse distanciamento, o que ficou visível tanto na ocupação recorrente da presidência da ABGLT por homens gays, como na criação da própria sigla GLBT em que a letra G aparece no início da sigla, hoje modificada para LGBT, por força das reivindicações das mulheres lésbicas.

Pode-se deprender dessa justificativa, que o fato que se tenta esconder é que a questão de gênero é algo muito mal resolvida no interior dessa organização. Logo, a troca constante na disposição das letras, esconde muito mais uma questão da negação de um gênero do que revela sua mera disposição.

Diante disso, outra mudança na sigla LGBT foi sugerida. A nova proposta foi modifica-la para TLGB, mas, segundo os relatos do ativista acima, como não houve a força necessária das Travestis e das Transexuais, houve um declínio da proposta por parte das mesmas.

Observou-se que uma correlação de forças opera na baixa escolaridade das Travestis? Ou pode-se indagar de forma diferente: Como a baixa escolaridade das Travestis vem sendo afetada por essa correlação de forças no estado do Amapá?

Vejam qual a percepção das/dos gestoras/es da Secretaria de Educação, a respeito da possibilidade de discriminação e/ou subalternização das Travestis.

Olha! Se há não deveria, viu? (Risos). Eu não tenho conhecimento sobre se há realmente essa discriminação entre eles, mas se há, não deveria.

Estão lutando pela mesma bandeira, por uma mesma causa e deveriam se unir cada vez mais (Sujeito nº 08- SEED).

O pouco contato das/dos gestoras e gestores com as questões internas do movimento LGBT amapaense aparecem nestes depoimentos como algo que, se existe, não deveria existir. Mas que se existe, não é perceptível, num primeiro momento. Mas aquilo que as/os gestoras/es tomam como positivo na imagem do movimento LGBT é sua coesão quando se trata da necessidade de apresentar-se publicamente, motivo pelo qual o movimento tem acumulado o respeito e o reconhecimento das diferentes e mais importantes instituições do país. O movimento LGBT brasileiro é uma organização que iniciou com 123 entidades afiliadas e no quinto seminário da ABGLT, em maio de 2014, em Niterói/RJ, comemorou seu título de maior entidade de luta da América Latina e Caribe. O número de afiliadas ultrapassou o dobro do número inicial. Isto posto. Vejamos o que destaca a gestora:

Ó! No primeiro momento que eu tive, né? Como eu relatei, foi quando o presidente da Federação veio pra gente dialogar a respeito de se construir uma comissão dentro da Secretaria de Educação para discutir a questão de Diversidade e Gênero, né? E...a partir daí a gente começou a dialogar e, é... eu não sei como funciona no estado do Amapá, né? Eu acredito que uma Federação congregue várias instituições, né? Vários grupos, e aí os outros grupos vieram. Veio a Ghata. Veio é...esses outros grupos que a gente colocou no folder. A Alba, né? É...o Pró-Vida. O Arte-Gay, né? Então, foi assim, bem interessante. Por que a gente, é... pode ampliar. Então todos tiveram espaço pra, é...fazer as palestras, ir para as escolas, participar conosco atividades. É...eu conheço pouco, né? dessa militância, então eu não sei se há uma subalternização, é... deles. Eu acredito sempre que em todo grupo haja sempre, é... discordância de uma forma ou de outra. Aquela forma da condução dos trabalhos, mas eu acho que isso é...é salutar para o crescimento das instituições, das Federações, né? Dos grupos. Então eu pude observar pouca coisa, nesse sentido. Eu vi assim, uma coesão, de certa forma pra que a gente pudesse fazer esse...esse...a Semana de Diversidade e Gênero que, ano que vem a gente quer fazer muito...muito mais ampla, envolvendo mais escolas e com muito mais tempo pra organizar junto a essas escolas e, aí a gente conta com todos os grupos. E pra nós, foi assim, é...dentro da Secretaria de Educação, eu não senti, por ninguém, é...alguém reclamando: Por que que esse grupo tá aqui? Pelo contrário. Eles estiveram presentes agora na discussão das Diretrizes Curriculares, né? E...foi muito bom. Está sendo muito bom. Não sei se eles já concluíram, mas eles foram chamados, né? Todos os grupos. E quando se chama a Federação a gente espera que chamem todos os outros grupos juntos. Por que as vezes a gente trata com uma pessoa e existem um número enorme de pessoas que estão, né? Por trás dessa Federação (Sujeito nº 04 – SEED).

Como já foi mencionado no relato do ativista gay da Federação Amapaense LGBT, uma das características marcantes do ativismo organizado no mais novo estado da federação, tem por destaque a primeira entidade de luta formada em toda a Amazônia que foi o GHATA. Uma organização de mulheres lésbicas dispostas a protagonizar o ativismo por direitos para LGBTs no Amapá. Logo, repousa sobre a responsabilidade desta Organização Não Governamental – ONG, a primeira referência de ativismo do estado e que até os dias de hoje, goza do mais profundo reconhecimento e respeito, tanto das instituições públicas e privadas como das/dos ativistas que vieram depois.

O Ghata comemora neste ano, dezesseis anos de luta por direitos e cidadania de LGBTs . Hoje por todo o estado, é possível contar com outras organizações que, juntamente com o GHATA, realizam anualmente a marcha política LGBT. Mais conhecida como a Parada do orgulho LGBT do Meio do Mundo. O GHATA foi a primeira organização a acolher as Travestis como ativistas no Amapá.

No depoimento à baixo, para a Gestora do conselho Estadual de Educação, esse apagamento das Travestis por outros grupos, tem as seguintes explicações.

Eu vejo assim. Pela falta de escolarização, não é? E pela falta de vivência nos movimentos, elas acabam ficando subalternizadas por que elas são utilizadas para fazer uma performance. Elas são utilizadas pra mostrar a cara. Mostrar a bunda. E elas não são utilizadas, na sua totalidade, pra mostrar o que elas querem, pra garantir os seus direitos. Pra fazer relatos de experiência de sua vida. Quando isso acontece é uma tal, que alguns outros grupos dessas letras, é... se superpõe sobre elas. Eu vejo que isso se dá pela falta de formação. Por que nós já vimos em outros grupos, as Travestis dominarem. Dominarem os grupos, né? Por que tudo é uma questão de formação e de informação. A subalternidade se dá pela falta de argumento, não é? Por que eu tenho o meu gueto e o meu grupo, é... que ele só fala amenidades. Ele não quer saber como é que está a educação no país. Por que não interessa, ele está fora da escola. Ele não quer saber como é que está o mundo do trabalho no país. Ele não se interessa por que ele também tá fora. Então ele dorme durante o dia e a noite ele vai pra “pista” e com isso se conforma por esse status quo. A pergunta era se há subalternidade? Se um grupo se deixa ficar subalterno? Há. Por falta de informação! (Sujeito nº 09 – CEE).

Observa-se que, quanto maior é a proximidade da/do entrevistada/o com a militância LGBT, ou quando o gestor público foi ou é militante das causas LGBTs a confirmação de subalternização aparece categoricamente sob as mais diferentes justificativas.

O contrário também é percebido. A medida que há um certo distanciamento da vivência interna dos grupos que compõem a sigla LGBT, vimos uma percepção mais superficial, mais compacta de todos os grupos. Isso se dá em razão da maneira como militância aparece publicamente em defesa de suas pautas.

No depoimento à baixo, vimos uma certa perplexidade pelo fato de se estar justamente questionando os grupos que encampam essa luta. Essa questão, quando feita as gestoras/es, percebemos no semblante e nas respostas, um certo incômodo e uma breve reflexão no tocante ao que possa estar acontecendo internamente nesse movimento, mas que ainda não tinha sido problematizado por pessoas que não pertencem a essa militância.

Eu... gostaria que não tivesse, não existisse nenhuma subalternização, não é? Que cada letra ou cada segmento, é... fosse respeitado como tal. Que eles estivessem unidos nas pautas. Unidos nas pautas, mas respeitadas as diferenças. Por que nenhum é superior ao outro. Na luta, eu tenho que manter a unidade. Se essa sigla significar que, um é maior que o outro e, por exemplo: As Travestis e as Transexuais são menores que as Lésbicas, os Gays, os Bissexuais, seria uma pena. Que eu acho que o movimento não deveria caminhar nessa linha. E espero que não esteja caminhando, né? Pra mim tem que tá unido politicamente nas pautas, não é? Nessa unidade respeitar a diversidade, a diferença entre eles, mas, nunca, nunca deve ser um subordinado ao outro, ou uma hierarquia entre eles. Nunca imaginei isso. Agora tu me colocaste essa situação! Agora eu imagino que deve, internamente, ter essa briga interna. Quem é? Quem está na frente? Quem é o primeiro? Quem é o último? Por que, eu sei que tem luta interna, né? Se é das Lésbicas já tem dentro do movimento. Se é dos Gays, tem. Do Bi, também. Agora entre os quatro, não existe! Agora, se adotarem esse comportamento explicitamente pra sociedade, quem perde é o movimento. Quem perde com certeza é..... Não vai nem se entender! Aí é mais um motivo para não respeitar [...]. Nós não devemos dar motivos. Ao contrário, nós temos que dar motivos para nos respeitarem e muito, seja em qualquer área, em qualquer situação. Então, a minha leitura de imediato, não tem subordinação, né? Não vejo que foi criado pra isso. Eu vejo por uma busca de posição política. Política pública pra todos, significa garantia de direitos constitucionais. É isso aqui. Nem um maior nem menor que outro. Eu nem quero pensar nisso! (Risos) (Sujeito nº 01 – SEED).

Cabe ressaltar que a abordagem as/os 21 (vinte e um) entrevistadas/os dessa pesquisa, foi lhes perguntadas/os se eram ou haviam sidos militantes de algum movimento social. Esse questionamento servira-nos para saber se a dinâmica da militância era algo que pudesse estar próximo de suas elaborações e respostas. O que para nossa surpresa foi muito positivo, visto que a apenas quatro pessoas nos revelaram nunca ter tido alguma

experiência com ativismo de qualquer natureza, número que reduziu para dois, poie até o final de nossas entrevistas, duas pessoas já haviam se engajado no movimento LGBT.

Isto posto, cabe aqui analisar a resposta que se segue. O depoimento abaixo é de um jovem que se identificou como bissexual e que compõe a Rede da Juventude LGBT Alexandre Ivo, nome dado em homenagem a um jovem gay espancado até a morte no Rio de Janeiro, vítima de homofobia.

[...]. Com relação a sigla eu acho muito fútil, mudanças, alterações, pra mim tanto faz, desde que seja incluído todo mundo. LGBTI, né? Dos intersexuais. Pra mim tem que ser garantido todo mundo nessa sigla pra ser representativo. Com relação a discriminação dentro do movimento LGBT, com relação a lésbica discriminar gay, gay... (risos). Assim, a gente de maneira muito brincalhona, de maneira...de maneira pra descontrair.... Por que, o que que a gente compreende? O movimento LGBT é muito discriminado. Pra gente é muita porrada todos os dias. A gente acorda levando porrada! Todos os dias a gente tá de pé tentando garantir, estudando, trabalhando. Tentando se manter em pé. Tentando se manter vivo na sociedade. E a gente acaba descontraíndo brincando um com o outro. Mas...algumas pessoas discriminam. Algumas pessoas brigam. Tentam se achar superior que as outras. Os gays tentam ser melhor que lésbica. Lésbica ser melhor que gay. Travesti querer dar em todo mundo (risos). Mas...eu acredito que é...é...isso é muito perceptível no nosso meio. Mas que isso existe muito pouco. A gente se discrimina de maneira mais brincalhona. A partir da minha visão a gente não tenta competir. A gente só tenta garantir a nossa cidadania. Então, existem poucas brigas. [...](REDE DA JUVENTUDE LGBT ALEXANDRE IVO).

O depoimento do ativista acima aborda, de maneira muito sutil a discriminação contra as Travestis. A justificativa aqui utilizada foi a da “brincadeira”. Porém, é exatamente esse tom que separa o grupo representado pela letra T dos outros grupos. Essa sutileza, levada sempre para o lado da brincadeira revela o lugar destinado a atuação das Travestis no estado do Amapá.

Para as Travestis aqui entrevistadas essa discriminação é parte integrante dessa subalternização, algo que para elas só se justifica na disputa por espaço e por poder dentro da militância. Visto que muitos ativistas se utilizam da discriminação dentro e fora da militância para mantê-las sempre apartadas. Isso é algo que, para elas, de imediato, não se justifica e nem têm como explicar.

Acontece. Acontece sim! [...] apesar ser todos homossexuais, de orientação homossexual, mas tem essas divisões entre...entre lésbicas, bissexuais, entre Travestis, entre transexuais e entre gays. Você sendo um gay. Travesti não gosta de sair com gay. É a coisa mais difícil você vê travesti com gay. Em balada, em festa em qualquer lugar. Você vê

Travesti com Travesti. Travesti com gay, se você é porque são muito amigos. Não existe esse negócio de Travesti com gay. Travesti é Travesti. Gay é gay (Rebeca).

Desde a primeira entidade de luta formada há dezesseis anos no Amapá, que as Travestis que tentaram se organizar na capital Macapá. Elas nunca conseguiram se estabelecer e nem arregimentar um número significativo para compor sua organização. Apenas agora, no primeiro semestre de 2016 que se formou um novo grupo para reivindicar direitos, mas que ainda conta com menos de 5 (cinco) travestis como filiadas. Yveline é a mais nova ativista da única organização de Travestis da capital, Macapá. Nas suas observações, destaca que:

“Sinceramente, as vezes sim! As vezes têm uns gays que constroem também as Travestis com alguns insultos. É certo. Por que falam: Ah! Por que você se veste de mulher. As vezes sim! E as vezes tem uns que, eu falo, não que eles querem lutar só pelos direitos deles, mas eles esquecem da gente. É muito difícil as vezes. Eu tenho muitos amigos gays, mas as vezes tem uns que se constroem de andar comigo por que eu sou Travesti. Uns amigos gays que eu tenho. Eu classifico de cinco amigos, dois. Por que três não gostam de andar comigo por que vai sofrer insultos por que eu tô vestida de mulher. Aí se eu fosse um gay vestido de homem, não sofreria tanto insulto. Aí quer dizer, que a gente que é Travesti sofre mais insultos do que os gays. Sofre sim! ”. (Yveline).

Corroborando com os depoimentos de Rebeca e Yveline o depoimento a baixo da Travesti, Júlia.

Sim! Sofrem preconceito sim. Inclusive pelas próprias lésbicas. Principalmente as que se chamam, masculinas. Elas não se dão e não gostam de Travesti. Elas se dão com os gays, mas com as Travesti, não! As femininas se dão com nós Travestis, as... as boys, não se dão com nós. Dentro do próprio...da própria organização do movimento se tem preconceito sim. Com certeza! E como tem. Devido, você tira pela parada gay. A parada gay, eles fazem uma parada gay e as lésbicas fazem a parada delas. Entendeu? Isso é um grande desrespeito. Eu penso assim. Pra nós! Por que se é só uma organização então deve ser só uma coisa. Não tem que ser diferenciado nada. Elas não são melhores que ninguém. São gays que nem nós. Não deixam de ser gays por mais que sejam mulheres. São gays iguais a nós. Então tem que lutar por uma coisa justa. Elas não têm que lutar só por uma coisa delas, pra elas. Por que elas são gays e elas estão envolvidas no nosso meio, de uma forma ou de outra. Então elas pensam que elas podem mais e devem mais. Não é assim! Pra você vê. Se você fosse incluir, se você for prestar atenção na própria organização você vê muuuuito gay. Você vê muuuuuitas e muitas lésbicas. Eu acho que se tem travesti, se tiver umas dez, é muito! (Júlia).

A visão estereotipada de que as Travestis são todas violentas, talvez venha sendo mais uma justificativa, disseminada pelos próprios ativistas intensificando ainda mais a distância entre as letras. Para Bruna, uma Travesti que sonha em fazer a faculdade de medicina, com especialidade em cirurgia plástica, essa discriminação ainda não faz parte dos seus relatos de vida.

Assim, pra mim não! Por que os meus amigos mesmo que eu tenho. Eu tenho muitas amigas é... lésbicas, gays, vários. E eles me levam normal, assim como eu levo eles (Bruna).

Em suma percebe-se com bastante clareza que as respostas dadas ao nosso questionamento, em especial aquelas dadas pelas/os militantes LGBT, revelam, sutil ou diretamente, cada uma/um a sua maneira, que tanto as/os ativistas como a sociedade reservaram para as Travestis um lugar de subalternidade. Seja por uma questão de gênero, seja pela baixa escolaridade, seja pelo baixo poder aquisitivo, seja pela atividade de prostituição que esconde os sonhos da Travestis, ou pela visão estereotipada de que são todas iguais, ladras e violentas.

Observou-se que todas as menções e adjetivos atribuído as Travestis estão longe de traduzir um lugar de destaque e de cidadania.

É mister que se problematize constante e cientificamente essas relações de poder, de aparelhamento dos grupos organizados e de subalternização, evidenciando de maneira mais ampla as suas contradições. Cabe a nós pesquisadoras/es jogarmos luzes sobre a estrutura que leva à baixa escolaridade e a rara atuação política das Travestis no Brasil e mais especificamente em Macapá, lugar dessa pesquisa, atribuindo tanto ao movimento LGBT a sua parcela de responsabilidade quanto aos agentes do Estado por sua negligência em cancelar e manter nas sombras, os direitos das Travestis.

4.2. ESCOLA, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA: DEPOIMENTOS DE TRANSEXUAIS FORA DA SITUAÇÃO DE “PISTA” E OUTROS PROTAGONISMOS SOCIAIS NA CIDADE DE MACAPÁ

Considera-se de grande importância destacar inicialmente que as três grandes dificuldades encontradas no trabalho de campo desta pesquisa, foi convencer a maioria das Travestis, as quais fizemos contato, a comparecerem nas entrevistas.

A segunda dificuldade foi com relação a agendar na “pista”, pois conseguir gravar enquanto aguardavam clientes era embaraçoso, visto que o único horário que era possível encontra-las era à noite e/ou nas madrugadas, em pleno horário de trabalho. Se a entrevista não fosse realizada ali o que restava era, torcer para que elas comparecessem nos agendamentos ou atendessem os celulares fornecidos para os contatos agendados. O que na maioria das vezes não se cumpriu. Registra-se que, mesmo diante de todas as dificuldades já mencionadas, nada se comparou ao fato de conseguir ser recebida por algum membro de suas famílias.

Mas a leitora ou o leitor devem estar se perguntando nesse momento: Como uma pesquisa que trata das trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” encontrou espaço para três Transexuais fora de situação de “pista”? Ou melhor, como as entrevistas com Marcela, Haliny e Alexandra entraram nesta pesquisa? A resposta é que, no campo das identidades sexuais nada está posto ou é definitivo. A dedução ou a afirmação apenas visual de quaisquer identidades e em especial as identidades trans é, na maioria das vezes, guiado por um olhar simplista e quase sempre equivocado sobre esses indivíduos. As identidades são justamente utilizadas no plural por apontar as inúmeras possibilidades que a sigla LGBT jamais comportaria.

Diante das dificuldades acima mencionadas, registra-se também o impasse do tempo, visto que o trabalho de campo se deu em outro estado, logo, não se descartou outras possibilidades e estratégias para agendar as entrevistas. Mais uma vez contou-se com o “um golpe de sorte”. Diante da situação, recorreu-se as orientações de Minayo & Gomes (2015):

Todo pesquisador precisa ser um curioso, um perguntador. E essa qualidade deve ser exercida o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutuoso quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com a realidade empírica. Assim, o pesquisador não deve ser um formalista que se apegue à letra de seu projeto e nem um empirista para quem a realidade é o que ele vê, “a olho nu”, ou seja, sem o auxílio de contextualização e de conceitos. Nem um nem outro, sozinho, contém a verdade. (MINAYO; GOMES 2015, p. 62).

Essa oportunidade apresentou-se como um achado no campo empírico. A possibilidade de um agendamento em pleno horário diurno, nos pareceu oportuno e interessante. Dele resultou também a única entrevista com um membro da família de uma das nossas entrevistadas. Isto posto, passemos aos desdobramentos desta incursão.

Motivada pela penúltima pergunta do roteiro de entrevistas semiestruturado que questiona justamente se há possibilidade das Travestis em situação de “pista” (atividade noturna) circularem livremente em todos os espaços sociais em horários diurno? O que à primeira vista pode parecer para, algo totalmente possível, não fosse o Brasil o primeiro país na lista de assassinatos de Travestis e Transexuais do mundo. Nos encontrávamos diante de uma oportunidade que se apresentava ali, no corredor de um supermercado aproximadamente as onze horas da manhã, assim resolveu-se arriscar.

Este encontro casual, ocorreu numa manhã de sábado num supermercado da capital Macapá. Fui avisada por uma amiga que dirigia para mim e me dava suportes no trabalho de campo nas madrugadas quando buscava-se agendar as entrevistas com as Travestis. Fui avisada por essa amiga que, não tinha certeza, mas que achava que ali se encontravam duas Travestis escolhendo produtos no corredor ao nosso lado.

Lembrei exatamente da justificativa dada pelas Travestis de “pista” que pouco são vistas à luz do dia por inúmeras razões e, duas delas, já bastante mencionadas aqui: primeiro a violência transfóbica e a outra se dá pelo fato de que as manhãs para elas são, geralmente, seus horários para o descanso. Hesitei momentaneamente, mas, apostei na abordagem orientada por Minayo *apud* Malinowski (1984) *apud* Minayo & Gomes (2015, p. 62) que diz que “o investigador deve se preparar muito bem, como se tudo dependesse dele. Porém, se houver uma discrepância entre sua teoria e a realidade concreta, ele deve privilegiar perguntas para o nível empírico, relativizando suas hipóteses e pressupostos”. Diante disso, vamos aos resultados dessa experiência.

De fato, existiam duas jovens escolhendo produtos no corredor ao lado. Me aproximei um tanto tímida e as cumprimentei. As duas, numa atitude de total gentileza, devolveram os cumprimentos e em menos de dois minutos me apresentei, falei do que se tratava e apenas trocamos contato sem pormenorizar. As agendas estavam confirmadas e ambas se sentiram bastante motivadas a gravar para esta pesquisa.

“Eu fiquei agradecida. Eu fico na verdade, em poder ajudar e a participar. Por que eu acho que nós, travestis e transexuais, merecemos ter essa visibilidade maior pra tirar, assim, mais o preconceito e a falta de conhecimento que as pessoas têm. E eu fico feliz em poder ajudar!”.
(Haliny).

Nossas entrevistas se deram na seguinte ordem. Primeiro Marcela Duarte e em seguida Haliny Costa em datas separadas. Por último Alexandra. Mas bastou que as primeiras perguntas fossem feitas a Marcela que a surpresa que estava por vir, se apresentava como um “mergulho no

desconhecido”. O que fazer com tão surpreendente experiência. Marcela não era uma Travesti e muito menos trabalhava na “pista”. Isso também se repetiu curiosamente com Haliny Costa e Alexandra Lisboa, nossas três últimas entrevistadas.

Outro fato interessante é que todas transitam livremente no horário diurno e atribuem essa conquista ao respeito que mantêm com seus interlocutores. Acreditam elas que jamais devem revidar qualquer postura desrespeitosas que possam constrangê-las em ambientes públicos. A estratégia é sempre responder com calma e/ou não dar ouvidos.

Lembrei imediatamente de uma anotação do caderno de campo, narrado por duas Travestis de “pista” onde ambas se assemelham e corroboram entre si. “Quando nossos clientes nos encontram à noite na “pista”, são bastante respeitosos e bem carinhosos conosco, mas se estiverem acompanhados de amigos e/ou da sua família e/ou namoradas e nos encontrarem circulando por aí, fazem chacotas conosco, fingem que não nos conhecem, nos xingam e até nos batem”. (Júlia e Yveline).

Mas quais seriam as diferenças que estariam nas trajetórias desses sujeitos: as Travestis e as Transexuais? Por que não devemos deduzir, classificar, ou rotular as identidades sexuais como nos orientam os teóricos queer e, ainda assim obtermos algumas identificações? Embora haja outras perspectivas, a sociológica é a que nos interessa observar. Vejamos o que nos dizem Coelho & Sampaio (2014).

Em muitos contextos e diferentes abordagens sobre o tema da transexualidade, encontramos a referência a um desacordo entre o que se costuma chamar de “sexo biológico”¹ de um lado, e o gênero, de outro. As pessoas transexuais se sentem, desejam viver e ser reconhecidas como uma pessoa de outro gênero que não o esperado pela sociedade, com base no sexo biológico do seu nascimento. Algumas dizem: “tenho o corpo de um sexo e alma do outro”.

No entanto, mesmo existindo esse consenso, as pessoas transexuais são diferentes umas das outras, assim como todas as demais não transexuais, embora suas necessidades em relação às mudanças corporais possam, em muitos casos, serem as mesmas. Além disso, as formas pelas quais esse desacordo é entendido variam, a depender da experiência de vida das próprias pessoas transexuais. No que se refere especificamente à clínica, em tais variações deve ser considerado o referencial teórico-profissional e vivencial dos profissionais. (COELHO & SAMPAIO, 2014, p.13).

Aqui, buscou-se fazer o registro e o reconhecimento desses sujeitos e suas subjetividades. Embora a medicina detenha uma certa hegemonia nesse debate, sabe-se que embora haja outras perspectivas a serem consideradas, é a perspectiva sociológica a que interessa observar. Buscou-se aqui compreender como se dão as suas relações com seus familiares, com a escola e com a sociedade. Iniciaremos por descrever algumas características de Marcela, Haliny e Alexandra.

Marcela tem 20 anos de idade. Não se sente à vontade para nos fornecer seu nome de registro. Se identifica como negra. Sabe ler e escrever. Declarou-se católica não praticante. Marcela nos disse que não é ativista de movimento social por falta de tempo, por que, além de fazer faculdade faz cursos correlatos com a área de seu interesse. Um deles foi desenho gráfico.

Marcela é filha única. Mora com a sua mãe. Seu pai e sua mãe são separados. É estudante do ensino superior do curso de Designer. É artista plástica (anotação do caderno de campo) e não trabalha. Marcela nos declarou ser uma garota transexual e heterossexual.

Haliny Costa (Pseudônimo) tem 21 anos de idade. Não forneceu seu nome de registro por não se reconhecer nesse nome. Sabe ler e escrever. Se reconhece como parda. Declarou-se católica, mas não praticante. Frequenta a igreja quando convidada pela mãe. Não é ativista de movimento social, mas é simpatizante e acompanha o ativismo pelas redes sociais.

Haliny mora com sua mãe, seu pai e uma irmã. Possui segundo grau completo e não estava matriculada na ocasião da entrevista, mas manifestou interessar-se por designer. Comprometeu-se em retomar seus estudos no nível superior após tomar conhecimento da aprovação da Lei que autoriza o uso do nome social das Travestis e Transexuais nos documentos escolares.

Declarou ter sofrido muitos constrangimentos por não poder usar o nome que se reconhece. Haliny foi expulsa de uma escola na infância. Declarou-se heterossexual e também se reconhece como uma garota transexual.

Alexandra Lisboa (Pseudônimo) tem 34 anos de idade. Não vê nenhum problema em nos fornecer seu nome de registro e nem que ele seja utilizado por seus familiares. Se reconhece branca. Sabe ler e escrever. Não se encontra matriculada. Coursou até o 3º ano do curso técnico em Administração.

Declarou que sua religião é: “Amor à Deus”. Mora atualmente sozinha em um clube de futebol, no mesmo local onde trabalha como chefe de cozinha. Foi militante do movimento LGBT na organização não governamental GHATA e hoje declara-se uma ativista independente. Alexandra se reconhece como transexual.

As transexuais: Marcela, Haliny e Alexandra, embora nunca tenham trabalhado na “pista”, conhecem a realidade das Travestis que se prostituem nas ruas da capital Macapá. Sabem quais são as suas condições de trabalho e acreditam na possibilidade de que, se tiverem oportunidade, poderão escolher se desejam permanecer nas “pistas” ou não.

Outra narrativa que assemelha a vida das Travestis e das Transexuais aqui entrevistadas é a que se refere as suas relações com a família. Ambas aparecem com narrativas bastante próximas quanto ao acolhimento por parte dos membros suas famílias. Todas sete são contundentes em confirmar o afeto (amor) dos membros de seus núcleos familiares para com elas, embora nenhuma negue que passaram e/ou ainda passam por algumas indagações referentes aos seus processos de travestilidades.

Percebe-se também que no que concebem como liberdade com relação a vida em sociedade, as Transexuais se diferenciam das Travestis de “pista”, em alguns aspectos, e um deles é a conquista da livre circulação tanto a noite como de dia em vários locais públicos. Não que as Travestis não o façam em absoluto, mas que sabem dos sérios riscos que as cercam devido a reação de seus clientes já mencionado anteriormente.

Das três transexuais que aqui entrevistamos, apenas Alexandra trabalha. Vejamos como se deram os processos de travestilidades desses sujeitos junto as suas famílias. Passemos ao que nos declarou, Marcela:

A minha mãe, ela...ela não me aceita. Por eu ser filha única, ela faz as coisas que eu gosto, que eu quero, por...por me amar. Ela...é...por querer me deixar feliz. Por que, eu já passei por uma situação muito ruim, que eu já entrei em depressão, quando eu era mais nova e eu cheguei a me machucar. E...eu não comia, eu não bebia, eu não dormia ou então eu passava o dia todo dormindo. E nisso, eu perdi...é...eu perdi os meus estudos. Eu fiquei um ano sem estudar, por causa disso. E... ela faz hoje em dia, o que ela faz, por medo de eu voltar a fazer o que eu fiz quando eu era mais jovem. [...]. Eu cheguei a me machucar. Eu fiz cortes nos meus braços, no meu rosto. Por que, eu achava que eu só dava desgosto pra minha família. Por que, eu fazia coisas que pra mim eu achava natural. Eu achava normal. Que pra outras pessoas eram, coisas ruins. Tipo: se eu deixasse o cabelo de uma forma mais feminina, se eu usasse um batom pra outras pessoas era um...um... tipo, uma revolução, enquanto pra mim eu achava natural. E...acabou que eu fui muito...muito...pressionada. Eu fui muito machucada com palavras e isso me fez cada vez me sentir mais mal, a ponto de fazer essas coisas”.
(Marcela).

Percebe-se nas palavras de Marcela, que é a primeira vez que o suicídio e a depressão são mencionados nesta pesquisa. Não raro nas outras pesquisas em outras regiões brasileiras esse evento aparece tanto nas narrativas das Travesti como das Transexuais, bem como nos depoimentos de pessoas que de alguma forma estão ligadas a elas. Não é nossa proposta pormenorizar essas duas variáveis sociais mas cabe aqui mencionar que o Amapá é um estado onde o índice de suicídio é considerado muito

elevado em relação a outras capitais brasileiras, mas não existem ainda estudos sobre esse fenômeno.

Isto posto, no caso específico de Marcela, chegar ao fundo do poço e atentar contra a própria vida seria, para ela, a tradução da insuportável e reiteradas formas de violências psicológicas sofridas na infância e que ainda se apresentam na adolescência onde encontra-se em pleno processo de autoafirmação. Marcela considera que já possui estratégias mais sólidas para lidar com a sua condição.

Nota-se que o campo ofereceu duas variáveis nesse processo, o suicídio e a depressão como resultantes, segundo Marcela, das violências sofridas. Percebe-se que opera aqui uma lógica heteronormativa tanto na família como na escola. Os fatos narrados tanto por Marcela como por Haliny, concorre com uma importante contribuição da obra de Giancarlo Cornejo presente nos anexos de Miskolci (2016). Cornejo narra suas próprias experiências junto a escola e a sua família. Suas experiências escolares refletem um período em que mães/pais e professoras/es comungavam de uma norma repressiva que marcou negativamente o seu convívio familiar e o afeto de seus pais para com si.

Neste caso, a teoria queer colabora grandemente para a reflexão tanto das declarações de Marcela como para a importante obra: *A guerra declarada contra o menino afeminado* de Giancarlo Cornejo, *apud* Miskolci (2016):

Na escola havia uma psicóloga que me torturava. Ela aplicava exames que eu não entendia (e ainda não entendo o sentido): desenhávamos pessoas; a nossa família; fazíamos listas de nossos defeitos e virtudes. Ela sempre se queixava com meus pais. Lembro-me que uma vez, quando ela chamou a mim e aos meus pais, vi claramente meu nome em seu caderno de anotações, e no verso dele um X em uma opção que dizia: “problema de identidade sexual”. Eu não estava presente quando ela conversou com meus pais, mas o que ela disse a eles, e o que eu mais ou menos já intuía, os chateou muito (p. 73).

É similar que como nas narrativas pessoais de Cornejo, Marcela, ainda em idade escolar recebeu e ainda recebe cargas excessivas de stress baseadas na sua condição sexual. Marcela declarou que pretende (re) designar seu sexo biológico (caderno de campo), mas que não consegue o apoio de sua mãe mas que essa decisão que vem sendo amadurecida a cada dia, para ela, é condição premente para sua realização pessoal.

Perrot *apud* Faria (2012) no trecho abaixo, ilustra inicialmente, a família do século XIX, resultante de uma concepção privada que coexiste até os dias de hoje com as novas concepções de famílias do século XXI: Para Faria (2012).

Segundo Michelle Perrot, no século XIX, “a família é o principal teatro da vida privada, fornecendo-lhes as suas figuras e os seus primeiros papéis, as suas práticas e os seus ritos, as suas intrigas e os seus conflitos. Mão invisível da sociedade civil, ela é, simultaneamente ninho e laço”. Triunfante nas doutrinas e nos discursos que, dos conservadores aos liberais e mesmo aos libertários, unanimemente a celebram como célula da ordem viva, a família é de facto muito mais caótica e contrastada. A família nuclear emerge dificilmente de sistemas de parentescos mais extensos e persistentes, multiformes conforme as cidades e os campos, as regiões e as tradições, os meios sociais e culturais. Totalitária, ela entende fixar suas finalidades aos seus membros. Mas estes revoltam-se muitas vezes e cada vez mais. Daí que entre gerações, entre sexos, entre indivíduos desejosos de escolher o seu destino, existam tensões que alimentam os seus segredos e dramas que a fazem explodir. (FARIA, 2012, p.19).

Outra narrativa de Giancarlo que se associa as declarações de Marcela é a que denuncia a díade segredo/revelação e a possibilidade de suicídio. Para Cornejo (2016):

Se esse menino (que eu fui) viveu meses e anos de dor, angustia, pânico (homossexual), foi porque a díade segredo/revelação é constitutiva do que chamamos hoje de homossexualidades (SEDGWICK, 1998). Esse segredo em questão me ameaçava com meu próprio apagamento, mas não apenas da materialidade que eu havia sido, como também com um apagamento que aniquilava qualquer possibilidade de futuro. Esse apagamento fazia com que o amor (de qualquer tipo) fosse impossível para mim. Não posso negar que compartilhar o segredo me causou algum tipo de alívio. Provavelmente, se não o houvesse feito naquele momento teria integrado a lista de adolescentes gays que se suicidam. [...]. (CORNEJO, 2016, p. 76-77).

Para Marcela, família e casamento, assim como a cirurgia de mudança do sexo biológico está entre seus desejos pessoais de realização, bem como formar-se em designer e dar continuidade a sua carreira de artista plástica onde pretende fazer exposição de suas telas. (Caderno de campo).

Nas declarações de Haliny:

Bom! Eu sempre me senti diferente dos garotos da minha idade e de outras. Eu nunca gostava das mesmas coisas. Sempre tive mais amizade com garotas que tinham coisas mais em comum comigo. Eu, comecei a sentir a necessidade já com.... doze anos, assim, que eu...eu comecei a deixar o cabelo crescer, com a desculpa que eu queria parecer com o personagem do desenho que tinha o cabelo comprido. Aí eu falava pro meu pai: Não! Eu tô deixando crescer por que eu quero ficar igual a esse personagem aqui. E....eu acho que o meu pai...não...ele... (pausa) ...ele achou que era coisa de criança mesmo que; realmente eu queria aquilo. Apesar de ele

saber que eu já era diferente. Aí eu deixei o cabelo crescer à baixo do peito e eu queria mais e mais e mais. Que....eu tava, por aí, eu acho que na sexta série, se eu não me engano. E ele (pausa) ...que foi até, bem traumático depois. Por que, meu pai e minha mãe, falaram que, era pra mim ir com eles no shopping, que eles iam me dar um presente. Mas eu realmente, imaginava que era um presente. Que era algum brinquedo que eu adorava, né? E aí, chegando lá eles me levaram num salão. E....o meu pai me forçou cortar meu o cabelo. Eu não esqueço. Nunca esqueci. Ele me forçou e não deixou eu cortar é....um corte, pelo menos a baixo da orelha, assim. Ele não deixou. Ele disse pra mim escolher um corte masculino e curto. E, o moço que cortou o meu cabelo, ele ainda ia perguntando pra ele: “Mais? ” E.... isso, tipo...ia me... magoava tanto. Eu chorei muito, muito. Eu chorei desde lá até chagar em casa. E....isso foi logo em agosto na volta das aulas, que aí eu ia pra escola de capuz. Por que eu tinha vergonha das outras pessoas, assim. Por que, na escola as pessoas não sabiam o que eu era. Por que ninguém entendia e eu era muito criança então passava uma coisa despercebida. E que foi aí que todo mundo percebeu que, fisicamente eu era um garoto. O que foi muito triste. Eu passei muito tempo, até o meu cabelo crescer de novo, só usando capuz. Por que eu me sentia é....(pausa)...fora de mim, sei lá. Não era eu que eu olhava, assim. Foi muito traumatizante! [...]. Em questão de amor e carinho, não foi. Eles foram sempre bons, assim, nesse sentido, mas enquanto a minha transgeneridade, enquanto eu ser Trans é...., nunca ninguém soube entender, assim, mas, amor não faltou. Só que, voltando ao assunto, né? Depois de eu passar por isso, o meu pai também, não falou mais nada. Eu acho que eles, tiveram assim: “Nossa! Eu não acredito! Fez mal, sabe? ”. Acho que eles se tocaram, do mal que eles tinham feito pra mim. Que foi aí que eu deixei o cabelo crescer de novo e ninguém falar mais nada. E....poder pintar também, que meu pai nunca, deixaria eu pintar o cabelo. E....eu nunca cheguei assim, a me assumir como ou homossexual ou transgênero. Nunca por que eu nunca senti que eu deveria me assumir. Por que é uma coisa que eu era e tava muito explícito e os meus pais já sabiam que era. Eu nunca senti essa necessidade de falar. E foi indo aos poucos essa mudança, assim. Mas tem outras situações depois, mesmo que eu achando que eles tinham aceitado. Mas algumas atitudes aqui, ali. Por isso que hoje em dia eu busco corrigir eles, que eu tenho mais liberdade pra falar as coisas e eles já não julgam. Só escutam, enfim! (Haliny).

Como mencionou-se anteriormente, Haliny estudava na infância em uma escola particular da cidade de Macapá, de onde foi expulsa. Somam-se a esse fato, os seus traumas com a negação do seu nome social e a rejeição da única irmã.

Haliny narrou que, percebia e se ressentia quando a irmã fazia de tudo para que ela não a acompanhasse nos passeios com outras amigas. Disse que a irmã se sentia insegura em ter que explicar qual era sua condição se alguém viesse a questioná-la. Mas afirmou também que essa, fase já foi superada e que hoje trocam algumas confidências.

Haliny e Marcela são amigas e ambas narram a mesma versão de seu primeiro encontro. Narram que se conheceram numa consulta a uma psicóloga e que ambas descobriram que iam lá pelo mesmo motivo que era, buscar explicações dessa profissional para seus familiares. Ambas narraram que, embora cada uma com suas vivências particulares, não têm dúvidas de quem são e da realidade que as cercam. Para elas as identidades são uma construção social e que elas têm o direito de serem respeitadas nas suas individualidades. Para Coelho & Sampaio (2014):

Para a medicina, por exemplo, o sexo biológico tem sido a referência para a determinação da identidade dita normal dos sujeitos. No âmbito das Ciências Sociais, por sua vez, a transexualidade vem sendo discutida a partir de suas relações com as normas e os valores do universo sociocultural, demonstrando que as explicações para a emergência da experiência transexual devem ser buscadas também nas articulações históricas e sociais que produzem os corpos e as identidades sexuais, não se restringido a perspectiva biológica. (COELHO & SAMPAIO, 2014, p.13-14).

Mais uma vez, observa-se que não há resposta simples e nem temos a intenção de pormenorizar aqui um debate tão amplo, cheio de nuances, complexo e intrigante. Cabe-nos a responsabilidade não omitir esses dados e em especial registrar quão surpreendente o campo se revela e oferece a/ao pesquisadora/or, informações surpreendentes e peculiares que nos desafia a todo momento.

Outra observação que podemos destacar é que a experiência da obra de Giancarlo deu-se num contexto em que o regime militar estava vigente no Brasil. Não obstante, este regime se utiliza da capilaridade do sistema educacional brasileiro para impor suas normas, estabelecer suas regras e reforçar a produção dos sujeitos abjetos. Embora já se possa observar hoje, em pleno século XXI, novas configurações familiares, tem-se também um debate bastante emblemático e polêmico sobre conceitos de famílias, observa-se a seguir quão presente estão as concepções de qual família se encaixava nessas normas ditatoriais. Passemos aos relatos de Alexandra quando perguntada sobre como se deu seu processo de travestilidades.

Para Alexandra sua aceitação pela família se deu de maneira bastante natural.

Eu acho que não começou. Eu acho que é uma coisa que nasceu em mim. Eu acho que todos perceberam que foi uma coisa muito natural. Tanto é que eu nunca precisei assumir. O incrível é que, eu e meus irmãos nós sempre fomos criados com muito amor. E esse lado, de minha orientação sexual ser gay, é como eu disse: Vem de muito pequeno. Eu acho que desde aí, pelo fato de eu respeitar a minha família e me respeitar, foi normal pra eles (Alexandra).

Encerra-se esse bloco de entrevistas com a irmã de Alexandra, Keila Porto (Pseudônimo) como a única entrevistada do grupo das famílias.

Observa-se como o processo de Alexandra foi percebido e entendido por sua irmã Keila Pontes, 37 anos, heterossexual, negra, católica, não utiliza nome social e considera que sua contribuição com os movimentos sociais não se dá de maneira vinculada, mas na transversalidade por ter sido conselheira dos conselhos da mulher, da pessoa com deficiência, conselho de assistência social. É socióloga e professora do ensino superior da rede privada e pública de ensino no Amapá.

Keila nos narrou como foi a sua experiência com o processo de travestilidade de Alexandra. Para Keila sua percepção se deu da seguinte forma:

Bom! É... algo que eu, eu acho que eu fui a primeira pessoa da família a saber por ser a segunda irmã, né? Nós temos um irmão mais velho que tem uma diferença minha de 6 anos. Eu sou a segunda irmã mais velha. E nós sempre tivemos uma proximidade. Uma aproximação. Nós éramos muito amigos, quando crianças. Então a gente dormia na mesma cama e eu acabei percebendo ainda muito cedo eu acho que desde os 3 anos dele que, ele era homossexual. Não é? E ele chegou a me verbalizar isso, não com entendimento, mas, é.... Eu acho que ainda com 3,4 anos, que ele se sentia mulher mesmo, né? Então, conversando, ele perguntou pra mim: “Como é que eu me sentia (risos) se eu era feliz e se eu queria ser homem ou mulher, se eu pudesse nascer de novo? E eu disse pra ele: Que eu queria ser mulher. Que eu gostava, não é? Da forma como eu tinha nascido. E ele, ainda muito pequeno, me disse que...que não se sentia bem e que ele queria ter nascido uma mulher. Então, a gente sempre tinha brincadeira de meninas e então, a nossa infância sempre foi muito próxima. E...a homossexualidade dele foi encarada com muita naturalidade, por mim. Não é? É...assim, as coisas começaram a complicar na adolescência dele. É... com 14 anos, quando ele começou a sentir a necessidade de internalizar, socialmente, é...o seu estado. E pra mim, foi muito complicado porque, eu não aceitava bem o fato dele sofrer as represálias. O fato dele sofrer. O fato dele...dele ser vítima de preconceito. Eu sofria demais com isso! Na verdade, pra mim não era vergonha. Isso não era um problema. Até porque, é... a gente era de uma família muito extremamente problemática, onde, vergonha (risos) não era o nosso problema, não é? Então... O pai dependente químico, né? Alcoólatra, não é? Eu não tinha muita preocupação, com vergonha. Não era essa a questão. A questão era que, de fato eu amava muito e, pra mim, ele assumir é...é...a homossexualidade, de uma forma

escancarada, não é? Se....se vestindo de mulher, seria um problema. Um problema muito grande pra ele conseguir é, estudar com tranquilidade. Eu sabia que ia ser muito complicado pra ele e conseguir um emprego. Eu tinha essa preocupação muito clara. Além de que, eu não suportava pensar nos olhares de retaliação pra ele. Então, pra mim, foi muito complicado aceitar esse processo dele...dele se travesti. Foi extremamente difícil. Não é? Não impediu o nosso contato mas dificultou e....e durante muito tempo, acabou separando a gente. Me incomodou ao ponto de eu deixar de falar com ele durante muito tempo (Keila).

Como sinalizam as/os teóricas/os queer, a escola que sempre serviu as mais diversas expressões da violência ainda não deixou de ter sua contribuição no enquadramento das formas de amar, de formar famílias, de ser e de não ser, de centro e de abjeto, por isso, nos orienta o questionamento das normas e em especial o da fixação das identidades, dos conceitos não flexíveis e dos corpos. A escola instituída também comporta uma linguagem institucionalizada, Logo, corrobora conosco, Goellner (2008):

O corpo é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classifica-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir por exemplo, o que é considerado belo, jovem e saudável. Representações estas que não universais nem mesmo fixas. (GOELLNER, 2008, p. 29).

Para Keila, irmã de Alexandra o temor da violência do corpo em transformação de “seu” para “sua” irmã, nada tinha a ver com vergonha ou ausência de amor fraternal, mas pela inconcebível possibilidade de vê-la violentada, constrangida e apartada da vida escolar e por consequência, de um vínculo de emprego.

Mas a realidade de Alexandra, contraria em parte, esse temor de sua irmã Keila de que ela não seria absorvida pelo mercado de trabalho, embora não tenha concluído a educação básica. A preocupação premente de Alexandra é exatamente avessa e contrária à sua forma física. Sua determinação em assumir-se Transexual e romper com as normas de gênero, escolares e familiares deu-se através da mudança paulatina de seu corpo. Essa narrativa encontra novamente acolhimento nas reflexões Goellner (2008).

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico. Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade os presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes

marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado *a priori* nem mesmo é universal: O corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (GOELLNER, 2008, p. 28).

Neste contexto, as narrativas de Marcela, Haliny, Alexandra e Keila , resultam de um construto social discursivo, instituído também no interior das escolas, das famílias com sua carga de discriminações, estereótipos e resistências. Para as Transexuais aqui entrevistadas, se auto afirmar nada mais é do que seu próprio existir. Por tanto, não veem a possibilidade de declinar, neste momento de suas próprias vidas, de suas próprias existências em como parte de uma sociedade. A partir do exposto, cabe apenas refletir se esse debate nas escolas constituem, apesar das resistências, um caminho sem volta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se agora, ao final desta pesquisa, que o processo político de criação do estado do Amapá deu-se na conjuntura da redemocratização do país e consolidou-se legalmente com a Constituição de 1988. Com isso foi possível conhecer o que os eventos migratórios e geopolíticos cunharam nas características sociais e culturais na vida dos habitantes de um dos mais recentes estados da nossa federação. Atualmente o estado está dividido em dezesseis municípios e sua capital é a cidade de Macapá, lugar eleito para a realização da nossa pesquisa.

Neste percurso, falou-se sobre a sua demografia, partes pontuais de sua cultura e o porquê de sua economia chamar-se popularmente de "economia do contracheque". Macapá é a única capital brasileira banhada pelo rio Amazonas e cortada pela linha do equador. Suas paisagens e riquezas naturais fazem da capital amapaense uma rota imprescindível do turismo na Amazônia, com destaque para os fenômenos das marés e do equinócio solar que têm chamado a atenção de cientistas de muitos países.

Mas o que nos instigou a elegê-la como o lugar da nossa pesquisa foi outro fenômeno que já vem sendo objeto de outras/os pesquisadoras/es em outras capitais dos grandes centros do país, mas que ainda não encontramos nenhum registro na cidade de Macapá. O fenômeno crescente das Travestis em situação de "pista".

Minhas observações datam da década de 90, ano de minha chegada no Amapá. Morando e estudando na capital Macapá pude vivenciar o aparecimento de um grupo de Travestis no entorno da Secretaria de Educação e da Assembleia Legislativa do estado, na esquina da Avenida FAB, rua central que divide a cidade de Macapá nas zonas norte e sul. Foi com o aumento constante daquele fenômeno que passei a questionar aquele repentino aparecimento. Quanto mais a migração aumentava, mais crescia aquele grupo na avenida mais movimentada da capital. Local onde as Travestis só eram vistas à noite.

Muitos porquês surgiram em decorrência de minhas curiosidades pessoais, em especial pelo fato de não encontrar as Travestis com a mesma frequência nas escolas públicas por onde passei, nem em outros espaços sociais, principalmente no horário diurno. Ali estava latente um incômodo pessoal que só aumentou com minha entrada em 1996 no serviço público do Amapá, na área da educação como professora de geografia da educação básica.

Com minha chegada a vida acadêmica em 1999 e no ativismo em 2001 passei a me preocupar mais pontualmente com esse fenômeno. Com a aprovação do mestrado em educação na linha de Políticas e Instituições educacionais em 2013, estava concretizada a oportunidade de elaborar um projeto e que hoje se concretiza como pesquisa tendo por título Educação e Travestilidades, no foco: as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá, onde, questionamos o poder público, o movimento social LGBT, as influências das religiões, das famílias nas trajetórias escolares desses sujeitos. Mas para isso seria necessária uma metodologia que nos permitisse dissecar o objeto e uma análise que nos ajudasse a compreender o problema. Optou-se por analisar qualitativamente os dados e iniciamos por mapear as produções (teses, dissertações e artigos científicos) da coleta Capes e Scielo entre 2014 a 2014. Elaborou-se um roteiro de entrevistas semiestruturadas e as gravações deram-se por seis meses, individualmente, com 21 sujeitos. Utilizou-se também informações do caderno de campo. Elegeu-se como ferramentas os aportes de Gil e Mynaio para orientar metodologicamente e Foucault, Butler, e outras/os teóricos Queer para dialogarmos com as categorias de análise.

Percebe-se que no capítulo II, no tocante as sexualidades, as Travestilidades e os debates existentes, apoiam-se nos conceitos teóricos de Michel Foucault com grande destaque para as obras, *A história da sexualidade* e *Microfísica do Poder*. Embora existam outras perspectivas teóricas que fundamentem outras áreas do conhecimento como a medicina, a biologia, a psicanálise, é na área da educação que os conceitos desenvolvidos por Foucault sobre sexualidade, sujeito e poder ganham um especial reconhecimento nesta pesquisa e nas pesquisas.

Verificou-se ainda neste capítulo que, embora existam registros em pesquisas de grupos preocupados com as sexualidades, com registros anteriores a segunda guerra mundial, foi com o acontecimento do evento histórico conhecido como *A Revolta de Stonewall* em Nova Iorque, que o ativismo LGBT passa a ganhar o *status* de Movimento Social.

No Brasil o Movimento LGBT vem a reboque das experiências de *Stonewall*. Sua formação política recebe fortes críticas de pesquisadores, Ex-ativista, ativistas e de políticos por seu caráter centralizador, ausência de discurso próprio e de seu atrelado a partidos Políticos. Com o advento do HIV/AIDS no Brasil, as primeiras pesquisas sobre LGBTs estavam concentradas na área da saúde e passam a ganhar destaque na área da educação nas décadas de 90 e com maior ênfase a partir de 2000. Em se tratando de

Movimento Social, Trevisan tem sido um de seus críticos ferrenhos. Para ele o Brasil ainda não tem a pretensão de experimentar uma outra homocultura.

Outro achado histórico e científico foi em 2010, através da obra *Bahia: inquisição e sociedade* realizada pelo decano do Movimento Social LGBT da Bahia. O pesquisador Luiz Mott trouxe-nos outra contribuição para o debate social no Brasil, bem como a origem das torturas daquela época. Sua obra pontua o *modus oprerandi* de tortura da igreja católica sobre os primeiros homossexuais identificados e presos por práticas consideradas sodomia no período monárquico.

A violência e o assujeitamento já estavam configurados nessa época, apenas não eram considerados como tal. O poder, nas elaborações de Foucault pode ser entendido, neste contexto como pertencente a muitos lugares e a tantos indivíduos. Logo outros marcadores decorrem do entrelaçamento desse poder que hora oprime e assujeitam, hora é força e resistência.

Essa tríade tem se apresentado na realidade das Travestis como algo que as acompanha desde o período de suas primeiras descobertas e transformações, atravessando a sua vida escolar sem tréguas ou intervalos. É na escola que as Travestis de nossa pesquisa encontram seus maiores desafios de permanência. Quando a educação básica é ultrapassada, o trabalho se apresentam como acessos condicionados. As Travestis encontram grande dificuldade em serem absorvidas pelo mercado formal.

Verifica-se no capítulo III que as demandas das Travestis não são alcançadas pela gestão e que há certo distanciamento entre o que pensa as/os gestoras/es do que narram as Travestis. Mesmo as que não se encontram matriculadas, esperam da gestão um comprometimento com suas reais demandas. Para as Travestis de “pista” a Secretaria de educação não as vê e não perceberam ainda o motivo real de suas expulsões. As escolas são omissas e permitem que as Travestis fiquem impedidas de frequentar os banheiros por quatro horas ininterruptas. Essa é apenas uma das dificuldades enfrentadas por elas. Embora hostil e violentas, a escola ainda é vista pelas travestis como o lugar das oportunidades de mudança. Ao mesmo tempo que viola seus direitos, recebe delas a credibilidade de *locus* da possibilidade da garantia de seus direitos. Por isso precisa de mudanças que possibilitem acolhe-las nas suas diferenças.

Sendo assim, as Políticas Públicas são reclamadas, pautadas e pouco se tem feito na área educacional. A aprovação do nome social é a mais recente e ainda assim corre o risco de desaparecer. O conservadorismo das bancadas no parlamento brasileiro trava uma

batalha implacável contra qualquer projeto que viabilize a afirmação dos direitos dessa população LGBT. Entram como reforço dessa batalha desigual, os meios de comunicação de massa como as TVs de canais abertos e as redes sociais. A correlação de forças tem sido desfavorável para a garantia dos direitos dos LGBTs desde a eleição de 2014.

O sujeito do direito que lhes são negados, são sujeitos reais, sujeitos como nós. Mas percebe-se que o “conhecido” e o “real” não dialogam com a sociedade e nem com as ações governamentais. São raríssimas as pessoas que narram que conheceram, estudaram e/ou têm amigas travestis. Essa reflexão feita por todas as pessoas da gestão, fez com que se questionassem, qual é realmente o papel da Secretaria de Educação nesse debate esquecido por tanto tempo. O que as/os professoras/es têm a ver com esse público?

As respostas dadas e transcritas aqui representam neste contexto, mais que uma momentânea reflexão, pois, percebeu-se com a conclusão dessa pesquisa que todas as instituições colaboram de alguma forma e em menor ou maior grau, para a construção de sujeitos abjetos. As declarações das Travestis pesquisadas na cidade de Macapá, denunciam que a escola aparece como aquela que se cala, nega, e numa posição de cumplicidade multiplica essa abjeção. As respostas que aqui se desvelam, além de confirmarem a nossa hipótese central, de que a escola é lugar hostil a permanência das Travestis, os dados demonstram algo mais grave, que o sistema educacional do Amapá não está politicamente comprometido com as demandas escolares das Travestis. Decorre desse não comprometimento sistemático um agravamento das violências que comprometem as trajetórias escolares desses sujeitos, impulsionando – as para a atividade de prostituição nas “pistas”, ou seja, nas ruas da cidade de Macapá.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília - DF, 1988.
- _____. **Decreto nº 8727/2015**, Brasília – DF, 2015.
- _____. **Resolução nº 055/14** – CEE/AP. Macapá – AP, 2014.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. MEC. INEP. Brasília - DF, 1996.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: ética/ Secretaria de Educação Fundamental. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 146p.: Il.; 16x23cm.
- _____. **Plano Nacional de Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - ver. e atual. - - Brasília : SEDH/PR, 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. – 11ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160p.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar, - 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L.L.P. **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. –Salvador: EDUFBA, 2014. 272 p.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- COLLING, L. **Políticas para um Brasil além do Stoevall**. In: Colling, L. Stonewall 40 + o que no Brasil? – Salvador: EDUFBA, 2011. 282 p. – (Coleção CULT; n.9).
- CORNEJO, G. **A guerra declarada contra o menino afeminado**. In: MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. Ed. Ver. E ampl., 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016 – (Série Cadernos da Diversidade; 6).
- DABHOIWALA, F. **As origens do sexo**: uma história da primeira revolução sexual. Tradução: Rafael Mantovani. 1ª Ed. São Paulo: Globo, 2013.
- EDNDSJO, D. O. **Sexo & Religião**: Do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual. Tradução: Leonardo Pinto. - São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- FOUCAULT, E. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª Ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2014a.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 26. Ed. – São Paulo: Graal, 2013.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FARIA, A. **As novas famílias do século XXI**. 1ª Ed. Lisboa, novembro de 2012, Coisas de ler.

FILHO, N. ;PINHEIRO, E. **Túmulos pré-históricos no Amapá: sepultamentos em poço**. – Macapá: Editor, 2010. 114 p.:

FREITAS, J. G. de O. **No quadro: o tema diversidade sexual na escola com foco na homossexualidade, nas carteiras escolares: os professores**. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOELLNER, S. V. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4ª Ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GORISCH, P. **O reconhecimento dos direitos humanos LGBT: de Stenowall à ONU**. – Curitiba: Appris, 2014. 122 p.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução, Cesar Gordon. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 280 p.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 96 p.

LUGARINHO, M. C. **Direitos Humanos e Estudos Gays e Lésbicos: O que nós e Michel Foucault temos a ver com isso?** In: COSTA, H. et al (orgs). **Retratos do Brasil Homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo - SP: Edusp, 2010.

MACRAE, E. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In: COLLING, L. **Políticas para um Brasil além do Stoenwall**. In: Colling, L. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** – Salvador: EDUFBA, 2011. 282 p. – (Coleção CULT; n.9).

Manual de Comunicação LGBT. Organizado por: Fernando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindiner, Toni Reis. Revisão: Revisado por: Leo Mendes, Lilian Romão, Liandro Lindner, David Harrad, UNAIDS Brasil. s/d. Realização: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, Paraná.

MELLO, L. BRITO, W. MAROJA, D. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. Cadernos Pagu (39), p.403-429, julho – dezembro, 2012.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª edição, Petrópolis – RJ, Editora: vozes, 2015.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. Ed. Ver. E ampl., 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016 – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MORAIS, P. D. **História do Amapá – O Passado é o espelho do presente/ Paulo Dias Morais – Macapá. JM Editira Gráfica, 2013. 114 p.**

MORAIS, P. D.; MORAIS, J. D. **Geográfica do Amapá – Macapá. JM Editora Gráfica, 2011. 114 p.**

MOTT, L. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. 294 p. : II.

MOURA, R. G de.; LOPES, P. de L. **Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma revisão bibliográfica**. 2014.

OLIVEIRA, J. M. D. de. **Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe – 1980 a 2010**. 239 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA, V. M. de. **Identidades interseccionais de militâncias políticas**. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (orgs). *Conjugalidades, parentalidades e identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PELÚCIO, L.; DUQUE, T.; “...**Depois, querida, ganharemos o mundo**”: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 10-43

SANTOS, F. R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970**. – Belém: Graf Norte Ind. E Comércio, 2006.

SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (orgs.). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, R. F. G. dos. **As aparências enganam? a arte do fazer-se travesti**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015.

SHIMURA, J. M. **Memórias escolares de travestis : a formação dos sujeitos nos discursos da ciência**. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência da Matemática) Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2012.

SHIROMA, E. O. ; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, Ed. I. reimp. 5.000 exemplares. 128p.

SILVA, G.de V. **Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI**. – Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, G. de V. **Usos contemporâneos da fronteira franco – brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. – Macapá: UNIFAP, 2013

- SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2009
- TIBURI, M. Judith Butler: Feminismo como provocação. **Cult** – Queer, culturas e subversões das identidades. São Paulo. Edição Especial, nº 6, p.08 – 11, ano 19, jan, 2016.
- TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013. – (Série Cadernos da Diversidade).
- TORRINHA, M. N. **Macapá**: redes, comércio, tempo e espaço na formação do labirinto urbano. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. 132 p.
- TREVISAN, J.S. **Homocultura & Política Homossexual no Brasil**. In: COSTA, H. et al (orgs). Retratos do Brasil Homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo - SP: Edusp, 2010.
- UMA HISTÓRIA DE DIGNIDADE**. – Curitiba: Grupo Dignidade, 100 p. 22ª Ed, 2008.
- VIDEIRA, P. L. **Batuques, folhas e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. – Fortaleza: Edições UFC, 2013. 399 p.
- VILLAÇA, N.; GÓES, F.; KOSOVSKI, E. (Orgs.). **Que corpo é esse?** Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; 2. ed.: 2012.
- WITTIG, M. **Monique Wittig**: desintegração corporal e sexo fictício. In: BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar, - 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ANEXOS



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº. 055/14 – CEE/AP

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS REGISTROS ESCOLARES INTERNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO ENSINO SUPERIOR DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO AMAPÁ.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, de acordo com a Lei Estadual nº 1.282/2008, Decreto Governamental nº 3.020/2013 e em conformidade com o inciso XIV do artigo 16 do Regimento Interno deste Conselho Estadual de Educação, aprovado pelo Decreto Governamental nº 5.236/2010 e Considerando:

- Os Princípios da Igualdade e da Dignidade da Pessoa Humana, estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (artigos 1º e 5º);

- O estabelecido na LDB- Lei nº 9.394/96 que reafirma em seu Art. 3º que o ensino será ministrado com base no respeito à liberdade e apreço à tolerância, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- A Resolução nº 1/2012- CNE/CP - Estabelece Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos;

- Plano Nacional de Educação, Meta 9;

- A necessidade de garantir o acesso, a permanência com sucesso e a continuidade dos estudos aos/às Travestis e Transexuais;

RESOLVE:

Art. 1º - As instituições que compõem o Sistema de Ensino do Amapá, em respeito à cidadania, aos direitos humanos, à diversidade, ao pluralismo e à dignidade humana, incluirão, a pedido dos interessados, além do nome civil, o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos.

§ 1º - Entender por nome civil aquele registrado na certidão de nascimento.

§ 2º - Entender por nome social aquele adotado pela pessoa e conhecido e identificado na comunidade.

Art. 2º - Para os estudantes que não atingiram a maioridade, a inclusão poderá ser feita mediante autorização, por escrito, dos pais ou responsáveis ou por decisão judicial.

Art. 3º - O nome social deverá ser usual na forma de tratamento e acompanhar o nome civil nos registros e documentos escolares internos.

Art. 4º - A inclusão do nome social nos documentos escolares internos deverá ser requerida por escrito, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 2º desta Resolução.

Art. 5º - A Secretaria Estadual de Educação, as Secretarias Municipais de Educação e as mantenedoras educacionais de instituições privadas deverão viabilizar as condições necessárias de respeito às individualidades, mantendo programas educativos de combate à homofobia e transfobia, assegurando ações e diretrizes previstas na legislação vigente.

Art. 6º - A Universidade do Estado do Amapá deverá orientar os setores competentes da Instituição para que adotem o tratamento pelo nome social em respeito à cidadania, aos direitos Humanos, à diversidade sexual e de gênero, ao pluralismo e à dignidade Humana.

Art. 7º - Cabe à Secretaria de Estado da Educação, às Secretarias Municipais de Educação e às mantenedoras educacionais de instituições privadas subsidiar o Sistema Estadual de Ensino, por meio de formação continuada com material didático específico para Professores, demais funcionários e comunidade escolar com o objetivo de promover, divulgar e viabilizar a aplicação desta Resolução.

Art. 8º - No ato da expedição de declarações, atestados, certidões, históricos escolares, certificados de conclusão e diploma deverá constar somente o nome civil.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do Conselho Estadual de Educação, em Macapá-AP,
17 de setembro de 2014.

Eunice Bezerra de Paulo

Presidente do CEE/AP

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais- nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS- CNCD/LGBT, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, e com fundamento no Parecer CNCD/LGBT nº 01/2015;

Considerando o Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se aqui inclusive as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero;

Considerando os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador(1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban,2001) e os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006);

Considerando a Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional que, em seu Art. 2º, estabelece a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, indicando, em seu Art. 3º, como princípios do ensino, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância;

Considerando os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne à implementação do Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos -PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres(2012), resolve:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º O campo "nome social" deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

Art. 8º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JANAINA BARBOSA DE OLIVEIRA

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof. Doutor José Jairo Vieira

Título: Educação e Travestilidades, no foco: As trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender como as Travestis em situação de “pista” vivenciaram/vivenciam suas trajetórias escolares.

Participantes: Travestis em situação de “pista”.

Roteiro de Entrevista - 1

Nome social _____ Orientação sexual _____ Identidade de gênero _____
 Idade: _____ Cor (etnia) _____. Com quem mora _____
 Religião _____. Sabe ler () sim () não Sabe escrever () sim Não ().
 Qual a última série concluída? _____ Utiliza o nome social nos documentos
 escolares: () sim () Não. Por que? _____
 Nome de registro de nascimento? _____
 É ativista de Movimento Social? () sim () Não Qual? _____ Por quê? (Narrativa).
 () Matriculada () Não matriculada (o) () Já foi matriculada (o)
 Nome da escola? _____

Questões

- 1) Como você descreveria a sua experiência nesse processo de Travestilidade no contexto familiar?
- 2) Como você descreveria sua experiência nesse processo de Travestilidade no (s) ambiente (s) escolar (s) por onde você passou ou está matriculada?
- 3) Como você descreveria sua experiência nesse processo de Travestilidade para a religião a qual você professa?
- 4) O que você considera ser violência na família, na escola, na religião e na “pista”?

- 5) Como você descreveria sua motivação para estar em situação de “pista”?
- 6) Você tem conhecimento da aprovação de uma Lei que garante o nome social de Travestis nos documentos escolares? () sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa Lei.
- 7) Você tem conhecimento de que existem organizações de Travestis que lutam por direitos (escolares, saúde, emprego, moradia etc.)? () sim () Não. Como você vê este debate de que Travestis devem frequentar as escolas defendido pelos Movimentos Sociais?
- 8) Em sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o combate à violência contra as Travestis?
- 9) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá tem interesse em que as Travestis em situação de “pista” frequentem a escola?
- 10) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, em outros ambientes? (Como escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade conviveria com essa possibilidade?
- 11) Você considera que dentro da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof.Doutor José Jairo Vieira

Título: Educação e travestilidade, no foco: As trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender como familiares das Travestis percebem suas trajetórias escolares em situação de “pista”.

Participantes: Família

Roteiro de Entrevista - 2

Nome: _____ Orientação sexual _____

Idade: _____ Cor (etnia) _____ Com quem mora _____

Religião _____. Sabe ler () sim () não Sabe escrever () sim Não ()

Utiliza algum nome social para relacionar-se socialmente? () sim () Não. Por que? (narrativa).

É militante de algum movimento social? Qual? _____ Por quê? (narrativa).

Questões

- 1) Como você descreveria a sua experiência com o processo de Travestilidade de um membro de sua família?
- 2) Qual a religião professada por sua família e como você descreveria esse processo de Travestilidade de um membro da sua família para a religião?
- 3) Como você descreveria o dia a dia de uma Travesti de sua família no ambiente das escolas?
- 4) O que você considera que é violência com uma Travesti no ambiente familiar, na religião e na “pista”?
- 5) O que você considera que seja motivação para que uma Travesti esteja em situação de “pista”?

- 6) Você tem conhecimento de uma Lei nacional e uma resolução do Conselho Estadual de Educação que autoriza o uso do nome social de pessoas Travestis nos documentos escolares? () Sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa Lei e/ou a resolução.
- 7) Você tem conhecimento de que existem organizações de LGBT's (lésbicas,gays,travestis e transexuais) que lutam por garantias de direitos (escolares, saúde, emprego, moradia etc.)? () Sim () Não. Como você vê este debate de que Travestis devem frequentar as escolas apoiado pelos Movimentos Sociais?
- 8) Em sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o combate à violência contra as Travestis?
- 9) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá tem interesse em que as Travestis em situação de “pista” frequentem as escolas públicas?
- 10) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, em outros ambientes? (Escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade amapaense conviveria com essa possibilidade?
- 11) Você considera que dentro da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof. Doutor José Jairo Vieira

Título: Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares da Travestis em situação de pista na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender como a Secretaria de Educação do Amapá compreende as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista”.

Participantes: Gestora da SEED

Roteiro de entrevista- 3

Nome: _____ Orientação sexual _____ Cor (etnia) _____

Religião _____ Formação _____ Utiliza algum nome social para se relacionar socialmente? Por que? (narrativa).

É militante de algum Movimento Social? () sim () Não Qual? _____ Por quê? (narrativa).

() Matriculada () Não matriculada (o) () Já foi matriculada (o)

Nome da escola? _____

Questões:

- 1) Como você entende que acontece o processo mudança de uma Travesti no contexto familiar, processo este conhecido como travestilidade?
- 2) Como você entende que acontece o processo de travestilidade de uma Travesti no (s) ambiente (s) escolar (s)?
- 3) Como você entende que as religiões compreendem os processos de Travestilidades?
- 4) O que você considera como violência praticada contra uma Travesti nos contextos da família, da escola, da religião e da “pista”?
- 5) A que você atribui as motivações que levam uma Travesti estar em situação de “pista”?

- 6) Você tem conhecimento da aprovação de uma Lei nacional e de uma resolução do Conselho Estadual de Educação do Amapá, que regulamenta o nome social de Travestis e Transexuais nos documentos escolares? () sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa resolução?
- 7) Você tem conhecimento de que existem organizações LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) que lutam por garantias de direitos () sim () Não. Como você vê o debate de que Travestis devem voltar a frequentar as escolas defendido pelos Movimentos Sociais?
- 8) Em sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o combate à violência contra as Travestis?
- 9) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá demonstra interesse em que as Travestis em situação de “pista” frequentem as escolas públicas?
- 10) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, em outros ambientes? (como escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade conviveria com essa possibilidade?
- 11) Você considera que dentro da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof.Doutor José Jairo Vieira

Título: “Educação e travestilidades, no foco: as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender como as/os coordenadoras/es e técnicas/os da Secretaria de Educação compreendem as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Participantes: Coordenadoras/es e Técnicas/os dos setores administrativos da SEED.

Roteiro de Entrevista - 4

Nome : _____ Orientação sexual: _____ Idade: _____

Cor (etnia) _____ Religião _____ Formação: _____

Utiliza algum nome social? _____. Por quê? (Narrativa) _____

É Ativista de algum Movimento Social? () sim () Não Qual? _____

Por quê? (Narrativa).

Questões:

- 1) Qual o conhecimento que você possui sobre os processos de Travestilidades de uma Travesti e suas implicações nos contextos familiar, religioso e educacional?
- 2) O que você considera serem atos de violência contra uma Travesti nos contextos da família, da escola, da religião e da “pista”?
- 3) A que você atribui as motivações que levam uma Travesti estar em situação de “pista” ?
- 4) Você tem conhecimento da aprovação de uma Lei nacional e de uma resolução estadual, que regulamenta o nome social das/dos Travestis nos documentos

escolares? () sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa Lei e/ou resolução.

- 5) Você tem conhecimento de que existem organizações LGBTs que lutam por garantias de direitos () sim () Não.
- 6) Como você vê este debate de que Travestis que não se encontram matriculadas devam voltar a frequentar as escolas públicas defendido pelos Movimentos Sociais?
- 7) Em sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o combate à violência contra as Travestis?
- 8) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá tem interesse em que as Travestis em situação de “pista” atualmente não matriculadas, voltem frequentem as escolas públicas?
- 9) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, em outros ambientes? (Como escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade conviveria com essa possibilidade?
- 10) Você considera que dentro da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE E– Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof.Doutor José Jairo Vieira

Título: Educação e travestilidades, no foco: as trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender a/o ativista do Movimento Social LGBT compreende a trajetória escolar das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Participantes: Ativistas do movimento social LGBT do Amapá.

Roteiro de Entrevista - 5

Nome: _____ Organização: _____

Orientação sexual? _____ Idade: _____ Cor (etnia) _____

Religião que professa: _____ Escolaridade: _____

Utiliza algum nome social para relacionar-se socialmente? Qual? _____ Por quê?(narrativa).

Questões:

- 1) Como você compreende, como ativista de Movimento Social, os processos de Travestilidades nos contextos familiares?
- 2) Como você compreende que se dão os processos de Travestilidade nos ambientes escolares vivenciado pelas Travestis?
- 3) Como ativista de movimento social como você observa que as religiões compreendem os processos de Travestilidades?
- 4) O que você considera como violência contra as Travestis nos contextos da família, da escola, das religiões e da “pista”?

- 5) Como você descreveria as motivações para que as Travestis passem a vivenciar a situação de “pista”?
- 6) Você tem conhecimento da aprovação de uma Lei nacional e de uma resolução do Conselho Estadual de Educação do estado do Amapá, que autoriza o uso do nome social de Travestis nos documentos escolares? () sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa Lei e/ou a resolução.
- 7) Como ati de movimento social LGBT, como você avalia essa proposta em defesa de que as Travestis devem frequentar escolas?
- 8) Em sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o combate à violência contra as Travestis?
- 9) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá demonstra interesse em que as Travestis em situação de “pista” frequentem as escolas públicas?
- 10) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, em outros ambientes? (como escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade conviveria com essa possibilidade?
- 11) Você considera que da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Discente: Elioneide Cardoso Cruz

Orientador: Prof. Doutor José Jairo Vieira

Título: Educação e Travestilidades, no foco: trajetórias escolares das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Objetivo do roteiro de entrevista: Compreender como a gestora do Conselho Estadual de Educação do Amapá compreende a trajetória escolar das Travestis em situação de “pista” na cidade de Macapá.

Participantes: Gestora do Conselho de Educação do Estado do Amapá

Roteiro de entrevista- 6

Nome: _____ Orientação sexual _____ Cor (etnia) _____

Religião _____ Formação _____ Utiliza algum nome social para se relacionar socialmente? Por que? (narrativa).

É militante de algum Movimento Social? () sim () Não Qual? _____ Por quê? (narrativa).

() Matriculada () Não matriculada (o) () Já foi matriculada (o)

Nome da escola? _____

Questões:

- 1) Como você compreende os processos de Travestilidades das Travesti no contexto familiar?
- 2) Como você compreende que acontecem os processos de Travestilidade das Travestis nos ambientes escolares?
- 3) Como você compreende esse processo de Travestilidade para as religiões?
- 4) O que você considera como violência contra uma Travesti nos contextos da família, da escola, da religião e da “pista”?
- 5) A que você atribui as motivações que levam uma Travesti estar em situação de “pista”?

- 6) Você tem conhecimento da aprovação de uma Lei nacional e de uma resolução do Conselho Estadual de Educação do Amapá, que regulamenta o nome social de Travestis e Transexuais nos documentos escolares? () sim () Não. Fale sobre os pontos positivos e negativos que você entende sobre essa Lei e/ou essa resolução.
- 7) Você tem conhecimento de que existem organizações LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) que lutam por garantias de direitos () Sim () Não. Como você vê o debate de que as Travestis devem voltar a frequentar as escolas, defendido pelos Movimentos Sociais?
- 8) Na sua opinião, como deveria ser a escola pública para permitir o acesso, a permanência e o enfrentamento à violência contra as Travestis?
- 9) Você considera que a Secretaria de Educação do estado do Amapá tem demonstrado interesse em que as Travestis em situação de “pista” que não estão matriculadas, voltem a frequentar as escolas públicas?
- 10) Como você vê a possibilidade de que as Travestis em situação de “pista” passem a circular, em horário diurno, e outros ambientes? (como escolas, bancos, shoppings, igrejas e outros)? Como você acha que a sociedade amapaense conviveria com essa possibilidade?
- 11) Você considera que dentro da forma como o movimento LGBT brasileiro (Lésbicas, gays, Travestis e Transexuais) está organizado, as Travestis sofrem algum tipo de discriminação e/ou subalternização dos demais grupos?